

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
TRABALHO E EDUCAÇÃO

METAMORFOSE CAPITALISTA E EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES:
A TRAVESSIA CONTRADITÓRIA
(Uma análise da política de formação da CUT
e do Programa Integrar no Rio de Janeiro)

DISSERTAÇÃO apresentada como exigência para obtenção do
grau de Mestre em educação na linha de pesquisa Trabalho e
Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ciavatta Franco

Mestrando: Helder Molina

Niterói, fevereiro de 2004

HELDER MOLINA

METAMORFOSE CAPITALISTA E EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: A
TRAVESSIA CONTRADITÓRIA
(Uma análise da política de formação da CUT
e do Programa Integrar no Rio de Janeiro)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ciavatta Franco

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Maria Ciavatta Franco
Universidade Federal Fluminense.

Professora Dra. Neise Deluiz
Universidade Estácio de Sá.

Professor Dr. Gaudêncio Frigotto
Universidade Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

Em memória e pela história dos que aqui estão lutando e dos que lutaram e se foram.

- Aos trabalhadores rurais sem terras, vítimas do latifúndio;
- Aos desempregados e subempregados urbanos;
- Aos sobrantes e aos excluídos pela barbárie capitalista;
- Aos meninos e meninas em situação de rua, para quem o amanhã só é o dia seguinte;
- Aos sertanejos, pobres da terra, que tombaram na luta em defesa de Canudos;
- Aos que lutaram nas revoltas populares, como a dos alfaiates, balaiadas, sabinas, mascates, contestado, farrapos, quilombo dos palmares;
- Aos que lutaram e resistiram contra a ditadura militar, na guerrilha do Araguaia, no massacre da Lapa, e no Caparaó;
- Ao meu pai, Pedro Molina, e a minha mãe, Júlia Ribeiro, ao meu irmão Paulo Roberto Molina, que se foram, mas permanecem presentes, vivos, na memória e na sede de viver;
- Aos jovens que se rebelam contra o consumismo, aos militantes sociais, aos sindicalistas que não se adaptaram ao neoliberalismo, as organizações populares, trabalhadores e intelectuais que resistiram e combateram, resistem e combatem o neoliberalismo, e que lutam pela democracia e por um futuro socialista para a humanidade;
- À Beth Serra Oliveira, pela presença sempre solidária, carinhosa, otimista, combativa, perseverante, cotidiana, cúmplice, amante e companheira de tantas batalhas vividas e outras tantas por viver.
- À minha filha Vitória, que, como seu próprio nome afirma, é fruto do amor, da perseverança, da luta e da generosidade, e símbolo da busca de um mundo de flores, poesia, riso e pão para todos os seres humanos.
- Ao mano Hélio Molina, às manas Tania e Wania, à minha incansável madrasta Maria “Joinha” Molina, aos sobrinhos Serginho, Lozer, Fernandinho e às sobrinhas Letícia, Kelly e Dani

AGRADECIMENTOS

São centenas de amigos e amigas,
companheiros e companheiras de militância no movimento estudantil da década de 1980, no movimento sindical, na educação dos trabalhadores, nas lutas políticas do tempo atual e passado alunos, alunas, ex-alunos, ex-alunas, educadores e educadoras do Programa Integrar, do Programa Integração, da Universidade Estácio de Sá, do Sindpd/RJ

São tantas pessoas que passaram pela minha vida,
tantos que ainda permanecem
Lembrar de todos não me é possível agora,
Correr o risco de esquecer alguém, muito menos.

Agradeço à professora Maria Ciavatta Franco, pela elegância intelectual, pela atenção sempre serena e construtiva, acima de tudo pela tolerância com um sindicalista intelectualmente indisciplinado e politicamente inquieto.

Agradeço ao Professor Gaudêncio Frigotto, pela amizade e referência ética, que sinto prazer e orgulho em cultivar.

Agradeço à professora Neise Deluiz, pelo reencontro e pela leitura crítica deste trabalho,

Aos colegas professores da Faculdade de Educação, e aos colegas de mestrado,

“Todas as coisas de que falo são de carne
Como o verão e o salário.

Mortalmente inseridos no tempo,
Estão dispersas como o ar
No mercado, nas oficinas,
Nas ruas, nos hotéis de viagem.

São coisas, todas elas
Cotidianas, como bocas e mãos
Sonhos, greves, denúncias,
Acidentes do trabalho e do amor.

Coisas de que falam os jornais
Às vezes tão rudes
Às vezes tão escuras

Que mesmo a poesia as ilumina com dificuldade
Mas é nelas que te vejo pulsando,
Mundo novo
Ainda em estado de soluços e esperanças”.

Ferreira Gullar

RESUMO

METAMORFOSE CAPITALISTA E EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: A TRAVESSIA CONTRADITÓRIA

(Uma análise da política de formação da CUT do Programa Integrar no Rio de Janeiro)

Esta dissertação está inserida no contexto histórico, social e político brasileiro. Nela buscamos produzir uma reflexão crítica sobre a categoria trabalho, e a identidade do trabalhador, resgatando os seus sentidos ontológico e histórico, sua centralidade na produção dos seres humanos e da vida material, e problematizar o que se convencionou denominar de crise do trabalho assalariado, crise da sociedade do emprego ou ainda de crise da sociedade industrial. Analisamos, do ponto de vista da totalidade social, os determinantes e condicionantes produzidos pelas metamorfoses do capital e do capitalismo mundializado, no mundo do trabalho e suas repercussões nas estratégias da CUT, nos anos da década de 1990. Historicizamos o novo sindicalismo e a Central Única dos Trabalhadores, analisamos sua presença na história recente do país enquanto sujeito político concreto, e as metamorfoses de sua política nas relações com o capital, até que ponto essa relação significou uma adaptação à ideologia do capital. Resgatamos e analisamos, em perspectiva histórica, a relação entre educação e qualificação profissional e reestruturação capitalista no Brasil, as políticas desenvolvidas pelo Estado e investigamos os pressupostos político-pedagógicos dos programas de formação desenvolvidos pela CUT nos anos da década de 1990. Conhecemos criticamente, nos aspectos concretos e objetivos, a concepção, implantação e desenvolvimento do projeto político-pedagógico do *Programa Integrar, de Elevação de Escolaridade em Ensino Fundamental e Requalificação Profissional*, no Estado do Rio de Janeiro (no período de 1997 a 2002) e as estratégias políticas da Confederação Nacional dos Metalúrgicos nele inseridos. Procuramos demonstrar que a relevância deste programa está na *fecundidade contraditória* que ele é portador, quando, ao mesmo tempo em que resgata a dignidade, realimenta a esperança e desenvolve o exercício da cidadania e da participação ativa dos trabalhadores na esfera pública da sociedade, enfrenta limites e possibilidades de aplicação de políticas compensatórias, de adequação à lógica neoliberal e ao novo projeto de mundo do capitalismo.

ABSTRACT

Capítulo 1:

A gênese do trabalho e a fantasia burguesa do capital eterno.....15

- 1.1. – O sentido emancipatório do trabalho e sua centralidade na vida social16
- 1.2. – O trabalho na forma capital e sua crise.....20
- 1.3. – As apologias do fim do trabalho e a insuficiência material de suas teses..... 25
- 1.4. – Alternativas à crise do assalariamento: para além do trabalho assalariado.....33
- 1.4.1. – Do reino da necessidade ao reino da liberdade e suas mediações.....33
- 1.4.2. – O flagelo capitalista e o futuro do trabalho.....40

Capítulo 2:

As metamorfoses do capitalismo mundializado.....46

- 2.1. – A eternização do presente, o fetiche da mercadoria e o espetáculo do consumo.....48
- 2.1.1. – O deus mercado e a religião do dinheiro.....52
- 2.2. – O sócio metabolismo destrutivo do capital.....54
- 2.2.1. – O abismo social da racionalidade destrutiva capitalista.....58
- 2.2.2. – Mundialização do capital, neo imperialismo ?59
- 2.2.3 . – Cenários: Arrancar alegrias ao futuro?62
- 2.4. – A metamorfose capitalista no Brasil.....64

Capítulo 3:

A Hegemonia Capitalista e as Metamorfoses da CUT.....68

- 3.1. – Hegemonia capitalista e as metamorfoses da CUT.....68
- 3.2. – o terreno histórico de onde germinou a CUT.....71
- 3.3. – Resistência à longa noite da ditadura.....77
- 3.4. – Das lutas brota o novo sindicalismo.....81
- 3.5. – Princípios e concepções de uma autonomia sindical.....86
- 3.6. – Travessia contraditória, a crise de identidade da CUT e a tentação de adaptar-se....96

Capítulo 4:

Educação profissional no Brasil: Século XX – o fio da História.....102

4.1. – Formação profissional no Brasil: Breve resgate da experiência sindical.....	103
4.2. – Formação profissional e sindicalismo-CUT na década de 1980.....	106
4.3. – A CUT e a educação dos trabalhadores na década neoliberal.....	110
4.4. – Quem trabalha e luta também educa.....	116
4.5. – Os trabalhadores , a qualificação e os novos paradigmas produtivos.....	124
4.5.1. – A ideologia da qualificação.....	126
4.5.2. – Insegurança e sofrimento do trabalhador.....	131
4.6. – A identidade da formação da CUT.....	135

Capítulo 5:

A Travessia contraditória: O Programa Integrar /CNM..... 139

5.1. – Gênese e historicidade: sobre ilusão fecunda.....	139
5.2. – O espectro do desemprego fragmenta os trabalhadores.....	142
5.3. – Os metalúrgicos e a ação sindical sobre a educação e trabalho.....	146
5.4. – Princípios políticos de uma prática pedagógica emancipatória.....	150
5.5. – Metodologias: As diversas interfaces do mesmo sujeito.....	156
1.0. – O Programa Integrar no Rio de Janeiro: A Pedagogia da Resistência.....	167
5.6.1. – Breve Histórico.....	167
5.6.2. –O processo de avaliação e a certificação dos alunos.....	167
5.6.3. – Fontes de financiamento e dependência doFAT.....	168
5.6.4. – A abrangência física e a dimensão política no RJ.....	169
5.6.5. – Oficinas pedagógicas e a formação para a cidadania.....	170
5.6.6. – Temas desenvolvidos e parcerias pedagógicas.....	171
5.6.7. – Considerações da equipe pedagógica.....	173
2. – Considerações finais.....	174
7. – Bibliografia.....	179

Introdução

“Mesmo com tanta ilusão perdida, quebrada, mesmo com tanto caco de sonho, até hoje a gente se corta”. (Alex Polari)

Somos sujeitos históricos, a construção de nossa consciência é resultado de processos sociais e interações culturais. Produzimos e somos produzidos historicamente. Sabemos, a história é produto das contradições sociais, econômicas, políticas e culturais inseridas na vida material. Portanto, a *escolha de um objeto de estudo* é resultado de fatores objetivos, colocados pelas necessidades, interesses e demandas acadêmicas e profissionais, mas sobretudo, pelas *motivações subjetivas*, construídas a partir das *experiências vividas e das tomadas de posições ético-políticas diante da realidade que nos cerca*. Um estudo acadêmico, a nosso ver, deve contribuir para transformar concretamente as condições de vida dos trabalhadores – que com sua força de trabalho produzem as riquezas e valores que permitem, entre outras coisas, a existência de uma

universidade pública. Nossa pesquisa procurou somar esforços para a luta emancipatória da classe trabalhadora.

Desde o final da adolescência, nos anos de 1980 a 1983, ainda estudante secundarista, assumi um engajamento político e militante nas lutas que emergiram na conjuntura contra a ditadura militar, e reconstrução dos movimentos sociais e políticos, da classe trabalhadora e do movimento estudantil. Nos anos de 1985 a 1989 estive presente, como estudante de História, militante dirigente estudantil, na reconstrução da *União Nacional dos Estudantes* e na fundação e consolidação da *Central Única dos Trabalhadores*; nas mobilizações em torno da *Constituinte de 1988*, no *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*); nas *eleições presidenciais* de 1989; nas lutas e propostas políticas construídas na década de 1980 e nos difíceis anos da década de 1990, de implantação e consolidação da hegemonia neoliberal, e de refluxos, impasses e derrotas profundas para os movimentos da classe trabalhadora e dos excluídos no Brasil.

Essa trajetória política estimulou minha opção pelo curso de História, iniciado e interrompido na década de 1980 - retomado em 1995 na Universidade Federal Fluminense - e ao trabalho com organização e formação política e sindical em sindicatos de trabalhadores e na CUT, e com educação, em organizações dos movimentos sociais, a partir de 1992.

Nos últimos seis anos venho desenvolvendo minhas atividades profissionais e políticas no campo da educação profissional e formação política e sindical dos trabalhadores, e numa relação muito próxima ao *Programa Integrar*, acompanhando a sua implementação e consolidação como programa de escolarização e qualificação profissional de trabalhadores que já se estende por 12 municípios do Estado do Rio de Janeiro, e que já certificou mais de 700 trabalhadores nos anos de 1998 a 2002, e mais ultimamente no Sindpd-RJ - Sindicato dos Trabalhadores em Informática, com uma fértil passagem pelo *Programa Integração/Sintel-Rio*.

A relevância desta proposta de estudo está na *fecundidade contraditória* de um projeto que, ao mesmo tempo em que resgata a dignidade, realimenta a esperança e desenvolve o exercício da cidadania e da participação ativa dos trabalhadores na esfera pública da sociedade, enfrenta limites e possibilidades de aplicação de políticas compensatórias, de adequação à lógica neoliberal e ao novo projeto de mundo do capitalismo.

Neste trabalho, analisamos os pressupostos objetivos e subjetivos, as propostas e experiências desenvolvidas pelo *Programa Integrar*, especificamente o desenvolvido no Estado

do Rio de Janeiro, no período de 1997 a 2002, procurando dimensionar sua concreticidade, a partir de quatro *hipóteses de trabalho*, que se materializaram nos quatro capítulos desta dissertação.

No capítulo 1, fizemos um debate sobre o impacto da hegemonia do capital e seu projeto ideológico de destruir a *identidade do trabalhador*, buscando pensar e responder criticamente a este problema é que nos desafiamos a fazer uma análise da *categoria trabalho*, resgatando os seus sentidos ontológico e histórico, sua centralidade na produção dos seres humanos e da vida material, e problematizar o que se convencionou denominar de “*crise do trabalho assalariado*”, *crise da sociedade do emprego*” ou ainda de “*crise da sociedade industrial*” tanto em literaturas de corte ideológico liberal e burguês, quanto nas análises de respeitáveis autores de filiação à esquerda e que se reivindicam críticos do capital e do capitalismo.

No capítulo 2, nosso intento foi fazer uma breve análise das metamorfoses históricas, econômicas, sócio políticas, culturais, do capitalismo nas últimas décadas do século XX, particularmente nas de 1980 e 1990. Procuramos situá-las na totalidade das relações sociais, considerando a mundialização do capital (Chesnais, 1996) e suas atuais formas sociais e ideológicas de produção e reprodução – a chamada globalização, ou “neoimperialismo”, como afirmam alguns autores, como Petras (1998), Ianni, 1996 (Teorias da globalização, Civilização Brasileira a crise do Estado de Bem Estar Social e a hegemonia do neoliberalismo. Metamorfoses estas que se refletem nas condições de vida da população do planeta, em geral, e do Brasil.

No capítulo 3 analisamos os impactos das políticas neoliberais na classe trabalhadora, e em especial no movimento sindical e suas organizações representativas – os sindicatos e a CUT – principal Central Sindical do Brasil. Por uma questão metodológica, fizemos uma historicização do sujeito coletivo CUT, em suas múltiplas relações, sua gênese, o contexto sócio-histórico em que ela entra em cena como protagonista na sociedade brasileira, seu desenvolvimento e consolidação, suas metamorfoses orgânicas, sua identidade política, e aquilo que se convencionou denominar, entre os estudiosos do tema, de a crise de identidade do sindicalismo CUTista. Analisamos, os efeitos da ofensiva neoliberal e sua lógica destrutiva.

No capítulo 4, analisamos a relação entre os sindicatos e a educação dos trabalhadores. Os termos *educação profissional (EP)*, *formação profissional (FP)* e *qualificação profissional (QP)* buscando compreender as análises do que correntemente define, pela ótica do capital, a “*preparação para o trabalho*”.

Ao analisar o tema, delimitamos em que terreno conceitual estamos pisando, pois a literatura acadêmica e sindical aborda os conceitos *educação-formação-qualificação* acrescentando o adjetivo *profissional*, muitas vezes como se fossem as mesmas coisas, o que gera mais confusão que esclarecimento. No presente trabalho, ora utilizamos o conceito “*Educação Profissional*”, ora “*Formação Profissional*”, tendo como pressupostos a formação integral do ser humano em todas as suas dimensões e lateralidades. Essa formação abarca a apropriação de habilidades e aprendizagens múltiplas e desenvolvimento intelectual dos seres humanos, do ponto de vista físico, moral, ético, político, profissional. Um processo de integração dos indivíduos com a vida social, a natureza e o mundo do trabalho, nelas inserido.

No capítulo 5, analisamos o *Programa Integrar*, como resultado da ação da *Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM/CUT* - na formulação e execução de programas de educação e formação profissional dos trabalhadores metalúrgicos, entre os anos de 1995 e 2001. Procuramos conhecer sua gênese e seu desenvolvimento, no período de 1996 a 2001, em especial o programa que é desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro, buscando evidenciar os limites e as possibilidades do seu projeto político pedagógico.

Em consonância com nossos objetivos, tem como referência teórica as categorias *totalidade, mediação e contradição*. O nosso objeto é visto e analisado dentro de uma perspectiva histórica. Historicizar o objeto nos permite articular pensamento e ação e compreender a história como processo e como método. A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá *na* e *pela práxis*, vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto.

Com base nesses pressupostos teórico-metodológicos, fizemos uma revisão de literatura existente sobre o tema, à luz das transformações no mundo do trabalho na década de 90, a reestruturação produtiva e relações de trabalho, como também a literatura que busca analisar os condicionantes históricos e políticos dessas mudanças nos processos de formação da CUT. Para realizar esse trabalho tomamos como fonte os materiais já produzidos pelo *Programa Integrar* (cadernos de orientação metodológica, textos de análises, relatórios, publicações em livros e revistas) e outras análises e publicações produzidas por estudiosos do tema; acompanhamos e participamos de encontros, cursos de capacitação, laboratórios e oficinas pedagógicas, particularmente, nas atividades em que atuamos como educador e na equipe responsável pela elaboração temática e pelo desenvolvimento das oficinas pedagógicas.

Capítulo 1:

A gênese do trabalho e a fantasia burguesa do capital eterno

“ O oposto do retrato que desvela é aquele que oculta. pior ainda, aquele que executa a mais cruel das rapinagens: O roubo de alma., contava o sertanista Orlando Villas boas que, entre nossos indígenas, o roubo de alma era a mais temida entre as maldades cometidas pelos espíritos da floresta. Ela extraía do guerreiro sua principal arma: Sua identidade. Para contorná-la, toda a aldeia se enlaçava em torno do corpo esvaziado, num ritual de rememoração em que a vida, as crenças e os sentimentos da vítima eram repassados ininterruptamente, até devolver-lhe a essência subtraída.” (Frei Beto, o Globo, 27/02/2003)

Nas atividades profissionais de formação política e sindical, a que estamos inseridos como *formadores da* Rede Nacional de Formação da CUT, quando reunimos os(as) trabalhadores(es) para um evento formativo, seja uma oficina, um seminário, um curso, uma aula, uma reunião, etc, fazemos uma dinâmica de apresentação em que basicamente cada um dos participantes se apresenta, fala um pouco da sua origem, trajetória de vida, gostos, expectativas e projetos, e diz o que o *identifica* com aquele grupo, o que, ali naquele espaço, nos *torna iguais*.

A palavra *trabalho, trabalhador e classe trabalhadora* são as maiores referências, tanto como atividade profissional, lugar no mundo, definição ético-valorativa e sentido de *pertencimento social*.

Segundo Jacques(1997) a *identidade* é uma expressão subjetiva e se refere a tudo aquilo que é vivenciado como *eu* em resposta à pergunta “*quem és ?*” sendo apreendida através da representação de si mesmo. Para Costa (1989) *constitui-se como um sistema de representações diversas*. Ou como “*múltiplos personagens que ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam, mas com aparência unívoca e estável*” Ciampa, (1987) etimologia da palavra remete a *Ídem*, do latim, *o mesmo*.

No entanto, ainda se referenciando em Jacques, na literatura sociológica, epistemológica, e histórico antropológica, ela implica a idéia de *construção, processualidade,*

metamorfose, um constante “*estar sendo*”, embora se apresente como “*ser*”. Refere-se a movimentos que dizem respeito à singularidade humana quanto a particularidade de grupos, segmentos, estratos, *classes*, culturas.

As profundas metamorfoses operadas no modo de produção capitalista durante o século XX, e particularmente no final deste, no sentido de superação de sua crise e de ampliação e manutenção de sua dominação, têm na destruição da *identidade do trabalhador* e da sua etimologia sócio histórico-cultural – *o trabalho* – uma de suas armas mais eficazes e poderosas.

Buscando pensar e responder criticamente a este problema é que neste capítulo nos desafiamos a fazer uma análise da categoria trabalho, resgatando os seus sentidos ontológico e histórico, sua centralidade na produção dos seres humanos e da vida material, e problematizar o que se convencionou denominar de “*crise do trabalho assalariado*”, *crise da sociedade do emprego*” ou ainda de “*crise da sociedade industrial*” tanto em literaturas de corte ideológico liberal e burguês, quanto nas análises de respeitáveis autores de filiação à esquerda e que se reivindicam críticos do capital e do capitalismo.

1.1. – O sentido emancipatório do trabalho e sua centralidade na vida social

Existe, atualmente, uma abundante literatura crítica que trata das formas históricas de subordinação do trabalho ao capital (*taylorismo, fordismo, neo-fordismo, pós-fordismo ou produção/acumulação flexível*) e das lutas da classe trabalhadora no enfrentamento do capitalismo, dentre elas citamos Hirata, Prado, Harvey, Corriat, Catani Antunes, Mattoso, Tumolo, Rummert, Frigotto. Aqui, em sua *positividade*, o trabalho pode ser sentido e entendido como *criação, prazer, emancipação*;

“...na verdade...eu tive que abandonar a escola, para sobreviver. Era estudar ou trabalhar. Resolvi voltar a estudar. Eu sobrevivo pintando, aprendi com a vida, faço isso desde menino, fazendo, sem nenhuma escola de arte, desenho ou pintura. Dizem que sou auto-didata. Sei que o meu trabalho traz prazer para as pessoas que olham, e por isso também me dá prazer! Aquelas telas pintadas e penduradas são mais que uma tela, na verdade são viagens que faço por dentro de minha alma, retirando o que há de bonito na minha imaginação.

Quando eu pinto sei que estou criando, livremente, e não existe fronteiras ou limites para criar. As cores combinadas inventam novas cores, para se criar uma paisagem, invento, primeiro várias outras paisagens, até que fica definido qual será, enfim, a pintura final. E se eu parar um pouco, e recomeçar noutro dia, já me vem outra idéia sobre a mesma pintura do

dia anterior. É um barato criar e desafiar a gente mesmo. Todo trabalho deveria ser assim...mas não é!” (Depoimento de um outro aluno/trabalhador, do Programa Integrar/RJ, de Ensino Médio, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT)¹

Ou em sua negatividade, sentido e entendido como *fardo, obrigação, maldição*:

“O que é o trabalho? Ah, professor... porque é que eu trabalho? quer que eu seja sincero? Mesmo? Se tenho prazer? Prazer? Nenhum, como vou ter prazer com uma coisa que me torna a vida pesada? Para mim, trabalhar significa carregar uma enorme cruz, um pesadelo, como uma penitência que tenho que pagar, todos os dias. Já saio de casa cansada, e repito as tarefas por obrigação, por necessidade, por causa de uma merreca de salário. O que ganho é indigno, que nem consigo dar comida e escola para meus filhos.

A aporrinhção é insuportável. Tudo já vem pronto, só faço executar o que os outros mandam. Fico contando as horas passarem, e quando chega o momento de ir embora, é como se fosse uma cangalha que retiro das costas, bato o ponto... saio correndo, ufa!!. E chego em casa ainda faço comida para filhos e marido, e lavo roupa, e arrumo casa de noite. Fico só o bagaço.

(Depoimento de uma aluna/trabalhadora do Programa Integrar/RJ, de Ensino Médio, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT).

Estes depoimentos sobre o trabalho são repetidos por milhões de trabalhadores e trabalhadoras, todos os dias, no mundo todo. No trabalho, ou na apropriação dele e do produto dele, estão contidas enormes e paradoxais contradições. Os sentidos contraditórios do trabalho, no primeiro caso expressando sua *negatividade*, como peso, penitência, sacrifício, obrigação, alienação, exploração, opressão, cativo mesmo. No segundo, exprimindo sua *positividade*, sua face emancipatória, como fonte de criatividade, realização, prazer. Muito mais que a busca do sustento material, lugar da liberdade.

Afinal, o trabalho é isso? Ou aquilo? É só isso, ou só aquilo? É natural que seja assim? Qual a relação dessa afirmação com as relações econômicas de produção, as engrenagens sociais, e o processo da história, enfim? É sobre isso que queremos refletir. O trabalho, a alienação, condição humana de permanente busca de ser feliz e ter na emancipação pelo trabalho sua liberdade plena.

¹ Estes são dois exemplos contrastantes de dezenas de depoimentos originais, que recolhi e guardei, de alunos trabalhadores do *Programa Integrar de Ensino Fundamental do Estado do Rio de Janeiro* que participavam de uma *Oficina Pedagógica do Programa Integrar*. Neste caso eles foram solicitados a escreverem seu sentimento e percepção sobre *o trabalho no mundo atual*. O tema da oficina era *“Globalização, trabalho e reestruturação produtiva”*, em setembro de 1999, no núcleo de Niterói.

Em dado momento da presença humana na terra, ainda não delimitado pelos estudiosos da Arqueologia, da História, da Antropologia, e mesmo da Biologia, o ser humano - ou seu ancestral -, motivado por alguma dificuldade objetiva à sua relação com o meio que o circundava

“observou demoradamente a natureza, escolheu um ponto determinado – uma árvore, uma curva de rio, um animal, uma pedra -, mentalmente interrogou-se sobre como poderia transforma-lo de uma maneira a conseguir sanar seu problema e, após elaborar um plano mental, debruçou-se sobre aquela parcela da natureza e transformou-a segundo sua necessidade”.(Gurgel, 2000)

Esta relação mediadora entre o homem e natureza imprime uma atividade intencional, orientada pela inteligência e produto, unicamente, da espécie humana: *O trabalho*. Atividade que não se limita apenas a transformar o material sobre o qual o homem decide operar, mas que busca imprimir nele o projeto que, conscientemente, tem como objetivo. A partir do instante em que o trabalho deixou de ser uma mera atividade instintiva, passando a ser o resultado de um plano previamente elaborado, ali teve início a espécie humana, com sua capacidade original e única de transformar a realidade de acordo com seus desejos.

De lá para cá, ela vem criando e recriando não somente o mundo, mas também a sua própria forma de ser e de se comportar. Cada ser humano é, portanto, proprietário de uma parte da força de trabalho total da comunidade, da sociedade e da espécie. Força essa que se inclui numa categoria especial, diferente de todas as outras, pelo simples fato de ser humana (é um recurso exclusivo de nossa espécie) .

O trabalho é a atividade essencial do homem, uma categoria constitutiva da vida humana, através da qual se põe em contato com sua exterioridade e com os outros, com os quais e para os quais realiza esta tarefa. Ao dominar e transformar a natureza pelo trabalho, e a partir daí construir sua própria vida,

*“O homem foi definido como o animal que constrói seus próprios utensílios. É correto, mas é preciso acrescentar que construir e usar instrumentos implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo. Esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída no homem da existência animalesca. Também sob este aspecto o trabalho se revela como o instrumento da auto criação do homem como homem. Com sua auto realização, que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, auto fundado: o **ser social** (Luckács , 1981, P.54)*

Luckács diz que

“todas as outras categorias desta forma de ser (ser social) têm, essencialmente, já um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações dela, ainda que sejam muito primitiva, pressupõe o salto como já acontecido”. (Luckács, 1981, p.13 e 14).

No sentido Lukácsiano, é o trabalho que realiza o salto ontológico entre a esfera animal (orgânica) e a social . Esta é a única categoria do ser social que tem um caráter eminentemente intermediário, isto é, ele constitui o móvel da inter-relação material entre homem e natureza. A categoria trabalho é a atividade que transforma um produto natural em um objeto social, uma mediação entre o humano e a natureza, e através da qual se processa a socialização dos seres humanos. O trabalho, portanto, é o elemento fundante e estruturante da materialidade humano-social e mediador da vida social do ser.

Para se ter a dimensão do ser do homem é necessário que o analise em sua processualidade concreta, real, na produção e reprodução de sua vida material. Nela reside a diferença fundante entre os seres humanos e a natureza. Como e através de que o ser humano assegura sua existência físico-material?

O trabalho possibilita transformar energias naturais em energias socializadas, possibilitando, assim, a auto-reprodução do indivíduo e das espécies por meio do desenvolvimento e da diferenciação das necessidades, na medida em que as necessidades humanas são determinadas historicamente, o trabalho dedicado a satisfazê-las não pode se limitar a uma quantidade e a uma forma histórica dada.

Nos *Manuscritos de 1848, número 22*, Marx assim define os sentidos do trabalho na produção do ser humano e na produção da vida social:

“suponhamos que produzimos os seres humanos: em relação a si próprio e ao outro. 1) Em minha produção, eu realizaria minha individualidade, minha particularidade. Trabalhando, experimento alegria de manifestar a individualidade de minha vida e, contemplando o objeto produzido, alegro-me ao reconhecer minha própria pessoa como um potencial que se realizou, como algo invisível, tangível, objetivo.2) O uso que você faça do que produzi e o prazer que obtenha, dar-me-ia alegria espiritual de satisfazer, através do meu trabalho, uma necessidade humana, de contribuir para a realização da natureza humana e de aportar ao outro o que lhe é necessário. 3) Eu teria consciência de atuar como mediador entre você e o gênero humano , de ser experimentado e reconhecido por você como um complemento de seu próprio ser e como parte indispensável de você mesmo, de ser acolhido em seu espírito e em seu

amor. 4) Teria a alegria de que o que a minha vida produz sirva para a realização da sua vida, de cumprir na minha atividade particular a universalidade de minha natureza, de minha sociabilidade humana. Nossas produções seriam como espelhos em que nossos seres se irradiam um ao outro”(Marx, 1844,22)

1.2. O trabalho na forma capital e sua crise.

A crise do trabalho é, especificamente, do trabalho explorado na relação capital/trabalho, portanto uma crise capitalista de produção². Os ideólogos do capital, de diferentes matizes e nos diferentes meios de comunicação e de hegemonia cultural, usam essa crise para denunciar como superada e insuficiente a crítica marxista da economia política. Suas denúncias têm como pressuposto que o tempo de trabalho já não desempenha papel relevante na era das redes, dos computadores e dos robôs, argumentado que a redução da relação social em tempo de trabalho abstrato aparece em toda parte.

Essa crise, segundo Marx, é um produto complexo, mas previsível, pois *“o roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, torna-se uma base miserável se considerarmos aquela recém desenvolvida e que foi criada pela própria grande indústria. A partir do momento em que o trabalho sob sua forma imediata deixou de ser , necessariamente, a medida de valor de uso”*.

O capital, por um lado, *“dá vida a todas as capacidades da ciência e da natureza, assim como da combinação social, para fazer com que a criação da riqueza seja relativamente independente do tempo de trabalho a que se refere”*. Por outro lado, continua MARX *“quer medir estas gigantescas forças sociais assim criadas e aprisioná-las nos limites requeridos para conservar o valor como valor já criado”*. (Marx, 1857).

Em meados do século XIX, Marx anunciava a crise da lei de valor como resultante do próprio desenvolvimento da capacidade de produção: a medição da riqueza por meio do tempo de trabalho torna-se uma “base miserável” a partir do momento em que as forças mediatas do trabalho (a parte do trabalho e do saber acumuladas no curso das gerações) prevalecem sobre as formas imediatas e a criação de riquezas se faz relativamente independente diretamente do tempo utilizado na sua produção.

² Partimos aqui da concepção Luckacsiana de trabalho criador, para discutir uma de suas formas históricas , o trabalho assalariado sob o modo de produção capitalista.

Quando Gorz escreve que “*o tempo de trabalho continua, contudo, sendo a base sobre a qual se distribuem as rendas*”, ainda que o tempo de trabalho “*tenha deixado de ser a medida da riqueza criada*” limita-se a parafrasear Marx, agregando uma confusão: o tempo de trabalho continua sendo socialmente a medida da riqueza criada, mas uma medida cada vez mais miserável e irracional.

A crise da lei do valor não significa o desaparecimento do trabalho no sentido geral do termo. Este é o resultado da evolução atual. A lei do valor torna-se caduca. Exige, de fato, outra economia, na qual nem os preços reflitam o custo do trabalho imediato, cada vez mais marginal, contido nos produtos e nos meios de trabalho, nem o sistema de preços expresse o valor de troca dos produtos.

Os preços serão necessariamente preços políticos, e o sistema de preços o reflexo da escolha pela sociedade de um modelo de consumo de civilização, de vida, insiste Gorz

Diferentemente da maior parte dos críticos superficiais do trabalho e dos profetas de seu desaparecimento, as questões levantadas por André Gorz guardam alguma coerência neste aspecto. Trabalho é uma atividade humano-social pela qual os seres humanos em relação com outros seres humanos estabelecem relações com a natureza e que, mediante os meios e instrumentos de produção, a transformam em bem úteis que os produzem e os reproduzem. Entretanto, o trabalho de que se trata na sociedade realmente existente não é um trabalho livre, amoroso, emancipado, mas um trabalho obrigatório, doloroso, alienado, nas condições de desumanidade real do capital. Mais que um desencantamento do futuro no presente, é a próprio opacidade do presente.

No modo de produção capitalista, o trabalho contido na mercadoria possui duplo caráter, o trabalho concreto, que corresponde à utilidade da mercadoria, seu valor de uso, e às dimensões qualitativas dos diversos trabalhos úteis, é o trabalho abstrato, que corresponde ao valor de troca da mercadoria, independentemente das variações das características particulares dos diversos ofícios.

O conceito de trabalho abstrato refere-se ao dispêndio de energia humana, sem considerar as múltiplas formas em que é empregada. E nessa qualidade de trabalho humano abstrato que o trabalho cria o valor das mercadorias. O modo de existência quantitativo do trabalho é o tempo de trabalho uniforme e indiferenciado, como diria Marx, “*como valor de troca, o produto do trabalho mais complexo é uma proporção determinada do produto do trabalho médio simples; trata-se de uma equação com um quantum determinado desse trabalho simples*”.

Este conceito de trabalho abstrato, segundo Bensaid (1999:08)

“foi elaborada paralelamente ao de tempo abstrato, que a física e a astronomia empregaram de forma cada vez mais precisa, graças ao desenvolvimento dos instrumentos de medição do tempo. O tempo da física, medido pelos relógios é uma abstração. Medido pelo tempo, o trabalho toma emprestado de seu instrumento de medida um caráter essencial, a abstração”.

O trabalho abstrato, aplicado a um tempo nas condições acima citadas, é um resultado da troca mercantil generalizada. Para Marx, esse processo de abstração do trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos passam, com facilidade, de um trabalho a outro e o tipo de trabalho determinado resulta indiferente. O trabalho concreto corresponde à utilidade da mercadoria, seu valor de uso, e às características qualitativas dos diversos trabalhos úteis.

Nessa sociedade, continua Marx,

“o trabalho se converteu, não só numa categoria mas na própria realidade, e um meio para criar a riqueza em geral, deixando de estar vinculado aos indivíduos como determinação dentro de uma particularidade”. Nestas condições, “alcançou seu mais alto grau de desenvolvimento na forma de existência mais moderna das sociedades burguesas, onde a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho sem mais, ponto de partida da economia moderna, torna-se verdade prática”.

Em outras palavras, ao produzirem as condições para viver, os homens e mulheres constroem as relações sociais, criam as formas de organização dessas relações e alimentam as possibilidades de conservar e ou transformar a vida social existente. Historicamente existem diferentes formas de produzir e reproduzir a vida social. Vivemos em uma forma específica de produzir a vida em sociedade, o capitalismo.

Na formação social capitalista, o trabalho foi transformado em mercadoria. Ou seja, os trabalhadores para sobreviver, trocam a sua capacidade de trabalho por salário. E este, é transformado em mercadorias que representam parte das condições das quais os trabalhadores poderão satisfazer as suas necessidade básicas (e outras tantas), e a variedade de mercadorias criadas pelas mãos humanas parece ter chegado a números quase incalculáveis.

O trabalhador, sujeito fundamental da produção da riqueza social é submetido a um processo progressivo de empobrecimento, e pressionado a incorporar na sua formação,

informações que em nada asseguram seu ingresso no mercado de trabalho ou ainda, sua permanência neste. Assim, é impossível e inaceitável confundir essa força com qualquer outro meios existente de se executar tarefas, ainda que os capitalistas insistam em tratar o cavalo, o tear mecânico, o vapor, o motor a combustão, a energia elétrica, o telefone e a força humana como equivalentes, pois a eles o que interessa é apenas o resultado da produção, ou seja, o aumento de suas taxas de lucros.

O trabalho, em sua forma original, passou por séculos de metamorfoses – das formas primitivas de relação com a natureza e de atuação sobre ela como imperativo de sobrevivência, ao artesanato e agricultura, até as corporações de ofício da Idade Média e da transição para a Idade Moderna, aos modernos sistemas industriais de fábricas -, atingindo o complexo sistema de exploração que hoje conhecemos.

Do século XII, período no qual o capitalismo começa a ser gerado, até os dias de hoje, já no século XXI, o trabalho organizou-se, estruturou-se e alcançou níveis de especialização e lucratividade nunca imaginados. Desde a primeira Revolução Industrial, as inovações tecnológicas têm sido recorrentemente consideradas uma ameaça aos empregos, sobretudo em períodos de crise. Se no início os trabalhadores destruíram as máquinas têxteis, assustados com as consequências de sua introdução, hoje esse paradoxo se aprofunda.

Com efeito, ao final do século XX, a humanidade experimentou um extraordinário avanço científico e tecnológico e, sob a hegemonia do capital, houve mais destruição do que bem estar. As contradições provocadas pela sua mundialização (Chesnais, 1998), atingem o conjunto da humanidade. A nova base técnica do trabalho, produto da extraordinária revolução eletrônica, produz robôs, máquinas informatizadas que, como nunca, podem aumentar a produtividade e a qualidade da produção, prescindindo de milhões de cérebros e braços, ao mesmo tempo em que ampliam a exploração e a precarização dos trabalhadores empregados e produzem um contingente absurdo de desempregados.

Os processos de trabalho, nos diferentes ramos da economia, têm sido incessantemente metamorfoseados, buscando sempre uma maior acumulação de capital. Para o trabalhador, que vende sua força de trabalho, essas transformações nunca representaram algum tipo de melhoria ou ganho duradouro e significativo. Pelo contrário, para ele, submetido à lógica de acumulação e exploração do capital, o trabalho está associado a sofrimento e dor, *(como no caso do aluna trabalhadora, citado no início deste capítulo, que identifica trabalho com*

alienação e fardo) porque o trabalhador não é capaz de decidir sobre aquilo que faz nem sobre o destino das mercadorias e valores que produz. O fruto do seu esforço é apropriado por outra pessoa, é apropriado pelo dono da empresa, pelo proprietário dos meios de produção.

O ser humano, em sua existência material, o tempo todo cria necessidades e cria meios para satisfazê-las. Essas necessidades podem ter conteúdos humanizadores, de emancipação do corpo e expansão espiritual. Ou o seu contrário, desumanizadoras, como é própria do consumismo capitalista e do fetichismo da mercadoria. Isso não significa dizer que não haja limites, de várias ordens, na dilatação de determinados meios que respondem a necessidades historicamente criadas. O trabalho dedicado a satisfazer aquelas necessidades humanas não pode se limitar a uma quantidade e a uma forma historicamente dadas.

No entanto, no modo de produção capitalista não é do trabalho livre, emancipado e emancipador que estamos tratando, mas de um trabalho obrigatório, alienado, de um trabalho abstrato. Subsumido ao capital, o trabalho se converteu em um meio de criar riquezas em geral, deixando de estar vinculado aos indivíduos como determinação dentro de uma particularidade. O modo de existência quantitativo do trabalho e o tempo de trabalho uniforme e diferenciado, simples, por assim dizer, despido de toda qualidade.

Sob o regime do capital, o trabalho alienado, a divisão do trabalho, a lei do mercado e a propriedade privada formam uma cadeia que aprisiona e embrutece quem o produz. Não se pode escapar da alienação da relação salarial sem propor e lutar, ao mesmo tempo, pela apropriação social, planificação democrática e solidária da economia e a substituição da divisão do trabalho pelo trabalho livre, associado e emancipado. Em suma, lutar contra o próprio capital e o capitalismo

Segundo Frigotto (2000)

“o que está em crise é este trabalho específico, o trabalho assalariado e esta relação de assalariamento, no qual o tempo de trabalho abstrato é a medida geral da riqueza social. Ao contrário do ufanismo e cinismo das teses do ‘fim da história’ para significar a eternização da forma capital de relações sociais e, ao mesmo tempo o fim do proletariado, o capitalismo expõe hoje contradições mais profundas do que nunca. A mais candente é a sua capacidade exponencial de produção de bens – mediado por contínuos revolucionamentos científico-tecnológicos”.

A subordinação do trabalho ao capital efetiva-se hoje de forma mais complexa e heterogênea, intensificando seus ritmos e processos, ampliando o trabalho morto e, ao mesmo tempo, efetivando uma necessária interação entre este e o trabalho vivo.

O trabalho em sua forma capital, e o sistema de capital, o capitalismo, produziu um paradoxo. Numa sociedade de superprodução e de produção do supérfluo, por um lado os seres humanos buscam responder às suas necessidades básicas, socioculturais e ético-políticas e estéticas com um tempo de trabalho produtivo cada vez menor, e por outro, a incapacidade do capital de socializar e democratizar essa produção e de gerar efetivamente tempo livre, de liberdade, de emancipação do corpo e de expansão espírito, de expressão de seus talentos e aptidões criativas. São grandes as dificuldades e os problemas presentes nesse debate. De uma forma geral nos perguntamos se é possível um mercado sem relações mercantis, é possível a superação do regime fordista de produção?

1.0. - As apologias do fim do trabalho e a insuficiência material de suas teses

“Nada mais corrompeu o movimento operário alemão do que a convicção de nadar a favor da corrente. Considerou o desenvolvimento técnico como o sentido da corrente. A partir daí, só precisou dar um passo para imaginar que o trabalho industrial representava uma conquista política. Às custas dos operários alemães, a velha ética protestante do trabalho celebrou, de uma forma secularizada, sua ressurreição. Esta concepção de trabalho não se preocupa em saber em que medida os produtos desta trabalho servem aos próprios produtores, que não podem dispor deles. Só se preocupa com o progresso no domínio sobre a natureza, não com as regressões da sociedade.” (Walter Benjamim, Teses sobre o conceito de história, 1940)

Na severa crítica de Benjamim, admitir a hipótese e a tese do fim do trabalho significa aos trabalhadores se renderem à eternidade do capital e de suas formas e conteúdos de dominação. Esta é, portanto, uma questão política e ideológica central na disputa contra o capital e o capitalismo.

A crise do trabalho, portanto, não anuncia o “*fim do trabalho*” no sentido geral do termo, mas designa uma crise da relação capitalista de produção. Crise esta que forma cada vez pior a heterogeneidade e a complexidade de um trabalho socializado, na qual a parte do trabalho morto, aquele realizado pelas gerações precedentes acumulado na forma de saberes e técnicas, é cada vez mais importante.

Como diz Bensaïd (1999),

“..esse não é um debate apenas teórico. Redução do emprego não significa, portanto, o fim do trabalho, mas uma modificação histórica na sua composição orgânica, onde o trabalho morto, passado, ganha prevalência sobre o trabalho vivo, presente. Os desafios sobre o trabalho são muito concretos. As questões da redução do tempo de trabalho ou de garantia de uma renda universal, entre outras”.

Segundo Frigotto,

“dentro do capitalismo o fim do trabalho escravo é uma necessidade tanto em relação à materialidade das relações quanto à ideologia que a sustente. Sem trabalhadores duplamente livres – não escravos, mas sem meios e instrumentos de produção, apenas proprietários de sua força de trabalho, a relação mercantil não se efetiva, assim como não se mascara a farsa da liberdade de escolha. Hoje, no contexto da crise estrutural do emprego, comumente faz-se elogio e apologia do trabalho informal como sendo uma forma de não ter patrões.

Uma primeira distinção fundamental a ser feita e sobre a qual ainda se faz confusão na literatura atual é entre o conceito de trabalho e o conceito de trabalho assalariado ou venda de força de trabalho. O fim do trabalho – e da sua ontológica centralidade na reprodução da vida social – encontra-se proclamado à direita e à esquerda, sem preconceitos. À direita, pelo senso comum produzido pela mídia e por uma gama de autores de algum modo vinculado ao ideário liberal exposto tão efusivamente por Francis Fukuyama³ para quem “*não existe alternativa à democracia liberal, ou ao sistema econômico capitalista global*” e Jeremy Rifkin (1990)⁴ e para o sociólogo do capital e consultor empresarial sobre o “*Ócio Criativo*” Domênico De Masi⁵. E no

³ Funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, que adquiriu notoriedade nos anos de 1989 e 1992, respectivamente com a publicação de um artigo bombástico na revista NATIONAL INTEREST, e do livro “*O fim da história e o último homem*,” retomando na contemporaneidade a célebre anunciação hegeliana sobre o advento de uma forma racional e definitiva de sociabilidade humana, o que supõe a diligência de cassar-lhe o ser social da contestação possível. Aqui citamos trecho de uma longa entrevista ao jornal “*Folha de São Paulo*”, caderno Mundo, p.25, de 27/7/97.

⁴ Este autor, sob um discurso de participação e colaboração é um dos mais requisitados consultores de empresas nos Estados Unidos e da América Latina, principalmente sobre os processos de reestruturação produtiva, gestão de recursos humanos e modernização administrativa. Trata-se de uma referência bibliográfica central nos cursos de graduação, pós graduação e MBA em Administração de Empresas, Economia, Gestão, Negócios e Marketing, nas principais universidades brasileiras, tanto privadas quanto públicas.

⁵ Domênico de Masi, um teórico italiano, com título de doutor e catedrático em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Roma (O mais correto seria em Sociologia do Capital) tem proferido palestras, conferências e simpósios para grandes executivos, chefes, empresários, profissionais de recursos humanos, gestores do capital, enfim, para o capital, com a tese de que vivemos na sociedade do conhecimento, na sociedade tecnológica pós trabalho industrial, e que a grande descoberta, o grande diferencial é a criatividade, o tempo livre, o ao que ele chama de ócio criativo. Seus livros, vendidos ao preço de ouro, parece falar de um outro planeta, onde não existe o capital e o capitalismo, a divisão social do trabalho, a mais valia, a superexploração da força de trabalho, ou a multidão de

espectro intelectual que se reivindica à esquerda, a do filósofo Habermas (1987) e a dos sociólogos Offe (1985) e Gorz (1990) - todos eles autores que pensam a sociedade e o capitalismo contemporâneo e suas processualidades a partir dos países centrais do modo de produção capitalista.

Segundo Hirata (1996) , as duas primeiras obras representativas desse debate foram produzidas por Piore e Sabel (1987) em “*A segunda divisão industrial: possibilidades para prosperidade*” e em “*O fim da divisão do trabalho? A racionalização da produção industrial*” de Kern e Schumann (1989) . O tema do final ou desaparecimento do trabalho é um debate que se repete. Para Hirata, essas teses surgiram na esteira da intensa inovação tecnológica verificada a partir do final da década de 1970 e na década de 1980 e com a emergência dos novos paradigmas organizacionais que se desenvolveram nesse processo, com desdobramentos na requalificação dos trabalhadores e na recomposição das tarefas, ao contrário do aprofundamento a divisão taylorista do trabalho.

Essas mudanças de paradigmas e o acelerado progresso técnico, e a conseqüente supressão dos empregos, principalmente na indústria, explicariam a perda de centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas. Mas, de que está se falando exatamente? Do trabalho em sentido amplo, ontológico e antropológico do termo? Ou do trabalho historicamente determinado pelo modo de produção capitalista, o trabalho assalariado? Quando se diz fim do trabalho, traduza-se o definhamento do trabalho sobre determinada forma histórica – o trabalho assalariado. É inadequado e equivocado, em uma perspectiva ontológica, falar-se do fim do trabalho.

O capital eterno é a fantasia burguesa que projeta prescindir do trabalho ou no mínimo deseja concebê-lo como coisa inerte, incapaz de produzir interesses ou valores , além de mercadorias. Eis uma escatologia conservadora, numa versão intelectualmente mais “*respeitável*” do que o brado histérico de algumas seitas religiosas, metafísicas e apocalípticas que lhe seguem os passos, que decretam o esfacelamento degenerativo das utopias, para, incoerentemente articular um discurso tipicamente utópico, “*suprimindo*” categorias que apreendem os processos reais, imanentes ou não à sociedade.

À esquerda, vários intelectuais tentam substituir a centralidade do trabalho na sociabilidade humana por outros pressupostos morais e políticos e comunicativos, subjetividades, críticas, formas de racionalidade alternativa, ações consensuais, desejos pragmáticos e outras teses que buscam explicar a “*sociedade pós moderna*”, “*pós salarial*”, “*pós industrial*”, “*pós fordista*,

sobrantes, produzidos pela exploração dos capitalistas...estes mesmos que o remunera com gordas quantias de dinheiro, para suas consultorias...retiradas do suor, do sangue e da lágrima do trabalho humano assalariado ou

e o outros tantos neologismos conceituais eivados de componentes ideológicos de corte liberal burguês contra o trabalho e os trabalhadores.

Para Rocha (1999), esse pensamento vem desde os membros da *Escola de Frankfurt* até Gorz, Offe e Kurz passando por Sartre (1960) seu hipnotismo pela “*experiência reflexiva*” dos sujeitos singulares e suas manifestações⁶, secundarizando ou retirando a importância central, a tradição e o papel da classe operária na luta emancipatória – depreciando a importância de seus movimentos e até mesmo chegando a eliminá-lo – e de buscar outros atores sociais que os substituíssem como protagonista da história e da luta política contra o capitalismo.

Além da confusão entre diminuição do emprego e diminuição do trabalho, e de uma concepção reducionista de trabalho ao trabalho industrial assalariado, estes autores trazem à arena de debates uma reflexão sobre a categoria trabalho e sua processualidade social.

Esta cultura, que floresce concomitantemente ao chamado discurso pós moderno e suas propostas de sociabilidade, desaguou num pêndulo que vem oscilando, ao longo de sua longa trajetória, entre posições teoricamente mais próximas entre si do que gostariam de admitir. Ela abarca do ceticismo em relação à emergência do sujeito social coletivo anticapitalista e revolucionário à descrença diante da possibilidade de ruptura estrutural com o modo de produção capitalista, tanto no terreno concreto da economia, quanto na sua ideologia e experiências simbólicas sensíveis.

Essa concepção vê nos assalariados apenas uma condição de objeto passivo. Porém vai mais além, reforça teoricamente a negação de um projeto que busque a desconstrução conceitual do neoliberalismo em suas próprias bases objetivas. No contexto de combate à nova lógica de acumulação capitalista, essas duas visões sobre o trabalho e os trabalhadores se associam e se complementam.

Frequentemente, agem como se a realidade não fosse, como afirma Marx (1999) “*uma síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso*”, inclusive a relação social objetiva do capital com trabalho e suas interioridades ou subjetividades inseparáveis e indescartáveis.

Na década de 1990, como já afirmamos, vários analistas e estudiosos no campo da filosofia e das ciências sociais - entre eles destacamos Habermas, Gorz, Offe e Kurz,

precarizados...ou dos desempregados

⁶ Para conhecer melhor as teses existencialistas, muito em voga nos meios intelectuais europeus e nos movimentos de contestação social de caráter anti soviético e anti stalinista, e com recorte democrático humanista liberal, nos anos das décadas de 1960 e 1970J, ver Sartre, 1960.

empreendem consideráveis e retumbantes engenharias intelectuais, cada qual com suas peculiaridades, para convergir nessa direção.

Habermas (1986,) considera que *“os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação”* tomando de forma absoluta e unilateral uma atividade racional *“que descansa em pretensões de validade reconhecidas intersubjetivamente”* e *“universais”* em substituição a quaisquer *“ação estratégica”* hostil a semelhante *“consenso de fundo”* e concepções que reconhecem a existência do mundo do trabalho como sujeito, já que ambas *“subjazem na base da dialética da luta de classes”* ou se fundam *“mais na práxis do sujeito produtor que na reflexão do sujeito cognoscitivo”*, como se a praxis-reflexão e produção-congnição fossem contraditoriamente irremediáveis (Habermas, 1987). Seu novo paradigma é o conceito de *“ação comunicativa”*, que tem na *“teoria da ação social”* e no método *“estrutural-funcional”* como *“ ponto de referência de uma discussão de orientação sistemática.*

Por seu lado, Offe (1994) considera que *“o trabalho não só foi deslocado objetivamente de seus status de uma realidade de vida central e evidente por só própria: como está perdendo também seu papel de força estimulante central na atividade dos trabalhadores”* carecendo assim de *“uma racionalidade comum”* e de características empíricas compartilhadas, tornando-se pois *“subjetivamente periférico”*, razão pela qual *“a consciência social não deve mais ser reconstruída como consciência de classe”*. Por essas razões, Offe afirma, ainda, que se precisa privilegiar *“novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade”*.

Os argumentos deste autor reafirmam a sinfonia do consenso que prega a degenerescência da luta de classes e a conseqüente dissolução de quaisquer atividades sociais, projetos e políticas referenciados no mundo do trabalho, e da necessária convivência harmônica, racional e comunicativa, num mesmo patíbulo, entre o condenado o verdugo, embora somente um deles sobreviva.

Kurz, com eloquente e astuta lógica discursiva, defende a concepção da inaptidão proletária para o trânsito ao futuro, que, segundo ele, está alicerçada numa conjectura idealista, utópica, numa quimera, vale dizer, a *“eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital”*, uma auto-amputação do capital variável. Para Kurz, o trabalho ao assumir a forma capital e ao se transformar em mercadoria tornou a classe trabalhadora parte integrante dele, não sendo mais capaz, portanto, de lutar contra o sistema de mercadorias.

O capital é sempre uma relação social e na sua essência se inclui o trabalho objetivado. Marx, nos *Grundrisse* (1857/1858), explica que

“a produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é, neste caso, um produto fundamental de valorização do capital. A economia usual, que só considera as coisas produzidas, esquece-o completamente. Enquanto, nesse processo, o trabalho objetivado é posto ao mesmo tempo como não objetividade do trabalhador, como objetividade de uma subjetividade contraposta ao trabalhador, como propriedade de uma vontade alheia, o capital é ao mesmo tempo, necessariamente, o capitalista, e a idéia de alguns socialistas de que necessitamos do capital, mas não dos capitalistas, é inteiramente falsa. No conceito de capital está posto que as condições objetivas do trabalho – e essas constituem o próprio produto do capital – assumam frente a esse uma personalidade ou, o que é o mesmo, que sejam postas como propriedade de uma personalidade alheia”

De outra maneira: *“O produto da produção capitalista não é somente a mais valia, é capital”*, vale dizer, *“produção e reprodução das relações especificamente capitalistas”*, logo, de trabalho abstrato imerso na relação social entre trabalhadores e capitalista. Portanto, para Marx *“o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas”*.

Em acordo com esta concepção, podemos dizer que nunca houve, não há e jamais poderá existir capitalismo sem trabalho abstrato e vice versa. Estes são constituintes da lógica capitalista, daí resultando que a única maneira de suplantar qualquer uma dessas duas dimensões será eliminar também a outra, como numa relação psicanalítica entre *ego e alter ego*, ou filosófica entre *fenômeno e concreto, aparência e essência*.

A tarefa fundamental da luta anticapitalista fazer aguçar a *contradição* que está presente na própria *totalidade* da formação econômico-social capitalista e enfrentá-la. A resolução dessa equação é a *essência* do complexo, tortuoso e longo caminho da revolução social em seu sentido amplo.

Sem ter a exata dimensão e sem buscar compreender esse traço irrecorível e intrínseco da moderna produção mercantil capitalista, e considerando as subjetividade que lhe são próprias, Kurz, em sua teoria autodestrutiva da chamada *“sociedade do trabalho”* chega a proclamar categoricamente que *“o capitalismo começou a libertar o homem do trabalho”*. Vejamos os argumentos de Kurz (1997) a categoria trabalho – indiferenciada e negativamente fetichizada na perdição de seu momento concreto e útil – parece-lhe traduzir uma espécie da maldição histórica, o pecado mais que original do *“sofrimento”* e do *“masoquismo”* que se introduziram na relação entre os homens primitivos e a natureza, num dado tempo da história humana.

Essa relação primária, vaticina nosso teórico, “*é a fonte de toda a opressão e infelicidade, ao contrário de atividade ontogenética primária do ser social transformada em maldição na e pela sociedade alienada*”. Sendo coerente com esta linha de análise, estariam superadas quaisquer perspectivas de crítica e ruptura da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista.

Nosso autor vaticina que, “*a partir de um posto de vista ontológico do trabalho ou da luta das classes trabalhadoras*”, a perspectiva revolucionária pela via de um “*movimento de supressão*”, cuja raiz esteja numa “*conscientização*”, seria uma perspectiva pedagógica de fundamento idealista, para não dizer metafísico. A posição de Kurz e dos teóricos que, de uma forma ou de outra, teorizam com ares proféticos o *fim do trabalho assalariado* e da *sociedade do trabalho*, sem contudo explicarem como isso se daria sem a superação do capital e remoção histórica do capitalismo.

Essa posição, ao contrário de uma postura intelectual subversiva, ousada e crítica, é na verdade, uma proposição corajosa de um definhamento intelectual, uma concessão ideológica e uma prostração contemplativa que suprime o momento de atividade humana sensível, a *práxis*, na mudança estrutural a partir da ação humana no terreno da história.

Na mesma perspectiva, Gorz da seu *Adeus ao proletariado*, inaugurando essa linha de análise que se tornou moda no campo da esquerda intelectual acadêmica, com influências em largos setores do movimento operário e socialista europeu, onde o capitalismo experimentou o *Estado de Bem Estar Social*. A moda se tornou sepultar a luta de classes e com ela o proletariado como sujeito político, enxergar vida eterna ao capital e ao capitalismo, sem trabalho assalariado.

O argumento de Gorz, sob o impacto da crise vivida pelo movimento socialista na segunda metade do século XX, tem elementos que problematizam a realidade pós Leste Europeu e as deformações presentes na experiência proletária e socialista desse século. Porém não esconde sua confusão, um misto de conformismo ideológico ao capital e espírito romântico, idealizado, sobre o futuro da humanidade reconciliada. Esse argumento ganha mais problematicidade ainda, se levarmos em conta que Gorz se reivindica, pelo menos formalmente, do campo do *marxismo renovado* e pós stalinista.

Gorz incorpora em sua análise as dimensões da nascente visão pós-moderna sobre o produtor direto, seja o fim do proletariado como ser social empírico, seja da sua consciência de classe, elaborada ou sensível, até como simples possibilidade, na sociedade contemporânea. Nessa mesma linha de análise, Offe afirma que a sociedade contemporânea, a sociedade do

conhecimento e dos serviços teria, no limite, substituído a lógica do capital, uma vez que ela seria regida por valores não mercantis, tornados dominantes, o que leva ao desaparecimento da “*ética positiva do trabalho*”.

As formas contemporânea de vida, dominada pela *razão instrumental* e pela nova *base técnica flexível*, pelos novos *paradigmas tecnológicos* e pela *ampliação da cidadania*, aprofundaria o desencanto do trabalho, condenado-o às vias de extinção enquanto categoria autônoma.

Se podemos conferir algum mérito que mereça estatuto superior nesses argumentos, foram os de não só exprimir uma sensibilidade crescente nos meios acadêmicos em face das profundas e desconcertantes mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente industrial, nos principais países do capitalismo central, como também antecipar uma nova subjetividade que provocou o desmoronamento do chamado *campo socialista* (URSS e países do leste da Europa) e, portanto, a crise de valores que de fato se insurgiu, sobretudo após a bancarrota dos regime soviético stalinista.

As questões que ele debate, principalmente no campo das subjetividades pós “*socialismo real*”, estão presentes e candentes nos dilemas dos diversos *movimentos emancipatórios policlassistas*⁷ que eclodiram nas décadas de 1980/1990.

Todavia, não há razões convincentes, tanto teóricas quanto empíricas, capazes de comprovar o anacronismo do conceito de classe operária – embora seu tamanho e importância no processo produtivo capitalista tenham diminuído, ela existe.

E as teses de que o proletariado, em seus variados conceitos e composições no tempo presente, estaria caminhando para seu fim, e conseqüentemente, perdido seu caráter de sujeito político potencialmente comprometido a tomar frente num amplo movimento de mudança social num sentido anticapitalista, não se sustentam.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1993) afirmam que “*o pressuposto de toda vida humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos*”. Em torno dessa necessidade ontológica, e a partir dela, o ser humano produz seus meios de subsistência, e “*o primeiro ato histórico é, portanto a produção da própria vida material*”.

⁷ Movimentos sem nítidos cortes de classe, que contestam a ordem capitalista neoliberal, sem contudo propor rupturas radicais, num sentido socialista. Nessa categoria estariam os movimentos ecológicos e ambientalistas, os de gênero (mulheres, homossexuais...), raça e geração, os movimentos de juventude, estudantil, e os que protestam contra a globalização da economia capitalista e seus efeitos sociais, e a nova ordem capitalista que emergiu do chamado “consenso de Washington” e suas políticas de ajustes fiscais. Sobre esses temas, ver “*Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre*”, organizado por Seoane e Taddei, 2001. e “*Novos Sujeitos e Novos Enfoques da Educação Popular no Brasil*”, de Elizabeth Serra (2001).

A produção e reprodução da vida, sob nossa ótica de análise e nossa visão do mundo, está vinculada ao trabalho. Dizer fim do trabalho nesse sentido é dizer fim do modo humano de produzir a si e ao mundo⁸. É supor-se que o ser humano comece a existir como anjo, descarnado, imaterial e que prescindia de necessidades imperativas como comer, beber, vestir-se, morar, defender-se das forças da natureza, das doenças, amar, ter prazer, sonhar e fazer.

Eis uma questão onde não nos deva pairar dúvidas, uma visão transparente e cristalina como a água. Não há como sustentar a idéia de um modo humano de existência sem trabalho que produza valores de uso como resposta às suas múltiplas necessidades. Em um sentido ontológico mais amplo, os seres humanos se produzem enquanto seres da natureza e seres simbólicos e culturais pela *práxis*, e o centro da *práxis* é, sem dúvida o trabalho humano

Radicalizando ainda mais este raciocínio, a nosso ver, seria uma adesão consciente à metafísica pensar que as necessidades humanas possam parar no tempo, supor que o seres humanos congelam suas necessidades historicamente é propor à vida desmaterializar-se, encantar-se no reino das idéias e da história desencarnada.

1.4- Alternativas à crise do assalariamento: para além do trabalho assalariado.

1.4.1. – Do reino da necessidade ao do reino da liberdade e suas mediações

Voltemos a Marx

“de fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o que o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É o que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las.

A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana.

⁸ O sentido principal da tese do fim do trabalho não é a negativa da existência humana, mas sim da sua importância histórica como categoria teórica, sociológica e como potencial de constituição das classes sociais, das lutas de classe. Segundo esses autores, outras categoria, outros elementos de coesão social (gênero, etnia, linguagem, comunicação, cultura, etc.) seriam mais aglutinadoras e mais importantes

Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho”. (Marx, 1974:942).

Toda polêmica sobre o não trabalho traz à tona o debate sobre a socialização pelo trabalho. Sem uma utopia generosa em torno do *tempo livre*, isto é, sem vislumbrar um outro projeto societário em que a emancipação pelo trabalho esteja vinculado à socialização da produção e dos meios de produção, a distribuição e aos meios de fazê-la, corremos o risco de construir um fictício mito do tempo liberado no trabalho alienado, que nos conduzirá ao ócio alienado, aprisionado pelo consumo e pelo consumismo do modo de vida capitalista .

No contexto desse debate, vem à tona a urgência de se refletir e propor medidas sócio-políticas, de curto, médio e longo prazo, emergenciais e alternativas à crise do trabalho assalariado e ao desemprego. No enfrentamento do desemprego, sendo coerente com a análise que vimos fazendo até aqui, o tema da redução da jornada de trabalho ganha relevância social e política.

Lembremos que o *paradigma toyotista*, ao surgir, em meados do século XX, reivindicava a proposta de um *trabalho autônomo*, inteligente, recomposto. Sonho sincero ou disfarce enganador, logo sua lógica foi sendo convertida a um tipo de novo *taylorismo*, principalmente nos setores de serviços.

Esse retorno se verifica na forma de dependência pessoal na relação trabalhista, onde o trabalhador é estimulado a saber vender-se, e se vê obrigado a vender a si mesmo, sua subjetividade, seus desejos, para além da venda de seu tempo e sua força de trabalho, segundo as lógicas e ordens do mercado. Os vendedores “*flexíveis*” à domicílio são exemplos dessa relação. A proposta de um modelo toyotista, alternativo, foi sucumbido pela lógica do capital

O conflito inerente ao assalariamento do trabalho não desaparece, adquire novo metabolismo, se metamorfoseia. Essa contradição da relação salarial está longe de desaparecer. Não se pode pedir aos trabalhadores assalariados que se comportem como sujeitos em seu trabalho e que sigam sendo objetos em seu emprego, como se fossem marionetes passíveis flexíveis e massas moldáveis às estratégias dos capitalistas, sejam da esfera produtiva e especulativa, industrial ou financeiras, tanto a curto quanto a médio prazos.

As contradições presentes na lei do valor se aguçam a ponto de provocar, nas últimas décadas principalmente, aquilo que Mézaros(1998) e Antunes(1999), respectivamente,

identificam como uma *crise de esgotamento e incapacidade civilizatória do capital*, ou de uma *lógica destrutiva das forças produtivas*, particularmente do trabalho, com consequente crescimento da barbárie social, do abismo entre a produção coletiva de riquezas e apropriação privada delas, e da exclusão para enormes contingentes humanos nas periferias do sistema e mesmo no centro dele.

Mas não se deve colocar uma cortina separando o fenômeno e a essência desse processo até aqui analisado. Os desafios do debate sobre o trabalho são muito concretos, como revelam os dilemas da redução do tempo de trabalho ou de garantia de uma renda universal.

Nas duras e contundentes polêmicas estabelecidas com Marx contra a *maldição do trabalho e a emancipação do ócio*, Lafargue, seu genro, utiliza as palavras de Napoleão Bonaparte, a título de ilustração ao debate: “*Quanto mais trabalhem meus povos, menos vício haverá. Sou a autoridade e estou disposto a ordenar que no domingo, depois dos ofícios, se abram as lojas e os operários retomem o trabalho*”.⁹

Antunes, nos capítulos 10 e 11 do livro “*Os Sentidos do Trabalho*”, aponta importantes elementos sócio políticos para uma plataforma de luta político sindical do trabalhadores e de reflexão intelectual para uma análise da vida contemporâneo vinculada à centralidade do trabalho o dilema do desemprego e a crise do trabalho em sua forma capital: *A redução da jornada ou do tempo de trabalho (sem redução do salário)*

Desde a Revolução Industrial os trabalhadores lutam contra uma das formas mais cruentas de exploração e abuso do capital contra o trabalho, as *extenuantes e desumanas e extensas jornadas de trabalho*. Na moderna produção capitalista, principalmente com a nova base técnica com fundada na micro eletrônica, na automação e informatização dos processos produtivos, a redução da jornada ou do tempo semanal de trabalho (sem redução do salário) tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, pois ela que se ela é um dos mecanismos nevrálgicos de contraposição à extração de mais valia realizada pelo capital.

A exploração da força de trabalho é a base da acumulação capitalista¹⁰. Pensando estrategicamente, a superação da relação capitalista de produção, a nosso ver, só se concretizaria

⁹ Numa coletânea de frases e pensamentos libertários, chamando de “Manifesto libertário contra a maldição do capital”, publicada pelo Movimento Anarco-sindicalista de SP, em abril de 1984, esta fala de Napoleão Bonaparte, em 05 de Maio de 1807, é atribuída a um texto de Paul Lafargue.

¹⁰ Paulo Sérgio Tumolo produziu uma contundente e polêmica tese de doutorado, analisando a reestruturação capitalista e as novas estratégias políticas da CUT e do sindicalismo cutista, onde sustenta que houve por parte dela uma adesão às políticas e ideologias neoliberais, e polemiza com vários autores, incluindo Pochmann, Nascimento, Hirata, Mattoso (principalmente com seu livro *a desordem do trabalho*), sobre categorias como *reestruturação capitalista conservadora, desordem do trabalho, e desemprego estrutural*. Sobre o *desemprego estrutural*, a citação está na página 107, nota 2, do livro “*Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação*”

com a superação do próprio modo de produção capitalista, seu sistema e lógica societal. Não há possibilidade de se “humanizar” ou “tornar generoso” o capitalismo.

Acabar com a exploração do trabalho significa acabar com sua forma capital. Taticamente, e agindo diante de uma concreticidade contraditória de luta contra o trabalho assalariado e defesa do emprego, e concordando com a análise de Antunes de que a redução da jornada de trabalho é uma questão importante atualmente ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado, para tentar minimizar o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores.

Mas, segundo ANTUNES¹¹,

“...se a proposta for concebida para além da esfera da imediatividade, a redução da jornada configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, tempo de trabalho, autocontrole sobre o tempo de trabalho e tempo de vida. E, por outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho.

Através da luta pela redução da jornada de trabalho (ou do tempo) pode-se articular tanto a ação contra algumas das formas de opressão e exploração do trabalho, como também às formas contemporâneas de estranhamento e alienação, que se realizam fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo fora do trabalho (produtivo).

Pode-se articular a ação contra o controle opressivo no tempo de trabalho e contra o controle opressivo no tempo de vida. De modo que lutar pela redução da jornada implica lutar contra o controle (e redução) do tempo opressivo de trabalho.(Antunes, 1999:173-174)

Para esse autor, uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Na sua forma capital, o trabalho tem o invólucro do fetiche, é fonte de estranhamento e alienação do trabalhador. Nessas condições, não há como reivindicar nele o tempo livre..

capitalista”. Se tornou corrente na literatura que analisa as metamorfoses capitalistas no final do século XX, o conceito *desemprego estrutural*.

Segundo Tumolo (2002), o desemprego é intrínseco à lógica de reprodução do capital. Polemizando com Mattoso(1997), sobre esse conceito, como definição para o desemprego atualmente verificado nas sociedades capitalistas, sob hegemonia do neoliberalismo. A tese de Tumolo é que o desemprego, numa taxa maior ou menor, conforme a conjuntura e o país, sempre foi um componente estrutural do capitalismo, mesmo durante a era Keynesiana, formando o que convencionou chamar de exército industrial de reserva (embora tal denominação não seja muito adequada) com vistas a manter o preço da força de trabalho sob constante pressão para baixo, garantindo, assim, níveis razoáveis de acumulação de capital. É verdade que o desemprego na atualidade tem características diferenciadoras em relação àqueles dos períodos anteriores, mas o “conceito” de desemprego estrutural não explica tais diferenças

¹¹ Para melhor compreensão e aprofundamento dessa discussão e desse tema, ver Antunes,1999, ,particularmente os capítulos 10 e 11 e os apêndices I a V.

Como atualmente o modo de produção capitalista e sua lógica capital abrange todas as esferas da vida foram do trabalho, a desfeticização da sociedade do consumo tem como condição imprescindível a desfeticização no modo de produção das coisas.

“ O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se vincula decisivamente a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato. Do contrário, acaba-se fazendo ou uma reivindicação subordinada à ordem, onde se crê na possibilidade de obtê-la pela via do consenso e da interação, sem tocar nos fundamentos do sistema, sem ferir interesses do capital ou, o que é ainda pior, acaba-se gradativamente por abandonar as formas de ação contra o capital e de seu sistema de metabolismo social, numa práxis social resignada.(Antunes, 1999, 174-175).

De outro modo, a alternativa diante do problema seria o de reformar o capital, dar-lhe um caráter mais humano e civilizado, onde a negociação com os capitalistas pudessem levar a uma utópica, senão ingênua, busca de um consenso sobre a necessidade do tempo livre e de emancipação e qualidade de vida do trabalhador. Seria como que propor dar um novo coração e uma nova alma ao capital. Digamos, tirar-lhe a vida sem matá-lo. Convertê-lo sem destruí-lo.

Ingenuidade ou ma fé, ainda mais que o atual estágio do desenvolvimento contraditório do capitalismo aponta para um maior aprofundamento de sua face destrutiva contra o trabalhador, com as flexibilizações e desregulamentações, que produzem precarização do trabalho e alargamento do desemprego estrutural.

Para o capital e seu sistema, é essencial buscar a destruição das conquistas e direitos trabalhistas e políticos da classe trabalhadora, construídos a custa de árduas lutas ao longo dos últimos 300 anos, particularmente no século XX. Nessa atual agenda de tarefas do capital está desmontagem do *Estado de Bem Estar Social*, a fetichização da mercadoria e o culto ao mercado, a edificação de uma sociedade de consumo de mercadorias materiais ou simbólicas, enfim a destruição radical de qualquer possibilidade de construção de uma sociabilidade emancipatória, solidária e coletiva nos tempos presente e futuro.

A ampliação da esfera pública da cidadania, como quer Habermas, a desprivatização da vida e das relações sociais, aliadas ao combate pela redução do extenuante esforço de sobreviver às duras penas pelo trabalho, sozinhas, sem o acréscimo de outras políticas que busquem enfrentar a *totalidade* do capital e do capitalismo, podem aflorar como alternativas que se propõem a restringir e contrapor-se a ele, sem entretanto bater-se radical e antagonicamente ao seu atual sistema de sócio-metabolismo e em defesa de um projeto emancipatório para os trabalhadores.

Ao contrario da ruptura pode se conformar numa resignação, pois, de novo dando a palavra a Antunes (1999:175-176)

“...uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, auto determinada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

Tecida e criada por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde a ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre o indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, em que a liberdade e necessidade se realizem. (Antunes, 199; 175-176).

O ócio seria uma parte do trabalho liberado, mais que repouso, um tempo para si, enquanto o ócio, visto pela ótica do consumo, projeta uma imagem invertida do trabalho, cujas forma de alienação reproduz.

A preguiça, o ócio, com o qual sonha Lafargue, cuja tese aparece com toda nitidez em seu clássico *“Direito à Preguiça”* evocaria uma forma contemporânea e plebéia do *ótium* da antiguidade, cuja tradução não significa deixar de trabalhar, mas sim o cuidado com uma vida desinteressada, um tempo desligado das obrigações do trabalho (seja repouso ou tempo livre), mas como um tempo ante si, um tempo em si, tempo para viver plenamente as liberdades e a cultura, tempo das letras e das artes, de experimentar e gozar as amizades e os amores, tempo das despreocupadas criações lúdicas e dos prazeres. Noutras palavras, o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

A luta pela redução da jornada de trabalho dever estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje, em escala mundial. Sua eficácia na luta do trabalho contra o capital só será percebida se estiver inserida num processo mais amplo de reorganização do trabalho, da divisão do trabalho, dos horários, da formação e na condição de ser ajustada, regularmente, com os ganhos de produtividade. A redução do trabalho visa no plano mais imediato, minimizar os nefastos efeitos humanos e sociais do desemprego estrutural provocado pela lógica destrutiva do capital e de seu sistema. Reduzir a jornada ou tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dos precarizados e dos desempregados.

Esse enfrentamento exige um longo e complexo esforço de múltiplos sentidos, do ideológico, ético, ao econômico e político, em seu processo de construção. Quem não estiver

disposto a fazê-lo, comodamente fará um resignado ou envergonhado discurso de aceitação da lógica capitalista. A necessidade passa a ser virtude, o desemprego estrutural se converterá numa falalidade histórico-social. Para que essa lógica se imponha sobre os paradigmas da acumulação flexível, é necessário um enfrentamento organizado do trabalho e de suas organizações contra o capital e seu sistema de dominação, trata-se, portanto de uma estratégica luta política.

O movimento operário sindical europeu, realizou nos anos da década de 1980¹² a campanha pela redução da jornada de trabalho (*Na França, por exemplo, o movimento sindical realizou memoráveis manifestações e duríssimas greves, no final dos anos da década de 1980 e durante toda década de 1990, pela redução da carga semanal de 40 para 35 horas de trabalho, sem redução dos salários e, depois, manutenção dos direitos dos trabalhadores*).

Posteriormente movimento sindical brasileiro lançou as campanhas pela redução da jornada e do tempo de trabalho, e escolheu o lema *trabalhar menos, para que todos trabalhem*. Poderia se perguntar. Trabalhar para produzir o que? Mercadorias supérfluas e descartáveis e/ou para manutenção da lógica acumulativa e consumista do religião do dinheiro?

E produzir para quem? A produção subsumida ao capital ou voltada para atender aos anseios de uma vida qualificada e plena de direitos, para todos os trabalhadores?

“O direito ao trabalho é uma reivindicação necessário não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado, com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras (que totalizam mais de 2/3 da humanidade) que vivem no chamado Terceiro Mundo, desprovidos completamente de instrumentos verdadeiros de seguridade social, significa uma des-efetivação, de des-realização, brutalização ou desumanização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe trabalhadora. (Antunes, 1999)

Acrescentamos que também no chamado Primeiro Mundo, o desemprego e as forma precarizadas de trabalho, têm sido cada vez mais intensos, processos que se agravam com o

¹² O DIEESE criou um, em 2001, site na Internet sobre o tema *Trabalho e Tempo Livre*. Trata-se de um fórum aberto, sempre atualizado, sobre a *redução da jornada de trabalho* e o debate sobre o *tempo livre*, com diversificados artigos, histórico, dados estatísticos, resumos pesquisas, estudos, dissertações e teses, opiniões de sindicalistas e estudiosos do tema no Brasil e no mundo. Ver [www. tempolivre.com.br](http://www.tempolivre.com.br)

desmoroamento gradativo do *Estado de Bem Estar Social*. Portanto, também nestes países o direito ao emprego, articulado com a redução da jornada e do tempo de trabalho, torna-se uma reivindicação capaz de responder às efetivas reivindicações presentes no cotidiano da classe trabalhadora.

O movimento operário e sindical deve incorporar como única as bandeiras de luta pela redução da jornada de trabalho, defesa do emprego e direito ao trabalho,

“Portanto, a luta imediata pela redução ou tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares.” (ANTUNES, 1999: 174-175)

Esta luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado “*tempo livre*”), sem redução de salário – o que é muito diferente de flexibilizar a jornada, uma vez que esta se encontra em sintonia com a lógica do capital – deve estar intimamente articulada à luta contra o sistema de metabolismo social do capital que converte “*tempo livre*” em tempo de consumo para o capital, em que o indivíduo é compelido a “*capacitar-se*” para melhor “*competir*” no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo coisificado e fetichizado, inteiramente desprovido de sentido.

1.4.2 – O flagelo capitalista e o futuro do trabalho

Outras questões estão envolvidas neste debate, que envolvem a previdência e a seguridade social, idade da aposentadoria, redução da quantidade de horas da jornada e de dias da semana de trabalho (sem redução de salários), pagamento de horas extras, adequação dos horários ou ritmos escolares, trabalho dominical, e a luta por *dividir tempo de trabalho em tempo necessário* e sobretrabalho são atuais.

Mas esse tempo abstrato médio (jornada), estabelecido pelo jogo do mercado, reflete de forma cada vez pior a heterogeneidade e a complexidade de um trabalho socializado, no qual parte de trabalho morto (o trabalho das gerações precedentes acumulado de forma de técnicas e saberes) é cada vez mais importante.

O custo social do trabalho se afasta, cada vez mais, da medida mercantil de seu custo imediato. Gorz propõe, nesse sentido, a noção de “*composição orgânica do trabalho*”, expressando a relação entre trabalho vivo e trabalho morto, no próprio processo de trabalho.

Realça, assim um aspecto particular da tendência geral de evolução orgânica do capital. Contudo, o trabalho abstrato não desaparece pois, movido por sua lógica de acumulação de taxas de lucro, o capital necessita cada vez mais de trabalho vivo, tal qual o vampiro necessita de sangue, ainda que deva mobilizar uma parte crescente de trabalho morto para transforma-lo em valor.

A redução de parte do trabalho industrial diretamente produtivo em relação à soma do trabalho coletivo e ao desenvolvimento dos serviços não significa, portanto, fim do trabalho, mas sim uma profunda modificação histórica na sua composição orgânica. Nessa nova composição histórica, porém, os ganhos de produtividade obtidos nos setores de produção de bens de produção não são facilmente transferíveis aos setores de serviços, a não ser que estes serviços, ainda que públicos, sejam disponibilizados socialmente segundo uma lógica mercadológica estrita. Aos possuídos, os serviços de melhor qualidade, privatizados e produzindo lucros para o capital; aos despossuídos, a lógica caritativa e compensatória mínima, por conta do Estado.

Gorz insiste que no ato de trabalhar a atividade prático-sensorial fica reduzida a uma pobreza extrema, e que o trabalho já não é uma atividade de apropriação do mundo objetivo. Para ele, a sociedade do trabalho converteu-se em um fantasma sobrevivendo os estertores de sua extinção. A pergunta que agora se coloca, para além da renúncia política de lutar contra o desemprego, como propõe este autor, é o que há, então a fazer?

O advento do trabalho assalariado determina as modalidades de não trabalho. Como sabemos, com o surgimento do capital, do modo de produção capitalista e, posteriormente do capitalismo as palavras ganham novo significado. As categorias, e suas mudanças, são construídas historicamente, e acompanham os processos sociais. O repouso corresponde, mais ou menos, ao tempo necessário para recomposição das energias humanas da força de trabalho. Mas a sociedade do lucro e o fetiche da mercadoria confundem repouso, tempo livre e ócio, mistura-os, integrando a cultura, o lazer e o ócio ao ritual do intercâmbio mercantil. Diferente do tempo livre, o tempo de ócio, sem o aprisionamento mercantil, seria o da fluência, o “*tempo emancipado*”.

Sob o regime do capital, o trabalho alienado, a divisão social do trabalho, a lei do mercado, o fetiche da mercadoria, a reificação das coisas, e a propriedade privada formam um quadro terrivelmente coerente. Não se pode escapar da alienação da relação salarial sem postular, ao mesmo tempo, a questão da apropriação social, da planificação democrática da economia e da revogação da divisão do trabalho.

Caberia indagar, como Arendt (1988), como seria uma sociedade de trabalhadores sem trabalho? Se “*o advento da automatização esvaziará, provavelmente em décadas, as fábricas e liberará a humanidade de sua carga mais antiga e mais natural, a servidão perante a*

necessidade". Se assim for, estará em jogo "um aspecto fundamental da condição humana" mas, prossegue Arendt

"isso acontece nos contos de fadas, nos quais o desejo resulta em um engano. Uma sociedade de trabalhadores vai se livrar das cadeias do trabalho, e esta sociedade não sabe nada das atividades elevadas e enriquecedoras para as quais valeria a pena ganhar a liberdade".

Uma grande indagação ao futuro... ou ao presente?

"Que a emancipação do trabalho na época moderna, não só fracasse na hora de instaurar uma era de liberdade universal, mas conduza, pelo contrario, toda a humanidade a se inclinar pela primeira vez sob o jugo da necessidade"(Arendt, 1988)

Eis uma possibilidade perigosa que Marx se deu conta quando afirmava que o objetivo da revolução não poderia ser a emancipação, já realizada, dos trabalhadores e que devia consistir na emancipação do homem do trabalho. Considerar somente a dimensão antropológica do trabalho, abstraindo seu caráter historicamente determinado ou considerá-lo somente em seu caráter alienado e alienante, abstraindo sua potencialidade criadora, parece-nos dois extremos problemáticos.

As dimensões antropológicas e históricas do trabalho estão estreitamente combinadas. Ainda que a alienação domine o trabalho assalariado há, concomitantemente, um processo de socialização. Não se trata de negar essa contradição, mas de se instalar nela para enfrenta-la. Por trás do trabalho imposto persiste, ainda que de forma débil, surda, cega, essa necessidade do possível, que diferencia a atividade humana da simples existência vegetativa ou animalésca.

Um projeto estratégico de emancipação humana da maldição do trabalho sob o capital tem no horizonte perspectivas generosas de Marx e Engels em "A Ideologia Alemã":

"Desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada um tem sua esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe vem imposta e da qual não pode fugir; ser caçador, pescador ou pastor ou crítico, e deve continuar sendo se não quiser perder os meios de sua existência; enquanto que na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera exclusiva.

Ainda que possa aperfeiçoar-se no ramo que deseje, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria a possibilidade para mim de fazer hoje esta coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, cuidar do gado ao entardecer, fazer crítica depois do jantar, segundo

minhas vontades, sem me converter, por isso, em caçador, pescador ou crítico”

Olhando assim, parecemos tomados de romantismo, alimentados pela d utopia. A escrupulosa e radical utopia que povoa a produção intelectual de Marx, como que fogo a galvanizar o sentido de ser da luta contra o capitalismo e suas formas de opressão, encarceramento material e espiritual, e exploração. Diante dessa prostração de uma crescente rede de intelectuais e de militantes sindicais, desenvolve-se a perversa concepção de desvincular o trabalho dos direitos, ou, do direito a ter direitos. Uma teoria sobre o cansaço provocado nos trabalhadores rumo ao improvável, como que numa corrida sem ponto de chegada entre estes e o emprego.

Vejamos a complexidade da teia que tece o tecido atual do mundo do trabalho, seguindo os argumentos de Gorz, o principal expoente da concepção contra a qual nos posicionamos. Sendo coerente com este autor, diríamos que, ainda que não se admita a idéia do fim do trabalho, pode-se indagar sua transformação, no sentido de uma redução dos postos de trabalho estáveis e por toda vida, em favor de uma flexível alternância de empregos.

O uso do trabalho tende a converter-se em uma sequência de trabalhos intermitentes, empregos temporários, esperas, conversões e reconversões, tornando permanente o temporário, e estável a instabilidade. O salário se converteria em um salário da disponibilidade, pago tanto durante os períodos de espera de emprego, como durante o próprio emprego. Tudo flexível, tudo ao sabor das ondulações, típicas de um tempo provisório. Quem garantiria um pacto entre o capital e o trabalho em torno de uma pauta dessas?

Em verdade, existe uma idéia fixa entre os defensores do paradigma de acumulação flexível e os teóricos do fim do trabalho de que a ideologia do pleno emprego salarial é o maior obstáculo à resolução da crise atual do capital...e do trabalho. Uma sociedade em que se tivesse a obrigação, ou um direito de cidadania, como diria Rifkin (1997), à garantia de uma renda social primária distribuída aos mais pobres e aos desempregados, apenas aumentaria as necessidades de se buscar um emprego assalariado.

A questão se complexifica ainda mais quando se aventura num tortuoso exercício de quantificação de direitos. Gorz rejeita a proposta de uma renda de subsistência suficiente. Prudentemente pergunta o que determina a suficiência: um salário mínimo interprofissional? Ajuda social complementar?

Ou as chamadas políticas de renda mínima, tão em voga nos governos neoliberais dos anos 90, e que são advogados por governos de corte reformista e popular?

As fórmulas quantificadoras de um direito que deveria ser universal, que substitua os mínimos sociais dentro de uma lógica liberal conduzem a uma institucionalização e permanência de uma nova legião daquilo que Casttel (1997) denomina de “*sobrantes*”¹³ do capital, amparados por políticas de renda mínima de inserção precarizada, como compensação ao fato de que dificilmente serão reintegrados ao mercado de trabalho, atenuando o fenômeno do desemprego.

Caberia sublinhar a falta de sentido humano emancipatório de um sistema que realiza economia de tempo de trabalho sem precedentes, mas que converte o tempo assim liberado em um flagelo social, porque não se propõe a reparti-lo, nem repartir as riquezas produzidas ou produtivas, nem reconhece o valor intrínseco do tempo livre e do tempo para *atividades superiores*.

Os “*sobrantes*” dessa lógica perversa, sem um horizonte utópico ou sem as perspectivas concretas de combate contra ela, tenderiam a desanimar de suas lutas imediatas pelo emprego capitalista, e, na sua falta, lutariam pelo direito de uma renda mínima, com a ilusão de que a alcançariam sem que para isso houvesse uma correlação de forças que pudesse fazer com que ela se aproxime ao nível de um mínimo socialmente concebível, a saber, o direito ao trabalho e aos direitos dele advindo.

A oposição entre o direito a uma renda e o direito ao emprego torna-se ironicamente perversa quando se busca explicar que o problema já não é de exploração, mas sim de exclusão, como se segunda não fosse produto da primeira, e como se ambas não fossem resultado da própria lógica salarial imposta pelo capital em sua relação com o trabalho.

Esse argumento de que o mercado não tem nada a ver com isso, e que ao Estado compete políticas de alívio da exclusão, provocados pela competição “natural” dos agentes econômicos são sustentados por uma centena de profissionais de Marketing, economistas, administradores, psicólogos e pedagogos que assessoram o capital e dão consultoria às empresas, na nova modalidade de pedagogia do capital e de domesticação do trabalho, chamadas pós modernamente de “*gestão estratégica das empresas e empreendimentos*”, “*gestão de pessoas*”, “*gestão de recursos humanos*”, “*gestão por competências*” ou “*gestão da empregabilidade*”, para não deixar de citar nomes, Idalberto Chiavennato, Jeremy Rifkin, Peter Brucker, Domênico de Masi, José Pastore, etc.

¹³ Há uma razoável divergência entre os autores em relação ao termo “*excluídos*” “*excluídos socialmente*” ou “*exclusão social*”. Castell utiliza o conceito “*sobrantes*”, para designar a imensa parcela da população mundial que se encontra descartada pelo capital e seu sistema.. No capítulo 2 deste trabalho buscaremos analisar estas questões,

No próximo capítulo, procuraremos mostrar a função orgânica dessa nova ideologia do capital, o neoliberalismo, seus pressupostos teóricos, tanto econômicos, políticos, quanto éticos e culturais e como seus intelectuais orgânicos (coletivos e/ou individuais) alguns dos quais citados acima, a propagam e como sua hegemonia se espraia pelo tecido social e impregna corações e mentes das populações mais pobres do planeta.

Capítulo 2 –

As metamorfoses do capitalismo mundializado

O espectro do capitalismo ronda o mundo, o espectro da miséria social e moral, da degradação da natureza e recursos essenciais à continuidade da vida no planeta, como diz Sader (2002:159))

“Um fantasma ronda o mundo – o fantasma do capitalismo. Para persegui-lo se unem os trabalhadores e seus sindicatos, os cidadãos e o Estado de direito, os artistas e intelectuais com sua independência de criação e de crítica, os estudantes e os jovens que buscam emprego, os idosos, os negros, as mulheres, os índios, os homossexuais, os deficientes físicos, as nacionalidades oprimidas, os países espoliados e endividados.

No capítulo anterior tentamos fazer um estudo teórico político sobre a contradição presente entre a concepção do trabalho em sua gênese ontológica e histórico social e suas formas históricas. Nele, analisamos o seu sentido emancipatório, sua centralidade na vida social e sua apropriação pelo capital, o assalariamento e sua crise, polemizamos com as apologias do fim do trabalho e a insuficiência material de suas teses. Na parte final discutimos algumas alternativas à crise do assalariamento e da chamada *sociedade industrial*, ou *sociedade do emprego*, para além do trabalho assalariado.

Neste capítulo, nosso intento é fazer uma breve análise das metamorfoses históricas, econômicas, sócio políticas, culturais, ético estéticas do capitalismo nas últimas décadas do século XX, particularmente nas de 1980 e 1990. Procuramos situá-las na totalidade das relações sociais, considerando a mundialização do capital e suas atuais formas *sociais* e *ideológicas* de produção e reprodução – a chamada *globalização*, ou *neo imperialismo*, como afirmam alguns autores, como Petras (1998), a crise do *Estado de Bem Estar Social* e a hegemonia do “*novo liberalismo*”. Metamorfoses estas que se refletem nas condições de vida da população do planeta, em geral, e do Brasil.

A principal referência nessa análise é a *perspectiva da totalidade*. Nessa perspectiva, coerente com método materialista histórico dialético, buscamos alcançar o conhecimento da realidade, do concreto, além da aparência e no seu movimento, negando a

interpretação superficial, procurando na materialidade as contradições e as mediações do que estamos investigando com a totalidade das relações sociais na sociedade analisada, com seus vínculos econômicos, políticos e culturais, nisso, presenciamos uma “*rica totalidade de determinações e revelações diversas*” (Marx, 1982: 14)

Captar o objeto em sua *totalidade*, num *complexo geral estruturado e historicamente determinado*

“...nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as ‘totalidades parciais’ - estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam (...) e não podem ser avaliados, exceto em relação a apreensão dialética da estrutura da totalidade.” (Bottomore, 1988:381).

Lowy tem a totalidade com parte da realidade, assim sendo

“a categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (1998:16).

Luckacs entende que

“a concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...) segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que a totalidade é feita de totalidades a elas subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado.”(Luckacs, 1948:12, Apud. Bottomore1998:38)

Para Franco(1990), mesmo concebendo as totalidades relativas, cada uma delas é constituída por partes interrelacionadas. No materialismo histórico, as partes não são elementos simples, isolados, são processos sociais complexos, mediações históricas.

2. 1. – A eternização do presente, o fetiche da mercadoria e o espetáculo do consumo

A hegemonia do capital no final do século XX e início do XXI se consolidou por via de fenômenos complexos e contraditórios, mas complementares. Esses fenômenos se distribuem em várias esferas, numa totalidade que tem sua gênese na materialidade produtiva e reprodutiva do capital e do capitalismo.

Portanto, relacionamos os fenômenos específicos e os abrangentes da *totalidade em movimento*; no caso, o modo de produção capitalista em seu estágio atual de desenvolvimento, com hegemonia de sua esfera econômico-financeira e da ressignificação da mercadoria nessa atual hegemonia, numa tentativa de *compreender a essência* dele em acordo com a argumentação de Jameson (2001, 14) de que

“a economia acabou por coincidir com a cultura, fazendo com que tudo, inclusive a produção de mercadorias e a alta especulação financeira, se tornasse cultural, enquanto que a cultura tornou-se profundamente econômica, e igualmente orientada para a produção de mercadorias.”

As esferas cultural, ideológica, ética e estética é o que buscaremos analisar aqui. No plano ético e cultural, o neoliberalismo ocupou-se de engendrar novos códigos culturais e valores simbólicos, baseados no mercado, na mercadoria e na mercantilização de todas as relações entre os homens. *personificando* as coisas e *coisificando* as pessoas.

Lopes (2001) afirmam existirem contemporaneamente duas *idéias-espetáculo*¹⁴ hegemonizaram (e ainda hegemonizam) os anos presentes, de grande força e apelo social com que a mídia nos bombardeia sistematicamente:

1) O “*presentismo*”, que consiste em admitir que tudo que hoje ocorre nada tem a ver com o passado. O senso comum vigora, predomina e propaga– com exclamações eventuais –

¹⁴ Tomei por coerente e extremamente pertinente ao contexto do meu trabalho, as reflexões de Luis Carlos Lopes, professor de Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense-UFF, que atualmente desenvolve pesquisas e estudos analisando a produção da subjetividade humana numa sociedade dominada pelos signos da propaganda e do consumo, da mercantilização das relações sociais, do fetiche do tempo presente e do autoritarismo do pensamento único. Algumas de suas idéias estão no artigo, “*Sociedade Midiática*”, publicado pelo *Público*, Jornal do Sintrasef – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Rio de Janeiro, em Maio de 2000.

a crença de que o atual se explica como coisa nova, inédita e inaudita, e não relacionada com a História, com raízes suspensas no ar.

2) O “*pensamento único*”, mais difuso que o “*presentismo*”, que é a via escolhida pelos “*novos liberais*”. Sua ideologia – visão do mundo social - e suas propostas políticas buscam nos convencer que é a única possível, o mundo é um grande mercado, lugar de negócios.

Esse inquietante tempo desenraizado da história, é questionado nas palavras de Saramago (2002)¹⁵, porque, para a lógica da *descartabilidade* e do *supérfluo* da atual etapa da lógica capitalista

“...existência do presente é o que basta, o sentido de viver não merece reflexão mais séria. Aos mais pobres, com ênfase aos da periferia do capitalismo, da América Latina em particular, o sentido da vida é consumir, sem distinguir o que é preciso do que é supérfluo; aceitar o desemprego como natural ou como fatalidade, como punição por sua baixa qualificação ou escolarização; pensar a violência e a criminalidade como algo estranho à estrutura social e econômica; modular o corpo e individualizar o espírito; pagar juros altos e taxas bancárias cem vezes maiores que a remuneração da poupança; aceitar a desigualdade como natural, com desígnio do destino e dificilmente alterável, ou mesmo imutável.”

Para Rummert(2001), a hegemonia neoliberal produziu o que ela denomina de um *novo projeto identificatório do capital* que cria suas próprias categorias explicativas da realidade, ressignificando e recodificando novos padrões regulatórios para a vida social e pessoal. Esse novo *projeto identitatório neoliberal*, segundo essa autora, se constitui de uma excessiva *ênfase no indivíduo e no individualismo*, onde cada indivíduo pode agir de acordo com seus desejos e potencialidades, e vencer é seu único limite. Nestas condições rompem-se quaisquer compromissos coletivos ou associativos, e os conflitos passam a ser resolvidos nas esferas pessoais e interpessoais.

Como vencer é uma questão individual, o estímulo à competição e à atomização social destrói laços de solidariedade e tecidos de identidade de classe dos trabalhadores,

¹⁵ José Saramago produziu uma memorável crônica de saudação aos participantes do III Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2002, onde conclama os seres humanos indignados com a miserabilidade produzida pelo capitalismo, a lutarem pela reconstrução, e preservação onde ainda existam, dos laços de ética, justiça e solidariedade, condição única para garantia do futuro da humanidade. O manifesto “*Aos que lutam no tempo presente*”, de José Saramago, foi publicado em agosto de 2002, na Internet– Rede Brasileira de Economia Solidária.

inexistindo a sociedade, e sim os indivíduos competitivos entre si. Predomina uma supervalorização da diferença e da busca da superioridade individual,

Ainda na concepção de Rummert, outro ítem desse projeto de identidade forjado ideologicamente pelo capital é a *construção simbólica de “culpados” pelas diversas formas de exclusão e pelas carências vividas pela sociedade*. Ao enfatizar a política deliberada de desgaste e negatividade da esfera pública e suas ações, e de culpabilização das instituições públicas, do Estado e de seus funcionários como responsáveis pela falência das políticas e do atendimento aos usuários, o capital afirma uma suposta positividade de tudo que é privado, estimulando assim as privatizações do patrimônio público, das políticas de interesses sociais e a própria privatização da vida e das relações sociais.

Aqui se apresentam com força as teses da apocalipse neoliberal: *do fim da história, fim da luta de classes, fim das ideologias, fim do trabalho* e de tudo que seja coletivo e que cause conflito. Este eficaz mecanismo de regulação social procura se sustentar no ideológico discurso de combate às ideologias e à ideologização dos movimentos sociais, procura descaracterizar as reivindicações e destruir as conquistas sociais produzidas pelas lutas coletivas e organizadas dos trabalhadores.

Esta *culpabilização* é também transferida aos trabalhadores desempregados e aos demais setores sociais excluídos. Eles são os responsáveis por não terem direitos humanos e sociais respeitados, culpados por não terem educação, não terem emprego e por estarem marginalizados do consumo e da vida na sociedade de mercado.

Há ainda, segundo a autora que tomamos como referência, um *hiperdimensionamento do valor do mérito segundo a lógica do mercado*, onde o progresso material é uma questão de competência, da vitória do bem contra o mal, do forte e capaz contra o fraco e medíocre. Que considera natural a opulência, a miséria, a desigualdade.

Para ilustrar tudo isso, mostramos aqui um fragmento das palavras de Roberto Campos(1988), um dos principais ideólogos do liberalismo no Brasil, em uma de suas diretas defesas do liberalismo e desigualdade como natural nos seres humanos e nas relações sociais.

“Obviamente, o mundo é desigual. Há quem nasce inteligente e há quem nasce burro. Há quem nasce atleta e há quem nasce aleijado. O mundo se compões de empreendedores e de preguiçosos, de fortes e fracos, de

pequenas e grandes empresas. Uns morrem cedo, no primor da vida; outros se arrastam, criminosamente, às custas da caridade alheia ou do Estado, por uma longa existência inútil. Há uma desigualdade fundamental na natureza humana, na condição das coisas(...). (Campos, 1998:18)

Como o presente assume um caráter do sempre, o “*presentismo*” tem caráter hedonista, de culto à competição desenfreada, e questionamento de valores que possam propiciar uma nova solidariedade. Evidentemente, a perplexidade diante da velocidade das mutações apresentadas ao tempo presente são preponderantes. A dificuldade de reflexão encontra seu complemento na anestesia inoculada pela cultura do entretenimento ou explode em manifestações como a violência ao vazio do sentido.

Nesse mosaico de fragmentação e descontinuidade, fica naturalizada a dispersão e a descontinuidade dos processos vividos na sociedade e dos projetos, sejam individuais ou coletivos, de inserção da vida socioeconômica.

De fato, o resultado das políticas neoliberais tem sido o surgimento, Conforme Santos (1999) de um quadro de “*fascismo social*” que se explicita, segundo este autor, pelas formas do *Apartheid Social, do Estado paralelo, fascismo paraestatal, fascismo contratual, fascismo da insegurança e o fascismo financeiro*.

A fragilização do trabalhador é sobretudo ampliada pelo *fascismo da insegurança*. Este, como nos mostra Boaventura Santos, P. 54-55, se manifesta, de forma absurda, em

“grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho que manifestam elevados níveis de ansiedade e insegurança quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos, de modo a obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança”

Da precarização das relações, flexibilização de valores e de direitos , descartabilidade ética e moral , empregabilidade sem emprego. O permanente desafio, oferecido aos indivíduos, de viverem jogos competitivos: vencer é uma questão de competência pessoal, uma vitória da persistência pessoal, do treinamento exaustivo e da disciplina competitiva. A lógica mercantil e a racionalização econômica são apresentadas como totalizadoras da realidade, únicas capazes de superar todos os conflitos e as contradições, negando o aporte político que rege as relações sociais.

O poder espetacular da sociedade de mercado e seu mundo de aparências enganadoras é um fenômeno universal. Porém, rejeitamos as teses da assim chamada Pós modernidade, para as quais vivemos numa situação de ausência de paradigmas, de uma realidade fragmentada e fragmentária, inexistindo a realidade em totalidade e sem seu lugar uma vida em partículas, o tempo do espetáculo, a supremacia da imagem, o império do instantâneo, a ética da simulação dando coerência à definição de Karel Kosik (1998) de que “*o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. A essência se manifesta do fenômeno, Mas só de modo inadequado, parcial. Ou apenas sob certos ângulos e aspectos*”. que encontra estupenda força nos países periféricos do capitalismo, com maiores desigualdades sociais e profundo atraso educacional.

A mercadoria se transforma num fetiche, e sua utilidade é tornada convincente pela propaganda. Vemos e acreditamos se o que se reflete no espelho da propaganda, nela, o verdadeiro se torna desprezado e o falso vira útil e pode ser seguido. Nela se fazem as consciências dos homens e mulheres; magicamente o fenômeno se transforma em real.

Para Konder,

Vivemos a sociedade que forjou um instrumental de hegemonia ideológica, que se revela mais potentes que as religiões do passado, mais do que a escrita depositada nas estantes, com seu caráter patrimonial-estático impossibilitada de competir com o dinamismo imagético-sonoro-tecnológico contemporâneo. Essa dominação cultural faz renascer das cinzas costumes esquecidos ou, se necessário, o resignificam e o rearticulam a novas crenças e novos códigos éticos e morais. Dela sai o que julgamos belo e feio, certo e errado.”

2. 1. 1. - O deus mercado e a religião do dinheiro:

A antropologia explica que,

“em algumas religiões pagãs, os deuses manifestam seus sentimentos por meio de seus oráculos ou, em casos extremos, por meio de fenômenos agressivos da natureza, como furações, hecatombes, maremotos ou terremotos. Para conter suas fúrias destrutivas, é preciso agradá-los com oferendas ou eles mandam secas sobre as plantações e pestes sobre os animais. Os Incas, por exemplo, sacrificavam meninas virgens, emparedavam-nas para aquietar e saciar a ira dos deuses” (Veríssimo, 1997:06).

O capitalismo contemporâneo, no seu estágio do fundamentalismo do dinheiro e da *fetichização* absoluta da mercadoria, ungiu o mercado como um *deus* vingativo e ameaçador. Os capitalistas, em resposta às exigências do seu deus, oferecem a essas divindades como presentes os direitos fundamentais da vida humana, comer, beber, vestir-se, trabalhar, morar e se educar. Mais que isso, oferece o sacrifício de milhões de vidas, para satisfazer sua sanha destrutiva.

O *mercado*, nestes tempos de fundamentalismos, é interpretado pelos seus oráculos, como um ser genioso, temperamental, ansioso, intempestivo, assumindo “comportamentos” imaginários de seres humanos, esparramado em sua poltrona, ansioso, ajeitando os óculos para ler, sério, carrancudo, as resenhas dos jornais e revistas, preparadas por seus assessores do FMI, Banco Mundial, Federal Reserve e OMC. À noite, antes de dormir seu sono sem remorsos, liga aos assessores que, como porta-vozes, dizem: *Corta, ajusta, demite, enxuga, aumenta taxa de lucro, acumula mais*. Os grandes sacerdotes do mercado, os banqueiros, as grandes corporações empresariais transnacionais, os latifundiários e os financistas das bolsas de valores cuidam para que ele não adoença, e ficam de um lado para outro, examinando sua pressão e sua gula.

Os ideólogos do capital psicologizaram o mercado e antropomofizaram suas relações. Seus oráculos, tal como num balcão de negócios, faturam alto com sua fome insaciável e sua ameaçadora presença.

“os cotações nas bolsas caíram no final da tarde, e o dólar voltou a subir. O mercado amanheceu calmo, ao longo do dia, em função dos acontecimentos de um documento secreto do MST, propondo invadir bancos e órgãos do governo, o mercado ficou nervoso, impaciente, e os

investidores resolveram ter cautela, para não correr riscos”. (FSP, P. A 5,)

O *espetáculo da mercadoria* e sua relação com os indivíduos se tece em meio a um sistema articulado que inclui a estética dos corpos, mentes, fios, antenas, tinta, papel, propaganda e máquinas complexas e diversificadas. Uma nova cultura do consumo e da reprodutibilidade descartável. Um anúncio de uma agência de empregos, diz: *“Você é um produto, venda você, não seja descartável, faça-se ver, apresenta-se com convincente embalagem, o mercado te procura!”*

Ela depende da consciência das pessoas, e das sociedades, de mudanças de seus valores, símbolos. Só a cultura dá solidez às convicções e produz a maturação de novas mentalidades. Para Konder

“a cultura deixou de ser uma forma de produção que comportava determinadas características artesanais, tornando-se uma forma de produção claramente industrial. A cultura passou a ser um dos pilares da arquitetura dessa nova ordem. Nunca uma sociedade investiu tanto em publicidade e em propaganda como a capitalista contemporânea. Existe uma manipulação do desejo, um condicionamento do apetite, do tesão. Tudo é muito condicionado pela indústria cultural. O capitalismo demonstra grande capacidade de se metamorfosear, e a cultura, ou a indústria cultural - para usar um conceito de Adorno - é um dos principais fatores dessa mudança de forma e conteúdo. (Konder, 2000)

Para Luckács, segundo Konder (2000), *“a política é o meio; a cultura é o fim.”*. Isso, justamente porque a política pode transformar as instituições em ritmo mais rápido, mas as mudanças mais profundas, estruturais, brotam suas raízes e ganham corpo, afloram, amadurecem e dão frutos no terreno do tempo longo, na história de longa duração.

A indústria da cultura, principalmente com as novas mídias eletrônicas, revitalizou seu modo de produção, através da manipulação do consumo. Se no século XIX o capitalismo dominava a produção, a partir do século XX ele podia fazer concessões ao trabalhador porque em seguida ele explorava o trabalhador pelo consumo.

1.0. – O sócio metabolismo destrutivo do capital.

“As injustiças multiplicam-se, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria se alastra. A mesma esquizofrênica humanidade, capaz de enviar instrumentos a um planeta, para estudar a composição das suas rochas, assiste indiferente a morte de milhões de crianças pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte, do que ao nosso próprio semelhante (Saramago, em discurso no Prêmio Nobel de Literatura, 2000)

Mészáros (2002) vê no capitalismo uma propensão destrutiva. Para ele, no atual padrão societário está em vigência um *sócio metabolismo* que confere aos bens duráveis um peso muito maior do que os bens não duráveis. O sistema de capital movido pela lei do lucro e pelo seu imperativo genético de expandir e acumular, alimentada pela extração de trabalho excedente, revolucionou a composição orgânica do capital, com enorme desenvolvimento do capital fixo e da capacidade produtiva dos meios de produção, como maquinarias de ponta, ciência e tecnologia, em detrimento do capital variável, que tem se tornado cada vez mais descartável.

Produto disso é a manifestação do seu caráter destrutivo, com esgotamento da natureza e seus ecossistemas, suportes fundamentais do metabolismo universal, comprometendo o próprio futuro da humanidade. A contradição absoluta desse processo é que o próprio capitalismo, enquanto sistema político-jurídico e sócio-cultural, foi fundado com base na relação capital-trabalho e assim se consolidou, e agora descarta a força de trabalho como o elemento que era fundamental na sua composição e reprodução. Com a acumulação de trabalho morto, o sistema de capital descarta enorme contingentes de trabalho vivo e expurga no ambiente social capitalista massas gigantescas de seres humanos.

É cada vez mais abreviada a durabilidade dos bens duráveis. Trata-se de uma operação deliberada pelo capital com o objetivo de ampliar, no mercado, a saída para a oferta dos bens em expansão crescente. Porque aí estaria outra característica essencial do capital: sua tendência à expansão ilimitada e descontrolada. Mészáros (2002) expõe a sociedade capitalista, largamente hegemônica no planeta, como uma sociedade perdulária, caracterizada por desperdícios cada vez maiores, atolada na massa crescente de produtos rapidamente descartáveis. É, sob este aspecto, uma sociedade não só destrutiva, mas também auto destrutiva.

Essa destrutividade, segundo Souza Junior (2000), faz parte da normalidade do modo de produção capitalista, evidenciadas em suas épocas de crises cíclicas, manifestando-se assim na forma de eliminação de capital acumulado, como um preço amargo que

se paga pelo progresso. Entretanto, a destrutividade do sistema de capital não se limita aos preços do progresso, como se poderia aceitar acriticamente.

Ele ameaça a própria sobrevivência da humanidade enquanto perdurar sua hegemonia histórica enquanto estruturante do metabolismo global, se agravando ainda mais com o aprofundamento de sua crise. Nesse processo, são produzidos um labirinto de contradições, dificuldades e desastres para os quais não existem resposta sob o sistema de capital e sob o modo de produção capitalista.

A ênfase no desperdício e no descartável se constitui, segundo Gorender, uma novidade em relação à Marx, que focalizou a destrutividade das crises cíclica sem se deter na destrutividade cotidiana, corrente na sociedade capitalista. o atual sócio metabolismo do capital traz uma série de destruições do interesse coletivo da humanidade.

Nessa lógica destrutiva, e para aumentar de maneira acelerada sua acumulação o capital teve que desenvolver algumas estratégias, dentre as quais:

a) – Fazer diminuir a parte do trabalho no produto social, o que se realizou por uma verdadeira ofensiva contra o trabalho, que alguns autores como Mészáros, e Fiori e Frigotto denominam de “*A vingança do capital contra o trabalho*”: diminuição de sua parte no produto social, pela queda nos salários reais; desregulamentação; diminuição do seguro social e enfraquecimento das organizações dos trabalhadores. Frigotto (2001) argumenta que

“Esses novos paradigmas evidenciam aquilo que Mészáros, Hobsbawn, Antunes caracterizam com uma “crise civilizatória do capitalismo”, que esgotou sua capacidade de civilizar a humanidade, iniciada na Revolução Industrial e na superação do Antigo Regime, e se tornou produtor de catástrofes, misérias e barbáries, que envolvem quase 60% da humanidade. É a lógica destrutiva das forças produtivas, e uma vingança histórica e estrutural do capital sobre o trabalho”. (Frigotto, 2000)

b) – Fazer diminuir a parte do Estado como redistribuidor de riquezas e árbitro social, o que se fez pelas ondas de privatizações, não somente nos setores econômicos, mas também dos serviços públicos com as políticas de austeridade impostas pelas organizações financeiras internacionais , via programa de ajustes estruturais. Se analisarmos os principais mecanismos da globalização econômica atual podemos notar que realiza-se uma integração dos processos de produção e de distribuição que não têm de levar em conta as fronteiras. Assistimos

também a uma concentração da produção, da distribuição e da comunicação nas mãos de grandes empresas cada vez menos numerosas

c) - *Destruição da economia*: Se a economia é a ação humana destinada a estabelecer as bases materiais da vida e cultural de todos os seres humanos no mundo inteiro, o capitalismo é o sistema mais ineficaz da história humana. Nunca houve tantos pobres, nunca houve tantas distâncias sociais. Isso constitui a primeira base dos atuais fundamentalismos, das intolerâncias, revoltas e resistências.

d) - *Destruição da natureza*: A exploração da natureza (e dela fazendo parte os seres humanos) com a idéia de proveito a curto prazo significa desastres ecológicos, destruição de ecossistemas, desajustes climáticos, e o cada acelerado esgotamento dos recursos naturais, como a água, o que tem provocado, nos últimos anos, o desenvolvimento de muitos movimentos ecologistas e mobilizado as cada vez mais contundentes manifestações dos diversos movimentos contra a globalização e anti capitalistas. Faz parte desse processo, entre outros, a persistente recusa do governo estadunidense em assinar o Protocolo de Kioto, de controle da poluição ambiental global, provocada principalmente por suas indústrias, dentro ou fora dos EUA.

e) - *Destruição social*: Extensão das relações diretas capital/trabalho, o que quer dizer o assalariado, que agora estende-se ao mundo inteiro, mesmo se não de maneira majoritária em todos os setores da atividade coletiva. Movimentos sindicais e camponeses têm aparecido em novas áreas geográficas e em novos setores das atividades econômicas. Extensão da relação indireta capital/trabalho, que afeta sempre cada vez mais grupos sociais no mundo, como a fixação dos preços das matérias primas, a dívida externa, a reexportação de capital, os paraísos fiscais, etc., todos obstáculos ao verdadeiro desenvolvimento das economias locais e cujas as consequências afetam bilhões de pessoas.

Trata-se, por exemplo, das mulheres, particularmente afetadas pela feminização da pobreza e o aumento da violência ou, simplesmente, porque a lógica do sistema de exploração capitalista utiliza as relações de gênero em função de seus próprios interesses (por exemplo, salários mais baixos, contabilidade nacional que não leva em conta o trabalho de reconstituição das forças produtivas realizado pelas mulheres, para falar em termos econômicos). Trata-se das resistências dos povos indígenas, que são as primeiras vítimas das novas políticas econômicas e que em suas resistências redefinem seu sentido de intencionalidade.

Evidentemente não é o capitalismo que inventou o machismo ou patriarcado, a opressão dos povos indígenas, os conflitos étnicos, a marginalização dos jovens. Porém, o capitalismo agravou os conflitos e muitas vezes os utilizou para construir suas estratégias de dominação e absorção de mais valia e sobreproduto.

2.2.1. – O abismo social da racionalidade destrutiva capitalista

A última década do século XX (1990-2000) foi marcada por uma profunda metamorfose do capital, com uma avassaladora ofensiva da ideologia neoliberal, das políticas de livre mercado e pela tentativa de implementar a ditadura do pensamento único. O retrato do produto social da *metamorfose destrutiva* do capitalismo é dramático para a humanidade: Ano a ano o fosso separa os incluídos dos excluídos: os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres. Em 34 anos, o quinhão dos excluídos na economia global minguou 2,3% para 1,1%.

Segundo dados do Banco Mundial (1999)¹⁶ metade da população (pouco mais de 3 bilhões de pessoas) vive com menos de US\$ 2,0 por dia e 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 1,0 ao dia. Menos de 20% da população mundial detém uma renda de mais de 80% do total mundial. O desemprego em massa e empregos precarizados caracterizam hoje a maioria dos mercados de trabalho no mundo – Um bilhão e duzentos mil desempregados no mundo, a taxa aberta de desemprego varia de 10% a 22 % na Europa.

Estatísticas tão alarmantes se explicitam nos países periféricos da América Latina, África e Ásia. Somente em São Paulo há aproximadamente 1.700.000 trabalhadores desempregados. A concentração chegou ao ponto de o patrimônio conjunto de 225 pessoas mais ricas do mundo têm uma renda equivalente a dos 50% mais pobres do mundo, ou seja, 3 bilhões de pessoas. As 200 maiores empresas multinacionais controlam 25%, do PIB mundial (valor total de produtos e serviços realizados anualmente). Assim, consideramos que a globalização ampliou ainda mais a concentração de riqueza e poder.

Desde 1960, quando os ricos ganhavam 30 vezes mais que os pobres, a concentração da renda mundial mais que dobrou. Em 1994, os 20% mais ricos abocanharam 86%

¹⁶ Banco Mundial, ver dados de 1999, publicados no Caderno “Auditoria da Dívida Externa,” campanha jubileu 2000, um milênio sem dívidas, tribunal da dívida, campanha pelo anulação das dívidas dos países do Hemisfério Sul, Rio de Janeiro, 2000.

de tudo o que foi produzido no mundo. Sua renda era 78 vezes superior dos 20% mais pobres. Menos de 5% da população mundial tem acesso à Internet.

Segundo o relatório da PNUD/2000 da ONU ¹⁷, com tantas desvantagens competitivas, a imensa maioria dos perdedores do processo de globalização estão nos países periféricos do capitalismo. Mas os perdedores também estão nos países centrais. Cerca de 100 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, vivem no centro da Europa, do Japão, dos antigos Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Singapura, Hong Kong, Taiwan, Indonésia), nos EUA e no Canadá.

Além da concentração de riquezas, o fluxo internacional de recursos aprofunda as disparidades mundiais. Mais de 90% dos investimentos estrangeiros diretos vão para os EUA, Japão, Europa central e oito províncias da China. Os demais países, com 20% da população mundial, ficam com menos de 10% dos investimentos. Isso significa que regiões como a África, Américas Central e do Sul e Oriente Médio, estão excluídas dos avanços tecnológicos.

2. 2. 2 . - Mundialização do capital, neoimperialismo?

A chamada globalização ou mundialização do capital, significou (e ainda significa) o aprofundamento da situação de pobreza e exclusão para 2/3 da população do planeta, impossibilitados de participar da “nova era” do capital. A ideologia da globalização, surge a partir de uma reconfiguração do domínio dos capitais na ordem mundial neste final do século XX. “*O atual processo de globalização é, na realidade, um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se em reestruturação das suas formas de produção e organização social*” (Oliveira, 2001: 48).

A partir dos anos 1980, os ajustes estruturais, capitaneados pelo FMI e pelo Banco Mundial, estabeleceram uma nova agenda econômica e sócio-política, de acordo com o chamado *Consenso de Washington* que, essencialmente, pode ser resumido em redução drástica dos gastos sociais públicos, com vistas ao equilíbrio orçamentário; irrestrita abertura comercial, com eliminação de barreiras e redução de tarifas; predomínio do capital financeiro e seu livre trânsito e ingresso em escala planetária, desregulamentação dos mercados e dos direitos trabalhistas, com

¹⁷ Dados da PNUD disponíveis no site do *Observatório Social da CUT*, agosto de 2002. CUT BRASIL. E no Caderno: *Intituições Financeiras Multilaterais*, Secretaria Nacional de Formação/Secretaria de Relações Internacionais, SP, julho/2000.

revogação de todos os obstáculos e intervenções do Estado nos agentes econômicos, e finalmente um agressivo e amplo processo de privatização das empresas e dos serviços ligados ao Estado. Nessa agenda de liberalização e flexibilização, o mercado é alçado ao papel de regulador de todas as relações econômicas e sociais, e o Estado é reduzido às funções mínimas.

Alguns estudos (Ianni, 1996, Martin & Schumann, 1988, Boito, 1999)¹⁸ destacam as principais conseqüências desse modelo de globalização para os países periféricos são elas: 1) incorporação de empresas de capital nacional por empresas transnacionais; 2) subalternização de empresas de capital nacional; 3) depreciação do valor das matérias-primas; 4) pressão de déficits na balança comercial dos países dependentes; 5) dependência de tecnologias de ponta; 6) enfraquecimento do controle das economias nacionais pelos governos federais; 7) acirramento dos desequilíbrios econômicos regionais; 8) surgimento de ilhas de prosperidade; 9) inchamento de cidades para onde os pobres se deslocam em movimentos migratórios; 10) ampliação do montante das dívidas externa e interna; 11) perda da soberania da nação; 12) desemprego em massa; 13) ampliação da informalidade e de práticas econômicas consideradas contravenção; 14) precarização das condições de saúde pública, e muitas outras conseqüências.

O atual estágio de desenvolvimento e expansão do capitalismo está cercado de polêmicas teóricas sobre sua conceituação. Nesse emaranhado de conceitos e categorias, para nós, trata-se de entender qual o sentido de ser do capitalismo, sua lógica interna e sua expressão enquanto fenômeno. Aqui, numa perspectiva de buscar a totalidade, em seus *fenômenos* e na sua *essência*, e nela as suas *contradições*, procuramos dissecar e discutir os elementos econômicos desse novo estágio de hegemonia do capital e de dominação capitalista, que segundo alguns autores como Petras (2000)¹⁹, pode ser definida como de *novo imperialismo*.

Segundo Petras (2000), das 500 maiores empresas e bancos do mundo, cerca de 238, quase 48%, são dos Estados Unidos e outras 153, o que equivale a 30 %, são dos países do G7 pertencentes à Comunidade Européia. Somente 10% pertencem ao Japão. Em outras palavras, 90% das maiores corporações que dominam os setores industrial, financeiro e comercial são

¹⁸ Sobre a noção de globalização ver Ianni, Otávio. A era do Globalismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996. Especialmente o capítulo IV “Nação e globalização. Como também, Martin, Hans-Peter & Schumann, Harald. A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar social, ed. Globo, 4ª edição, São Paulo, 1998.

¹⁹ James Petras é um importante intelectual marxista estadunidense, que há mais de duas décadas estuda as economias e as sociedades latino americanas e dos países periféricos do capitalismo, e escreveu, dentre outras obras importantes, “O Brasil de Cardoso.” (2000), uma radiografia da destruição da economia e do patrimônio público nos oito anos de seu governo. Sobre o capitalismo mundial, para sustentar sua tese de que presenciamos uma unilateral afirmação da dominação estadunidense, com nome de globalização, que denomina de *novo imperialismo*, ele cita dados do

estadunidenses, européias e japonesas. O poder econômico financeiro se concentra em três unidades econômico- geográficas e constituem um novo imperialismo das corporações multinacionais protegidas e ancoradas em Estados-Nações, com completa hegemonia econômica, política e militar dos Estados Unidos, como o demonstram a recente guerra contra o Iraque.

Os dados analisados por Petras afirmam que cinco dos 10 principais bancos são estadunidenses, assim como seis das 10 maiores empresas farmacêuticas e de biotecnologia, 04 das maiores companhias de gás e petróleo (que dominam 80% do mercado desse setor) e 09 das maiores redes de comércio varejista. A hegemonia estadunidense se concentra também no setor de tecnologia da informação, comunicações e indústria cultural e na chamada “nova economia” (Internet, softwares e computadores).

Essa supremacia fica mais vertebrada quando verificamos a completa ausência da *África* e da *América Latina* nessa relação, e que os “*Tigres Asiáticos*” participam com apenas 1% dela. As implicações desta concentração de poder mostra o quanto é falacioso, um verdadeiro fetiche enganador, o discurso de “liberalismo” pregado pelos Estados Unidos.

O neoliberalismo praticado pelas nações mais ricas do mundo é, na verdade, um protecionismo mercantilista com fortes subsídios dos Estados nacionais. Um exemplo é a proposta aprovada pelo Congresso dos EUA, em maio de 2002, de liberar a quantia de 182 bilhões de dólares como subsídios diretos à sua agricultura, protegendo mais seu mercado interno e aumentando a competitividade no externo. Aumentando mais do que nunca a presença e proteção do Estado para garantir os lucros do grande capital.

Aos outros países e governos da periferia do capitalismo a ordem é severa: Nada de proteção ou subsídios, total abertura econômico-financeira e comercial. O livre comércio é um argumento que visa apenas aumentar a competitividade e a ampliação de mercados consumidores para os produtos e serviços estadunidenses. A concentração do capital e do poder econômico configuram um ferrenho monopólio sobre os chamados mercados mundiais. As transações financeiras e o comércio farmacêutico e de produtos de informática e de seguros estão nas mãos de 10 empresas de origem estadunidense e européia.

Mas esse império e seu imperialismo têm os pés atolados em seu próprio gigantismo. O aumento dos gastos militares em quase 20% durante o governo Bush, para responder às exigências da indústria bélica e as reduções de impostos dos mais ricos, vêm provocando cortes de recursos para as áreas sociais e aumentando seu déficit orçamentário. Sua

Financial Times, para comprovar essa supremacia econômico produtiva, financeiro comercial, tecnológica e geográfico-político-militar.

balança de pagamentos tem apresentado índices negativos e seu déficit comercial alcançou cifras da ordem de 500 milhões de dólares.

Aos movimentos sociais e aos Estados que lutam contra esse novo imperialismo econômico e político-militar, só existe possibilidade de enfrentamento se for colocada a estratégia de socializar esses monopólios nos locais onde eles operam, resistir localmente, desenvolver as economias nacionais, e inverter as regras do comércio internacional, buscando novos parceiros e incentivando a produção e circulação interna.

2. 2. 3. – Cenários: Arrancar esperanças ao futuro

Castel (2001) nos apresenta uma síntese do que ele identifica como quatro cenários em curso.

a) O primeiro e mais drástico é o de uma radicalização das políticas neoliberais em uma crescente destruição das garantias de proteção ao trabalho e a instalação de um mercado auto-regulado. Este é o cenário dominante nos países periférico e semi-periféricos, na perspectiva que assumem estes conceitos em Arrighi (1998). Neste cenário o número de trabalhadores *sobrantes* se amplia e suas vidas se precarizam ficando na dependência de planos emergenciais de alívio à pobreza, da filantropia e da caridade social.

b) O segundo cenário, que não elide o primeiro, adotado pela maioria dos países, é o de atacar pelos efeitos. Instauram-se políticas *focalizadas*²⁰ de inserção social. As políticas educacionais, e em particular do ensino técnico profissional, na perspectiva que assumiram nos anos 90, clara e intencionalmente se enquadram como parte deste segundo cenário.

c) O terceiro cenário é o da *auto organização dos sobrantes* mediante uma alternativa de trabalho. Esta realidade vem sendo cunhada com nomes diferentes e com sentidos diversos *economia solidária, sócio economia solidária, economia popular, cooperativismo, produção associada, autogestão, economia de sobrevivência e economia informal*.

²⁰ A estratégia da *focalização* tem por finalidade dirigir as ações governamentais apenas em alguns grupos sociais. Seguindo as diretrizes dos organismos multilaterais de investimentos – Banco Mundial entre eles – trata-se de aliviar os efeitos colaterais das políticas de ajuste fiscal, e de compensar as populações pobres com medidas de efeitos cosméticos, como distribuição de cestas básicas de alimentos, bolsas de fragmentos de direitos, tais como bolsa-escola, renda mínima, seguro desemprego, medicamentos, etc, cursos aligeirados e superficiais de treinamento profissional, entre outras medidas paliativas, que não enfrentam os perversos mecanismos de produção da pobreza, que é a própria acumulação capitalista e suas lógicas de lucro, exploração e concentração de capital. Segundo Oliveira, no campo educacional, por exemplo, exclui-se o direito a uma educação básica universal e privilegia-se o ensino fundamental. No campo dos direitos sociais, as ações de governo privilegiam o que o neoliberalismo chama de *excluídos*. Neste trabalho, temos optado pela categoria *sobrantes*.

Algumas questões sobre esse tema estão colocadas em debate sobre²¹. Qual a diferenciação de perspectivas que engendram esses conceitos? Uma averiguação sobre qual o alcance global destas alternativas e o que há de romantização ou efetivamente de novo em termos de relações econômicas e cultura do trabalho.

d) Por fim um quarto cenário explicita as teses daqueles daqueles que já decretaram que chegamos à sociedade do conhecimento, sociedade do entretenimento, do lúdico ou do fim do trabalho e a sociedade do tempo livre. Este último cenário encontra uma crescente literatura com formulações que tem origem, aparentemente, muito diversas.

Em um plano mais abertamente conservador encontramos a visão de Toffler (1995) sobre o surgimento da sociedade do conhecimento, e com ela uma possibilidade revolucionária mais contundente, de que o trabalho e os trabalhadores, seus sindicatos e os partidos de esquerda. e com ela o fim das classes sociais. A tese central defendida por estes autores aponta uma pretensa possibilidade revolucionária à chamada sociedade do conhecimento, pois “ *o conhecimento se constitui uma ameaça maior a longo prazo para o poder financeiro do que o trabalho organizado ou partidos políticos anticapitalistas. Pois, relativamente falando, a revolução da informação está reduzindo a necessidade de capital por unidade de consumo em uma economia que privilegia o capital. Nada poderia ser mais revolucionário*” Toffler, (1995).

Essas teses se chocam com as multidões de desempregados e precarizados, marginalizados e miserabilizados, aqueles que Frigotto identifica como “*possuidores de uma existência provisória sem prazo*”. As políticas neoliberais configuram um quadro histórico de profundo retrocesso, dentro do próprio capitalismo, ao pré-capitalismo ou ao Estado de natureza²².

²¹ Sobre estes temas, que não é o foco de nosso trabalho, há uma vasta bibliografia e iniciativas institucionais e populares em desenvolvimento no Brasil. Como literatura, entre tantas, destacamos três trabalhos bastante visitados: LIA TIRIBA: Economia Popular e Cultura do Trabalho (Pedagogia da Produção Associada), tese de doutoramento, UFF, 1998. PAUL SINGER: Uma Utopia Miliante (Repensando o Socialismo) ,Vozes, RJ, 1998. MARCOS ARRUDA: Globalização da Solidariedade, PACS, 2000. Sugerimos, também, o caderno produzido pela CUT sobre sindicalismo e economia solidária, em 1998, que serviu de base para o desenvolvimento das Agências de Desenvolvimento Solidário - ADS/CUT – { HYPERLINK <http://www.cut.org.br> } ; a revista PROPOSTA, vários números, publicadas pela FASE; as publicações da ANTEAG; Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias – { HYPERLINK <http://www.anteag.org.br> }.

e os trabalhos desenvolvidos pelo Fórum de Cooperativismo do Rio de Janeiro, que tem sua secretaria atual no CEDAC – Centro de Ação Comunitária do RJ. { HYPERLINK <http://www.cedac.or.br> }. e o Fórum Social Mundial, que nas três edições brasileiras produziu vasto material, debates, experiências e estudos sobre as alternativas anticapitalistas de enfrentamento do desemprego e da exclusão social.

²² O capitalismo revolucionou o modo de produção feudal. O seu nascimento e suas formas de estruturar a produção teve como base a constituição de um contrato social, com pressuposto na existência de uma sociedade civil e do Estado. O capitalismo produziu a transição de um mundo *jusnaturalista*, onde imperavam as paixões, as guerras, o desentendimento, as dominações dos fortes contra os fracos, para um estágio onde a equilíbrio social pressupõe a primazia da razão sobre a paixão, da segurança sobre a guerra, do respeito e garantia da liberdade e da propriedade

2.4. – A metamorfose capitalista no Brasil

Somos um país de absurdos contrastes. Um país de médicos desempregados e de mortos por falta de médicos, de professores sem alunos e milhões de crianças sem escola, de extensos latifúndios de terras sem homens e mulheres e milhões de homens e mulheres sem terras, com produção de alimentos para exportação e de dezenas de milhões de pessoas desnutridas, com território continental e a população amontoada como restos humanos em favelas, incapaz de usar o conhecimento científico e tecnológico de que dispõe, na eliminação de doenças endêmicas, na educação da população.

Diante desse quadro, são acintosos os lucros dos bancos no Brasil, as altas taxas de juros, e a valorização do dólar confirma a lucratividade exorbitante do capital financeiro. Dados publicados no jornal “*O Globo*(2003:23)”, apontam que a explosão do dólar assegurou ao Citibank lucro e rentabilidade recordes no ano de 2002. Pelo balanço divulgado ao mercado, a instituição registrou lucro líquido de 1.630 bilhão em 2002, 170,3% a mais do que os R\$ 603,3 milhões registrados em 2001. A rentabilidade do Citibank só não foi maior que a do Banespa/Santander, que atingiu 65%, portanto, R\$ 2,818 bilhões. O lucro do Itaú foi de R\$ 2,376 bilhões, rentabilidade de 26%, o Bradesco foi de R\$ 2.022 bilhões, rentabilidade de 19%.

Segundo Boito JR(1999)., processo de adesão da burguesia brasileira ao ideário político e aos fundamentos sócio-econômicos do neoliberalismo, na formação do novo bloco de poder econômico e político que assume a direção do Estado brasileiro no final da década de 1980, e se consolida nos anos 90. O governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso propalou a idéia de que o Plano Real promove a distribuição de renda. Na verdade, a década neoliberal – quase toda tomada pelos anos dos mandatos de FHC - concentrou ainda mais a renda do Brasil. Segundo o IPEA – instituição oficial do governo, portanto, mais “isenta” impossível – na década de 60, os 50% mais pobres detiveram, como média anual, 18% da renda nacional; na década de

sobre a dominação e a anarquia, pressupostos estes que só têm possibilidade de existir sob a presença do Estado,. Ver Jefferson (*Declaração de Independência dos Estados Unidos*) e em Pocrovski (1985), (*História da Ideologias*), e Locke (2000) . A busca e a manutenção de direitos fundamentais, como a vida, a liberdade e o bem estar, fazem os homens constituírem governos, como escolha soberana do povo para que este venham cuidar de seus interesses, e com o pleno direito de os derrubarem, quando esses direitos são desrespeitados. O Estado estabelecerá um pacto social e político, onde este, com a concordância da sociedade, deve zelar pela tranquilidade dos cidadãos, garantir, de modo racional, os direitos essenciais como a segurança, a propriedade, a liberdade individual, preservação da paz e a proteção contra as guerras. Esse pacto visa garantir o bem público, de interesse da sociedade. O Capitalismo liberal, enquanto modo de produção baseado na propriedade privada, na racionalidade produtiva, no Estado como regulador

70, essa parcela de renda apropriada pelos mais pobres caiu para 15% e na década de 80 para 14%. Os governos neoliberais conseguiram jogar a renda dos mais pobres ainda mais para baixo. Entre 1990 a 1996, a média foi de 12% da renda apropriada pelos 50% mais pobres. O fato de, ao longo dos dois primeiros anos do Plano Real, ter havido uma pequena e efêmera melhoria nos termos da distribuição de renda, foi usada indevidamente como propagando pelos neoliberais.

Porém, como evidenciam os dados disponíveis para 97, esse acidente foi passageiro e não alterou a tendência concentradora da década do neoliberalismo. A desindexação dos salários promovida pelo governo FHC foi decisiva para superar a pequena distribuição acidental ocorrida em 1995. Mais desemprego, mais concentração de renda e menos gastos sociais. Dados de fontes as mais variadas apontam a redução dos gastos sociais e, ao mesmo tempo, o aumento dos gastos financeiros do Estado brasileiro ao longo dos anos 90.

Essa redução dos gastos sociais do Estado apóia-se numa visão produzida pelo neoliberalismo, segundo a qual a política social do Estado deve gastar menos e de modo *focalizado*: a ordem é concentra os gastos num *pacote mínimo* de serviços (ensino público somente na etapa fundamental, medicina pública apenas nos cuidados básicos, simples e baratos, etc.) *focado apenas na população pobre e miserável*.

A nova configuração político-jurídica do capitalismo brasileiro, nascido da transição conservadora em 1985 e legitimada na constituinte de 1988, é produto de um pacto de elite, restabelecendo os direitos civis e garantindo alguns direitos sociais e a manutenção das estruturas econômicas da classe dominante, como o monopólio do capital financeiro, da propriedade privada das terras, dos grandes meios de comunicação, dos conglomerados industriais e comerciais.

Este pacto de elite, que na concepção gramsciana se denomina como “*transformismo*”²³, se configurou no Brasil, em que a transição da ditadura militar para um regime democrático burguês não significou alteração no conteúdo da dominação de classe e tampouco abalou os alicerces do capitalismo. A transição teve caráter conservador e controlado sob rédeas pelas classe dominante brasileira, para que não fugisse do seu controle e interesses.

O neoliberalismo, desde meados da década de 1970, avançou em nível mundial a partir dos países centrais e se estabeleceu como modelo hegemônico. Segundo Chico de

social, e no mercado como regulador econômico, antítese do modo de produção e da sociedade feudal. As leis regem a vida social e política, a livre competição derruba o monopólio régio no controle da produção e do comércio.

²³ O processo em que, para manter sua hegemonia, as classes dominantes alteram suas formas de dominação política, sem que se modifique seu conteúdo essencial da dominação de classe.

Oliveira(1998)²⁴, no Brasil começou a ser implantado tardiamente, comparando-se a outros países da América Latina. Somente com a posse de Collor esse modelo começou a ser aplicado de forma orgânica e global em nosso país. Collor se elegeu como o “*anjo salvador*” da burguesia brasileira, depois do duro embate contra a candidatura de esquerda democrática e popular – Lula – e, ainda segundo Oliveira , com ele foi eleito o primeiro projeto neoliberal conscientemente articulado, tomando o déficit estatal como o fulcro dos problemas a serem atacados, para que o país chegasse à modernidade.

A chegada de Fernando Collor ao governo central ocorreu num contexto internacional de contra ofensiva econômica, política, ideológica e militar do *imperialismo*²⁵, fortalecida pelo colapso dos países socialistas do Leste Europeu e da URSS. Nos anos 1980, ainda segundo esse autor, o consenso nacional que presidiu as transformações era o de que o centro dos problemas do país era o déficit social, isto é, o reconhecimento de que a ditadura havia conseguido expandir a economia, sem no entanto distribuir renda. A constituinte (1987-1988) foi marcada por esse clima, depois das grandes mobilizações sociais a favor de suas reivindicações.

Esse movimento se dava na contramão da hegemonia neoliberal nos outros países do Continente e em escala mundial. No final da década de 1980 (ainda com Sarney) a tese da “*ingovernabilidade*”, refletida na idéia de que a nova constituição tornaria o Estado brasileiro impossível de ser dirigido, pela quantidade excessiva de demanda que aprovara, diante da crise fiscal que se havia desenhado no país desde que a crise da dívida externa, havia feito que esta passasse a comandar as políticas econômicas dos vários governos.

Uma das particularidades da experiência neoliberal no Brasil não está na aplicação desse programa por uma força política que reivindica a social democracia. Essa experiência (um governo de perfil social democrata aplicando um programa e uma agenda econômica e política de matriz neoliberal) já havia ocorrido com Mitterrand, na França, com Felipe Gonzalez, na Espanha, assim como o PRI, no México, com Ménem, na Argentina e com o Partido Socialista, no Chile. A particularidade se dá no fato de que Fernando Henrique Cardoso não derrota uma força de direita – Como se deu nos casos que citamos – mas refunda a direita, unificando todos os seus setores , tendo somente a esquerda como força opositora. FHC reunificou a direita e renovou seu discurso, dando-lhe alibi de modernização liberal, como cobertura para as velhas práticas de privatização do Estado.

²⁴ Chico de Oliveira em aula aos alunos da Pós graduação em Educação da UFF (1998)

²⁵ Utilizamos aqui a categoria *imperialismo*, recorrente em Petras (2000) , e Boito Jr (1999). conforme já abordamos anteriormente, neste capítulo, como expressão da nova hegemonia capitalista, capitaneada pelos EUA.

Como todas as versões latino americanas, o programa neoliberal brasileiro tomou o combate à inflação e à estabilização como centro. Seu caráter neoliberal ficou caracterizado pela responsabilização do Estado no descontrole inflacionário e pelas medidas de corte de gastos públicos, de privatização das empresas estatais, de abertura da economia ao exterior – supostamente para baratear os preços internos e incentivar a *competitividade* – e da *desregulamentação*²⁶ geral da economia.

No Brasil, como em outros países da América Latina, essa inserção à nova ordem se deu (e se dá) de forma *subordinada, dependente e tardia*. Os trabalhadores pagaram (e ainda pagam) os efeitos amargos dessa inserção.

O executivo federal – a burocracia técnica e o estamento político que se formou em torno de FHC – cumpriu o papel de agência central de implementação das políticas neoliberais no Brasil. O governo central foi um núcleo forte e compacto, do ponto de vista técnico e político-ideológico do neoliberalismo brasileiro.

É do executivo federal que partem todas as políticas produzidas pelo Banco Mundial e pelo FMI e de onde emanam todas as suas estratégias de implementação das políticas econômicas e sociais compensatórias, sob a forma de privatizações, terceirizações, descentralização e municipalização (onde os municípios assumem a função de executores e gestores, mas a formulação e o financiamento ficam aprisionados nas mãos do executivo federal) de *focalização* (o Estado funciona como um distribuidor compensatório de migalhas sociais, à base de conta gotas e de clientelismo, alívio da exclusão e para impedir a ampliação do esgarçamento do tecido social).

²⁶ Segundo Elizabeth Serra Oliveira, o mecanismo da desregulamentação significa a supressão de leis, normas, regulamentos e garantias que possam inibir a livre concorrência e a livre regulamentação da economia e da sociedade pelas leis *naturais* do mercado. Nela está implícita a retirada do Estado como responsável pela formulação, desenvolvimento e controle das políticas públicas de interesse social. (Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana no Brasil, dissertação de Mestrado, defendida em 2002, na Faculdade de Educação da UFF.) .

Capítulo 3

A Hegemonia capitalista e as metamorfoses da CUT

Nosso tempo. Este tempo de partido,
Tempo de homens partidos.
Em vão percorremos volumes,
Viajamos e nos colorimos.
A hora prescindida
Esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne.
Fogo. Sapatos.
As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto,
E escreve-se na pedra.
(Carlos Drummond de Andrade)

Neste capítulo nos propomos a analisar os impactos das políticas neoliberais na *classe trabalhadora*, e em especial no *movimento sindical e suas organizações representativas – os sindicatos e a CUT – principal Central Sindical do Brasil*. Por uma questão metodológica, buscaremos uma *historicização do sujeito coletivo CUT, em suas múltiplas relações*, sua gênese, o contexto sócio-histórico em que ela entra em cena como *protagonista* na sociedade brasileira, seu desenvolvimento e consolidação, suas metamorfoses orgânicas, sua identidade política, e aquilo que se convencionou denominar, entre os estudiosos do tema, de *a crise de identidade do sindicalismo CUTista*

Como temos analisado até aqui, a *ofensiva neoliberal e sua lógica destrutiva* produziu profundos e extensos estragos nas economias, nas sociedades e principalmente nos movimentos sociais organizados. Dentre estes, os sindicatos sofreram razoáveis derrotas. Para Boito JR. A maioria de suas lideranças ficaram divididas entre a *perplexidade*, a *resistência fragmentada* (setores e correntes minoritárias no interior da CUT), e a *“adesão propositiva”* a alguns pressupostos da nova ideologia (setores e correntes majoritárias da Central).

Acrescente-se que essa *perplexidade* se aprofundou ainda mais em consequência da *crise* e da *derrocada da URSS* e dos países do chamado *sistema socialista*²⁷ do Leste europeu, que teve como desdobramentos a afirmação da hegemonia capitalista, sob liderança norte americana como força unipolar no mundo.

3.1 – Na cena política, o sujeito coletivo CUT

A Central Única dos Trabalhadores – CUT - foi fundada em 23 de agosto de 1983, no *1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT* – Com a participação de 5.212 delegados eleitos, de um total de 5.625 pessoas presentes, representando de cerca de *1000 sindicatos e oposições sindicais*, da cidade e do campo, após um intenso e crescente processo de mobilizações políticas da classe trabalhadora, particularmente no ABC paulista, em confronto com o *sindicalismo corporativo* e atrelado ao Estado.

A afirmação de uma concepção sindical construída pela *base, democrática, autônoma e classista* e sobretudo de combate *anticapitalista* é um contraponto político e ideológico às concepções e práticas cupulistas (onde as direções decidem sem consultar a base, e em nome dela), burocráticas, autoritárias e de colaboração de classe do sindicalismo oficial tutelado pela Ditadura Militar, herança do Estado Novo e da Era Vargas.

As Resoluções do 3º Congresso da CUT (1988) afirmam que

“A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas trabalhadoras através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação ao regime (...), a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira do século XX”.

Esses pressupostos aprovados estão no seu manifesto de fundação

“Entendemos por sindicalismo classista aquele se organiza pela base, a partir do local de trabalho, com ampla democracia interna, independência de classe, priorize a luta de massas e que defenda os tanto

²⁷ Os limites e os enfoques prioritários deste trabalho não nos permitirão analisar profundamente a crise e o desmonte do que a literatura política, histórica e sociológica convencionou categorizar como “*Socialismo Real*”, ao nosso ver uma definição imprecisa e que confunde o debate sobre as experiências e as possibilidades históricas do socialismo. O ajuste de contas no campo intelectual sobre o que foi a experiência vivida na URSS e nos países do leste da Europa, permanece inconcluso.

os interesses imediatos dos trabalhadores – empregos, condições dignas de trabalho e saúde, salário, direitos, liberdade de organização, direito de greve – quanto os interesses gerais – democracia plena, justiça social, distribuição de renda, reforma agrária, políticas sociais de habitação, segurança, educação, cultura – e, principalmente, interesses históricos – conquista do poder político pelos trabalhadores, a emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores e a construção de uma sociedade socialista.” (Manifesto de Fundação da CUT, 1983:3, mimeo.).

Tema bastante visitado na literatura política, historiográfica e sociológica produzida ao longo da década de 1990, a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasil – foi produto histórico da luta organizada de um múltiplo e diversificado leque de forças sociais e políticas que resultou num amplo movimento de contestação e combate ao regime militar, suas doutrinas e práticas violentas e autoritárias e pelo resgate do Estado democrático de direito.

Sua criação significou, no campo sindical, um rompimento concreto com os limites da estrutura sindical oficial corporativa, que proibia a existência de organizações interprofissionais. Embora legítima perante os trabalhadores mais conscientes em seus processo luta e organização, sua legalização (existência jurídica) só foi possível a partir da promulgação da Constituição de 1988 que, também devido à mobilização de amplos e diversos setores da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados, significou relativo avanço institucional na conquista de direitos humanos, civis e sociais.

Dados do Censo Sindical, produzido pelo IBGE²⁸, de 2002 indicam que a CUT – mesmo enfrentando o vendaval neoliberal que varreu o mundo contemporâneo *arrancou raízes, destruiu identidades*, disseminou o individualismo e esvaziou os processos, coletivos de *produção da solidariedade de classe dos trabalhadores* – é a quinta maior central sindical do mundo, em número de trabalhadores representados (22 milhões) e de sindicatos filiados (3.353 entidades).

Ainda segundo a mesma pesquisa, a CUT congrega 66% dos sindicatos existentes no Brasil, seguida da Força Sindical (FS), a segunda maior central sindical brasileira reúne 19%,

²⁸ Em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE - o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) realizou o CENSO SINDICAL 2002, com objetivo de mapear a dimensão, a estrutura e a evolução do mundo sindical na década de 1990. Entre 1984 e 1992 o IBGE realizou periodicamente essa pesquisa, que abrangia sindicatos brasileiros, urbanos e rurais, de empregados e empregadores e ainda profissionais liberais e autônomos. Interrompido em 1992, por decisão do governo federal, o CENSO SINDICAL foi retomado em 2001, ele mostra os impactos das mudanças significativas no mundo do trabalho, provocados pelas reestruturações capitalistas das últimas décadas. Maiores informações da pesquisa consultar o site do IBGE – { HYPERLINK <http://www.ibge.gov.br> } – CENSO SINDICAL, ou o jornal do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, ano X, número 146, de novembro de 2002, p.4-5.

a Social Democracia Sindical (SDS) com 75%, A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), com 6% e, por último, a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) com 2%.

3.2. – O terreno histórico de onde germinou a CUT

Várias foram as tentativas de criar uma Central Sindical no Brasil²⁹. A primeira, sob hegemonia dos *anarquistas*³⁰, e *anarco-sindicalistas* foi a *Confederação Operária Brasileira* (COB), que durou de 1908 a 1920. Em 1929, sob influência do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) foi criada a *Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros* (CGTB), que teve curta duração. Em 1935 foi criada a *Confederação Sindical Unitária Brasileira*, logo abortada pela ditadura de Getúlio Vargas.

Nesse período foi implantada uma estrutura sindical sob tutela do Estado. Essa foi imposta por uma legislação sindical que, entre outras questões, extinguiu os sindicatos livres. Sandri(1989), ao analisar as heranças do sindicalismo tutelado e populista, afirma que sua produção faz parte de um projeto político e ideológico da classe dominante, expresso pelo fascismo da ditadura de Vargas. *A partir de 1930, com o objetivo de impedir a participação*

²⁹ Cadernos de formação 1 – CUT 20 anos, - Escola Sindical São Paulo, Abril de 2001

³⁰ Anarquismo: Idéias políticas originalmente desenvolvidas na Europa (França e Itália, principalmente) a partir do pensamento de Proudhon e Bahunin. Esse movimento político pregava (ainda prega, apesar de minoritário no movimento sindical no Brasil e no mundo) a destruição da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade igualitária, sem classes sociais, sem exploração, sem opressão. Em tese, o anarquismo é contra o capitalismo, a divisão da sociedade em classes sociais, vê na religião uma forma ideológica do dominar o povo e desviá-lo da compreensão das contradições do mundo material, portanto, são anti-clericais. Combatem o patriarcalismo e todas as formas de propriedade privada. Acreditam que só a luta direta das massas trabalhadores poderia destruir o Estado burguês. Os sindicatos e as organizações operárias são instrumentos de educação política, construção de consciência autônoma e solidariedade de classe são armas fundamentais para a destruição do capitalismo e a base para a construção da sociedade igualitária e autogestionária. Para os anarquistas, a política parlamentar e os partidos políticos são instrumentos da burguesia para corromper e frear a luta direta dos trabalhadores. Defendem a democracia direta das massas, sem intermediários. São contrários a existência de qualquer forma de Estado, pois uma sociedade autogestada não precisa de Estado e nem de governantes, pois os sujeitos são autogovernáveis.

O anarco-sindicalismo, derivado dessas concepções, defende um sindicalismo aberto, com participação de todos os operários de qualquer tendência política ou concepção ideológica, de combate permanente ao capitalismo e suas formas de dominação. Sindicalismo, portanto, autônomo, independente dos patrões e do Estado, mantidos unicamente pela livre contribuição financeira dos sócios. A constituição de fundos de assistência, ou caixa de ajuda mútua, tinham finalidade de angariar recursos para as lutas contra os capitalistas. O sindicato era o lugar da organização da luta, mas também oficinas de formação profissional, escolas de formação sindical, grupos de teatros e centros de lazer. Estas concepções, trazidas da Europa pelos operários imigrantes, foi majoritária e decisiva para o surgimento do Movimento Operário Brasileiro.

Importante citar que a denominação “*anarco-sindicalistas*” não é consensual entre os historiadores do movimento operário. Ver Batalha, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*, RJ, Jorge Zahar, 2000, p. 25 e 55. Sobre o tema, ver ADDOR, Carlos. *Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, UFF, 1988; FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, Difel, SP, 1986. ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, Brasiliense, SP, 1991. VÁRIOS. *Movimento Operário Brasileiro*, arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas-SP, 1987

política dos trabalhadores, não somente através da dura repressão, mas também de uma política clara e planejada no sentido de impor uma ideologia que levasse os próprios trabalhadores a aceitarem a marginalização política”.

O fascismo varguista, ao falar de harmonia social e colaboração de classes para o desenvolvimento da nação, procurou destruir a politização dos trabalhadores, que vinha sendo construída por suas lideranças ao longo das décadas de 1910 a 1930. Desde a sua proclamação no Brasil, a República foi um projeto oligárquico, dominado pela aristocracia agrária conservadora. A chegada de Vargas ao poder em 1930 produziu profundas mudanças estruturais, econômicas, sociais e políticas no Brasil. A ascensão de uma nascente burguesia industrial e das classes médias urbanas, porém, não retirou da cena os latifundiários. Vargas desenvolveu seu projeto de poder se sustentando nesse equilíbrio de forças.

O golpe de Estado imposto por Getúlio Vargas em 1930 significou, segundo Antunes (1992:72) *“o fim de um ciclo, o agrário exportador, e o início de outro, que gradativamente criou as bases para a acumulação capitalista industrial no Brasil”*. Segundo Gomes (1988), a chamada *“Revolução de 1930”*³¹ começou em meio a uma profunda crise econômica em todo o sistema capitalista brasileiro agrário e exportador.

Ainda segundo Gomes (1988), o afastamento das elites agrárias dominantes da República Velha inicia um período favorável à industrialização impulsionada pela intervenção do Estado em todos os setores da vida econômica, social e política. Foi se firmando a concepção de que, para vencer o atraso, era necessário um Estado forte e centralizador, que promovesse a industrialização e a modernização do País. Para isso, entretanto, era preciso domar os sindicatos independentes, liderados pelos *anarquistas e comunistas*.

A transição da forma, contudo, não alterou o conteúdo do projeto dominante, foi uma conciliação entre os de cima, estabelecida entre as elites onde os interesses agrários, expressando o velho, mesclaram-se com os interesses urbanos e indústrias emergentes, num

³¹ - A historiografia crítica denomina este evento como um *Golpe*. Para aprofundar, ver BADARÓ, Marcelo; MENDONÇA, Sônia Regina; OLIVEIRA, Francisco; MURILO, José Murilo, entre outros autores. Com o esgotamento econômico da cultura do café, resultante de uma quebra do comércio internacional, a Europa e os EUA a deixarem de comprar o produto brasileiro. Com a crise cafeeira, os senhores do café no Brasil que, até então detinham o poder político (aristocracia rural) – basicamente os *“coronéis”* do Minas e São Paulo – precipitam uma crise política sem precedentes no País. Havia um acordo sucessório presidencial, que alternava o poder entre mineiros e paulistas – era a chamada *“política do café com leite”*; essa política vinha ocorrendo deste de 1894, foi quebrada pela indicação de um paulista na sucessão de outro – Júlio Prestes no lugar de Washington Luiz, em fins da década de 1920 e início da década de 1930. A oligarquia política mineira se une às do Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal, que tinha Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos, representando as oligarquias *“marginalizadas do poder”*: militares jovens e camadas médias urbanas. Júlio Prestes vence as eleições, mas não toma posse, porque Getúlio Vargas lidera um golpe que toma o poder político da velha aristocracia agrária. Ver GOMES,

rearranjo do bloco de poder onde nenhuma fração dominante na fase anterior foi absolutamente excluída.

Para Badaró (1998:28), se entendemos o Estado como palco do conflito pela hegemonia da direção política de uma determinada conjuntura histórica, percebemos de que forma as classes e frações de classe, com interesses e posições diferenciadas, ora compondo maiorias com outros setores, ora atuando isoladamente, buscam exercer o controle do Estado. Numa situação em que nenhuma fração da classe dominante pode sozinha hegemonizar o processo político, dá-se um compromisso entre o setor agrário e os setores modernizantes que defendiam um desenvolvimento nacional baseado na indústria

Antunes (1982:73) identifica esse fenômeno como de um “*reformismo pelo alto*”, com a marginalização completa dos trabalhadores e demais classes populares da direção econômica, social e política do país. A classe dominante, utilizando-se do *transformismo*³², forjou sua hegemonia política e cultural, por meio de estratégias capazes de assimilar as propostas e bandeiras dos trabalhadores (seus adversários históricos) e cooptar seus intelectuais e mesmo grupos inteiros para seu projeto político, sobe sua dominância. Esse projeto só foi implementado pela combinação da via da coersão e do consenso, literalmente com mais força do que convencimento.

Na análise de Neves (1977:34-37)

“do ponto de vista social e político o Estado corporativo, que emergiu nos anos 30, regulou as relações sociais, absorvendo no interior de suas estruturas os interesses sociais (...), mediados e arbitrados pelos seus agentes(...). (...) Embora o Estado corporativo tenha se utilizado da violência aberta como estratégia de dominação política, também usou sistematicamente mecanismos de cooptação, incorporando de forma subalterna ao bloco de poder setores da classe média e de assalariados urbanos, em especial aqueles que detinham maior poder de organização.”

Houve uma violenta repressão política e ideológica capitaneado pelo Estado, através de uma política social excludente, uma política sindical controladora, levada a cabo por uma legislação autoritária e manipuladora. O Estado varguista, ao mesmo tempo que reprimia a classe operária e os demais trabalhadores, com a formulação de uma política sindical restritiva,

Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*, IUPERJ/VÉRTICE, 1988, Rio de Janeiro. MENDONÇA, Sônia Maria Mendonça e outros, *História do Brasil Recente*, 1997, UFF, mimeo,

³² Segundo PORTELLI, Hugues (1977:71), o conceito de transformismo é de Gramsci, e se traduz numa política da classe dominante que recusa qualquer compromisso com as classes subalternas e assim atrai seus chefes políticos para agregá-los à sua classe política. Uma reforma sem alterar o conteúdo da dominação. Ver também NEVES, Lúcia Maria; SEMERARO, Giovanni. AFFONSO, Cláudia.

cerceadora, e que visava a manutenção da dominação do capital, e que, para tal necessitaria de um ataque organizado e dirigido contra as organizações sindicais independentes.

Esse combate se desencadeou na aplicação a ferro e fogo de uma política repressiva por um lado, e de uma legislação trabalhista – A CLT – que inscrevia na lei algumas das principais reivindicações dos trabalhadores, constituindo assim os direitos fundamentais do trabalho, por outro. Ressalve-se que esses direitos foram forjados nas lutas empreendidas pelo movimento operário ao longo das décadas de 1910 a 1930. Esse movimento aparentemente contraditório do Estado tinha por objetivo construir

“as bases sociais para a sustentação junto aos subalternos, uma vez que, junto com o atendimento às pressões populares, descarregava um vasto conteúdo manipulatório, expresso na ideologia do varguismo” (Antunes, 1995:74).

Na verdade o Estado apostava na desmobilização do movimento operário, pois a harmonia social era uma estratégia construída através de concessões e benefícios assistenciais concretos, o que sensibilizava profundamente a grande maioria dos trabalhadores assalariados. A possibilidade do controle dos trabalhadores contará, necessariamente, com uma legislação que fundamentalmente proteja o trabalho.

Com o Decreto 19.770 de 1931, foram definidos critérios para o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, assim como a subordinação dos sindicatos ao Ministério, que podia intervir junto à diretoria, assembleias e nos controles dos recursos financeiros. Também impunha restrições à atuação de estrangeiros, pois estes constituíam a parcela politicamente mais avançada da classe operária. A pressão contra os trabalhadores era intensa, o Estado usava de todos os subterfúgios para obrigar os trabalhadores a se sindicalizarem (a sindicalização era formalmente facultativa) e até o direito a férias só era concedido aos que fossem sindicalizados.

Segundo Antunes (1990:84) a resistência do movimento sindical autonomista às normas oficialistas estabelecidas pelo decreto 19.770 pode claramente mostrar o fracasso na política sindical varguista na primeira metade da década de 1930. O pequeno número de sindicatos operários reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. As lutas operárias, num contexto de industrialização combinada com urbanização, se desenvolve com mais força nas regiões mais industrializadas – no sudeste – eixo SP, Rio, Minas, onde a organização dos trabalhadores era maior, havia um número menor de sindicatos oficiais, que se concentravam mais nas regiões de industrialização ainda incipiente.

Enquanto os operários lutavam para não se subordinarem ao sindicalismo de Estado, os empresários atendiam ao apelo estatal. No Estado de São Paulo, onde o capitalismo industrial vai fincar suas raízes, o índice de sindicalização dos empresários supera e muitos o dos trabalhadores. Isto se deu porque os empresários, por meio de suas entidades representativas, participavam e influenciavam praticamente todas as decisões relacionadas à legislação trabalhista. O Estado desenvolvia iniciativas no sentido de seduzir os trabalhadores para seu projeto sindical assistencialista e corporativo

“Daí a lei ter invocado o texto constitucional, que reservara para os sindicatos meras funções de intermediação como Estado. A inovação consistia em designar para os sindicatos papéis específicos, a fim de torna-los atrativos para a massa de trabalhadores teoricamente representada por eles, como através da criação de cooperativas de crédito e consumo, de escolas, assistência médica entre outras” (Vianna, 1990:227)

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que pretendeu ser a sistematização da legislação produzida desde 1930, foi aprovada em 1934, pelo Decreto Lei 5.452. Nela os sindicatos eram concebidos como órgãos de colaboração com o governo, o que foi utilizado pelo regime militar, com o objetivo de coibir os avanços da classe trabalhadora. Cristaliza-se assim toda uma malha política, ideológica, jurídica e estrutural aprisionando os movimentos de livre organização e luta dos trabalhadores.

Não obstante a ofensiva do Estado e dos capitalistas contra os trabalhadores, a resistência destes se manteve firme, mesmo em condições desfavoráveis, sob intensa pressão patronal e estatal, ela se deu de forma ativa e engendrou alternativas de combate fora dos sindicatos tutelados, com organismos autônomos, formas de lutas diretas por comitês de fábricas, com greves parciais, congressos regionais intercategorias ou por estaduais por categorias.

Segundo Manfredi (1994), a construção da estrutura sindical oficial (a ideologia corporativa que lhe dá suporte) não foi somente produto da repressão e do silêncio a que foram submetidos os setores mais combativos e de esquerda do movimento sindical brasileiro. Foi, também, o resultado de uma série de medidas legais e político ideológicas engenhosamente articulados, dentre as quais a educação constitui-se um dos mecanismos de propaganda e convencimento.

O próprio Ministério do Trabalho, por meio da *Comissão Técnica de Orientação Sindical*, desenvolveu programa de educação sindical que tinham, segundo Manfredi (1994:14) os seguintes objetivos:

- a) *promover o desenvolvimento do espírito sindical;*
- b) *divulgar a orientação governamental relativo à vida sindical*
- c) *organizar cursos de preparação dos trabalhadores para a administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores: e*
- d) *prestar aos sindicatos toda a colaboração que for julgada necessária”.*

Importante destacar que o governo Vargas, como todos os governos de concepção autoritária e populista, se utiliza da propaganda como meio de massificação e reprodução da ideologia dominante no aparelho de Estado, no sentido de enquadrar as instituições da sociedade civil. Um desses instrumentos foi a criação do programa noticioso “*Hora do Brasil*”, um programa de rádio criado pelo *DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)* para divulgar as informações e os atos governamentais às mais diferentes e distantes regiões do país, transmitido em cadeia nacional, em horário obrigatório e com conteúdo previamente definido segundo os interesses do governo.

O próprio Ministro do Trabalho fazia um programa de radio de dez minutos todas as quintas feiras, numa das partes da “*Hora do Brasil*”. Durante praticamente todo o seu período ministerial – de janeiro de 1942 a julho de 1945 – Marcondes falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras. No dia seguinte ao seu pronunciamento, portanto às sextas feiras, o jornal oficial do Estado Novo – *A Manhã* – publicava o texto, que assim podia ser melhor entendido pelo público.

Reforçando ainda mais este procedimento, a partir de 1944 o ministro Marcondes passou a falar diariamente na Rádio Mauá. A nova estação autodenominava-se “a rádio dos trabalhadores”, emitia pequenas chamadas de cerca de três minutos em horários chaves, como por exemplo no intervalo de programas de grande audiência popular (Gomes apud Manfredi, 1994:15).

Outra forma de ação do Ministério do Trabalho em relação ao enquadramento e controle dos sindicatos era a educação sindical. O governo desenvolveu cursos sobre questões jurídicas e legislação, e de contabilidade e administração sindical, dirigidos a um grupo mais específico de dirigentes responsáveis pela gestão, finanças e manutenção das máquinas sindicais.

A justificativa era que os trabalhadores precisavam conhecer e seguir a legislação social e trabalhista em vigor.

“Em virtude de nossa legislação social ser uma legislação outorgada pela clarividência do presidente Getúlio Vargas, os trabalhadores não estão ainda perfeitamente amadurecidos e preparados para usufruir completamente de todos os benefícios concedidos. (Gomes, apud Manfredi, 1994:10)

A estrutura sindical corporativa e hierarquizada do sistema confederativo, a repressão severa do Estado a qualquer tentativa de organização autônoma e independente dos trabalhadores, e a hegemonia do sindicalismo populista e corporativo, sob chancela de dirigentes aliados ao projeto político do governo, impediu que se cria-se uma Central sindical independente. Com a queda do Estado Novo³³, em 1945, houve uma tentativa de recriação da CGTB, mas também, como nos casos anteriores, não conseguiu afirmar-se. Entre as década de 1950 e 1960 foram criadas várias articulações intersindicais, tais como: o *Pacto de Unidade Intersindical (PUI)* e o *Pacto de Unidade e Ação (PUA)* e o *Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)*, em 1962.

3.3. – Resistência à longa noite da ditadura militar

Com o Golpe Militar, em 1964, iniciou-se um processo de intervenções governamentais nos sindicatos, tendo por base a legislação sindical do Estado Novo, que se mantinha intacta. Principalmente a partir do Ato Institucional 5 (AI 5), em 1968, o sindicalismo brasileiro passou a sofrer um controle ainda mais rigoroso por parte do Regime Militar. Os sindicatos viviam sob o risco iminente de intervenções governamentais e cassações de dirigentes, a Lei de Greve praticamente impedia o direito de greve, era terminantemente proibido qualquer tipo de organização intersindical, os estatutos sindicais eram padronizados e o reconhecimento das entidades sindicais passava pelo crivo do Ministério do Trabalho.

³³ Muitos fatores concorreram para a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Do ponto de vista da burguesia, a ditadura e o intervencionismo econômico do Estado Novo já não eram mais necessários e tinham se transformado em barreiras que precisavam ser eliminadas. Também a entrada do Brasil na guerra junto com os Aliados, contra o eixo Nazi-fascista, fora acompanhado de intensa propaganda anti-fascista, democrática, que atingiu de formas diferentes todas as classes e setores sociais. O próprio movimento operário e sindical, em 1945, junto com suas reivindicações salariais e trabalhistas, exigia a anistia, o fim da ditadura e eleições livres. O maior problema para a classe dominante era, portanto, livrar-se da ditadura getulista sem perder o controle do movimento popular e sindical que voltava após anos de repressão. Era preciso garantir sua dominação de classe sob uma nova forma de governo. Foi neste contexto social e político que Vargas foi derrubado pela própria burguesia, através de um golpe articulado por civis e militares. Este tema é recorrentemente estudado no Brasil, podemos citar Weffort, Francisco. *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil*, Cadernos Ceprap, SP, 1973. IANNI, Octávio. *Colapso do Populismo no Brasil*, Civilização Brasileira, RJ, 1985. Gomes, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*, IUPERJ/Vértice, RJ, 1988. Fausto, Bóris *Trabalho Urbano e Conflito Social*, Difel, SP, 1988. Badaró, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismo, Vício de Leitura*, RJ, 1998. Entre outros.

Segundo Rodrigues (1991:13)³⁴ durante os anos da década de 1980, enquanto nos principais países industrializados, o sindicalismo passava por uma forte crise, o movimento sindical brasileiro realizou notável avanço político³⁵.

Zanetti (1993:05) afirma que o movimento que depois seria identificado como *novo sindicalismo* tem origem com o golpe militar de 1964, que provocou uma abrupta ruptura político-institucional, sócio-econômica, na sociedade e no Estado brasileiro. Essa ruptura foi aprofundada em 1968, com a edição do AI 5. Esse fechamento institucional “*obriga os operários e os trabalhadores em geral a procurar caminhos alternativo que, em geral, conduzirão ao surgimento, na cena política brasileira, do chamado “novo sindicalismo” e à criação da CUT.*”

No plano econômico e social, o Brasil passou por transformações significativas. O modelo adotado se apoiava na expansão industrial e dos serviços, voltada para o consumo do mercado interno de bens duráveis, como automóveis, eletrodomésticos. Isso propiciou o crescimento do parque industrial inédito na história econômica do nosso país.

Com os militares no domínio pleno do aparelho de Estado, as altas taxas de lucros do capital estrangeiro, e mesmo do nacional, foram viabilizadas e maximizadas, por um lado pelos generosos subsídios e incentivos fiscais à indústria, possibilitando a rápida expansão de novas

³⁴ Em “*sindicalismo e democracia n.3, o declínio do sindicalismo corporativo*”, publicado pelo IBASE, em 2001, Leôncio Martins Rodrigues analisa com riqueza de informações e com um balanço da literatura produzida, nos campos da sociologia, da ciência política e da história, sobre este tema, tece uma crítica reflexão sobre as heranças do sindicalismo cutista e aponta onde se deram as rupturas e as continuidades entre o novo sindicalismo e o sindicalismo corporativo e populista no Brasil. Alguns trabalhos, para quem deseja conhecer mais aprofundadamente estas questões, podemos apontar Antunes, Ricardo e seu “*A Rebeldia do Trabalho*, um estudo sobre as greves desencadeadas nos anos de 1978 a 1981, que são movimentos fundantes do novo sindicalismo com ator político, publicado pela Editora da UNICAMP, 1988. Marroni, Amnérís, em sua “*A Estratégia da Recusa*”, analisa as relações entre os trabalhadores e os processos de trabalho nas fábricas da região do ABC, onde se destaca o papel das comissões de fábrica nas mobilizações dos trabalhadores em fins da década de 1970. Este livro foi publicado pela Brasiliense, SP, em 1982, e encontra-se esgotado, só podendo ser encontrado em sebos, livrarias especializadas, centros de estudos e pesquisas sobre movimento operário, acervos particulares de pesquisadores sobre temáticas operárias ou bibliotecas universitárias.

³⁵ Do ponto de vista dos movimentos sociais, foi uma década de enormes conquistas democráticas (fim da ditadura militar e transição – embora conservadora, sob controle da burguesia e nos marcos do capitalismo monopolista – para uma democracia liberal, eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais, eleição de um congresso com prerrogativas de elaborar uma nova constituição para o país, eleições diretas para presidente, etc.) e de metamorfoses institucionais profundas na esfera do Estado e Foi a década do avanço e consolidação dos movimentos sindicais e populares – nascimento e consolidação da CUT como dirigente do sindicalismo que emergiu das lutas dos trabalhadores contra a ditadura e a opressão/exploração capitalista ao longo dos anos 1960 a 1980 e se constitui pólo independente, avançado e democrático do sindicalismo brasileiro, de reorganização e ampliação de dezenas de movimentos da cidadania ativa (de bairros, saúde/saneamento, educação, mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, culturais, reforma agrária – o MST se torna sujeito político decisivo na luta contra o latifúndio colonial e pela democratização da propriedade da terra sob controle dos trabalhadores. Esses movimentos impulsionam uma nova institucionalidade no país, na exata medida em que se transformam em sujeitos históricos responsáveis pela configuração do Estado democrático de direito. O ponto máximo desse acúmulo de forças sociais e políticas galvanizam a candidatura de Lula (1989) – um operário que fez história no intenso e duro processo de lutas do povo brasileiro contra a ditadura – e que colocam o Brasil numa encruzilhada histórica. Apesar da derrota eleitoral, os trabalhadores participaram ativamente da arena social e fizeram história

unidades de produção e o surgimento de pólos industriais e zonas francas, em várias regiões do país, e por outro, pelo aprofundamento de políticas de arrocho salarial, repressão aos sindicatos e aos movimentos populares de oposição e o depreciação das condições de trabalho.

O desenvolvimento industrial se acelerou, aumentando conseqüentemente a necessidade de força de trabalho, provocando um crescimento do número de trabalhadores. A industrialização trouxe consigo as inovações tecnológicas, nos processos de produção e na gestão das empresas, modificando as relações de trabalho no interior destas, produzindo uma maior diversificação de tarefas, de profissões e de cargos, cujo resultado é a maior concentração de renda nas mãos dos capitalistas e o empobrecimento dos trabalhadores.

A lógica da economia capitalista desenvolvida pelos militares, era a da internacionalização, de aliança dependente ao capital externo monopolista, enfim, de superar a fase nacional populista que predominou desde a década de 1930. Neves (1997:44) afirma que entre as várias metas da ditadura estava a de *“quebrar as resistências políticas a esse processo de integração – resistências manifestadas ao longo do período anterior pelas correntes nacionalistas e populares – e submeter os interesses setoriais à lógica da reprodução monopolista do capital”*.

Este novo modelo de desenvolvimento afeta também o campo, onde ocorre uma maior concentração de terra e, conseqüentemente o êxodo rural. No plano político e social, a ditadura se ocupa em destruir todas as estruturas e instituições que possam se contrapor ao seu projeto de hegemonia. Logo após o golpe os movimentos sociais (sindicais, estudantis e camponeses) foram duramente reprimidos. O fascismo militar fecha o *Comando Geral dos Trabalhadores* – plenária intersindical muito importante na unificação das lutas dos trabalhadores, principalmente no final dos anos 50 e início da década de 1960.

A sede da União Nacional dos Estudantes – UNE – é fechada e depois criminosamente incendiada; as lideranças e ativistas operários e estudantis são presos e torturados, e os que conseguem escapar são obrigados a se exilarem no exterior. Os parlamentares, governadores, prefeitos, que ousam se contrapor ao autoritarismo e violência dos generais são cassados. Os partidos políticos são suspensos e é permitida a existência de dois partidos: *Arena* – *Aliança Renovadora Nacional* e *MDB* – *Movimento Democrático Brasileiro*.

Segundo Zanetti (1993:08), em 1966o Congresso Federal é fechado e, em 1967 é reaberto para aprovar a nova Constituição, redigida pelos militares, que impõe a eleição indireta para governadores e presidente da República. Com o AI 5 há um endurecimento do regime, o presidente passa a ter um poder acima da própria Constituição, tendo início um período de maior autoritarismo, da repressão, da tortura, dos assassinatos políticos, do exílio de milhares de

liderança. É o período do medo, da suspeita indiscriminada, da censura e auto-censura, da repressão a toda forma de ação reivindicativa.

Quando se fala em ruptura sindical, não se quer dizer que houve mudanças na forma jurídica herdada do Estado Novo, mas sim (...) “*na interferência profunda da nova conjuntura na prática sindical*”. O novo regime submete os sindicatos a uma verdadeira devassa.

Zanetti, (1993:09) explica que

“Centenas, exatamente 761 sindicatos, sofrem intervenção. Os mais atingidos são os sindicatos mais fortes e ativos; milhares de dirigentes e lideranças sindicais do campo, são denunciados, presos, cassados em seus direitos políticos, submetidos à tortura, forçados ao exílio. Na realidade, tudo isso representa o fim de uma geração de dirigentes sindicais que tinha consolidado a hegemonia da esquerda tradicional no movimento sindical.”

As rupturas provocadas pelos militares e as mudanças radicais e violentas acabaram criando uma situação que obrigou grupos políticos, instituições da sociedade civil, igrejas e o movimento popular e sindical a repensar a sua função e sua atuação. O movimento sindical e suas lideranças foram tão reprimidas e perseguidas, deixados de mãos atadas pela “*legalidade*” que a reconstituição do movimento só poderia se dar em novas bases.

Já na metade da década de 1970, com o fim do “*milagre econômico*”, com a crise da economia mundial e a crise do petróleo, começam as divisões no interior das próprias classes dominantes. As insatisfações começam a crescer, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganha as eleições de 1982 na maioria dos Estados, acelerando a crise política do regime militar. Começam a surgir protestos e denúncias de desrespeito aos direitos humanos, juntam-se empresários, trabalhadores, movimentos de mulheres contra a carestia, estudantes, igreja católica, imprensa, artistas, intelectuais, e outros movimento organizados, com respaldo fora do país.

Com a nova política norte-americana durante o governo de Jimmy Carter, em relação aos direitos humanos, a ditadura militar fica isolada em nível internacional; setores das forças armadas começam a manifestar preocupação diante da falta de legitimidade do regime; as divisões internas aparecem, também fora dos quartéis (Zanetti, 1993:12). A crise de legitimidade política do Regime Militar e a situação econômica e social insustentável põe a classe trabalhadora em movimento.

3.4. – Das lutas brota o novo sindicalismo

O reaparecimento dos sindicatos como ator político teve início em fins da década de 1970, com a eclosão da série de greves na região do ABC. Com o processo de reorganização da sociedade civil tais como o *Movimento pela Anistia*, *Movimento Contra a Carestia*, as campanhas de reposição salarial – quando veio a público a manipulação dos índices inflacionários pelo governo - a correlação de forças tornou-se mais favorável para a retomada das articulações intersindicais.

Com as explosões de movimentos sociais em várias Estados brasileiros, do campo e da cidade, cujo ponto central foram as greves dos metalúrgicos do ABC, em 1978, 1979 e 1980, e com as mobilizações e greves se espalhando por todo o país, originou-se um sindicalismo independente, combativo e participativo, com base nas oposições sindicais.

Sader (1988:180)³⁶ analisa que

“Nesse contexto tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos de 70, que começou a questionar a organização sindical. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar a situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir lutas reivindicativas de seus representados.

O “novo” é uma efeméride recorrente na história e historiografia. Para Moises³⁷ (1984:73) os trabalhadores se transformam em sujeitos fundamentais do processo de redemocratização do Brasil, pois o “novo sindicalismo”³⁸.

³⁶ Sader, Eder. *Quando os trabalhadores entrarem em cena. Experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

³⁷ Segundo Marcelo Badaró de Mattos, em seu livro *“Novos e velhos sindicalismos no Brasil”*, o termo “novo sindicalismo”, foi utilizado, pela primeira vez, por José Álvaro Moisés e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Eles foram os primeiros estudiosos do tema a tentar definir a novidade do sindicalismo da região industrial da Grande São Paulo (ABC) no período final da ditadura militar. O novo sindicalismo brasileiro, como a literatura especializada em geral utiliza, surge em oposição a um “antigo” ou “velho” sindicalismo ou em oposição a vários “sindicalismos antigos”, incluindo neles o sindicalismo de influência comunista e anarquistas.

Estes autores buscam analisar as matrizes discursivas nos que se autodenominam de *autênticos e novos*. Para eles, as suas matrizes constitutivas estariam no cristianismo das comunidades eclesiais de base e da teologia da libertação, nos marxismos das diversas correntes organizadas da esquerda revolucionária, dispersas pela ação repressiva da ditadura militar, e nas lideranças autênticas, que aprenderam nas experiências concretas do chão da fábrica e das mobilizações contra a ditadura.

³⁸ Não há consenso entre os estudiosos do movimento operário e sindical no Brasil sobre o termo “novo sindicalismo”, e se a CUT representou ou representa essa concepção. O historiador Marcelo Badaró, em seu livro já acima citado, afirma categoricamente que aquilo que se denominou novo sindicalismo na verdade não rompeu com as matrizes teóricas, ideológicas e organizativas do sindicalismo que veio da era Vargas. Na opinião deste autor, a CUT não representou esta ruptura., pois ao longo do tempo foi se acomodando ao velho sindicalismo que antes combatia.

“Partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno especificamente sindical, evolui no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado. Desse modo, definindo-se como um movimento pela conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, qualificou-se como novo e decisivo protagonista da própria luta pela democracia no país”.

No final de 1980 o contexto sócio-político do país havia se alterado significativamente. A pressão das lutas do movimento operário e dos trabalhadores dos movimentos rurais e urbanos, incluindo mobilizações da classe média, provocaram um processo de distensão política da Ditadura Militar. O Brasil, com o fim do “*milagre econômico*”, mergulhava num quadro de recessão econômica, com forte pressão sobre os salários e empregos. Tal situação afetava o ciclo de greves que se iniciara no final dos anos da década de 1970, mas tornava as bases políticas de apoio da Ditadura cada vez mais insustentáveis.

Além do mais, as consequências da politização dos movimentos de massas haviam chegado ao patamar inimaginável pelos estrategistas da “*transição*” da Ditadura para um regime civil democrático controlado e dirigido pela burguesia – Particularmente com o surgimento do Partido dos trabalhadores – PT – um projeto político que vinha germinando desde 1978, entre as novas liderança sindicais que emergiram com as greves, mas cujo manifesto foi lançado em fevereiro de 1979.

As articulações intersindicais não paravam de se multiplicar. Nesse período vão configurando-se dois campos principais no sindicalismo brasileiro. De um lado o campo dos autodenominados sindicalistas “*autênticos*”, as oposições sindicais, as organizações políticas de orientação marxista, em torno de iniciativas como o *Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS)*, realizada em dezembro de 1979, e o *Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES)*, realizado em setembro de 1980, mas sobretudo através da *Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS)*, criada em 1980, e composta por dirigentes de sindicatos ou de oposições sindicais de origem independente, e de entidades do movimento popular, com proximidade às pastorais da Igreja Católica.

Outro estudioso, o escritor Vito Giannotti, (ver Giannotti & Neto (1995). *CUT, ontem e hoje*, vozes, RJ,) afirma que do seu nascimento até o final da década de 1980 a CUT produziu um conjunto de resoluções políticas – tanto táticas, organizativas, quanto estratégicas – de corte classista, socialista e ideologicamente anticapitalista, portanto novas e revolucionárias em relação passado. Essa trajetória, na opinião de Vito, foi se alterando profundamente na transição do 3º para o 4º congressos nacionais (entre os anos de 1988 a 1991), e consolidando uma estratégia reformista e adaptado ao capitalismo a partir da década de 1990. Para o autor, o novo sindicalismo representado pela CUT é abandonado nessa travessia. Outro autor, Iram Jácome, com vários trabalhos analisando o sindicalismo brasileiro (Ver Jácome (1993) *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*, tese de doutoramento apresentado ao departamento de sociologia da USP, mimeo.) vê na CUT e na sua trajetória política a consolidação de um projeto inovador, democrático de fazer luta sindical, comprometido com a cidadania, que tornou os trabalhadores atores sociais concretos, e como protagonistas históricos apresentando propostas políticas para a sociedade brasileira.

Diversos autores que estudam esse período histórico apontam a existência de outras forças e organizações políticas que se somam ao campo composto e dirigido pela ANAMPOS, como sujeitos que contribuíram decisivamente para a construção da CUT e do PT, as duas principais organizações políticas surgidas no caudal do novo sindicalismo. Entre estes autores, com a palavra ANTUNES (1995:30)

“Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem convicção ideológica consolidada, à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica, sob influência da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres. Aglutinaram-se também, tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculadas às postulações de Leon Trotsky. Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente: estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumento decisivo para ação dos trabalhadores em nosso país. Intimamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, contava entretanto, com militantes de outros partidos como o PDT, além de significativo contingente de militantes sindicais não-partidários. Era, pois, o escoadouro natural desses agrupamentos que empenhavam-se, há muito tempo, na constituição de uma entidade sindical nacional de corte autônomo e independente.”

De outro lado, articulam-se os sindicatos e federações próximas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja corrente era a Unidade Sindical (US) , os sindicalistas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), que atuavam como uma frente dos setores que se reivindicavam comunistas. A eles se somaram muitos líderes sindicais consideradas “*pelegos*” (muitos dos quais antigos interventores sindicais, indicados e nomeados pelo Ministério do Trabalho da Ditadura Militar).

Num ato público de protesto, realizado em São Bernardo do Campo, em fevereiro de 1981, contra a cassação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, cerca de 60 entidades sindicais convocaram a realização da CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Nessa reunião, 183 entidades sindicais, de 13 estados, lançaram a convocatória “*Aos Trabalhadores Brasileiros*” , marcando a CONCLAT para os dias 21 a 23 de Agosto de 1981 e conclamando os trabalhadores brasileiros a lutarem contra a política de recessão e arrocho do governo e conclamando a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, pela reforma agrária, democracia, liberdade política e sindical, entre outras bandeiras.

E foi assim, segundo Antunes (1995:28) que

“através da confluência de ações muitas vezes díspares, foi possível realizar o mais expressivo encontro sindical de que, até então, se tivera notícia: Em agosto de 1981 realizou-se, na Praia Grande-SP, a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), com a presença de 1.091 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários e funcionários públicos, assalariados médios e bóias frias, trabalhadores em serviços e despossuídos da terra. Depois de muitos anos de resistência, e ainda sob a vigência da ditadura militar, o movimento sindical brasileiro, no início dos anos 80, dava um salto qualitativo importante em busca de uma Central Sindical”.

Mas o CONCLAT foi um palco de disputas de projetos políticos sobre qual a alternativa para a sociedade brasileira frente ao regime militar e uma arena onde se confrontaram concepções sindicais e estratégias e táticas para a organização e as lutas do sindicalismo brasileiro. Os sindicalistas ligados aos setores mais dinâmicos da economia capitalista brasileira, e que tinham assumido a liderança política de seus sindicatos nos anos de truculência da ditadura – entre eles podemos destacar *Lula, Olívio Dutra, Paulo Paim, Jacó Bittar* - compuseram com as oposições sindicais que se reuniram no ENTOES e com a ANAMPOS, compondo o campo dos *autênticos e combativos*.

Noutro setor, se alinharam as forças do assim denominado campo dos *reformistas e pelegos*, como Joaquinção – personagem histórico do sindicalismo oficial e interventor do maior sindicato do país à época, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Antonio Rogério Magri, interventor do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, que viria a ser Ministro do Trabalho do governo de Fernando Collor de Mello, e as Confederações e Federações criadas pela legislação do Estado Novo, mantidas sob intervenção pelo regime militar.

Diferenças essenciais antagonizam estes dois campos. A proposta de realização de uma *Greve Geral*, como mecanismo de afirmação dos trabalhadores como protagonistas do processo histórico e político na reconquista da democracia, defendida pelos *autênticos*, era recusado pelo setor *reformista*, com o argumento de que estas mobilizações poderiam radicalizar a conjuntura, perturbar o processo de transição política ou mesmo retroceder nos espaços e conquistas na luta contra a ditadura.

Outro ponto fundamental de divergência é sobre a aprovação da *Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho*, que propugnava, entre outras questões, a não intervenção governamental nas questões trabalhistas e sindicais e a ampla liberdade e autonomia de organização sindical, abrindo espaço para a retirada da tutela estatal, territorial e corporativa do

sindicalismo. Por ela, poderia se romper com a exigência de sindicato único por categoria e base territorial.

Os *autênticos* defendiam, ainda, o fim da tutela do Estado no reconhecimento e na legalização das entidades sindicais. Na sua proposta, a organização sindical dependeria unicamente do reconhecimento dos trabalhadores. Apesar das diferenças, estes grupos concordam, pelo menos em tese, com a necessidade de construir um sindicalismo “*autêntico e democrático, organizado a partir das fábricas, com direito a greve e sem a tutela do Estado*”. Concordam também quanto à necessidade de criar uma Central, mas divergem quanto à natureza desta Central, quanto a seu papel e ao processo de construção. (Zanetti, 1993:54).

O antagonismo entre os dois campos provou um “racha” no CONCLAT. Apesar da criação da COMISSÃO NACIONAL PRÓ – CUT, e da convocação do Congresso de Fundação da CUT para agosto de 1982 representarem uma vitória para o setor da ANAMPOS, a Unidade Sindical e seus aliados se retiraram da Comissão Pró CUT.

Segundo Neto (1993), o motivo

“formal, oficial poderia dizer, da ruptura da Comissão Pró CUT, foi exatamente a divergência a respeito da estrutura sindical. O bloco que depois virá formar a CUT defendia uma Central formada por sindicatos oficiais, por Oposições e por Associações de trabalhadores. Os trabalhadores da base, a categoria poderia participar da Central mesmo que a sua direção oficial não quisesse. O bloco que se recusou à participação da formação da CUT, exigia a estrita fidelidade à estrutura sindical vigente. Queria uma CUT formada, única e exclusivamente pelos sindicatos oficiais e pelas confederações e federações, criadas artificialmente por Getúlio Vargas.”(NETO, 1993:23)

É óbvio que não se pode reduzir o “racha” do sindicalismo brasileiro, naquele período, às questões da estrutura sindical; o grupo que se negou a participar do Congresso de Fundação da CUT, era conhecido como *sindicalistas reformistas*. Os sindicalistas vinculados à Unidade Sindical, segundo Rodrigues (1991:28), em larga medida, a seguiam a estratégia do Comitê Central do PCB, que, no contexto brasileiro, tinha por objetivo produzir a política de frente democrática, no sentido de uma revolução nacional e democrática, preconizada como primeira etapa da estratégia de conquista do socialismo.

Nesta primeira etapa, setores da burguesia nacional, em conflito com os interesses da burguesia internacional, seriam aliados dos trabalhadores e setores nacionais e populares. Essas etapas seriam vencidas através da reforma gradual do sistema. Aliados ao PCB estavam sindicalistas alinhados com o PC do B, que seguiam uma linha política diferenciada na tática,

porém com a mesma estratégia, a ponto de, ao contrário do rival PCB, chegaram ao *enfrentamento armado* com o regime militar e mais tarde se aliaram eleitoralmente aos representantes da burguesia nacional, via MDB, nas eleições de 1982 e 1986.

Outra força política a compor o bloco reformista era o MR8.³⁹ Apesar destas diferenças tinham visões muito próximas, do ponto de vista sindical.

“Estes três além de pelegos reciclados, atacavam o bloco dos futuros cutistas. Para os fundadores da CUT simplificou-se a contradição, reduzindo-a ao clássico dilema do movimento sindical e socialista: reforma ou revolução. Por isso o racha do movimento sindical, naquele momento não pode ser atribuído apenas a um ou outro pretexto”. (NETO, 1993:23).

A unidade conquistada no 1º CONCLAT – Congresso das Classes Trabalhadoras, em 1981, em dois anos deixa de existir

“A divisão a que o movimento chegou, na realidade, conduziu à frustração a maioria dos sindicalistas das diferentes articulações. Manter o movimento unido era o objetivo de todos. O nome da “Central Única” tem sentido se entendida como expressão do desejo de união, como objetivo estratégico dentro de uma visão sindical que move aqueles que a criaram. A outra articulação aprova a CONCLAT, Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, e discorda de uma Central, apostando numa recomposição do conjunto do movimento.”(Zanetti, 1993:65)

3.5 – Princípios e concepções de uma autonomia sindical

Neste 1º Congresso da CUT (1983) foram aprovados os princípios da proposta organizativa e a concepção da Central

“O órgão máximo que chamará todos os trabalhadores à luta pela concretização destes princípios aqui impostos. Nos marcos dos presentes estatutos e dos programas de ação deliberados por seus congressos, a CUT objetiva, enfim,, dirigir, orientar e coordenar a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, de empresas públicas e privadas, ativos e inativos, em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político, econômico, social e trabalhista”. (ZANETTI, 1993).

³⁹ MR 8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro, grupo que defende as concepções políticas e as ações desenvolvidas por Stálin na direção da URSS, e que se originou nos diversos rachas na esquerda que atuava na clandestinidade nos anos da década de 1970, combinando guerrilha urbana e sequestro de personalidades ligadas ou apoiadores da ditadura. Mais tarde, essa organização vai apoiar a transição, pela mesma via do PCB e do PCdoB. Hoje esse grupo compõe a base política do empresário e ex-governador paulista Orestes Quércia, e atua no PMDB.

Os princípios político-organizativos do sindicalismo CUTista seriam:

- a) Classismo: a CUT é uma central sindical unitária, classista, sua tarefa é avançar a unidade da classe trabalhadora, e não de colaboração entre as classes.
- b) Sociedade socialista como estratégia histórica: sua existência se soma à luta pela construção dos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tem como perspectiva uma sociedade sem exploração, socialista, cujo imperativo é a democracia política, social e econômica.
- c) Democracia interna como método indispensável: Suas decisões e vida interna são baseados na mais ampla democracia, garantindo liberdade de expressão dos setores minoritários, e tendo como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais
- d) Sindicalismo de Base: sua atuação é orientada para fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho;
- e) Autonomia e Liberdade Sindical: a CUT defende um sindicalismo livre do Estado e luta pela mudança na estrutura sindical brasileira, visando conquistar a liberdade e a autonomia sindicais; um de seus objetivos é a transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho.
- 6) Sindicalismo de massas: A CUT será uma Central democrática e de massas.

O 1º Congresso (1983) aprovou um plano de lutas a ser implementado pela Central, dentre eles a reforma agrária ampla sob controle dos trabalhadores; o fim da política econômica recessiva; o retorno das liberdades democráticas com anistia ampla geral e irrestrita; rompimento com o FMI; o não pagamento da dívida externa; o fim do regime militar; as eleições livres e diretas para presidente; uma pauta de reivindicações imediatas e específicas como a redução da jornada de trabalho, combate ao arrocho salarial e recomposição das perdas, defesa dos serviços e dos servidores públicos, direito à habitação, etc.

Neto (1993) indica que a história dos primeiros anos da CUT insere-se no contexto de uma longa e profunda crise econômica. São os anos em que se realiza a transição do regime autoritário para um regime que pretende afirmar a legalidade e constitucionalidade, mas que tem mantido a mesma exploração sobre os trabalhadores. Neste período, os trabalhadores passam pelo maior arrocho salarial da história do país, e o desemprego se instala, trazendo um empobrecimento generalizado dos trabalhadores.

Segundo dados do DIEESE(2001)⁴⁰, os salários de junho de 1987 a junho de 1990 perderam 60% de seu valor. O salário mínimo, no meio dos anos 80, chegou ao nível mais baixo, cerca de 50 dólares. Em resposta aos baixos e arrochados salários, a inflação crescente e ao desemprego que vai se alargando na década de 1980 e que passa a ser um drama estrutural da economia capitalista brasileira nos anos da década de 1990, os trabalhadores experimentaram intensas mobilizações e greves como instrumento de luta.

Ainda segundo dados do DIEESE, comparando os anos de 1985 a 1988, percebe-se que o fenômeno grevista é crescente: Os grevistas são contados aos milhões. Cada ano o total de grevistas aumenta: 6,3 milhões em 1985; 8,4 milhões em 1986; 12,2 milhões em 1987; 14,9 milhões em 1988”

No ano de 1984 é realizado o 1º CONCURTO, um ano após a criação da CUT, com 5.267 delegados de 937 entidades sindicais, e implantação de 16 sedes estaduais e 26 regionais. A crise econômica capitalista se aprofundava, com a inflação chegando ao patamar de 230%. Na América Latina, e sobretudo nas economias da periferia capitalista, configurava-se um verdadeiro quadro de ebulição política, com as crises das ditaduras do Cone Sul e os processos revolucionários em El Salvador, Nicarágua e as mobilizações contra o Apartheid na África do Sul.

Em seu 2º Congresso (1986), a CUT se coloca diante de uma conjuntura em que, no plano político, o povo brasileiro havia experimentado a recusa, pelo parlamento, das Diretas Já (1984), e aprovação, pelo Colégio Eleitoral (1985), da candidatura de Tancredo Neves, que morre antes de tomar posse, assumindo José Sarney, seu vice, oriundo da antiga ARENA. No plano econômico, o governo edita o Plano Cruzado, que tenta conter o avanço da inflação, mas não ataca as causas estruturais da crise capitalista brasileira, que é a dívida externa. A produção capitalista experimenta um crescente incremento de novas tecnologias e reestruturação dos processos de produção e de gestão do trabalho, com diminuição dos postos de trabalho.

Neste congresso, do ponto de vista programático, a CUT avança estrategicamente suas formulações sobre a questão da alternativa anticapitalista.

“desde o 1º CONCLAT, nos seus primeiros estatutos, a CUT se define como uma central classista e volta para a luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, (...) a CUT, enquanto central sindical, é parte integrante do processo histórico, ainda que com papel qualitativamente diferenciado. A CUT não deve ser confundida com partido político e manterá sua autonomia em relação ao Estado e aos

⁴⁰ A Situação do Trabalho Brasil, publicação do Escritório Nacional do DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos - , de 2001. uma verdadeira radiografia do mundo do trabalho no Brasil, analisando dados coletados pela Instituição de assessoria ao movimento sindical, nos últimos 20 anos. Uma obra de referência para quem estuda sindicalismo, mundo do trabalho e economia capitalista no Brasil

próprios partidos. A CUT aponta para a estratégia socialista quanto articula as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizando e elevando o nível de consciência de classe, criando situações de confronto de projetos de classe contra classe. (Resoluções do II CONCUT, P.08).

Fica explícito na resolução que “*não se resolverão os problemas de salários e empregos, sem realizar a reforma agrária e romper com o pagamento da dívida externa*”. (Resoluções do II CONCUT, P.09).

Esse “*caráter socialista*” da CUT representou, conjunturalmente, uma vitória política dos agrupamentos e tendências mais à esquerda, especialmente as de tradição marxista. Levadas a sério, as resoluções aprovadas no II Congresso, a ação cotidiana da CUT deveria ter como objetivo o acirramento do conflito de classes e preparar os trabalhadores, do ponto de vista organizativo e político-ideológico para o enfrentamento contra o capitalismo. Essa estratégia vai sendo negada na prática, ao longo dos anos da década de 1980 e consolidada na década de 1990, como veremos adiante.

O III Congresso da CUT, realizado em 1988 em Belo Horizonte, teve grande participação, foram 6. 218 delegados, representando 117 categorias, credenciadas através de 1.157 entidades sindicais. Nos países capitalistas centrais, intensifica-se o processo de inovação tecnológica aplicada à produção, com automação, introdução de novas técnicas de gestão da produção e do trabalho. Cresce a influência mundial das políticas de caráter neoliberal, sobretudo nos EUA (Reagan) e na Inglaterra (Tatcher).

O desemprego estrutural se aprofunda (postos de trabalho eliminados que não mais retornarão, fruto da substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas), os direitos sociais históricos dos trabalhadores sofrem amplo ataque e as taxas de sindicalização caem de forma generalizada, no Brasil e no mundo.

O III Congresso aprova, após acirrado debate interno, um conjunto de resoluções de mudanças estatutárias que alteram substancialmente as estruturas e composições das instâncias de deliberação, sua democracia interna e a concepção sindical que a orientou desde a fundação ao afirmar que “*fracassaram todas as tentativas de quebrar a estrutura oficial somente com a vontade de um pequeno grupo de militantes. E em alguns sindicatos, enfrentamos grandes dificuldades com a permanência de diretorias pelegas, pela ausência de uma política ampla e de massas*”.

Praticar um *sindicalismo de massas* é uma condição fundamental para continuar o avanço da CUT, argumentam os representantes da corrente *Articulação Sindical*, majoritários na

direção da Central. Essa tese busca se contrapor a um determinado *sindicalismo de vanguarda* que, segundo a Articulação, seria defendido e praticado pelas correntes minoritárias⁴¹.

A resolução vencedora reivindica que a CUT deveria superar posições vanguardistas, isoladas das massas e assumindo uma postura de uma CUT Central Sindical, organizadora de campanhas de massas, em torno das demandas imediatas destas, preocupada com a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, e não uma CUT movimento ou partido político, envolvida apenas com questões gerais e estratégicas e preocupada apenas com a disputa do poder.

Aqui cabe ressaltar a importante análise feita por Rodrigues (1993:119-120)⁴²

“é necessário ressaltar que essas modificações estatutárias tiveram também um segundo objetivo não tão explícito: diminuir, na medida do possível, a força que porventura a esquerda mais radical pudesse, a partir de decisões, em última instância, administrativas.

O III CONCURTO representou, com as mudanças estatutárias, o começo da transformação de uma concepção movimentista para uma visão mais organizativa da CUT. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT; a primeira, da CUT-Movimento; a segunda, da CUT-Organização. Esta venceu. Iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa, enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade. Simbolicamente, esse encontro significou o fim da fase heróica da CUT e tudo o que ela representava para uma parte da militância cutista. Abria-se, agora, um novo patamar, onde a construção de um amplo aparelho administrativo, institucional, se colocava na ordem do dia. E, em consonância com o processo de democratização, setores ponderáveis do sindicalismo-CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadora influírem mais decididamente na

⁴¹ O debate sobre o conceito e o papel político das “vanguardas” e “massas” é antigo no movimento socialista e no movimento operário. Ele remonta à Revolução Russa, ao Partido Bolchevique - o papel do partido político como dirigente da revolução, a concepção leninista de partido - o partido de vanguarda, de quadros portanto, é formado pelos melhores filhos do povo, os operários e ativistas mais conscientes e engajados numa tarefa política que requer disciplina militar. Toda a tradição bolchevique, herdada pelas organizações de esquerda no Brasil, afirmam que o processo revolucionário deve ser dirigido pelo partido revolucionário e pelas organizações operárias e camponesas com um programa e uma militância ideologicamente preparada para, se necessário, o confronto armado e violento com a classe dos capitalistas. Fundamentalmente, a contraposição feita pelos que defendem a mudança política como um processo de acúmulo de consciência e de organização das massas como sujeito político é que, nas lutas específicas e com bandeiras imediatas, que possam ser compreendidas e assumidas pelas massas como suas, é que elas se colocam em movimento. A construção de consciência das massas se daria na experimentação prática do combate ao capitalismo, e esta seria o sujeito da mudança social. Nesse debate também entram os conceitos e os papéis das classes sociais, relação partido X sindicato, reforma ou revolução e hegemonia. Ver V.I. Lênin (“O Estado e a Revolução” e “O que Fazer?”) Antonio Gramsci (“Concepção Dialética de História”), León Trotski (“Programa e Revolução Permanente”) Rosa Luxemburgo (“Reforma ou Revolução”) entre outros

⁴² Iram Jácome Rodrigues, como já destacamos anteriormente, produziu uma tese de doutorado, defendida na USP em 1991, e transformada em livro (*Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*) publicado em 1993, pela USP, em que analisa a história recente do conflito capital X trabalho no Brasil, a relação entre mundo do trabalho, sindicalismo e construção da democracia, no Brasil.

esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer não e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessava.

A fase histórica da *CUT Negação*, deveria dar lugar a uma *CUT Proposição*. Neste congresso, o balanço político da intervenção social da CUT na década de 1980, foi de que a CUT havia cumprido suas tarefas propostas para o período, e o grande desafio agora seria sua consolidação orgânica, para permitir resposta mais ágeis e unificadas. Uma leitura das resoluções do III CONCUR nos permite verificar que no novo estatuto acaba a representação dos sindicatos, os delegados agora são calculados pelo número de sindicalizados, e, não mais ao total de trabalhadores de sua base;

A representação das oposições, que seria proporcional ao número de votos obtidos nas últimas eleições de seus sindicatos (de acordo com o novo estatuto, só seriam reconhecidas as que estivessem sendo acompanhadas pela CUT e as oposições, que não tivessem participado das eleições em seu sindicato, não poderiam ter uma representação maior do que aquela permitida ao mesmo sindicato do Estado.)

Os delegados ao Congresso Nacional passaram a ser escolhidos nos Congressos Estaduais; acaba-se com a garantia da proporcionalidade entre número de delegados dirigentes e delegados de base e muda a periodicidade dos Congressos Nacionais, que passa a ser realidade de três em três anos.

Para Zanetti (1993),

“este Congresso foi um confronto de várias visões sobre qual caminho a Central deveria tomar, visões estas que foram expressas em dois blocos de forças: o bloco majoritário, que compreendida a luta dos trabalhadores para avançar conquistas e direitos nos marcos do capitalismo e do Estado burguês, e outro arco de forças que propunha como estratégia a superação do capitalismo e de suas estruturas de dominação, incluindo nisso a construção de um outro Estado, sob hegemonia dos trabalhadores.

A fala do presidente da CUT, Jair Meneguelli, representante da *Articulação Sindical* - corrente majoritária e vencedora do evento, dando na aprovação das resoluções, quanto na composição da nova direção, com mais de 50% dos votos - no encerramento do III CONCUR (1988), é sintomática dessa mudança profunda que se operou na política da CUT:

“a disputada participação e os acalorados debates do 3º CONCUR demonstraram que a luta por um sindicalismo classista, democrático e de massa – princípio da fundação da CUT – tomou outra dimensão.

Superamos a fase de conquista de direito de existência, para graças à garra dos trabalhadores, entrar na fase em que a CUT é fator concreto da realidade social deste país. Superamos o desafio de elaborar uma nova referência sindical e entramos no período em que a dificuldade é construir efetivamente a organização e a representação sindical de milhões de trabalhadores brasileiros, do campo e da cidade.

É este o sentido das discussões sobre a concepção e prática sindical, estatutos, plano de ação, que resultaram nas resoluções do congresso e que apontam para a necessidade de um salto: da CUT referência para a CUT organização.

Um salto triplo. Primeiro, desenvolver rapidamente, a compreensão e o conhecimento da realidade brasileira, apurando as linhas de ação, aprofundando as propostas sindicais dos sindicatos filiados à CUT.

O 3º CONCUR reafirmou o caráter da Central sindical que queremos e mostrou que, sem perder o caráter de sindicato, ela precisa combinar sua ação sindical com suas ações políticas, respeitando e lutando para manter a unidade de ação dos trabalhadores.

O segundo, trata-se agora, de desenvolver a estrutura organizativa orgânica, concreta, neste imenso e diferenciado país, vertical e horizontalmente, a partir dos sindicatos e dos departamentos profissionais.

Passamos a ter a responsabilidade de fazer que cada entidade filiada demonstre seus compromissos com a democracia, com caráter de massas, com a visão classista, em cada uma de suas ações, seja nas campanhas salariais, na luta pela sindicalização, ou no dia-a-dia do atendimento das necessidades de sua categoria. O terceiro, é o mais complicado.

Hoje, o avanço necessário para a CUT passa pelo enfrentamento de novos desafios impostos pelas relações Capital X Trabalho neste final de século. O Brasil mudou de 1983 para cá. Não deixou para trás a miséria, a absurda desigualdade de renda ou a falsidade da democracia para a minoria. Mas mudou, e a CUT precisa dar respostas a estas modificações, quer no plano institucional, de uma nova Constituição e de conflito em uma “transição” conservadora, quer no plano da economia permanentemente em crise, trazendo para o centro do cenário nacional a vontade e as necessidades dos trabalhadores”. (CUT apud Zanetti, 1993: 103-105.)

O IV CONCUR, que ocorreu em 1991 em São Paulo, já evidencia, a profunda redução do número de delegados (cerca de 1500 delegados) em relação ao Congresso anterior (cerca de 6000 delegados), uma nova forma de organização, aprovada no 3º CONCUR. Ele acontece num contexto histórico de avanço das políticas de reestruturação do modo de produção capitalista a nível mundial. As políticas neoliberais passam a atingir não só os países centrais e os da periferia do sistema, mas também os países do Leste da Europa, com o desmoronamento da União Soviética e dos países do chamado socialismo real.

Na América do Sul, a economia capitalista, intensificando o receituário de ajustes fiscais dos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC e BID) experimenta o processo de integração regional, via Mercosul, envolvendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O Brasil experimenta o segundo ano do governo Collor, com agravamento do processo inflacionário e aumento da miséria social com o crescimento do desemprego, o desmonte dos direitos sociais, a abertura comercial desenfreada aos produtos estrangeiros, reforma do “*gigantismo e ineficiência*” do Estado e dos serviços públicos, desencadeia-se uma política agressiva de privatizações do patrimônio estatal, entre outras questões.

Nos anos da década de 1980 e, principalmente no início da década de 1990, um dos principais obstáculos à consolidação das políticas neoliberais do grande capital internacionalizado no Brasil foi, sem dúvida alguma, a resistência dos trabalhadores, especialmente os setores mais organizados e combativos, com experiências acumuladas de lutas, reunidos em torno da CUT.

Para as classes dominantes, era urgente construir uma ferramenta que fosse instrumento de disputa de hegemonia dentro do próprio mundo do trabalho. Não bastava só atacar os sindicatos e as organizações populares, era necessário disputar no próprio campo. É nesse contexto e em acordo com as necessidades do capital que nasce a *Força Sindical*⁴³, uma central sindical de cunho governista e neoliberal criada em 1991, para ser um projeto sindical de desafio e enfrentamento à condição da CUT como referência dos trabalhadores.

Desde meados da década de 1980 o “*sindicalismo de resultados*”, ou poderíamos denominar de “*sindicalismo de negócios*”, diferente do peleguismo tradicional, tem uma estratégia de disputa de hegemonia em todos os espaços de formação da consciência dos trabalhadores. Com extraordinária presença na maior mídia do Brasil contemporâneo – Rede Globo de Televisão – e, com a eleição de Fernando Collor, os representantes do sindicalismo de negócios recebem de presente o Ministério do Trabalho – Antonio Rogério Magri – com o objetivo de desregulamentar as relações de trabalho, flexibilizar a legislação trabalhista, revogar os direitos sociais conquistados arduamente em décadas anteriores, estimular a informalidade e atacar os sindicatos que se opõem à agenda neoliberal para o país.

Mas o neoliberalismo não influencia só a Força Sindical. O próprio sindicalismo cutista não fica imune a essa contaminação ideológica. O IV Congresso foi, com certeza, o mais tumultuado desde a fundação da CUT, um congresso marcado pela violência física e pela

⁴³ Não aprofundaremos a discussão e a análise da Força Sindical porque não se trata exatamente de objeto de estudo deste nosso trabalho. Porém, sobre o processo de criação e consolidação dessa que é a segunda maior central sindical brasileira, de corte ideológico à direita do nosso espectro político-sindical, suas ações políticas e seus pressupostos

intolerância, de todos os lados. Foram 16 teses, em que as divergências políticas estratégicas se mostraram com toda clareza e profundidade.

Para Boito JR., trata-se do marco de *adesão propositiva* da CUT ao ideário neoliberal. Ao analisar os impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo, esse autor aponta a

“mudança da concepção e de estratégia sindical da CUT, mudança que na mesma época em que foi criada a Força Sindical – o marco fundamental dessa se consumou mudança foi o IV CONCUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. É preciso frisar, desde já, que a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal. Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido ineficaz. Isto porque as concepções e estratégia atuais da corrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço dessa política e contribuindo para a difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros”.

O processo de concessão ideológica se alia à fragmentação política, conforme alerta Zanetti (1993:131). Sem um esclarecimento conceitual, a CUT corre o perigo, contrariando suas próprias definições, de perder a perspectiva estratégica, e esgotar-se em mil lutas que, embora importantes, urgentes e necessárias, requerem um rumo claro, um eixo definido, capaz de unificá-las num projeto comum.

No V CONCUT, ocorrido em São Paulo, com a presença de 1.918 delegados foi, do ponto de vista numérico, o menor congresso de sua história. Nele, a CUT aprofunda a autocrítica de sua relação com a estrutura sindical oficial, indica existir uma “acomodação” à estrutura corporativista, enfrentando uma tensão crescente quanto à adesão ao modelo corporativista que tanto combateu nas suas origens no início da década de 1980, e avalia que isso tem favorecido à burocratização e ausência de controle das bases sobre as direções sindicais e, no limite, o abuso de poder e a violência, sinais de degeneração da prática sindical.

A proposta de criação dos sindicatos orgânicos, das federações e confederações por ramos, são indicadores de que o processo de ruptura com a estrutura sindical da Era Vargas ficou pelo caminho ou não foi abandonada de todo.

As resoluções não deixam dúvidas sobre essa concessão ideológica e organizativa:

“No entanto, a persistência do modelo sindical (unicidade, imposto, poder normativo da Justiça do Trabalho e outros mais) e de uma cultura corporativa, permitiu a sobrevivência de todo um setor atrasado e pelego

no movimento sindical, pois coexiste com essa herança do sindicalismo oficial um limitado nível de consciência classista, essencialmente transformadora. Além disso, essa persistência provou algo mais grave: uma crescente adaptação dos setores mais combativos á lógica corporativista e mesmo à incorporação de práticas fisiológicas, típicas do sindicalismo CLT por sindicatos filiados à CUT. A fragilidade organizativa da Central tem aprovado esse quadro no período mais recente. Ela decorre de uma organização horizontal sem papel definido, particularmente nos Estados e nas regiões, e de uma estrutura vertical (sindicatos por ramos de atividades) ainda incipientes, e da ausência quase generalizada de organizações por locais de trabalho, em particular pela dificuldade de enfrentar o processo de reestruturação da economia no chão da fábrica”. (5^o CONCUR, 1994: 07).

As tarefas dos trabalhadores devem ser o combate ao projeto neoliberal, propondo alternativas nos limites da própria ordem capitalista, formulando diretrizes e alternativas para um projeto democrático e popular no Brasil. Para isso o V Congresso indica três campos prioritários de intervenção e formulação: a) A reestruturação produtiva, b) O papel do Estado, c) Uma política de retomada do desenvolvimento econômico e social, com distribuição de renda, riqueza, e geração de trabalho, emprego e renda.

3.6. - A travessia contraditória, a crise de identidade da CUT e a tentação de adaptar-se

Nosso tempo. Este tempo de partido,
Tempo de homens partidos.
Em vão percorremos volumes,
Viajamos e nos colorimos.
A hora prescindida
Esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto,
E escreve-se na pedra.
(Carlos Drummond de Andrade)

O mundo da pseudoconcreticidade
é um claro-escuro de verdade e engano.
A essência se manifesta do fenômeno,
Mas só de modo inadequado, parcial
Ou apenas sob certos ângulos e aspectos.
(Karel Kosik)

Um olhar crítico de pesquisador não pode deixar de se assustar, de preocupar e de temer pelo futuro daquilo que foi efusivamente saudado como “*novo sindicalismo*”. Ao longo dos anos 90, a CUT vai alterando profundamente suas concepções e orientações políticas. De uma Central que nasceu com um caráter de contestação da ordem capitalista, de defesa dos interesses históricos (estratégicos) dos trabalhadores, como a luta pelo socialismo e pela auto emancipação dos trabalhadores, inserida em seus estatutos desde a fundação, passa a assumir uma política de negociação e colaboração, dentro dos marcos econômicos e políticos definidos pela globalização do capital e do avanço do neoliberalismo.

A internacionalização do capital provocou profundas transformações no mundo do trabalho e nas relações capital e trabalho. Da agenda neoliberal fazem parte a remoção do “*excesso de proteção*” ao trabalho e do “*arcaico corporativismo sindical*” herdado da Era Vargas. A flexibilização dos direitos trabalhistas, vistos como obstáculo à livre negociação conduzida pelos interesses do mercado, é, para os neoliberais, a garantia de relações trabalhistas “*modernas e livres*”, portanto sem a necessidade de intermediações dos sindicatos e de “*interferência indevida*” do Estado. A consequência direta da flexibilização é a precarização do emprego, o subemprego e o desemprego.

A CUT abandona as bandeiras de oposição e de combate militante ao capitalismo e todas suas formas de exclusão, exploração e opressão, e assume bandeiras estranhas de adaptação à lógica neoliberal, e de colaboração os empresários “*com visão social, arrejada, moderna e construtiva, parceiro do desenvolvimento nacional*”, como afirmou Vicentinho no processo de negociação das demissões na Ford, em 1996.

A atitude voluntarista assumida por *Vicentinho* (Vicente Paulo da Silva, ex-presidente da CUT) em 1995, de negociar com o governo FHC o *acordo em torno da reforma da previdência*, numa postura claramente de desrespeito às deliberações das instâncias da CUT um exemplo prático dessa nova estratégia colaboracionista, dentre outros:

a) A negociação do *salário mínimo em R\$ 180,00*, onde a CUT praticamente assume como sua a chantagem governista de que um índice maior para o salário mínimo contribuiria para o desajuste das contas públicas e para colocar em risco a estabilidade econômica do país.

b) A criação das tais “*comissões de conciliação prévia*”, um instrumento de desregulamentação e de legitimação de fraudes trabalhistas, abrindo caminho ao sindicato por empresa e ao fim da justiça trabalhista, num Estado com altíssimo déficit de democracia e de direitos, como o nosso.

c) As negociações em torno das “*câmaras setoriais*” do setor automotivo, no ABC, e na “*participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas*”, ao longo dos anos 1995-2000.

d) A negociação de um *contrato nacional de trabalho*, como se fôssemos uma país uniforme, justo, sem desigualdades regionais, sem diferenças culturais, sem a absurdamente injusta distribuição de rendas e riquezas.

Antunes (1998:149) analisa o perigo da domesticação da CUT pelo caminho do “*culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a crise, tudo isto está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social democráticas. Trata-se de uma crescente definição política e ideológica no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o país integrado pelo capital e pelo trabalho*”.

Na relação com os empresários, em doses homeopáticas, a direção da CUT aceitou a implementação do *banco de horas*, e a terceirização como “fatos concretos”. A “*estratégia propositiva*” e o chamado resultam de uma opção política mais “*civilizada*” de ação sindical, no espírito dos sindicatos sociais democratas europeus. O sindicalismo cutista se institucionalizou de forma perigosa, com uma priorização exagerada dos fóruns tripartites e da negociação por dentro, que colocam em risco a autonomia e a independência de classe dos trabalhadores

Que as outras Centrais Sindicais - como a *Força Sindical*, *CGT*, *SDS* tenham no neoliberalismo, no livre mercado ou na colaboração capital trabalho as matrizes de suas ações políticas e suas concepções ideológicas, compreendemos, afinal de contas a consciência dos trabalhadores está em disputa, e a ideologia neoliberal tem como interesse estratégico a produção e a reprodução de sua cultura nas mentes e corações destes.

Trata-se de uma disputa por hegemonia, luta de classes, de interesses antagônicos. Como sabemos, a Força Sindical se especializou na criação de *Fundos de Participação dos Trabalhadores* nas compras das ações das privatizações das empresas dos setores siderúrgico (CSN à frente) telefônico e petroquímico. Além do apoio às privatizações, organizou os trabalhadores a serem acionistas e se tornarem “empresários”.

Não é sem interesse que Luis Antonio Medeiros foi peça chave do governo na negociação do pagamento do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*, confiscado pelo governo, nos planos econômicos decretados por Sarney e por Fernando Collor. O acordo nacional de manutenção do confisco, proposto pelo governo FHC, e apoiado pelas centrais sindicais governistas, teve em Medeiros seu relator no Congresso Nacional.

O argumento da CUT, pelo menos é o que expressa sua maioria, é que a automação, a robótica e a micro eletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica, invadiram as indústrias, modificando as relações de trabalho e produção. Apareceram em cena e começaram a se consolidar novos processos de trabalho nos quais o cronômetro e a produção em série, de massa, são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

O problema é que estas transformações, é claro, afetaram os sindicatos que passaram a assumir uma ação (*Antunes, 1995: 148*).

...”*mais defensiva, cada vez mais atada à imediatividade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do*

capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados, e quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais a sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego”.

A justificativa da CUT é que diante da

...”complexa realidade das relações de trabalho no país, agravado pelas medidas reativas do Capital à crise econômica, e pelo processo mundial de reordenação política e econômica – a globalização da economia a organização dos blocos econômicos, acompanhados das recentes mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho na produção e nos serviços, mudaram-se as formas e os conteúdos do enfrentamento com o capital” (CUT, 1995:22)

Como forma de enfrentamento das políticas governamentais neoliberais que, segundo a CUT, exigem dos trabalhadores uma capacidade organizativa e agilidade na elaboração de propostas, de reivindicações junto aos setores populares e a necessidade de uma intervenção organizada dos trabalhadores nos rumos da reestruturação produtiva.

Os desafios específicos são as lutas contra o desemprego e pela abertura de novos postos de trabalho, o direito dos jovens ao conhecimento, à profissionalização e ao trabalho, o acesso ao conhecimento, à qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores empregados e desempregados, a luta contra as diversas formas de discriminação da mulher, a luta contra o trabalho infantil, a luta contra a discriminação e o preconceito racial, etc.

De acordo com a CUT (1995:2),

“a fábrica ideológica do discurso de setores governamentais e empresariais, de resolver o problema do desemprego através da educação e do ensino profissional, reafirma a posição dos trabalhadores da importância de sua formação, para estarem aptos a enfrentar técnica e politicamente a reconversão produtiva”.

Este debate remonta ao primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa. Há uma vasta literatura sociológica, historiográfica e econômica, mesmo de respeitáveis personalidades acadêmicas de esquerda, que reconhece que o “regime de acumulação flexível”, “flexibilização da produção” ou “capitalismo flexível” – seja a nomenclatura que se utilize – trouxe grande problemas para os sindicatos. Alguns autores chegam a perguntar se, com a reestruturação produtiva, a evolução dos modelos organizacionais e os questionamentos dos modos tradicionais de representação e de delegação, o sindicalismo não teria perdido definitivamente a sua marca

Para Ramalho(2002)

Os sindicatos se esvaziaram, em muitos casos perderam o contato com a base, as assembléias com quórum pequeno, as finanças entraram em bancarrota, obrigando muitos deles a se reestruturar. Também se enfrentou, durante este período, uma fase em que a principal reivindicação era a defesa do emprego, o que por si só já é um recuo. Ao levantar o tema do desemprego como central nas suas lutas, o movimento sindical também aguça o medo, o receio e a dúvida na cabeça dos trabalhadores.

Apesar de ser uma bandeira de muita relevância, ela provoca um reverso na mobilização e desperta um sentimento de impotência, de fragilidade, de incapacidade de apresentar alternativas pelo caminho da luta. Podemos assim dizer que no início da década de 1990 os sindicatos enfrentaram também um período de perda de identidade. A ofensiva capitalista com a ideologia do pensamento único foram massacrantes contra os trabalhadores, e a luta e o fortalecimento do sindicato vividos na década de 1980 se perderam.

Muitas bandeiras perderam o sentido, e os sindicatos, dominados pela pragmatismo, se internalizaram numa busca constante por novos rumos, novas propostas e novas ações junto aos trabalhadores. O grande dilema era como retomar as grandes mobilizações? Como não deixar que direitos sejam retirados sem nenhuma resistência ou luta? Como não permitir que postos de trabalho sejam fechados sem nenhuma possibilidade de retornarem? Como construir propostas concretas capazes de mobilizar e enfrentar todos estes problemas.

O discurso *da inevitabilidade* dessas transformações, embora negado formalmente pela Central, é incorporado nas ações práticas. Vejamos: A partir de 1994, com a utilização dos recursos do *Fundo de Amparo ao Trabalhador*, e a criação do *Plano Nacional de Qualificação Profissional – Planfor* – pelo Ministério do Trabalho, a CUT assume participar do conselho gestor tripartite dessa política e desse fundo.

Aqui não se trata de ter uma postura de recusa à utilização de um fundo público que possa a vir beneficiar os trabalhadores no seu enfrentamento às políticas do capital, a verdade é que, pouco a pouco, a CUT, principalmente a *Política Nacional de Formação*, se tornou refém dos recursos públicos para desenvolver seu *Projeto Nacional de Qualificação Profissional – PNQP/CUT*⁴⁴ Mais que isso, da agenda do governo e legitimador das políticas de reestruturação

⁴⁴ No seminário “*Políticas de Financiamento da Formação Cutista*”, realizado durante a II Conferência da Política Nacional de Formação da CUT, em junho de 2002, em Belo Horizonte-MG, a Secretaria Nacional de Formação

produtiva desenvolvidas pelo BNDES, ao longo dos governos de FHC, com recursos do FAT para enxugar custos, fazer conversão tecnológica e demitir trabalhadores.

Mesmo que negue, a CUT, com a importância social e política que construiu nas lutas específicas e gerais ao longo dos anos, legitima o *fetichismo da qualificação do trabalhador* como forma de enfrentamento do desemprego. O problema da *empregabilidade* é do trabalhador, defasado e desqualificado para o novo mercado de trabalho e para a nova lógica produtiva destes tempos neoliberais.

Empregos há, diminui a oferta, é verdade, aumentou a demanda, outra verdade, mas, segundo os neoliberais, o problema é do próprio trabalhador, que agora terá que ser mais competitivo, qualificado, polivalente e produtivo. Cômico, se não fosse trágico, numa ordem econômica que torna descartável o trabalho humano, reifica a mercadoria e a tecnologia, destrói milhares de postos de trabalho, com juros altos (que engordam ainda mais os lucros do sistema financeiro), abertura comercial desenfreada, privatizações criminosas das empresas estatais, pagamento da dívida externa, políticas de ajuste fiscal que aumentam a pobreza e miséria social.

apresentou dados técnicos em que se explicitam o grau de comprometimento financeiro da CUT com o FAT: Quase 70% da estrutura de formação da CUT, remuneração do corpo técnico e dos educadores da CUT Nacional, das escolas sindicais e dos projetos de qualificação dos ramos, materiais pedagógicos, despesas administrativas, manutenção dos programas, são vinculados ao convênio com o Ministério do Trabalho e são pagos com recursos do FAT.

Capítulo 4. –

Educação e Formação Profissional no Brasil – Século XX: O Fio da História

Neste capítulo, analisamos a relação entre os sindicatos e a educação dos trabalhadores. Educação profissional, formação profissional e qualificação profissional corresponde a três entendimentos sobre o que correntemente define, pela ótica do capital, a “*preparação para o trabalho*”. Antes de entrarmos diretamente na análise do tema, pensamos delimitar melhor em que terreno conceitual estamos pisando, pois a literatura acadêmica e sindical aborda os conceitos educação-formação-qualificação acrescentando o adjetivo profissional, muitas vezes como se fossem as mesma coisas, o que gera mais confusão que esclarecimento.

Há uma esfera ideológica cercando ambos os conceitos. Franco (1998:103) problematiza esses conceitos, dizendo que não há consenso sobre os termos mais adequados, mas há critérios e referências teóricas para sua escolha, e que envolve diferentes autores e várias concepções ideológicas acerca da relação trabalho e educação. O conceito *qualificação* segundo a autora, pode recuperar o entendimento taylorista-fordista de produção, acentuando prerrogativa necessárias para o desenvolvimento de determinada função, os critérios para identificar atividades mais ou menos qualificadas ou, conforme as visões deterministas, um estágio de desenvolvimento das ciências e das novas tecnologias.

Para Franco, trata-se de estratégias empresariais de incorporação do saber dos trabalhadores o que, citando Hirata “*seria um valor restrito da noção de qualificação, que não incorpora a subjetividade do trabalhador e a divisão internacional e sexual do trabalho*”. Ela cita as elaborações de Frigotto (1995), que considera importante a educação formal (escolar) como base para os processos de formação profissional, que ele considera um “*rejuvenescimento da teoria do capital humano*”. Franco(1998:105 também faz referência a Deluiz (1995:90-91) que considera o conjunto de qualificações que compõe a formação profissional, julgando necessário integrar “*os diferentes saberes e preparando os indivíduos para atuar na esfera do trabalho e da cidadania*”.

O termo foi introduzido pela Lei 9.394/96 (LDB) e não pertencia à história trabalho e educação no Brasil. No entendimento de seu significado, ao aproximar o sentido mais

geral de “educação”, que remete a um processo ampliado de formação do ser humano, ao termo “profissional”, que se refere a apenas uma parte dessa formação, a profissão.

No dicionário Aurélio (2000: 619,800,1424.) esses três conceitos são trabalhados ambigualmente

“Educação – ato ou efeito de educar(-se); processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando sua inserção na vida social e melhor conhecimento individual.

Formação: Ato, efeito ou modo de formar; maneira por que se constitui uma mentalidade, um caráter, ou um conhecimento profissional.

Qualificação: Ato ou efeito de qualificar-se, adquirir novas habilidades

No presente trabalho, ora utilizaremos o conceito “*Educação Profissional*”, ora “*Formação Profissional*”, entendendo como pressupostos a formação integral do ser humano em todas as suas dimensões e lateralidades. Essa formação abarca a apropriação de habilidades e aprendizagens múltiplas e desenvolvimento intelectual dos seres humanos, do ponto de vista físico, moral, ético, político, profissional, enfim. Um processo de integração dos indivíduos com a vida social, a natureza e o mundo do trabalho, nelas inserido.

4.1. – Formação profissional no Brasil: Breve resgate da experiência sindical

No Brasil, o debate e as propostas de ação no campo da educação e da formação profissional dos trabalhadores têm estado na agenda do movimento sindical desde o início do século XX, constituindo-se um dos pontos da pauta de reivindicações dos trabalhadores organizados. As primeiras experiências educacionais do movimento sindical no Brasil podem ser identificadas através de anúncios nos jornais dos sindicatos das diversas categorias, segundo os quais as entidades sindicais promoviam cursos de curta duração de caráter profissionalizante, com vistas à qualificação dos trabalhadores.

Segundo o DIEESE (1998) já em 1908, o II Congresso Operário do estado de São Paulo propunha a criação de uma universidade operária e que os sindicatos apoiassem o “*desenvolvimento intelectual do operariado*”, conforme as tradições do sindicalismo britânico e alemão. Em 1912, a União Gráfica de São Paulo previa em seus estatutos a criação de um *Centro Técnico e Instrutivo das Artes Gráficas*, visando a qualificação profissional dos trabalhadores.

Dezenas de iniciativas sindicais, sob hegemonia dos anarco-sindicalistas e dos comunistas, na área da educação mobilizam os setores mais importantes do operariado nas décadas de 1910 a 1930, e essas iniciativas autônomas se intensificam com a criação do

sindicalismo oficial nos anos 30, tutelado pelo Estado Novo, que impediu a proliferação dessas experiências autônomas.

Segundo Manfredi (2003), a imprensa sindical tinha um papel mobilizador ao denunciar a tutela estatal, exigir a qualificação para os trabalhadores e divulgar as iniciativas de cunho profissionalizante, geralmente cursos de curta duração, com abordagem técnica, político-culturais e recreativas. Na década de 1940, conforme essa autora, com a consolidação do sindicalismo oficial, os sindicatos passam a construir e organizar escolas regulares e a desenvolver projetos de *cursos supletivos de alfabetização, ensino de primeiro grau, experiências técnico-profissionalizantes, principalmente noturnos, em áreas como desenho técnico, português, redação, contabilidade, práticas bancárias, corte e costura e culinária*.

Os estudos do Dieese indicam que, a partir da década de 1940, as pautas de reivindicações incluíam a formação profissional, o que revela um crescente interesse do movimento sindical pela qualificação dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo desencadeou campanhas reivindicando mais investimentos patronal e estatal para a formação profissional.

A necessidade de requalificação profissional dos trabalhadores frente ao processo de automação do setor industrial já aparece como preocupação na década de 1960, quando o II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo denuncia os deslocamentos, transferências e cortes de postos de trabalhos provocados pela modernização técnica das empresas industriais.

Essas ações educacionais, bastante intensas em sindicatos como dos metalúrgicos, portuários, gráficos, bancários, e de outras profissões urbanas, tinham respaldo na legislação sindical arquitetada no estadonovismo, ao vincular a aplicação de recursos financeiros oriundos do imposto sindical às atividades assistenciais e educacionais para os trabalhadores.

Manfredi (2003) ainda aponta a presença e continuidade de atividades de educação formal em importantes sindicatos no estado de São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970, e em Minas Gerais, com o colégio do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, durante os anos 1960 a 1990, no Rio de Janeiro, acrescentaríamos ainda a existência do colégio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, e do colégio 1º de Maio, do Sindicato dos Urbanitários do Rio, com cursos regulares do ensino fundamental, médio e técnico-profissionalizante, para trabalhadores das indústrias metalúrgicas e de infra estrutura urbana

No Estado de São Paulo eram cursos regulares de primeiro e segundo graus, cursos pré-vocacionais (cursos profissionalizantes de curta duração). Muitos desses cursos eram

realizados em convênio com entidades do sistema S – SENAI, SENAC, SESI, SESC, e com órgãos ligados ao Ministério do Trabalho. Nesses convênios, os sindicatos ofereciam, como contrapartida, suas sedes e infraestrutura física e administrativa, e as entidades conveniadas disponibilizavam professores, material didático e recursos pedagógicos.

As propostas curriculares eram desenvolvidas pelas agências educativas, sem a participação das direções sindicais. Outra característica importante, ainda segundo MANFREDI, é o crescimento, em entidades sindicais, dos cursos supletivos de primeiro e segundo graus, que eram importantes refúgios de militantes de esquerda durante a ditadura militar (principalmente nos anos de 1968 a 1974).

Em síntese, essas iniciativas estavam desarticuladas com as demais atividades de formação político-sindical desenvolvidas pelas novas direções sindicais, durante o processo de gênese do novo sindicalismo, no final da década de 1970 e durante toda década de 1980.

Nesse contexto histórico (novo sindicalismo) ocorrerá um movimento contraditório, por um lado, alguns sindicatos vão buscar a supressão desses convênios e dos cursos supletivos, mesmo os que desenvolveram experiências metodológicas e projetos político-pedagógicos inovadores, outros sindicatos darão continuidade aos cursos regulares, reelaborando propostas curriculares e tomando a frente do projeto político, pedagógico e administrativo.

Essa contradição estará presente ao longo dos anos das décadas de 1980 e 1990, como parte das diferentes concepções sobre qual deva ser o papel e dentro dele quais as tarefas dizem respeito aos sindicatos na questão da educação dos trabalhadores. A apropriação e o aprimoramento do saber técnico constitui uma das estratégias históricas dos trabalhadores. Esse domínio é fundamental para estes sejam sujeitos políticos autônomos, com visão integral do mundo e formação omnilateral. As necessidades, os interesses, as intensidades variam de acordo com os contextos históricos, as formações sociais, o nível de organização político-cultural e de elaboração intelectual dos movimentos e entidades sindicais.

Estudos sobre o movimento operário europeu e norte americano desenvolvidos por historiadores como Thompson e Hobsbawnn e cientistas sociais como Braverman, Perrot e Hirata apontam esta permanente tensão.

Arroyo (1991:208) analisa que

“A história do trabalho mostra uma prática do capital tentando equacionar o problema da qualificação e da competência como uma qualidade individual, manipulável para a disciplinação e controle da maioria e a premiação de uma minoria, (...) entretanto, a história do trabalho mostra também, as permanentes pressões do movimento operário para impor limites a essa prática, alterando o uso individual da

qualificação (...) o movimento operário vem tentando fazer da qualificação um elemento unificação do coletivo operário, que faz parte de qualificações profissionais adquiridas e praticadas por coletivos de trabalhadores.

O que é confirmado pelo jornal *A Voz Metalúrgica* “*somente o trabalhador tecnicamente à altura é capaz de se livrar da degradação imposta pelos processos modernos de produção.*” O movimento operário brasileiro, ao longo do século XX, desenvolveu variadas estratégias de resistência à crescente desqualificação técnica do trabalho e à expropriação do saber, via divisão técnica e social do trabalho, a que o capital tem submetido o trabalho e o trabalhador.

O domínio do saber técnico e a história das práticas de educação profissional entre trabalhadores organizados indicam a relevância do saber técnico para os trabalhadores enquanto indivíduos inseridos no mundo do trabalho e a importância coletiva que as iniciativas de formação profissional exercem nos momentos de transformação nas bases técnicas e organizacionais dos sistemas de produção desenvolvidos sob a lógica do capital. A qualificação, portanto, possui um forte componente ideológico. Sobre isso trataremos adiante.

4.2. - Formação profissional e sindicalismo CUT na Década de 1980

Moraes (1988) afirma que, apesar das variadas experiências do movimento sindical no campo da educação ao longo do século XX, o debate sobre as questões educacionais permaneceu superficial e descontinuada. Nesse contexto foi importante os processos de luta em defesa da escola pública nos anos da década de 1950 e as experiências de educação popular realizadas pelos sindicatos nos anos 60 e 70, que envolviam formação geral e política além da formação profissional, e se traduziam como ações de resistência à ditadura militar, (Manfredi , 2003).

A partir da década de 1980, o empresariado industrial, organizado em torno da Confederação Nacional da Indústria - CNI - (Rodrigues, 1998), passa a formular propostas concretas em relação às políticas educacionais, diante das mudanças estruturais na produção, em resposta consonante com a crise e as novas diretrizes do capital internacional . Somente na década de 1990, a CUT (e as outras centrais sindicais) intensifica o debate sobre as metamorfose dos processos produtivos no mundo do trabalho, as novas concepções de produção, organização e

gestão e suas implicações sobre as qualificações e a educação (Moraes, Ferreti, Kuenzer, Deluiz , 1999) ⁴⁵.

O Brasil, segundo Mattoso (1999) teve, ao longo do século XX, uma contraditória história que combinou industrialização e êxodo rural, crescimento econômico e aumento da pobreza, urbanização e favelização, geração de emprego e arrocho salarial, concentração de renda/propriedade e desigualdade/exclusão social. Nossas características estruturais são de um capitalismo tardio, com uma inserção subordinada e periférica na ordem econômica capitalista mundial, embora qualificada por meio de uma política de substituição de importações, viabilizada no período pós Segunda Guerra mundial.

Experimentamos um intenso processo de mudanças no mundo do trabalho e no conjunto das relações sociais, transformando, em cinco décadas um país agrário, em uma das maiores e mais dinâmicas economias do capitalismo contemporâneo. Alguns autores, como Deluiz (1997), Suzigan (1991) Pochmann (1996) entre outros, tem caracterizado a crise que contaminou a vida brasileira a partir do final dos anos da década de 1970 como uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de incorporar as profundas transformações tecnológicas geradas no processo da terceira revolução industrial capitalista.

Esses autores apontam a ausência de um projeto nacional que produzisse uma nova lógica de desenvolvimento econômico que tivesse como estratégia a modernização da estrutura produtiva e da dinâmica social brasileira, com isso retardando a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho.

A ausência de uma política de desenvolvimento industrial e tecnológico e os problemas causados pelo endividamento externo, instabilidade macroeconômica e descompasso na reestruturação produtiva produziram um quadro de estagnação industrial, com crescimento do desemprego, redução dos salários, retração do consumo, diminuição nos investimentos em políticas públicas de ciência e tecnologia, educação e qualificação profissional, com consequentes repercussões no desenvolvimento social.

⁴⁵ A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNM/CUT – e a UNITRABALHO publicaram em novembro de 1999, pela editoria Artchip (São Paulo), o livro DIAGNÓSTICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL – RAMO METALÚRGICO - uma dos mais importantes estudos já produzidos sobre a relação entre trabalho, capitalismo, formação profissional e sindicalismo no Brasil. Essa pesquisa, conduzido por um grupo de especialistas de várias universidades brasileiras, reunidos através da UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Entre os pesquisadores destacamos a presença de Carmem Sylvia Vidigal Moraes (USP) que coordenou, Celso João Ferreti (PUC-SP), Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR), e Neise Deluiz (UFRJ). Esse estudo serviu de fonte de referência para este capítulo de minha dissertação de mestrado. Outra fonte é a produção intelectual substancial e ampla da professora Silvia Maria Manfredi.

Há uma concepção corrente entre economistas e pesquisadores ligados ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, que insistem em afirmar que a década de 1980 é considerada “*perdida*”, devido às altas taxas de inflação, endividamento externo e interno, baixo crescimento econômico e arrocho salarial. Uma afirmação equivocada, principalmente se tomarmos só o desenvolvimento econômico como totalidade do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

Mesmo nesse quadro de retração econômica, os setores mais dinâmicos do capitalismo industrial brasileiro experimentou um intenso processo de modernização tecnológica, com a incorporação da microeletrônica e de novas técnicas e concepções de gestão e organização do trabalho. Seria verdadeira essa tese se analisarmos apenas os indicadores dos níveis de empobrecimento e miserabilidade nas grandes periferias cidades. Por outra ótica, a análise indica um processo contraditório.

Para analisarmos a esferescente década de 1980, temos que buscar na totalidade social e política as explicações as contradições desse período, para além dos aspectos econômicos. Foi nesse contexto que se deu o surgimento do novo sindicalismo, e por consequência o nascimento e consolidação da CUT e de um sindicalismo mais orgânico, enraizado na base do mundo do trabalho, com visão mais ampliada e politizada da totalidade dos problemas brasileiros e mundiais, além do surgimento outras centrais sindicais, com projetos políticos distintos ⁴⁶, o processo de redemocratização política (legalização dos Partidos Comunistas) e o nascimento do PT.

Nos anos 1980, o consenso nacional que presidiu as transformações era o de que o centro dos problemas do país era o déficit social, isto é, o reconhecimento de que a ditadura havia conseguido expandir a economia, sem no entanto distribuir renda. A Constituinte (1978-1988) foi marcada por esse clima, depois das grandes mobilizações dos movimentos sociais a favor de suas reivindicações. Esse movimento se dava na contramão da hegemonia neoliberal nos outros países do continente e em escala mundial.

O movimento sindical cutista, que é o que nos interessa neste trabalho, tinha no primeiros anos da década de 1980 uma formulação genérica sobre a educação no Brasil. Segundo Neves(1991) havia uma defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis e da

⁴⁶ Na década de 1980 se constituíram, além da CUT, duas outras importantes centrais sindicais brasileiras, como a - Central Geral dos Trabalhadores - CGT (1986) - composta por sindicalistas herdeiros do varguismo em aliança com os partidos comunistas, e mais tarde a Força Sindical (1991) hegemonicamente dominada por uma concepção sindical de negócios entre capital e trabalho, de busca de resultados, e em consonância com o ideário neoliberal que se infiltra com força no mundo sindical.

democratização dos direitos de acesso e permanência para a maioria da população. As análises produzidas no período não davam conta da dimensão e da intensidade das repercussões das novas tecnologias e das novas formas de organização da produção sobre a vida dos trabalhadores. Com o processo de reestruturação capitalista em curso, as ações sindicais, sem uma visão estratégica de seus desdobramentos no futuro do mundo do trabalho, eram débeis e parciais.

Segundo o estudo realizado pela UNITRABALHO/CNM/CUT sobre o ramo metalúrgico, em 1985 a CUT organiza um processo de debate mais aprofundado, com a constituição da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação (CNTA), que passou a realizar seminários, estudos e teses para assessorar os congressos sindicais e produzir documentos numa tentativa de sistematizar os debates em torno da reestruturação produtiva e as inovações tecnológicas inerentes a ela.

Os cadernos do DESEP (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos da CUT) produziu vários textos em que se buscava relacionar a automação à perda de qualificação dos trabalhadores, assinalando a eliminação gradativa dos trabalhos dos operários desqualificados, simplificação do trabalho complexo e a segmentação da força de trabalho. No 3º Congresso Nacional da CUT (1988) afirma-se a tese da relação direta entre a automação industrial e a desqualificação do operário, mesmo que se pudesse conceber uma positividade do progresso técnico, desde que os trabalhadores assumissem o controle dos processos de inovações tecnológicas na produção.

Mesmo com essa iniciativa política de sensibilizar e mobilizar os trabalhadores quanto ao tema da negociação da modernização tecnológica, em verdade a participação política dos sindicatos na gestão desses processos era mínima, conforme aponta o estudo da UNITRABALHO (1999:331). Peliano (1989) e Deluiz (1993) apontam a existência de uma pesquisa realizada em 1986 e 1987, pelo Ministério do Trabalho, com a indicação de que de um total de 25.459 cláusulas negociadas, somente 127 referiam-se à relação entre automação, treinamento e qualificação profissional, enquanto que de 9.046 cláusulas negociadas no primeiro trimestre de 1987, abrangendo todo o país, apenas 88 referiam-se ao tema.

A partir de 1988, esse debate se intensifica na CUT, pois a reestruturação produtiva via automação e inovação tecnológica ganha enorme ofensiva, principalmente no setor industrial metalúrgico. Paradoxalmente, a discussão e as formulações sobre o papel da escola na educação dos trabalhadores, a discussão dos conteúdos curriculares, a defesa do ensino público e a ampliação desse direito a todos os trabalhadores fica secundarizada. As lutas econômicas por salários, estabilidade emprego e condições de trabalho assumiram a vanguarda nas mobilizações

dirigidas pelos sindicatos. Principalmente no final na década de 1980 em que a inflação dispara e, como vimos no capítulo anterior o volume de greves cresce em intensidade e em qualidade.

Em 1989 o DIEESE realiza uma pesquisa (apud Deluiz ,1997) em que se percebe o nível de consciência dos trabalhadores frente ao novo desafio, enfrentar a reestruturação capitalista e o problema da formação profissional como condição de sobrevivência à avalanche que se avizinhava. Nessa pesquisa os trabalhadores, ora entendem formação como mero instrumental técnico para se manter no mercado de trabalho em mudança, ora a entendem como pressuposto político e ideológico que possa dimensionar os desafios colocados ao mundo do trabalho e à classe trabalhadora.

A pesquisa também aponta a preocupação dos trabalhadores em se manter qualificados e aprimorar seus conhecimentos técnicos e políticos, embora a maior referência de formação profissional sejam os cursos desenvolvidos pelas escolas do SENAI e SENAC. Os trabalhadores apresentavam a necessidade de escolaridade básica, de boa qualidade e voltado para os trabalhadores, e reivindicam o direito deles participarem na elaboração conteúdos e na operacionalização das atividades de formação profissional.

1.0.- A CUT e a educação dos trabalhadores na década neoliberal

Para Harvey (1994) ,

se houve alguma transformação na economia política do capital no final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográfica, poderes e práticas do Estado”.

Se no período anterior, o debate sobre o papel da formação sindical foi considerando fundamental para a materialização do Projeto Sindical da CUT, nos últimos anos tal responsabilidade ampliou-se significativamente. No entanto, tal processo implicava, também, em mudança na mentalidade do empresariado no que tange ao processo de gestão da força de trabalho, à medida em que, neste novo momento, para conquistar padrões de qualidade e produtividade, seria preciso flexibilizar as relações contando, agora, com a cooperação dos trabalhadores.

Este processo de reorientação na organização industrial e as novas relações dela derivadas, representam, segundo Mattoso (1995)

“mais que a emergência embrionária de novas relações. Para eles já se verificaria sua crescente generalização e formação de um novo paradigma que em contraposição ao ultrapassado sistema de produção de massa, estaria vendo o nascimento de um novo trabalhador completo, precursor do fim da divisão do trabalho ou uma verdadeira revolução nos processos de trabalho”.

Conjugado a esses fatores, e conforme já discutimos nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, a implementação das políticas de conteúdo neoliberal, a partir das diretrizes produzidas a partir do que se convencionou denominar de Consenso de Washington, e aplicadas pelos organismos multilaterais internacionais – FMI, Banco Mundial, BID, OMC – implicaram numa abertura econômica ampla e sem restrições ao capital especulativo, nas criminosas políticas de privatizações do patrimônio estatal brasileiro, e na diminuição do tamanho e das funções do Estado na elaboração e desenvolvimento de políticas sociais públicas de interesse da maioria da população.

Essa nova agenda capitalista de matriz neoliberal impôs uma nova agenda ao movimento sindical brasileiro. Portanto, para um sindicalismo do tipo concebido e construído pelos sujeitos políticos que organizaram a CUT, essa agenda representava, e ainda representa, uma complexidade política, ideológica e organizativa muito maior, sob a ótica da totalidade do seu projeto de organização político-sindical dos trabalhadores, suas tarefas imediatas, seus desdobramentos estratégicos.

Tal complexidade coloca aos sindicatos e à CUT um conjunto de exigências políticas imediatas, propriamente sindicais, combinadas com políticas de cunho estratégico, de macro alcances sócio-econômicos e político-culturais, com relevância e urgência. As tarefas políticas dessa agenda envolve uma rede de temas, como a organização dos trabalhadores por locais de trabalho, um novo padrão de negociação e contratação coletiva, a constituição da verticalidade da CUT por ramos produtivos e a horizontalidade por temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, sociedade e desenvolvimento econômico, social e cultural, tais como a reforma agrária, as reformas tributária e fiscal, políticas sociais concretas e abrangentes no sentido de ampliar o acesso ao saneamento ambiental, saúde, educação, habitação, segurança pública e seguridade social.

Demandas que extrapolam a agenda sindical corporativa e economicista do sindicalismo que lutava apenas por emprego, salários e cumprimento da legislação trabalhista herdada do Estado Novo.

A questão é se essa agenda tinha por objetivo responder não só às demandas da própria base social dos sindicatos, mas principalmente a possibilidade de se colocar como importante interlocutora política e social dos amplos setores marginalizados e sobrantes da sociedade ? E se a política apontava para um processo de inclusão social no capitalismo ou no sentido de acumular forças e consciência organizada para uma luta mais estratégica com perspectiva de superação do capitalismo ?.

A estratégia de ação, que busca articular intervenções de amplitude sindical e institucional exige um processo de mobilização política e organizativa permanente, cotidianamente sistematizada, reavaliada e tornada prática, para intervenção concreta na realidade, que é contraditória, fragmentada, envolta em complexidades, ainda mais num contexto histórico em que o capital propagandeia agressivamente o a chegada da era do conhecimento, do fim das ideologias e da eternização da relação capital e a suposta abolição da luta de classes.

O papel da formação se insere nesse contexto, pois como afirma Frei Beto (1998)

“a dificuldade de total adequação do saber ao real, e de apreensão da verdade totalizante, pode nos levar a nos refugiar no saber como um lugar a partir do qual tenhamos a sensação de que apreendemos a totalidade harmônica do real. Como o mundo do real é muito fragmentado, a teoria aparentemente nos dá segurança. A consequência disso, é que não se muda o real, mas fica-se convencido de que se sabe explicá-lo e prevê-lo e até acreditando que isto é mais importante do que a própria mudança do real”.

Os desafios colocados para a formação da CUT são complexos, contraditórios e se não realizarmos mediações fica difícil construir um diálogo em torno dela. Não se pode reduzi-los a uma análise simplista, sectária e dogmática, com têm surgido nos últimos anos. Na realidade muitas controvérsias e tem demonstrado que precisamos avançar enormemente no processo de socialização das experiências que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da formação da Central.

Tumolo (2002) discute que a CUT perdeu sua identidade, fruto de uma política de capitulação à ordem capitalista, segundo este autor, a política nacional de formação da CUT estaria subordinada a uma intencionalidade estratégica da central de se adaptar aos novos paradigmas capitalistas e neoliberais. É verdade que a política nacional de formação teve uma profunda alteração de ordem político-metodológica nos anos de 1994 a 1996, adequando-se às

novas tarefas colocadas à Central para o enfrentamento da nova etapa de dominação capitalista em nosso país.

A formação havia se distanciado do cotidiano da ação sindical na base dos sindicatos e que esta autonomização poderia representar uma ameaça à identidade e à sustentação política da CUT. O princípio básico da construção do sindicalismo cutista é a organização por locais de trabalho, e se esta organização não existe ou enfrenta problemas para se implementar, evidentemente, a ação formativa não atinge os trabalhadores de base e não se avança da construção dos sindicatos por ramos de produção.

Se as entidades sindicais enfrentam problemas de sustentação financeira, provocada principalmente pelo crescimento do desemprego e do arrocho nos salários dos trabalhadores, restringem-se os limites da ação sindical e, por consequência, da ação formativa e perde-se a perspectiva política de se prepararem novos quadros dirigentes para a continuidade da consolidação política da Central, num país extremamente complexo, diverso sócio-culturalmente e extenso territorialmente.

A formação deve existir como instrumento de qualificação da ação política da CUT diante dessas complexas dimensões, e não o contrário. Segundo Veras 1994) *agora os sujeitos políticos – instâncias – é que devem defini-las – as prioridades – buscando a relação que estas guardam com as necessidades regionais e locais, sem perder a identidade nacional*. Deparamo-nos com sujeitos políticos – sindicatos, CUTs Estaduais ramos – passando por crises de representação, de papel e na sua constituição.

A questão é saber até que ponto a nova estratégia da política nacional de formação da CUT pode contribuir com análises, reflexões coletivas e formulações de alternativas que possam alimentar o sujeito CUT na elaboração de respostas a desafios tão complexos colocados pela nova configuração produtiva e ideológica do capital e seus desdobramentos na vida da classe trabalhadora?

A resistência ao novo padrão produtivo e tecnológico da dominação capitalista em curso, a busca de alternativas de desenvolvimento econômico e social e o papel da educação nesse processo e contexto, são questões que colocaram em evidência o debate acerca da relação entre trabalho e educação.

Para Rummert (1998)

“o capital, particularmente, explicita a necessidade de que sejam efetivadas alterações significativas na educação, abarcando as políticas educacionais, o funcionamento dos sistemas de ensino, bem como, as concepções que lhe dão suporte e, mesmo, os conteúdos curriculares. para as entidades representativas do trabalho, trata-se , predominantemente, de responder às pressões das transformações tecnológicas, vivenciadas pelos trabalhadores que, pressionados por mudanças ocorridas sem sua participação, viram-se premidos pela necessidade de preservar postos de trabalho e fazer frente às investidas do capital”.

A complexidade em que se transformou, hoje, a teia de dominação capitalista, evidencia a necessidade de caracterizarmos a relação trabalho e educação. Na concepção liberal, hegemônica no atual contexto, a educação é um instrumento de equalização dos desequilíbrios sociais, à medida em que as desigualdades são naturais e inerentes ao processo de desenvolvimento das sociedades. Na concepção da CUT, as desigualdades e as diferenças são resultantes da lógica capitalista de produção, a educação é um dos instrumentos que contribuem para a construção de sujeitos sociais e políticos críticos, portanto, um dos instrumentos de emancipação humana e transformação social.

A educação, conforme aparece nos textos e resoluções produzidas pelas instâncias da CUT, hoje, caracteriza-se como elemento fundamental para a disputa de hegemonia na sociedade. Essa caracterização significa lutar pela implantação de uma política de formação sindical e qualificação profissional e, ao mesmo tempo, combater politicamente em defesa da educação pública e universal, como direito social e inalienável da cidadania⁴⁷.

Na segunda metade da década de 1990, a partir do 5º CONCURTO, e da 7ª Plenária Nacional e, reafirmado na 9ª Plenária, o tema da qualificação profissional assume relevância na

⁴⁷ Importante reconhecer e valorizar o papel dos intelectuais e das universidades, principalmente da pós-graduação, que participam e contribuem com esforço analítico sobre as transformações em curso no país e no mundo, e a educação dos trabalhadores, seja pela assessoria direta, seja pela produção de pesquisas e estudos, seja pela formação de mestres e doutores, muitos destes militantes vindos diretamente do movimento sindical e trabalhadores de diversas categorias profissionais. Para não se concluir que tudo ocorreu por “geração espontânea” do senso comum. Somos um país pobre em reconhecimento da ciência, do conhecimento que não é gerado apenas pela prática. A universidade, e a pesquisa nela produzida, tem que cumprir uma finalidade social, de servir à maioria da população. A dicotomia entre os movimentos sociais e a academia ainda é bastante marcante, porém não se pode deixar de reconhecer que hoje existe um enorme esforço de aproximação e parcerias concretas, como as com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (que desenvolve com diversas universidades federais um curso de formação sobre a realidade brasileira), as assessorias aos programas da própria CUT, como é o caso da PUC/SP, Unicamp e UFF com os programas Integrar e Integração. O próprio surgimento da UNITRABALHO – Rede Interuniversitário de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – confirma a busca de superação da dicotomia. Nosso trabalho se insere nesse esforço.

agenda da CUT. Em que pese esse tema fazer parte das resoluções das instâncias da Central, nos últimos anos (após 1998) outros setores sociais e educacionais, para além da própria CUT, ampliaram o debate e o tornaram políticas concretas, a partir do desenvolvimento de projetos e programas de formação profissional, envolvendo os sindicatos, as federações e as escolas sindicais orgânicas, que fazem parte da Rede Nacional de Formação.

A partir desses projetos e experiências se tem ampliado as indagações, concordâncias e discordâncias quanto à inserção da CUT nesse universo. Questões que vão desde a indagação se é papel dos sindicatos desenvolverem projetos de qualificação profissional, que historicamente foi desempenhado pelo empresariado, via sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat) e pelo governo, via ensino técnico profissionalizante.

Outros questionam as fontes de financiamento, de origem pública, via Fundo de Amparo ao Trabalhador –FAT, o que levaria a CUT a se subordinar à ideologia neoliberal da “empregabilidade” e a se submeter à agenda governamental, principalmente no Governo Fernando Henrique Cardoso e aos interesses das políticas compensatórias desenvolvidas pelas instituições multilaterais do grande capital (Banco Mundial, FMI, BID, UNESCO), assumindo a lógica empresarial do treinamento e adestramento para o trabalho.

Críticas mais contundentes sobre essa opção política da CUT afirmam que, no fundo, significa um desvio ideológico, uma mudança de estratégia, que retira a CUT do combate direto na luta de classes contra o capital e seus agentes, e transfere sua ação política para a reforma do Estado, a adequação à ordem neoliberal e, finalmente, a conciliação de classes e a governabilidade do capitalismo que se transforma.

Haveria, segundo essas críticas, um perda de identidade da função da CUT, do motivo de existir de uma central sindical classista e combativa, e um abandono da defesa das políticas sociais públicas como tarefas do Estado, da defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, como pressupostos históricos do sindicalismo ligado à educação.

Evidentemente que há enormes riscos de fazer a qualificação profissional com elevação de escolaridade sob a ótica das políticas compensatórias, e de desenvolver programas que se sujeitem à lógica do capital e à ideologia da empregabilidade. Nesse caso, a opção política da CUT não guardaria nenhuma diferença com os programas desenvolvidos pelo empresariado, pelas agências governamentais, esubordinada ao Plano Nacional de Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego – PLANFOR/MTE⁴⁸.

⁴⁸ A política de formação profissional do governo FHC estabelece uma vinculação de *educação* - confundida com escolaridade- e *empregabilidade*. Na verdade é educação para a empregabilidade. Não há o interesse em valorizar o

4.4 – Quem trabalha e luta também educa

A década de 1990 traz consigo desafios gigantescos para os trabalhadores. No plano político mais geral, instala-se um doloroso e melancólico processo de desmonte do aparelho socialista real no Leste Europeu, com o esfacelamento do regime político e a fragmentação territorial e social da outrora poderosa União Soviética, a queda literal do muro de Berlim e as revoltas populares nos países identificados como socialistas, por vasta e respeitável literatura sociológica, econômica, historiográfica e política. E há o crescimento das idéias e políticas neoliberais, principalmente no Reino Unido e nos EUA.

No plano interno, a década que se inicia com a derrota política e eleitoral de uma candidatura operária e de corte à esquerda e anticapitalista, como a de Lula, e vitória do projeto da direita, representada por Collor, e a implementação de um agressivo projeto de internacionalização econômica do Brasil, em adequação à lógica capitalista. A reestruturação do Estado e da economia tem nos trabalhadores seus principais alvos. Portanto, experimentamos um grande *débaclé* ideológico e político, no imaginário e nas lutas sindicais concretas dos trabalhadores, um misto de confusão, impotência e resistência se abate no conjunto da classe e de suas direções.

A CUT, como já analisamos no capítulo anterior, se vê numa encruzilhada. A reestruturação capitalista se aprofunda nos primeiros anos da década, com Collor e com Itamar Franco, o desemprego assume um caráter estrutural e as políticas neoliberais precisam derrotar organizativa e politicamente o movimento sindical para sua implementação.

trabalho como direito fundamental da pessoa, mas sim o interesse de responsabilizar o trabalhador, ou o futuro trabalhador, de que a culpa de estar sem emprego é motivada pelo fato de ele não possuir escolaridade suficiente. Escolaridade suficiente, no entendimento dos bancos, das empresas e do governo, é aquela que garante, ao trabalhador, manter-se na linha da pobreza. Há diversos estudos sobre economia da educação, elaborados por consultores daqueles bancos, garantindo que o maior retorno, para o mercado, se dá quando se investe no aumento do número de anos de escolaridade, no ensino fundamental. É por esta razão que, hoje, o governo tem priorizado a educação fundamental. Na realidade, quem está por trás da política educacional brasileira são as instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional- FMI, o Banco Mundial-BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. O primeiro, devido à influência que exerce sobre o controle financeiro do País. Só se pode gastar com políticas sociais aquilo que sobra do compromisso assumido nos ajustes fiscais. Os outros dois bancos ajudam a como gastar o pouco dinheiro que sobra dos ajustes fiscais, de forma mais eficiente, do ponto de vista apenas quantitativo. Assim, a eficiência, no gasto com educação, se traduz no retorno gerado pelo capital investido. (Ver “Uma escola do tamanho do Brasil,” formulado por educadores de diversas áreas para o projeto de governo de Lula no campo da educação, Internet, Maio de 2002.).

Entre o caminho da crítica e da construção de novas propostas há uma longa *travessia* que implica tarefas bem mais complexas que as anteriormente executadas.

Como diz Frigotto (1999)

“a travessia se dá no plano da práxis, sobre uma realidade concreta, muitas vezes adversa,. Os riscos são muitos. De um lado a urgência de ação face a desafios de uma realidade embrutecedora pode nos condenar ao imediatismo e a o pragmatismo, de outro, a falta de uma teorização que parta da materialidade das relações sociais pode conduzir ao dever ser, a posições idealistas e imobilizadoras. A superação destes riscos só pode dar-se mediante a ação refletida, ou seja, mediante a práxis”.

Frigotto acrescenta que no campo da formação profissional, como de resto nas outras políticas públicas, é tarefa dos trabalhadores e de suas organizações dilatar a esfera pública dessas políticas, principalmente no controle e gestão dos fundos público. O embate pelo controle democrático dos fundos públicos é um terreno sobre o qual a luta política deva ser enfrentada.

Na formação profissional, acrescenta o autor, os empresários vêm o fundo público como a “*galinha de ovos de ouro*” para o financiamento da reestruturação produtiva capitalista, colocando aos trabalhadores a necessidade “*inevitável*” dessas mudanças, como resultado “*natural*” do processo histórico, e a sua auto responsabilidade pela sua a reinserção ao mundo do trabalho⁴⁹ ou para a manutenção de sua “*empregabilidade*”, via requalificação ou reconversão profissional.

Isso tem consequências claras no plano das lutas da classe trabalhadora. A CUT, que nasceu como parte de um novo sindicalismo, cujo objetivo estratégico, cravado em seu manifesto de fundação, é a emancipação humana dos trabalhadores, e comprometida com as mudanças estruturais da sociedade brasileira, se vê diante de um dilema complexo entre resistir e marcar posição ou resistir e propor alternativas, mesmo sob o fio da navalha neoliberal.

Essa estratégia emancipatória, inscrita nos seus estatutos e na sua carta de princípios, é por compreender a natureza e as características do modo de produção capitalista e das relações sociais e políticas inseridas e gestadas por ele, como degradante e desumanizante e, por isso, a perspectiva política da classe trabalhadora é a conquista de um outro projeto societário e um outro processo de produção material da vida.

No plano da educação, essa perspectiva se dá na universalização da escola unitária, que envolve o ensino básico e médio, a formação profissional, a democratização lo lazer e da

⁴⁹ Para o capital, as profundas mudanças nos paradigmas produtivos e nas relações e nos processos de trabalho, aliada a uma baixa escolarização e qualificação profissional dos trabalhadores, que não conseguem acompanhar o desenvolvimento, as inovações tecnológicas aplicadas à produção e à gestão, são os principais responsáveis pelo desemprego, particularmente no setor industrial.

cultura e o exercício da cidadania ativa, com pleno direito dos trabalhadores e de sua prole, e um dever do Estado. A década de 1990 tem a marca do confisco dos direitos dos trabalhadores, da degradação das condições de vida, do aumento do desemprego, principalmente na indústria, e da exclusão social, e de políticas governamentais de Educação Profissional. Ela também se diferencia das anteriores pela substantiva metamorfose nas práticas e nas concepções do movimento sindical brasileiro, particularmente os do campo da CUT, quanto ao tema da formação profissional.

Com efeito no contexto da hegemonia neoliberal e nas formas de resistências e buscas de alternativa, a questão da educação e da formação profissional, vinculada ao direito dos trabalhadores à educação, tomou lugar de destaque na agenda política da Central e dos mais importantes sindicatos cutistas (Tumolo, 1999:18),

Com destaque, a mobilização pela inserção dos direitos sociais (e educacionais) na Constituinte de 1988, a participação organizada dos trabalhadores da educação no Fórum pela LDB Democrática, a criação da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – e do ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, são alguns exemplos dessa agenda: Garantir direitos, disputar concepções, reivindicar do Estado e, mais que isso, intervir na formulação das políticas e das concepções de acordo com os interesses dos trabalhadores.

Historicamente, a educação e a qualificação profissional dos trabalhadores sempre esteve na agenda do empresariado. Ao formular políticas nessa área, nós trabalhadores devemos disputar a hegemonia, tanto na formação da consciência dos trabalhadores, quanto na afirmação de uma alternativa política autônoma e emancipatória, que vislumbre a formação integral e identitária dos homens e mulheres e a perspectiva de transformação da sociedade num projeto de mundo diametralmente oposto ao capitalismo.

Segundo Rodrigues (1997). *“o empresariado, através da Confederação Nacional da Indústria e seus organismos – SENAI, SESI e IEL, desde 1938, sempre esteve presente no campo da luta hegemônica, e se empenhou em projetos pedagógicos”*

Rummert, afirma que

“O debate sobre a questão da formação profissional expressa, hoje, o histórico enfrentamento de duas concepções de educação: aquela fundada nos princípios liberais – com nova significação na doutrina neoliberal – que toma o mercado como único demandante e, mesmo, como próprio educador, propondo a formação do trabalhador polivalente; e a

concepção que, fundamentada no pensamento marxista, postula a formação politécnica, omnilateral, voltada para a formação integral do homem e para a construção da cidadania plena” (p..27 e 28:1999)

Para Tumolo (1999:99) a virada da orientação política da CUT, no início da década de 90 – precisamente em 1992 -, teve como ponto de partida *“a constituição de diversas comissões (grupos de trabalho) pela Secretaria de Políticas Sociais da Central, entre os quais a Comissão de Educação, composta, em seu núcleo, por representantes das entidades nacional de trabalhadores em educação filiados à CUT”*. Conforme o Boletim Nacional da CUT (1993), *“a Comissão de Educação elegeu, como prioridade, em suas atividades, aprofundar discussões e reflexões sobre o eixo temático ‘Educação e Trabalho’, com ênfase na questão da formação profissional em nível médio”*(apud: TUMOLO,1999:99)

Ainda em 1993, dois importantes documentos são produzidos no interior da CUT sobre o tema em questão no primeiro, *“Diretrizes para uma política de formação profissional da CUT”*⁵⁰, chama atenção a posição deste documento, segundo o qual *“não é papel do sindicato substituir o Estado na oferta de formação profissional na oferta de formação profissional, que é de sua responsabilidade última”*. Trata-se de uma crítica direta à criação de escolas de formação profissional de sindicatos ligados à CUT. No segundo *“Contribuição para uma Política de Formação Profissional da CUT”*, seus autores afirmam que:

“A CUT tem de desenvolver com os trabalhadores, sindicatos, entidades filiadas e movimentos sociais organizados, políticas que respondam às necessidades colocadas pelas dramáticas condições de vida das classes trabalhadoras. Neste sentido, a CUT deve defender a organização de diferentes modalidades de ensino profissional em centros públicos ou privados de formação profissional, em entidades comunitárias e sindicais, articuladas ao sistema regular de ensino” (Lopes & Moraes, 1993).

Até 1995, a política de formação da CUT não apontava como tarefas de seus sindicatos a realização de cursos e atividades de formação profissional, mas sim a intervenção política junto às agências do Estado e do empresariado no sentido de desenvolvê-las. As próprias resoluções do V CONCUR (1994), afirmam que a formação para o trabalho *“deve estar submetida ao controle direto do Estado e que os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da*

⁵⁰ A comissão era constituída por Ignez Navarro, Flávio Aguiar e Maria Felix – , do GT Educação da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior e ficou vinculada à Secretaria de Política Sociais. Secretaria de Políticas Sociais da CUT. Boletim CUT, 1993, SP.

avaliação das políticas e dos programas de formação profissional.” A resolução aponta, ainda, que a CUT deve reivindicar e participar dos organismos tripartite (com empresários e governo) na gestão dos fundos públicos e na agências que desenvolvem programas de formação profissional em todos os níveis (incluindo o “Sistema S”).

A análise desta questão, que guarda grandes polêmicas no interior da CUT , deve necessariamente enfrentar a *contradição* e da *mediação*, como processo e uma visão dialética. As contradições entre as concepções estratégicas que fundaram e que são o sentido de ser da CUT: a independência e autonomia de classe dos trabalhadores, a emancipação política e a conformação de um projeto de Estado e de sociedade não capitalistas.

Os processos de formação desenvolvidos pela CUT, tem em vista estes princípios fundantes de sua política, e contribui para formular propostas e desenvolver concepções e metodologias de políticas públicas de educação e desenvolvimento social que visem criar alternativas à hegemonia neoliberal e seus desumanizantes efeitos ético-políticos e sócio-econômicos sobre os trabalhadores.

O V CONCURTO, realizado em agosto de 1994, aprova pela primeira vez um documento oficial da CUT como sua posição política diante da formação profissional, com parte de uma totalidade educacional. Nele se lê:

- A formação profissional é, na concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador.
- A formação profissiona é um patrimônio social e deve ser colocado sob responsabilidade do trabalhador e estar integrada no sistema regular de ensino, na luta mais geral pela escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro, desde os tempos da colonização.
- A formação Profissional deve estar submetida ao controle direto do Estado e os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição , da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e programas de formação profissional.

É na sua 7^a Plenária Nacional (1995) que a CUT assume uma política mais incisiva de formular propostas de organização de projetos e cursos de formação e requalificação profissional em convênios com o Sistema Nacional de Emprego, utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Na página 5 das resoluções da 7^a Plenária se pode ler explicitamente.

“Contra-pondo-se à concepção restrita de formar para responder às necessidades da produção sob a ótica do lucro, a formação profissional que interessa ao trabalhador é aquela que amplia a satisfação das necessidades múltiplas do ser humano. Na perspectiva da classe trabalhadora, o ensino profissional tem por objetivo contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação social”

Essa tomada de posição se explica, segundo as resoluções, devido ao avanço agressivo do processo de reestruturação produtiva e de modernização tecnológica, principalmente no setor industrial, e a existência de aproximadamente 8 milhões de trabalhadores desempregados, além de milhões de marginalizados no setor informal da economia. A resolução é clara em afirmar que *“a requalificação deve fazer parte de uma política de emprego e de possibilitar aos trabalhadores o retorno ao mercado de trabalho de forma digna”* CUT(1995).

As discussões políticas que produziram as resoluções da 7^a Plenária foram marcadas por fortes polêmicas entre os sindicalistas presentes – principalmente sobre o papel dos sindicatos na formação profissional e na escolarização de trabalhadores, a realização de parcerias com centros de formação do empresariado e do governo e a utilização de fundos públicos, no caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ⁵¹

⁵¹ Há um polêmico, mal encaminhado e ainda não resolvido debate no movimento sindical cutista sobre a utilização recursos do FAT pelos sindicatos nos anos pós 1995. Muitos sindicatos, inclusive da CUT, viram na qualificação profissional uma possibilidade de oferecer novos serviços aos seus sindicalizados, num período de desemprego e de conseqüente perda de influência política e mesmo de sindicalizados, e pela crescente exigência de qualificação profissional pelo mercado de trabalho. Outros sindicatos utilizaram dessa fonte de recursos para amenizar suas dificuldades de caixa na manutenção das folhas de pagamentos de seus funcionários. Há os que montaram verdadeiras estruturas de escolas, que se inviabilizaram com a suspensão dos repasses e dos contratos com o Ministério do trabalho e Emprego. A política de formação da CUT (incluindo estrutura material, pagamento de recursos humanos e técnicos, eventos, atividades formativas, publicações, etc) ao longo dos anos de 1998 a 2002, se sustentou praticamente com recursos do FAT (quase 70%, segundo balanço da própria Secretaria Nacional de Formação – SNF, apresentado na segunda conferência da PNF/CUT, agosto de 2002, Belo Horizonte, MG.) , via convênio direto com o Conselho Deliberativo do fundo – CODEFAT. O financiamento das atividades de formação política e sindical e qualificação profissional alavancou centenas de sindicatos cutistas em todo Brasil, e garantiu uma sobrevida política e financeira aos que atravessavam, a ainda atravessam, dificuldades estruturais causadas pela perda de filiadas, conseqüência das privatizações, precarizações, flexibilizações, terceirizações e desemprego da década de 1990. Com a

A partir delas foram se consolidando as propostas de formação profissional financiada, vinculadas à Secretaria Nacional de Formação em parceria com agências governamentais⁵². Algumas polêmicas ainda permanecem não resolvidas no debate acerca de quais devam ser as estratégias de do movimento sindical cutista para resistir e enfrentar a nova fase da hegemonia capitalista no Brasil, principalmente no campo educacional e das alternativas ao desemprego estrutural.

No campo educacional, dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Revista da CNTE, out-dez/2000) indicam a existência de mais de 19 milhões de pessoas sem escolaridade, 20 milhões de semi-analfabetos e cerca de 40 milhões de adultos sem o ensino primário completo. A política de formação profissional produzida nos gabinetes do Ministério do Trabalho e Emprego ao longo dos anos 90, sob as diretrizes e gerenciamento do Banco Mundial, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, carrega as marcas e signos do “*treinamento para a empregabilidade*” e do “*aligeiramento educacional*”.

Preocupados em produzir números estatísticos meramente quantitativos, e em atingir “*metas*” genéricas de qualificação a custo baixo e de curtíssima duração que só ampliam o quadro de precarização, terceirização e flexibilização da força de trabalho dos brasileiros. O governo realiza um verdadeiro malabarismo estatístico com as mágicas técnicas de adestramento, que em nada alteram o grave quadro de subemprego e desemprego em nosso país.

A CUT entende que esse modelo econômico, proposto pelos ideólogos do neoliberalismo, suas agências internacionais de aplicação política, e seus gerentes no governo brasileiro, privilegia uma pequena parcela da sociedade, aumentam as desigualdades sociais e a concentração das riquezas e da renda, e inviabiliza um projeto de desenvolvimento social justo e sustentável, agride nossa autonomia e soberania enquanto nação e alarga o enorme abismo social em nosso país

suspensão dos contratos e dos repasses, ao longo do ano de 2002, a CUT e os sindicatos passaram a buscar outras fontes de financiamento e parcerias com outras instituições estatais e privadas, nacionais e internacionais

⁵² Sobre o tema do financiamento, tripartismo e parcerias com agências governamentais e empresariais, citamos alguns trabalhos importantes para consulta: A dissertação de Mestrado, no campo Trabalho e Educação, Faculdade de Educação da UFF, apresentada em dezembro de 2001, por Cláudia Affonso, que realizou um profundo estudo de pesquisa e análise da participação da CUT e do sindicalismo cutista nos organismos tripartites de gestão de políticas de qualificação profissional, emprego e renda, no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR - do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Outra fonte é o estudo de Jaqueline Ventura, que também realizou excelente trabalho sobre o PLANFOR, em dissertação também defendida na UFF, em 2001. Também se pode recorrer aos estudos e análises de Fernando Fidalgo e Celso João Ferreti. O primeiro é especialista em formação profissional financiada e comparada, no Brasil e na Europa, e o segundo é um estudioso da institucionalidade da educação profissional no Brasil

O movimento sindical tem responsabilidade em buscar alternativas, e a CUT entendeu que seria uma de suas tarefas para o atual período histórico desenvolver políticas e metodologias de formação profissional e de elevação de escolaridade, com a utilização de fundos públicos, alicerçados no pressuposto de que a elaboração e aplicação de um projeto político autônomo de educação deve conceber o trabalhador como ser social, omnilateral e a centralidade do trabalho como sentido ontológico e emancipatório.

Nas revista *Forma e Conteúdo* de agosto de 1998, a Secretaria Nacional de Formação da CUT, assim se manifesta:

“Os programas de educação básica e formação profissional desenvolvidos pela CUT , respondem a um crescente desafio posto ao movimento sindical na década de 1990, “marcada pela crise do emprego formal, do crescimento do desemprego estrutural, informalidade e precariedade do trabalho, supressão de direitos sociais, agressão à livre organização dos trabalhadores, descrença nas lutas coletivas e o crescimento das ideologias que pregam o individualismo, a competição, a produtividade”,

A intervenção nas políticas de aumento de escolaridade e de formação profissional dos trabalhadores também é uma das buscas de caminhos para encontrar respostas ao esvaziamento e perda de representatividade política dos sindicatos na década de 1990 e propor alternativas que visem resgatar os trabalhadores que se afastaram da esfera sindical ou incorporar novas parcelas da classe a esta.

Ao assumir o papel de desenvolver programas de educação, por mais contraditório que possa parecer, a CUT não está substituindo as funções do Estado em executar políticas sociais públicas de educação, formação profissional, desenvolvimento social e geração de trabalho, emprego e renda.

Estes programas, como veremos no próximo capítulo, específico sobre o *Programa Integrar* da CNM/CUT, podem contribuir para o desenvolvimento de metodologias e para a elaboração de conteúdos que tenham por objetivos interagir na construção de políticas públicas de educação de jovens e adultos trabalhadores, sempre com a cautela de não correr o risco de assumir para si tarefas que são do Estado, liberando o governo dessa responsabilidade, e também, por consequência, enfraquecer a luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Esse risco existe e concretamente vem sendo a política de milhares de Organizações Não Governamentais que executam políticas compensatórias de educação, trabalho e cidadania, em parcerias com o Estado e agências internacionais, tipo Banco Mundial. Por esse caminho educativo-assistencial, vem sendo legitimada uma política de apropriação privada do fundo público e de implementação de políticas sociais focalizadas. Ambos os processos , privatização e focalização, vem sendo objeto de críticas (entre outros, ver Montaño, 2002)

4.5. Os Trabalhadores, a ideologia da qualificação e os novos Paradigmas Produtivos

Pesquisas realizadas pelo Dieese (2000), na base de duas das maior importantes regiões industriais do Brasil (São Bernardo do Campo/SP e Betim/MG) onde o processo produtivo, principalmente no setor automotivo (montadoras de automóveis, fábricas de autopeças, de equipamentos e de componentes mecânicos e eletrônicos para a indústria automobilística), já superou o paradigma fordista e o onde a toyotização se instalou na virada da década de 1980 para 1990, aponta para a prevalência do seguinte padrão de incorporação de tecnologias:

- processo de inovação tecnológica combinado à crescente integração aos mercados externos;
- iniciativas de reestruturação pautadas especialmente nas mudanças organizacionais (organização celular, sistema Just-in-Time, programas de Qualidade Total, trabalho polivalente, esquemas participativos, redução de hierarquias e de intermediação funcional, etc.) que não requisitem elevados investimentos;
- introdução seletiva de automação micro-eletrônica nos processos industriais, ainda reduzido, se comparado aos países centrais;
- crescente transferências de atividades a fornecedores ou empresas subcontratadas (terceirização) e destas a outras (quarterização);
- uso altamente flexível dos coletivos de trabalhadores por empresa, viabilizado pelas facilidades de admissão e demissão, adoção de férias coletiva ou licenças remuneradas em períodos de baixa demanda e excesso de estoques, banco de horas, recurso a horas-extras em épocas de aquecimento de vendas;
- padrão de relações de trabalho conservador (nas empresas de pequeno e médio porte verifica-se uma forte inibição ou restrição do acesso, representação e ação do

sindicato no chão da fábrica, e ausência da participação dos trabalhadores nos processos de discussão das relações de trabalho);

- ausência de contrato coletivo de trabalho;
- qualificação profissional polarizada pela contraditória existência de trabalhadores altamente qualificados e permanentemente requalificados do ponto de vista cultural e comunicacional, principalmente nas áreas técnicas, gerências e supervisões, e de outros trabalhadores com baixa qualificação, notadamente nos áreas operacionais e de suporte e logística, principalmente entre os terceirizados e/ou quarterizados.)

- rígido e permanente controle gerencial sobre o conteúdo (qualidade do produto), ritmo de produção e intensidade do trabalho, com conseqüente perda da autonomia e poder de iniciativa dos trabalhadores diretos na produção

- aumento do desgaste físico e mental, das doenças do trabalho e do assédio moral (cobranças, chantagens e ameaças de transferências, suspensões ou demissões) das chefias sobre os subordinados, principalmente nos setores automatizados ou sob forte racionalização produtiva.

Em função deste padrão de incorporação de novas técnicas organizacionais, há um aumento do desemprego e uma perda do *ethos* (identidade, referência) profissional de uma parcela significativa de trabalhadores atingidos pela desqualificação de suas antigas funções. Assiste-se, também, uma quebra das identidades coletiva tecidas pelos sindicatos e uma redução do poder de negociação (e barganha) dos produtores diretos. Ocorre, por fim, paralelamente à diminuição do número de efetivos, uma intensificação do ritmo de trabalho dos que permanecem contratados.

As empresas passaram a substituir novas horas contratadas por melhores desempenho por horas trabalhadas. Essa adequação da jornada de trabalho aos novos fluxos da produção visa não só intensificar o uso da força de trabalho, a otimizar a utilização dos equipamentos para aumentar a produtividade, como também a desregulamentar o uso do tempo em trabalho pago, a diversificar as formas de contratação de força de trabalho e, principalmente, aquilo que Castro aponta como *“política deliberada e intencional de reduzir as possibilidades de mobilidade da força de trabalho no setor industrial, o mais dinâmico da economia”* (Castro, 1998).

A busca por ganhos de produtividade cada vez mais intensivos e o acirramento da competitividade – agora não apenas centrada na concorrência entre empresas, mas, predominantemente, na disputa entre blocos geopolíticos (NAFTA - América do Norte), OCDE -

Europa) , Alca (proposta americana de livre comércio nas Américas), Mercosul (Países do Cone Sul latino-americano) , AFTA (bloco comercial asiático), no interior de uma economia globalizada – aparecem nos discursos empresariais e das agências governamentais como finalidade últimas do atual processo de reestruturação industrial.

Produtividade, lucratividade e competitividade são palavras que soam como doutrinas, mais que isso, com o dogmas da “nova religião” do capital. Pretende-se homogeneizar as diferentes expectativas presentes no processo produtivo, dos trabalhadores do chão da fábrica aos gerentes e, principalmente, aos empresários, quanto aos demais grupos de interesses e setores sociais fora dos limites das empresas, portanto, homogeneizar e hegemonizar a sociedade, o Estado e a política.

As novas tecnologias de base micro-eletrônica e as novas formas de organização do processo produtivo adquirem, por esse discurso e nesse contexto, legitimidades em si mesmas, uma vez que são apresentadas como as únicas alternativas possíveis e viáveis para se atingir os fins desejados.

Estamos, portanto, na efeméride do novo, a nova linguagem técnica da nova racionalização produtiva do velho capitalismo, agora mundializado (*Toyotismo/Kan-ban/Just in time, automação, robotização, terceirização, Qualidade Total, CAD/CAM, CAD/AutoCad, flexibilização produtiva, etc*), é muito mais que apenas novos códigos técnicos e organizacionais. Trata-se de uma persuasiva proposta ideológica e cultural, um vigoroso projeto de readequação do capitalismo a uma nova base material e a um novo contexto político, de tentativa de consolidar sua hegemonia em escala planetária.

4.5.1. – A Ideologia da Qualificação

“O eterno recomeça da miséria, o trabalho pesado, o destino de rebanho que dá a lã e é degolado, todas essas desgraças desapareciam, como que varrida por um raio de sol, e, num desabafar feérico, a justiça descia do céu. Já que Deus estava morto, a justiça asseguraria a felicidade humana, fazendo reinar a igualdade e a fraternidade, Uma sociedade nova surgiria em um dia, como nos sonhos: uma cidade imensa, esplêndida como uma miragem, onde cada cidadão viveria do seu trabalho e teria o seu quinhão nas alegrias comuns” (Émile Zola, Germinal, 1881, p.177)

O termo *qualificação* pode estar mais a serviço da reprodução da lógica capital do que do trabalhador. A função ideológica da qualificação/requalificação é servir para justificar, não

só a exclusão, como o lugar que cada um ocupa na sociedade. *“Nesse contexto, é possível perceber qual o trabalho específico do discurso ideológico: realiza a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças aparecem como simples diversidades das condições de vida de cada um”* (Chauí, 1982, p.21).

Segundo a autora, é por não dizer tudo, e apenas mostrar um recorte da realidade, que discurso ideológico é coerente e poderoso. O aperfeiçoamento do trabalhador pode ser importante e necessário, pode ser condição primeira para qualquer trabalhador almejar disputar um posto de trabalho, mas não é por si só suficiente para acabar com desemprego e a exclusão social. *“Se fosse aperfeiçoada a educação de todos os trabalhadores na força de trabalho, mesmo assim alguns continuariam marginais, mas sua “marginalidade”, então apareceria associada com outras simples características isoladas”*. (Braverman, 1987, p.318).

O trabalhador com a responsabilidade de qualificar-se e, ao mesmo tempo sem referência do que seja qualificação, quando demitido, ou ainda diante da ameaça de demissão sente-se culpado por não ter estudado mais, isto independente do quanto tenha estudado até então, e sofre. *“São levados a se considerar indignos da sociedade e, sobretudo responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante (já que degrada) e até censurável. Eles se acusam daquilo de que são vítimas”* (Forrester, 1997, p.11).

A crítica que se faz à proposta de qualificação e requalificação tem em vista o uso ideológico destes termos que acabam servindo para justificar os problemas sociais. Segundo POCHMANN (1997), atualmente o trabalhador para encontrar um emprego de qualidade e boa remuneração, necessita além da educação, de outros elementos que não são dados por ela.

A ênfase que é dada à educação tem como propósito encobrir fatores da política macroeconômica:

“uma análise mais profunda sobre os determinantes da distribuição de renda no Brasil levariam, obviamente, a uma avaliação da política do Real,... como o governo não tem condição de comprovar imediatamente que tendo educação haverá emprego e melhor renda, joga para o futuro o problema, em vez de avaliar de fato quais são os fatores determinantes”. (Pochmann, 1997, p.37).

A verdadeira democratização do conhecimento permitirá que cada um possa analisar de forma mais crítica e ampla de seus determinantes histórico sociais, chegando assim a um maior grau de consciência de si mesmo.

Podemos dizer que cada um, a partir daí, terá então, maior possibilidade de transformar-se, pois, então, *“uma classe não pode existir numa sociedade sem manifestar em*

alguma grau uma consciência de si mesma como um grupo com problemas, interesses e expectativas comuns” (Braverman, 1987, p.36).

Com a expansão capitalista, a busca por mais produtividade e mais lucratividade se acentuou, tendo como produto o avanço tecnológico e a concentração de capitais. Essas mudanças tiveram grande impacto sobre o mundo do trabalho, pois resultou na diminuição de postos de trabalho. O desemprego cresce em todas as faixas de escolaridade. Entretanto, o discurso ideológico prega que o desemprego é causado pela falta de qualificação (formal ou técnica) do trabalhador .

Sob esse controle ideológico, o trabalhador responsabiliza-se por não ter estudado o suficiente e, diante da situação de desemprego sofre suas vezes: Uma pelas privações materiais e, outra, por colocar-se responsável por seu próprio. Segundo Antunes (1997) e Mattoso (1995), estas mudanças são tão significativas que se pode falar em metamorfose do mundo do trabalho, devido a reestruturação das formas de produção. Para esses autores, reestruturação é, principalmente do sistema americano de produção fordista/taylorista para o modelo japonês toyotista. Ambos tiveram berços nas indústrias automobilísticas.

O sistema de produção fordista foi criado para atender as necessidades de um mercado em demanda crescente; a produção era em série e pouco variada, como forma de reduzir custos, tal sistema só pôde realizar-se em grande escala através da esteira rolante criada por Henry Ford que, com seu invento, elevou ao máximo o aproveitamento da técnica de decomposição do processo de produção, criado pelo engenheiro americano Taylor, na qual cada trabalhador fazia apenas uma pequena parte do todo: *“Com isto podiam ser eliminados do processo de trabalho industrial os últimos restos de competência artesanal” (Kurz, 1993, p.236)*

Segundo o mesmo autor, esse modelo marcado, pela uniformidade, também teve seu reflexo no modo de viver das pessoas e predominou até o início dos anos 80, quando começou a declinar, sendo então substituído por outra forma de produção, o chamado modelo japonês ou toyotismo. O modelo japonês, segundo Antunes (1997) vem trazendo maior impacto não só pela revolução tecnológica que operou na indústria japonesa, mas também pela sua potencialidade de propagação, que hoje atinge uma escala mundial, demonstrando assim possuir traços universais da economia capitalista.

O advento do Toyotismo, para Coriat (1994) passa por quatro fases:

1^a – Implantação no setor automobilístico das inovações técnico-organizacionais herdadas da experiência têxtil. *“...consistindo em confiar ao mesmo operário a condução e a gestão simultâneas de várias máquinas” (CORIAT 1944, p.37).*

Isso acarretou uma modificação na espacialidade das fábricas e do modo de exploração da força de trabalho, pois um mesmo trabalhador passou a ser responsável por várias máquinas ao mesmo tempo, surgindo assim a chamada polivalência do trabalhador.

2ª – Nos anos de 1949 e 1950, a Toyota passava por uma crise. “*A empresa se acha acuada, de fato, tendo que encontrar meios de aumentar vigorosamente sua oferta de produtos sem poder recorrer à admissão de novos empregados.*” (Coriat, 1994, p.38).

A empresa havia acabado de demitir mais de 1600 empregados depois de uma greve que durou dois meses. “*...A única via aberta era a da racionalização do trabalho apoiada no maior rendimento possível do trabalho vivo, centrado não na repetição de tarefas mas na sua ‘ampliação’ em fórmulas como aquelas já experimentadas no setor têxtil*” (Coriat, 1994, p.55).

3ª – A importação da técnica de gestão de estoques dos supermercados norte americanos para a indústria automobilística – sistema que ficou conhecido nesta adaptação como Kan-Ban – caracterizando-se por trabalhar com estoque mínimo e produzir no menos tempo possível – *just in time* -, o Kan Ban é um dos pilares de todo este sistema “*O ideal seria produzir exatamente aquilo que é necessário e fazê-lo no tempo exatamente necessário*” (Coriat, 1994, p.38).

4ª – Extensão do método Kan-Ban aos subcontratantes: “De 1962 ao pós 1973, o esforço é dirigido aos subcontratantes e aos fornecedores ao mesmo tempo em que, no interior da empresa, o sistema conhece vários desenvolvimentos” (Coriat, 1994, 9.39).

Comparando com o método fordista, a diferença mais significativa é que no sistema toyotista há uma inversão das regras de produção.

No fordismo, a produção direciona o consumo e no toyotismo é feito o contrário, o ponto de partida é das encomendas para a fábrica, isto é, só se produz o que já foi vendido; esse processo, segundo Ohno – criador do modelo japonês - , tem como objetivo a diminuição de pessoal “*o conceito de economia é indispensável da busca de redução de efetivos e da redução de custos*” (Coriat, 1994, p. 33).

Com a expansão capitalista, através do sistema de produção toyotista, a busca constante de mais produtividade e lucratividade se acentuou, favorecendo assim o avanço tecnológico e a concentração de capital: “*Esta profunda transformação do capitalismo mundial redefiniu os parâmetros produtivos, tecnológicos, de concentração de capitais, de globalização e instabilidade financeira.*” (Mattoso, 1995, p.142).

No Brasil estas transformações ocorreram mais tardiamente, em relação aos países centrais do e desenvolvimento capitalista no Brasil passou, nesta década, de um estilo de industrialização protegida para o de uma economia aberta e competitiva. A inserção da economia brasileira no processo de globalização gerou significativas alterações sobre os fluxos de comércio e capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas e, conseqüentemente, sobre as relações de trabalho, pois, a produção passou a visar o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

Segundo Antunes (1997) e Mattoso (1995) todas estas mudanças no mundo do trabalho caracterizaram-se basicamente pela: diminuição dos ciclos de produção, mudança na divisão do trabalho dentro das empresas, consolidação das tecnologias da computação e da informática, polivalência e treinamento dos trabalhadores como requisitos essenciais aos novos processos produtivos.

Todos esses fatores tiveram um grande impacto sobre o mundo do trabalho, pois o aumento de produtividade tão desejado pelas empresas aliado à diminuição do tempo de trabalho por unidade produzida, trouxe como consequência a diminuição dos postos de trabalho e, muitos trabalhadores, aliados do mercado de trabalho formal, são levados a aceitar empregos de baixa qualidade, ou a buscar sua subsistência como autônomos ou assalariados sem carteira.

Como resultado dessa modernização e da busca de mais produtividade ao menor custo, as empresas passaram a fazer, ao mesmo tempo, cortes de pessoal e elevação da jornada de trabalho, agravando assim as condições do mercado de trabalho no Brasil.

Alem do crescimento do desemprego, está ocorrendo uma ampliação da economia informal, mostrando que as melhorias técnicas diminuem os empregos em vez de cria-los. *“Nos anos da década de 1990, enquanto a produtividade ampliou-se consideravelmente, o emprego industrial caiu mais intensamente”* (Mattoso, 1996, p. 47)

Difícilmente pode-se encontrar um único setor industrial em que o número de empregados não tenha tendência a contrair-se. Segundo Antunes (1997), nos dias atuais é impossível ignorar o extraordinário efeito destas metamorfoses sobre o mundo do trabalho. A contínua redução e o crescimento menor dos serviços têm ampliado o desemprego e a insegurança no trabalho, pois, com a redução dos postos de trabalho, a qualidade desses empregos afasta-se dos padrões desejáveis, aumentando assim o trabalho precário, com a conseqüente ampliação das desigualdades sociais, da pobreza .

4.5.2. - Insegurança e sofrimento do trabalhador

Todas essas mudanças no mundo do trabalho tiveram como o objetivo aumentar a produtividade; assim, pela primeira vez na história houve aumento na produção sem que houvesse um correspondente aumento dos empregos.

Como salienta Forrester (1997:16) *“Para além da exploração dos homens, havia algo ainda pior: a ausência de qualquer exploração”*. No sistema atual de produção, o trabalhador é, na grande maioria das vezes, simplesmente executor de qualquer serviço que poderia fazer. Não importa se o trabalho é intelectual ou braçal, com a implantação da informática e da robótica, a maioria dos trabalhos são pré-determinados, restando pouco espaço para o exercício da inteligência e da criatividade.

A tarefa do trabalhador é simplesmente operar máquinas que ditam o ritmo, ou suprir os computadores com os dados que estes exigem. O discurso oficial prega que a alocação ou recolocação dos trabalhadores só será viável com uma correspondente qualificação ou requalificação dos mesmos e, cada vez mais, a responsabilidade pelo aperfeiçoamento é atribuída ao próprio trabalhador.

O trabalhador, pretendendo atender às exigências do mercado, busca qualificar-se; porém, muitas vezes, desprovido de qualquer sendo crítico e sem qualquer orientação, pode acabar sendo vítima do comércio travestido de escolas de especialização (cursos de informática, inglês “fácil” e até mesmo pós graduação em universidades de qualidade duvidosa).

Essa busca por especialização é incentivada pela idéia de que o novo trabalhador dever ser polivalente e mais qualificado.

No entanto, quase sempre, esta pretendida polivalência não passa de uma ampliação das tarefas. A ampliação pode estar se referindo à agregação de tarefas do mesmo tipo (operação de várias máquinas ao mesmo tempo) ou de baixa especialização (conservação e inspeção elementar), o que equivaleria, então, a um sistema de multitarefas.

Ocorrem ainda, segundo DIEESE (1996), casos em que empresas demitem os operadores das máquinas e os substituem por mecânicos de manutenção que assim, no caso de quebra do equipamento, prontamente o reparam.

O que acontece, então, é a realocação de trabalhadores, com a desculpa de que é necessário outro perfil ocupacional, trazendo desempregado e dificuldade de encontrar trabalho para aqueles demitidos com qualificação considerada insuficiente, inadequada ou ultrapassada com o contingente de trabalhadores na reserva cada vez maior, os empregadores podem *“dar-se*

ao *luxo*” de exigir trabalhadores com qualificação muito acima do que seria necessário para um bom desempenho da função, porque a maioria das tarefas são de fácil execução.

A reorganização estrutural tecnológica das empresas em busca de produtividade e competitividade implica altos níveis de desemprego, o que gera insegurança para aqueles que estão empregados. Cada um tenta, a todo custo, manter-se no emprego, procurando assim, saídas individuais e não mais coletivas, processo que acaba acarretando uma desorganização das entidades coletivas dos trabalhadores.

Segundo Antunes (1997) é comum, hoje, um clima de adversidade e hostilidade contra o sindicalismo. O sindicato antes empenhado na melhora das condições de trabalho, com o aumento do desemprego, passa a atuar preferencialmente visando a manutenção e a ampliação dos empregos, enfraquecendo o seu poder de ação, e sofrendo um crescente processo de esvaziamento e queda de sindicalização dos trabalhadores, o que, aliás, é bastante encorajado pelas empresas.

“Tudo isto dificulta ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma consciência de classe dos trabalhadores, fundada em um pertencimento de classe...Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada” (Antunes, 1997. P.64-65.).

Para Braverman

“A noção de que as condições mutáveis do trabalho industrial e de escritório exigem uma população trabalhadora cada vez ‘mais instruída’, ‘mais educada’, e assim ‘superior’, é uma afirmação quase universalmente aceita na fala popular e acadêmica” (Braverman, 1987, 9. 359).

Braverman considera vagos e imprecisos os termos instrução, qualificação e treinamento, embora atualmente sejam utilizados como se houvesse consenso na compreensão do que significam.

O termo *qualificação* sugere referir-se ao domínio de uma técnica apreendida após anos de treinamento. Braverman cita o exemplo do cocheiro que além de ter habilidade com os animais precisava entender de carroça, do manejo de ambos, etc. Entretanto, ainda que o tempo necessário para tornar-se um bom cocheiro seja muito maior do que o necessário para tornar-se motorista, este último é considerado mais qualificado.

O tempo necessário para aprender a operar uma máquina sofisticada pode ser umas poucas semanas e o operário será considerado mais qualificado que o motorista, isto porque a valorização da qualificação está sempre atrelada às necessidades momentâneas do mercado e não

à apropriação de algum ofício, e, mais ainda, não traz qualquer garantia de emprego para o trabalhador que consegue acompanhar tais evoluções: *“fiz um curso para mexer em robô, eu estava bom mesmo, mais ai fizeram um sorteio e caiu* (pesquisa CUT/PUC, 1997, p.19).

Esta definição cambiante do que é estar qualificado faz com que o trabalhador fique sem referência sobre o que é preciso fazer para garantir seu lugar.

“O que deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, ‘a velocidade como qualificação’, ...hoje o trabalhador é considerado como possuindo uma ‘qualificação’ se ele ou ela desempenham funções que exigem uns poucos dias e semanas de preparo” (Braverman, 1987, p.375).

Segundo o Dieese (1996), é grande o número de empresas que estão deixando os estados mais industrializados, como São Paulo, e montando novas instalações em regiões menos desenvolvidas, principalmente no Nordeste, não em busca de trabalhadores mais qualificados, mas sim, entre outros fatores, em busca de mão-de-obra barata que, com pouco tempo de *“treinamento”*, habitua-se a operar máquinas sofisticadas.

Dados de uma pesquisa realizada em 1999 pela PUC/SP, com trabalhadores metalúrgicos que participam do *Programa Integrar* de São Paulo. Revela que quando o trabalhador descreve as causas dos seus problemas e suas angústias relacionadas ao desemprego, na maioria das vezes atribui a si mesmo a responsabilidade pela situação, considera-se com estudo insuficiente (formal ou técnico), despreparado para as mudanças tecnológicas, velho (quando acima dos 40 anos) ou mesmo tímido.

Outros ainda lamentam terem sido excluídos da escola em função do trabalho, e agora estão excluídos do mercado de trabalho por não terem estudado: *“por causa da fábrica eu não tinha horário para estudar, daí fui mandado embora porque não tinha o primeiro grau.”*

As descrições vêm, em geral, acompanhadas de sentimento de culpa e arrependimento, assim o desemprego é vivido de forma dramática pelo trabalhador. *“Eu me arrependo de não ter estudado. Me sinto culpado e arrependido de ter parado de estudar.”*

Essa crítica que eles mesmos se fazem têm uma base de percepção equivocada dos fenômenos que cercam o desemprego. A relação com as inovações tecnológicas, é ainda mais absurda quando, ao procurarem empregos, culpam-se por não estarem preparados para as mudanças tecnológicas, sem perceberem que essas mudanças tecnológicas estão entre as causas do desemprego. *“Hoje em dia um torneiro mecânico está precisando ter o segundo grau para*

poder operar os tornos novos. Quando aprende, vem um computador, um programa, e substitui o que ele aprendeu, e continua defasado”

Isso fica claro em frases do tipo: “*a gente se sente pior, porque é no meio de várias pessoas você é dispensado, você se sente diferente, se sente menor do que aquelas pessoas e mesmo em casa você vê os vizinhos, todo mundo trabalhando, comprando e tal e você dentro de casa desempregado.*”

Essa autodestruição na situação de desemprego pode ser considerada como auto conhecimento com lacunas, pois o trabalhador sabe descrever o fenômeno, mas não consegue entender as mediações que constituem a essência do problema que ele enfrenta. Retira o problema do contexto econômico produtivo e das relações sociais e o transfere para o campo individual, para a esfera pessoal.

Frequentemente ele se auto atribui o termo como *vergonha*. Forrester (1997) a vê como um drama das identidades precárias ou anuladas, um mais degradantes sentimentos humanos, porque cada um então se crê (é encorajado a crer-se) dono falido de seu próprio destino, quando não passou de um número colocado pelo acaso numa estatística. O desemprego em si é nefasto, mas o sofrimento que o gera é pior. Para explicar um sentimento de constrangimento que resulta da idéia ou do receio de desonra; *exclusão* para designar o sentimento de estar excluído da sociedade, do consumo, da cidadania; e *desamparo* com estado de prostração e indignação passiva diante da realidade que o desestrutura,.

São categorias psicológicas, comportamentais, desenraizadas da história e da materialidade sócio-política, sem conseguir conectar o que sente como produto da lógica destrutiva da atual fase do capitalismo e dos novos paradigmas produtivos e ideológicos criados pelo capital.

“Tudo isso – que não tem nada de inocente – os leva a essa vergonha, a esse sentimento de ser indigno, que conduz a todas as submissões. A abjeção desencoraja qualquer outra reação de sua parte que não seja uma resignação mortificada. Pois não há nada que enfraqueça nem que paralise mais que a vergonha.

Ela altera na raiz, deixa sem meios, permite toda espécie de influência, transforma em vítima aqueles que sofrem, daí o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer a lei sem encontrar oposição, e transgredi-la sem temor de qualquer protesto” (Forrester, 1997, p.12).

A exclusão é outro sentimento bastante descrito pelo trabalhador desempregado e revela sentimento em relação ao seu cotidiano; ele não mais se sente parte da sociedade, é como se o fato de não ter emprego tirasse o direito ao convívio social, isto é, a exclusão é descrita como

vinda do outro. “O sistema age desta forma, se você está trabalhando, você é bom, se não os amigos passam por você e se escondem, não te chamam para lugar nenhum, atravessam até a rua”.

Mais de 80% dos trabalhadores consideram que a falta de qualificação é a causa do desemprego (Fonte: Unitrabalho, 1999). Entretanto, segundo a mesma fonte, quando perguntado se mesmo estudando é difícil conseguir emprego, 73% dos desempregados e 66% dos empregados, afirmam que sim. Podemos afirmar que o trabalhador não possui uma compreensão dos fatores envolvidos neste paradigma.

4.6. - A Identidade da Formação da CUT

“Nos contratos de trabalho, devia estar escrito: quem trabalha tem direito a um salário digno, a seis manhãs de sol, a cinco noites de lua, sendo uma lua cheia, três luas crescentes e uma lua minguante com uma valsa tocando em surdina. Os trabalhadores do mundo deviam reivindicar o céu, a lua, as estrelas e também o mar.” (Roberto Drummond, Jornal do Sindpd/BA, agosto 2002).

Como afirma Manfredi (2002), *“as práticas e experiências e experiências sistematização de educação ou formação sindical sempre fizeram parte da história do movimento operário sindical brasileiro, adquirindo característica e matizes diferentes por injunção das condições gerais do próprio movimento operário sindical”*.

Essa constatação tem uma importância relevante no debate atual sobre o futuro da formação sindical na CUT. Pensamos que não é possível avançar nesta reflexão, se não considerarmos os diferentes contextos e fases que caracterizam a construção da Política Nacional de Formação da CUT. Sem ter a pretensão de elencar todos os elementos que motivam as diferentes análises sobre a questão em foco, vamos ressaltar alguns mais visíveis no acúmulo presente a partir de questões que ganham cada vez mais evidência e intensidade nos debates da formação cutista.

Estaria de fato a formação da CUT perdendo sua identidade, enquanto instrumento de capacitação/conscientização dos quadros dirigentes da Central? Afinal, o que caracteriza a identidade política e cultural da formação da CUT? Qual o lugar da formação no processo de construção e consolidação do Projeto Político Sindical da Central, se considerarmos os desafios impostos ao sindicalismo neste final de século? Estas são algumas das muitas indagações que

poderiam ser elencadas e que conformam um quadro de inquietude nos sujeitos envolvidos no cotidiano da formação.

Como já discutimos no capítulo 3 , o ato de fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, representou o ápice da rebeldia de um ator que já não mais suportava o silêncio diante das opressões que lhe eram impostas.

Neste período, afirma Mattoso (1995) *“completava-se a estrutura industrial do paradigma tecnológico e produtivo da Segunda Revolução Industrial e conjuntamente com a crise econômica e social do regime militar entrava na cena política e social nacional uma classe trabalhadora bastante ampliada , diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação capitalista e que não se contentando com os temas exclusivamente sindicais, reivindicava um outro modelo de desenvolvimento”*.

Estes novos sujeitos, novos lugares políticos e novas prática sociais caracterizaria o que Mattoso identifica como *“um novo período na história social de nosso país”*. *Este movimento se alastra nacionalmente, tem claro suas principais tarefas naquele momento. Derrotar a ditadura militar e implantar uma nova ordem política, econômica e social no país”* tendo como imperativo a construção de uma nova prática sindical, a qual concretizasse a ruptura com a velha estrutura sindical, - celetista e corporativista – e a conquista de um novo padrão de relações de trabalho.

Tal padrão caracterizava-se, conforme Leite, *“pelo uso extensivo da mão de obra não qualificada, por altas taxas de rotatividade, pela adoção de complexas estruturas de cargos e salários, voltadas para estabelecer a divisão do coletivo operário e o controle sobre os trabalhadores”*. É neste contexto que surge a CUT, com as tarefas imediatas de ampliar as lutas pela redemocratização e pelo Estado de direito, mudanças nos padrões de relações de trabalho, sendo ponto de convergência de concepções políticas de diversas matrizes ideológicas, mas que tinham como meta comum *“a superação dos padrões de relações características do regime de acumulação capitalista, sendo uma de suas tarefas históricas a conquista de uma sociedade socialista”*.

4.6.1. – A construção dos referenciais político-pedagógicos da formação cutista

Comprometida com as tarefas anteriormente explicitadas, e combatendo o modelo sindical herdado do Estado novo Vargasista e da ditadura militar, a CUT buscava romper com os

padrões de ação sindical hegemônico no período, que se caracterizava pela ausência de participação da base, práticas de cúpula, a subestimação do cotidiano, entre outras. A questão da Educação se colocou desde os primeiros momentos como uma das prioridades da Central

Aqui se colocava de imediato a necessidade de construir um projeto político-pedagógico que, não apenas respondesse às demandas imediatas de conhecimento e tomada de consciência de uma militância aguerrida, mas que contribuisse para a superação dos principais entraves para a implementação do Projeto Sindical da CUT. No campo da formação isso implica em definir a identidade da formação: *Qual a concepção de formação, a quem se dirigiria e com qual intencionalidade.*

Nessa perspectiva, desenvolveu-se um conjunto de reflexões e formulações, discutidas ao longo deste trabalho, cuja principal conclusão foi a formação que se colocaria como um instrumento de materialização do projeto sindical cutista, e sua prática formativa estivesse voltada para o objetivo de procurar atender às necessidades políticas e organizativas da Central.

A partir das contribuições das experiências desenvolvidas no campo da educação popular, a concepção político pedagógica da Central tem no tripé *formação – organização – ação* seus elementos indissociáveis para o processo de compreensão e apreensão crítica da realidade, visando favorecer o crescimento da vontade política individual e coletiva dos sujeitos e contribuir para a unidade da classe, contemplando a diversidade e a totalidade do projeto sindical da CUT e do projeto político dos trabalhadores. Desde então, colocava-se como desafio para a CUT estabelecer de forma elucidativa a relação entre prática educativa e prática política.

Tal relação, na concepção formulada, negando o dogmatismo e ou doutrinário, tão presente nas elaborações teóricas de muitas organizações políticas de esquerda, não pressupunha uma subordinação de um aspecto sobre o outro, porque neste caso, a formação não se constituiria como espaço de reflexão sobre e na ação, envolvendo a pluralidade de pensamentos, as diferentes realidades sindicais existentes na CUT e as diversidades econômicas e culturais regionais que compõe o território e a nação brasileira, as quais potencializam e fomentam a ação criadora.

Porém, havia um reconhecimento de que o processo formativo, neste horizonte, tornar-se-ia mais complexo já que impunha-se a necessidade de um permanente diálogo em entre tais dimensões, à medida em que se colocava como imperativo uma postura crítica, problematizadora de uma frente à outra, em que um deve potencializar a outra.

Não se potencializa e nem se estimula a capacidade criadora dos sujeitos com imposições, submissão ou subordinação. Não por acaso, a CUT desde sua origem, defende a

liberdade e a autonomia sindical como questões estratégicas para o projeto de sociedade e de Estado que aspiramos construir no Brasil.

A construção da identidade política da formação cutista, como possibilidade de constituição do sujeito da práxis deveria ter como prerrogativas político-pedagógicas elementos constituintes do próprio do próprio projeto da Central, incorporando, também, elementos da ação educativa dos movimentos populares. Essas ações se desenvolvem com metodologias e conteúdos plurais, democráticos, multidisciplinares, permanentes e continuadas.

A concepção, o projeto e as práticas formativas da CUT, buscam consolidar um espaço próprio de responsabilidade no sentido de que ela é indelegável e norteadora dos distintos processos educativos no seu interior, mas que apontam para a materialização de um projeto político de sociedade, de Estado e de poder dos trabalhadores.

Com esses pressupostos a CUT busca desenvolver a sua ação educativa , avançando no processo de construção de uma Política Nacional de Formação – a PNF –, orientada pelas diretrizes e resoluções aprovadas em suas instâncias deliberativas (Congressos, Plenárias, Encontro Nacional de Formação – Enafor) .

As Política Nacional de Formação da CUT – (PNF/CUT), coerente com a concepção desenvolvida, busca contribuir no processo de implantação e consolidação da Central , articulando e sistematizando o debate político, possibilitando a reflexão sobre os projetos de sociedade e a estratégia socialista, a concepção e estrutura sindical, o planejamento e a gestão das estruturas sindicais, a negociação coletiva e do ponto de vista de uma demanda própria da formação.

Os debates e as reflexões sobre a metodologia no trabalho da formação sindical é um processo intenso e contraditório, num espectro tão diverso e plural, como a própria composição heterogênea da Central . Com a ascensão do movimento sindical CUTista, na segunda metade da década de 1980 e da década de 1990, as demandas da formação cresceram em quantidade e qualidade. No entanto, a CUT e seus programas enfrentaram, e ainda enfrentam, novas situações desafiadoras.

Capítulo 5.

A Travessia Contraditória: Programa Integrar - CNM/CUT

5.1 – Gênese e historicidade de uma ilusão fecunda

Neste capítulo, analisamos a ação da *Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM/CUT* - na formulação e execução de programas de educação e formação profissional dos trabalhadores metalúrgicos, entre os anos de 1995 e 2001. Procuraremos conhecer a gênese e o desenvolvimento do *Programa Integrar*, no período de 1996 a 2001, em especial o programa que é desenvolvido na região metropolitana do Rio de Janeiro, buscando evidenciar os limites e as possibilidades do seu projeto político pedagógico.

O objeto de nossa análise é depositário de uma *fecundidade contraditória*, como diria Frigotto, é portador de uma *ilusão fecunda* pois, por um lado resgata e valoriza a dignidade do trabalhador, realimenta e potencializa sua esperança e mobiliza-o para o exercício da cidadania e da autonomia social e política para intervir enquanto sujeito na esfera pública da sociedade.

Por outro, enfrenta os limites e os riscos de se sujeitar à *lógica da empregabilidade*⁵³ e às *políticas compensatórias*⁵⁴ produzidas pelos organismos multilaterais de

⁵³ Vários autores, tais Neise De Luis, Cláudio Salm, Pablo Gentili, Helena Hirata, Fernando Fidalgo, Sônia Rmmert, Gaudêncio Frigotto, Márcio Pochmann, Celso Ferreti, Ricardo Antunes, analisam o conceito de “*empregabilidade*”, - uma categoria criada nestes anos neoliberais, de crescente aumento do desemprego e de políticas compensatórias por parte dos governos neoliberais na década de 1990 (No Brasil, a direção desse projeto foi Fernando Henrique Cardoso, particularmente do Ministério do Trabalho, via PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional orientados pelas políticas de ajuste fiscal e alívio à pobreza do Banco Mundial, BID, FMI . Aqui utilizamos as palavras de Mattoso, para quem “*empregabilidade*” é uma ideologia do capital, e passou a ser a expressão da responsabilização do indivíduo por seu emprego ou desemprego. Trata-se, segundo o autor, de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir como sua a tarefa de se qualificar e criar a oportunidades de emprego, através de um banco de habilidades e competências, adquiridas por meio de formação profissional, requalificação e reconversão ao mercado de trabalho e de elevação do seu nível de escolaridade.. Uma política do “*salve-se quem puder*”. Para essa ideologia, o desemprego é um problema do trabalhador. Como as empresas e o governo têm destruído o mercado de trabalho, mais parece o jogo da “dança das cadeiras”. A cada parada da música, somem as cadeiras do jogo.

⁵⁴ Nos anos da década de 1990 os mecanismos de intervenção econômica e social utilizados pelos organismos multilaterais do capital, leia-se Banco Mundial, BID, FMI, foram as políticas de alívio à pobreza, focalizadas nos setores excluídos e marginalizados da sociedade de consumo. Tais políticas têm claros objetivos de evitar uma ruptura do já esgarçado tecido social, e também para compensar as amargas medidas monetárias de ajuste fiscal e as

capital e aplicadas pelos governos e, assim, se adequar à ideologia neoliberal e ao novo projeto de mundo do capitalismo. O *Programa Integrar*, tem a dimensão da responsabilidade e das armadilhas colocadas em seu caminho. Entre a impotência de nada fazer e o risco que de combater na arena do adversário, resolveu fazer história

“ao mesmo tempo em que denuncia os limites, desmontando ideologicamente as armadilhas do capital e de sua hegemonia, procurando assim desvelar o projeto de homem e de mundo inerentes ao modo de produção capitalista, procura construir mediações, intervindo politicamente em terreno dominado pela ofensiva neoliberal, afirmando uma proposta política e pedagógica que vê o trabalhador como sujeito histórico concreto” (Integrar, 2001)

Numa perspectiva ontológica, o trabalho é a categoria fundante do projeto educativo do *Integrar*. O trabalho (e o trabalhador) como produtor de valores , riquezas e, no modo de produção capital, de mercadorias.

” O aluno/trabalhador é concebido como um ser social, que traz experiências de vida e conhecimentos acumulados. Um sujeito fazedor de história, que intervém na realidade e que se constrói nas relações sociais e trocas culturais. Um ser integral, cujas dimensões cognitivas, emocionais, culturais, éticas, estéticas, espirituais, econômicas, sociais e políticas interagem no processo de construção do conhecimento, tendo como ponto de referencia o trabalho.”(Integrar, 1999)

A concepção pedagógica não separa a formação para o trabalho da formação integral do sujeito, ao contrário

“A educação deve contribuir para a formação de um cidadão criativo, crítico, autônomo e com capacidade para ação social. O homem é concebido como um ser que se autoconstrói nas relações estabelecidas consigo mesmo, com a natureza e com seus semelhantes, nas condições concreto do momento histórico vivido”

Suas concepções e metodologias apontam no sentido da ampliação dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores, da valorização de suas capacidades cognitivas e políticas e da construção de um novo projeto societário, fundado na solidariedade, na justiça social, no pleno exercício da cidadania e todas as suas dimensões, tendo assim um sentido anticapitalista.

receitas neoliberais, aplicados nos países da periferia capitalista, principalmente na América Latina, África e sudeste da Ásia . Claudio Salm afirma que *são políticas para os pobres, são políticas pobres*”. Essas formas indigentes de compensação social só aumentam o fosso entre ricos e pobres. Na verdade a enorme dívida social do capital contra o trabalho não será resgatada com bolsas de auxílio e migalhas sociais, mas sim com mudança radical na distribuição de renda e propriedade e com uma ruptura em sentido amplo e profundo com a ordem capitalista de produção e dominação

Como é um programa em permanente construção, portanto em movimento, as suas especificidades só podem ser entendidas se as tomarmos como parte de uma totalidade determinada. É o método que temos adotado neste trabalho. Sabemos, não é fácil delimitar um objeto que encontra-se *dialéticamente em movimento*. O método, nestas circunstâncias, deve nos possibilitar *captação do movimento do real ou o real em movimento*.

Neste caso, o pesquisador busca captar o objeto em sua *totalidade*, num complexo geral estruturado e historicamente determinado. Consideramos que as relações históricas e econômicas são matrizes da vida social. O sujeito político concreto, está enredado em *contradições, limites, impasses e conflitos*, como é a própria realidade.

“...nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as ‘totalidades parciais’ - estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam (...) e não podem ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade.” (Bottomore/DPM, 1988:381).

Historicizar o objeto nos permite articular pensamento e ação, teoria e prática, essência e aparência, e compreender dialéticamente a história como processo e como método.

Marx, segundo Ciavatta Franco, é

“quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história, ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse conhecimento, ao ainda, a história como processo vivido, a história como objeto e como método de conhecimento”. (Franco, 1990:169)

A educação é um processo essencialmente mediador entre os seres humanos em sua concreticidade, Franco (2001:1350) alerta que

“O desafio ao pesquisador está em captar os elementos concretos, as objetivações reais que explicam essa totalidade não como uma noção genérica, mas comum um método de natureza histórico-social. No caso da relação trabalho educação, o objetivo está em situar os elementos concretos que constituem essa mediação e que podem permitir sua explicitação e uma melhor compreensão do sentido que se dá a mediação.”

O *Programa Integrar - Formação e Requalificação para o Trabalho* -, criado e desenvolvido pela *CNM/CUT* – primeiramente no Estado de São Paulo em 1996, e no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1998, destinou-se inicialmente, à elevação de escolaridade em ensino fundamental e requalificação profissional dos trabalhadores metalúrgicos desempregados.

Como demanda colocada pela categoria metalúrgica, ele se expandiu ao longo dos anos de 1997 a 2001, atuando hoje em 16 estados brasileiros, abrangendo atualmente o ensino fundamental e médio com certificação⁵⁵, e a requalificação para os trabalhadores empregados e desempregados e os dirigentes sindicais do ramo metalúrgico, distribuídos em quatro programas de formação: Programa Integrar Desempregados (PID) , Programa Integrar empregados (PIE), Programa Integrar de Formação de Dirigentes (PIFD) , Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (LDSS).

O *Programa* emerge no contexto de implementação das políticas neoliberais no Brasil, iniciadas com Fernando Collor de Mello (1990), mantidas no breve período Itamar Franco (1993-1994) e aprofundadas com o Plano Real e a eleição e posse de Fernando Henrique Cardoso (1995). Um contexto de desindustrialização e, portanto desemprego crescente entre os trabalhadores metalúrgicos.

5.2. - O Espectro do desemprego fragmenta os trabalhadores

Durante muito tempo, nos perguntamos no movimento sindical quais eram as alternativas possíveis para a questão do desemprego. Este sempre foi um dos dilemas mais intrigantes já vivido pelos dirigentes sindicais. Ele afeta as estruturas dos sindicatos, dos dirigentes, da sociedade e principalmente dos trabalhadores. A convivência com este fenômeno social é inquietante, instigante , desafiadora mesmo, e quase sempre provoca efeitos pouco diagnosticados pelo pelos próprios envolvidos com a situação.

O depoimento de Marco Aurélio Spall Maia secretário geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, reproduzida em sua integralidade é revelador desse dilema

⁵⁵ Em 2000, o *Programa Integrar* inaugurou as duas primeiras salas de ensino superior, uma em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul.

“Numa determinada oportunidade, estava eu no saguão do sindicato, do qual faço parte, quando um grupo de trabalhadores irrompeu pela porta da entidade com uma aflição muito grande. Era possível perceber nos gestos e nos olhares o quão arrasadora era a situação destes companheiros. Todos eles chegavam, naquele momento, da porta de uma grande empresa da categoria, e a maioria estava já há muito tempo desempregada.

Eram profissionais antigos, com experiência comprovada e muito conhecidos por nós, já que faziam parte há anos de nossa categoria. A aflição estava relacionada ao fato de que durante o final de semana haviam, através de jornal, identificado que a referida empresa recrutando trabalhadores para diversas áreas da sua produção, o que, naquele momento de crise, era um grande fato e oportunidade.

*Qual foi a surpresa destes, quando, no processo de seleção, todos aqueles que, mesmo tendo uma vasta experiência nas funções pretendidas, foram imediatamente excluídos por não possuírem a certificação de primeiro grau e serem considerados desqualificados nas funções que exerceram por quase uma vida. Imediatamente correram para o sindicato e a sua principal pergunta foi”.*⁵⁶

O que o sindicato poderia fazer numa situação destas?

“Infelizmente ficamos impotentes, fizemos diversas reuniões, procuramos explicações junto à empresa, analisamos todas as possibilidades no momento e, ao final, chegamos à conclusão de que mais esta face perversa do desemprego moderno não tinha uma solução possível, ou naquele momento não existia uma proposta concreta para enfrentar a situação. Por conta do desemprego, era impossível articular uma mobilização para repudiar essa situação. Confesso que era esta a primeira iniciativa que pensamos em tomar.

Ocupar a fábrica para impedir à força a entrada dos novos funcionários portadores de diploma, quem sabe impedir, por fim, as recentes contratações. Na verdade a todas elas conseguíamos agregar um conjunto de efeitos tão negativos e de problemas para viabilizá-las que acabamos mais uma vez vendo uma dezena de trabalhadores retornando às suas casas sem emprego, e, desta vez com um ingrediente ainda mais avassalador, a experiência acumulada durante uma vida de trabalho já não significava mais nada, o empenho e a dedicação a uma profissão por anos a fio não tinha mais valor”.

⁵⁶ Spall Maia, Marco Aurélio (organizador). Trabalho, Educação e Cidadania: Reflexões sobre o Programa Integrar-RS. Trabalhador metalúrgico, dirigente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e um dos coordenadores técnicos do Programa Integrar no Rio Grande do Sul. Este trabalhador-dirigente se encaixa no conceito de intelectual orgânico da classe trabalhadora. Um dirigente que alia a intervenção cotidiana no espaço da fábrica, na ação político-sindical ampla, e na elaboração teórico acerca dos dilemas enfrentados pelos trabalhadores no cabo de guerra contra a exploração capitalista.

O que fazer, de concreto e imediato? Além de resistir e de não perder de vistas a estratégia de confronto permanente com o capital e seu sistema de degradação dos trabalhadores?

O dirigente sindical conclui:

“Tenho certeza de que o sentimento de vazio dos companheiros só não era maior que o sentimento de impotência dos dirigentes de nosso sindicato que mais uma vez se perceberam incapazes frente a uma situação gerada pelo capital e pelo seu problema mais contundente, o desemprego. (Maia, 1999: 19)

O desemprego arrasa famílias, desconstitui os alicerces elementares do direito à cidadania, rompe os tecidos sociais, humilha, desagrega a vida coletiva, enfraquece os laços de solidariedade na sociedade e nas suas organizações, é um elemento perverso da relação capital X trabalho e estruturante no modo de produção capitalista

O desemprego tornou-se o principal drama social do final do século XX. Durante a década de 1980, tivemos uma grande crise de emprego. A cultura sindical brasileira e principalmente a nossa categoria estava alicerçada numa visão economicista.

Segundo Pochmann (2000:15)

“Como a inflação era extremamente alta, durante as negociações salariais se falava em elevados índices de reajuste, o que era um motivador para as lutas das categorias. Era muito mais fácil mobilizar um trabalhador a luta por 200% de aumento do que por apenas 3% como na década de 90. Mesmo que este aumento grande significasse uma ilusão. Baseado nisso, os impactos do desemprego naquela época sobre o movimento sindical foram em certa medida menores, já que os trabalhadores que permaneciam nas empresas continuavam a luta pelas suas perdas salariais.

Em 1983 o movimento sindical realizou a primeira Greve Geral no país pós golpe militar de 1964, com grande adesão popular. Naquela oportunidade o Estado era o regulador das negociações. Na década de 1980, os sindicatos eram instrumentos de negociação e mobilização política dos trabalhadores. Os momentos de negociação sempre traziam elementos novos como fatores de mobilização da classe. Se a negociação não resolvia o problema, boa parte dos sindicatos iniciavam uma campanha para pressionar as empresas seja na luta direta, com greve, seja na justiça, tentando buscar as diferenças salariais, o que fortalecia os sindicatos, tanto do ponto de vista político, quanto do financeiro.

Um categoria satisfeita com ação do seu sindicato contribui mais para sua manutenção. Posso afirmar que, mesmo com todas as crises que

enfrentamos, a década de 1980 foi muito importante para a consolidação de um sindicalismo combativo no Brasil. (Pochmann, 2000:17).

Na década de 1990, o cenário mudou. De 1989 aos dias atuais, o sindicalismo se vê, no mundo inteiro, diante de importantes mudanças nos padrões de relações de trabalho e sociabilidade. Os impactos mais evidentes dizem respeito a uma drástica e generalizada redução dos postos de trabalho, notadamente no setor industrial, e a um amplo processo de precarização do trabalho, que tem dado lugar a uma nova configuração no perfil da classe trabalhadora, crescentemente fragmentada em tipos como trabalhadores em tempo parcial, temporários, de emprego casual e trabalhadores por conta própria.

Frente a tal processo, a capacidade de representação se vê cada vez mais comprometida. A tendência de queda nos níveis médios de sindicalização na maioria dos países, nas últimas décadas, o indica. Além de ameaçar destruir as bases histórica do sindicalismo, a reestruturação capitalista em curso na década de 1990 problematiza o caráter coletivo de suas estratégias. Os fenômenos mais visíveis dessa ofensiva são o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores, constituindo terreno propício à ascensão do individualismo e queda da ética coletiva, temas que já tratamos no capítulo 2 deste trabalho.

As novas estratégias do capital, mesmo estimulando formas de trabalho em equipe, o fazem sob o pressuposto de um maior compromisso dos trabalhadores em relação ao objetivos das empresas. A reestruturação das empresas com a incorporação de novos métodos de gerenciamento, as privatizações, as inovações tecnológicas, recessão econômica com altas taxas de juros, a abertura comercial para as importações de forma indiscriminada, trouxeram um período de muitas dificuldades para o movimento sindical, particularmente os vinculados à CUT.

As negociações que antes se davam com base na pauta de reivindicações apresentada pelos sindicatos de trabalhadores passaram a ser discutidas a partir de uma pauta apresentada pelos patrões e que, na maioria das vezes, significava redução de benefícios e comprometimento de direitos adquiridos.

Além disso, o próprio governo, que no discurso se retirou das negociações, afirmando e defendendo a livre negociação, passou a determinar mudanças na legislação trabalhista, introduzindo novas formas de contratação, de demissão e ameaçando alterar a estrutura sindical brasileira., possibilitando a constituição de sindicato por empresas, com o objetivo de pulverizar ainda mais o movimento sindical e enfraquecer a luta dos trabalhadores.

Boito JR., ao analisar o problema diz que

“A grande verdade é que as empresas, juntamente com o governo e dirigentes sindicais aliados a eles, estabeleceram um discurso de que o Brasil deveria se inserir na modernidade e, para tanto, era preciso mudar a “atrasada” legislação brasileira, estabelecendo uma relação capital e trabalho mais flexível, que possibilitasse uma maior competitividade da indústria brasileira com a internacional” (Boito JR, 2000 : 25)

Uma frase célebre de Fernando Collor de Mello comparou o automóvel produzido pela indústria brasileira a uma “carroça”. Isto por si só justificaria a abertura comercial e o início, ainda nos primeiros anos da década, de um movimento intenso de ataque aos trabalhadores e às sua organizações.

5.3 - Os metalúrgicos e a ação sindical sobre a educação e trabalho

Foi neste cenário de crise e fragmentação da ação dos sindicatos, e na busca de novos horizontes para intervenção social e política dos trabalhadores, que aconteceram *III (1995) e o IV CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DA CUT (1998)*. Nestes dois congressos foram definidas as linhas estratégicas da CNM/CUT hoje ainda em execução.

Eles diagnosticaram o contexto e determinaram as ações que precisariam ser implementadas para responder aos desafios colocados à classe trabalhadora, particularmente do setor metal-mecânico. Resoluções como *Ação Política sobre a Formação Profissional; Construção Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da CUT; Negociação Coletiva da Participação dos Trabalhadores nos Lucros e na Gestão das Empresas, Relações Internacionais; Plano de Lutas contra as Políticas Neoliberais; Políticas de Desenvolvimento Industrial com Geração de Empregos*.

Esta pauta redimensionou a agenda política e as tarefas a serem desenvolvidas pelos sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos nacionalmente. A proposta aprovada, nesse congresso, era de defender que até o ano 2000 todos os trabalhadores das indústrias metal-mecânicas devem ter a certificação de ensino fundamental. (Resoluções do III Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, 1995, p.40):

“Que a Direção Executiva, eleita neste Congresso, organize e coordene uma campanha nacional, para que até o ano 2000 todos os trabalhadores metalúrgicos tenham condições e oportunidade de concluir a 8º série do primeiro grau, exigindo do poder público programa específicos e negociando com empregadores investimentos e estruturas como parcela de contribuição. Precisamos mostrar que esta proposta – que, para os

empresários, pode ser considerada unicamente como um fator de custo – é, para nós, um fator de cidadania.”.

As resoluções também apontam a luta em defesa do direito universal à educação como dever do Estado:

“As negociações com os empresários devem ter também como objetivo a articulação de esforços para pressionar o poder público a cumprir seu papel, que é o de garantir a educação básica a todas as crianças, exigindo escolas e salas de aulas, bem como salários e condições dignas de trabalho aos professores”.

Gestão compartilhada dos conteúdos da educação dos trabalhadores, das diretrizes políticas e dos recursos financeiros destinados aos programas:

“Reivindicar dos poderes público federal, estaduais e municipais, gestões tripartites nas instituições de ensino profissional mantidas pelas administrações públicas.

A CNM/CUT deve ter sob sua coordenação todos os programas de requalificação profissional desenvolvidos pelos sindicatos que utilizam recursos do FAT/SINE, para garantir maior racionalização de recursos, estrutura e acúmulo de experiência metodológica(...).

Os trabalhadores devem interferir na formulação de políticas públicas de educação e emprego e renda

“Com base nas experiências que vêm sendo desenvolvidas por inúmeros sindicatos filiados à CUT no campo da formação profissional, a CNM/CUT colocará em prática uma ampla campanha junto à sociedade, para exigir do poder público a implantação de Centros de Formação Profissional, com gestão tripartite (trabalhadores, empresários e governo) através de suas organizações sindicais representativas”

O 3º CONGRESSO DA CNM/CUT deliberou ainda

- *Integrar a CNM/CUT ao processo de discussão em curso na CUT Nacional , visando construir, no âmbito dos metalúrgicos, um espaço para debate e elaboração de propostas sobre o tema*
- *Realizar um seminário nacional para avaliar e sistematizar as experiências existentes nos sindicatos de metalúrgicos e escolas independentes.*
- *Realizar e coordenar, em âmbito nacional, a participação dos sindicatos e federações nos programas de geração de empregos e renda e requalificação profissional , existentes nos Estados e Municípios.*

Outra resolução que teve papel determinante na vida da CNM/CUT foi aprovado no Congresso de 1998, que abordou o tema da organização sindical. A mesma estabeleceu uma

nova diretriz de organização da categoria, levando em consideração a necessidade de fortalecimento da luta e resistência sindical

Nas resoluções do Congresso se define a estratégia do sindicalismo do setor metal-mecânico para enfrentar e resistir à *hegemonia neoliberal* que se configurava; As mudanças em curso nas relações de trabalho, os processos de reestruturação produtiva e a introdução de novas formas de gerenciamento vêm interferindo cada vez mais na formação da consciência dos trabalhadores.

Nesta agenda, os metalúrgicos reunidos na CNM/CUT consideram desafios complexos a serem enfrentadas:

- a) *As mudanças sócio econômicas vividas neste final de século alterando as relações no mundo do trabalho.*
- a) *O enorme contingente de trabalhadores desempregados que se encontram expostos à marginalidade e à miséria.*
- b) *A urgência de construção de alternativas ao desemprego numa perspectiva solidária de desenvolvimento sustentável.*
- c) *O propósito de participar e de intervir de forma ativa na construção de políticas públicas que integrem os trabalhadores e demais sujeitos sociais em sua formulação*
- d) *A construção de uma sociedade onde haja oportunidade e vida digna para todos.*
- f) *A formação integral dos trabalhadores cujas dimensões cognitivas, físicas, emocionais, econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas, estéticas interagem no processo de construção do conhecimento;*
- g) *A necessidade de valorizar o saber dos trabalhadores, considerar esse saber, construído na experiência da vida, de trabalho e de lutas;*
- a) *A necessidade de implantar um novo projeto societário e civilizatório, baseado nos valores da ética, da solidariedade, da paz.*

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT, no sentido de implementar as resoluções de seu 3º Congresso propôs-se a desenvolver uma experiência de educação profissional, contribuindo para a criação de alternativas de políticas públicas de formação para o trabalho, geração de emprego e renda, e de combate ao desemprego e à exclusão social.

Caminhando sobre um fio de navalha, pressionada por uma conjuntura de crescente desemprego industrial, de mudança radical do paradigma tecnológico da produção, do

planejamento e da gestão do trabalho e de fragmentação/dispersa da classe trabalhadora, particularmente a do setor metal mecânico, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT propõe, em 1996, a criação de um Programa de Formação amplo que,

“(...) integre, organize , qualifique politicamente e requalifique profissionalmente os trabalhadores metalúrgicos para esse contexto de mudanças e que some esforços na proposição uma nova política industrial que vise a criação de empregos e que privilegie o desenvolvimento econômico com distribuição de rendas”

E deste modo que, em 1986, surge o *Programa Integrar Desempregados – Ensino Fundamental* – com formação geral (com certificação equivalente ao Ensino Fundamental) e intervenção em políticas públicas. A base para este trabalho se fundamenta na concepção de uma educação que contribua para a formação de um cidadão crítico, criativo, solidário e com capacidade de ser sujeito nos processos sociais.

O programa nasce, segundo sua *Carta de Princípios do Programa Integrar* de uma necessidade e de um compromisso do movimento sindical em articular a ação sindical imediata e específica (defesa do emprego, salários, direitos e condições de trabalho) e a intervenção na educação do trabalhador e na formulação de propostas e metodologias em políticas sociais públicas no campo da educação do desenvolvimento.

Em outubro de 1996, com o apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) , tem início a implementação desse programa no estado de São Paulo e, já em 1997, nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em 1998 Pará, Santa Catarina e Paraná. Iniciaram seus cursos, ao mesmo tempo que Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia realizaram suas primeiras Oficinas Pedagógicas. No Ano seguinte, 1999 os estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco iniciaram seus cursos e, Mato Grosso do Sul e Alagoas suas Oficinas Pedagógicas.

5.4 - Princípios políticos de uma prática pedagógica emancipatória:

Desde sua gênese, e na construção contraditória de sua historicidades, o *Programa Integrar* defende um programa político de intervenção social e educacional que basicamente se resume nestes pontos”⁵⁷

1 – É dever do Estado garantir educação pública, gratuita e de qualidade;

Aqui, a CNM/CUT entende que esta questão é politicamente estratégica, e nela se inclui a formação profissional dos trabalhadores, vinculada à educação básica. O *Integrar* tem como projeto político o desenvolvimento de um conjunto de experiências de balizamento teórico-metodológico que orientem sua intervenção nas políticas públicas referentes à educação, especialmente em relação à proposta de Centros Públicos de Formação Profissional.

Aqui há uma polêmica ainda não resolvida com os sindicatos cutistas ligados ao setor de educação pública. A CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – e os sindicatos estaduais dos profissionais de educação das redes públicas enfrentaram (e ainda enfrentam) acirrados confrontos com o poder público –municipal, estadual e federal – , agudizados ainda mais na década neoliberal (1990), em defesa de mais verbas públicas para as escolas públicas – nisto se inclui as lutas pela correta destinação de fundos públicos como o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério, e do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Na agenda política desse enfrentamento, consta ainda a luta pela dignidade profissional e recomposição dos sempre defasados e arrojados salários dos professores e funcionários de escolas, contra o avanço do ensino privado em todos os níveis e, principalmente, pela valorização da educação pública como espaço democrático de construção do ser humano integral.

A proposta da CUT(inicialmente da CNM/CUT) de criar programas de educação escolar integral, no entender da CNTE, contribui para desvalorizar ainda mais a escola pública e desviam os sindicatos de suas funções essenciais e que, entre elas, não se inclui criar e gerir escolas regulares.

A CNM/CUT⁵⁸ argumenta que

⁵⁷ Estes princípios, que nortearam a criação do Programa Integrar, são produtos de um conjunto de debates realizados interna e externamente, envolvendo dirigentes sindicais do ramo metalúrgico, equipe pedagógica, consultores e assessores, alunos e parceiros técnicos, ao longo do ano de 1996. Eles são parte constituinte da concepção político-pedagógica do Programa, por sua materialidade contraditória.

“nesse sentido, o programa é entendido não como uma escola de ensino fundamental, mas como uma experiência político-educacional e didático-metodológica autônoma, produzida pelos trabalhadores, através de suas instituições e de seus intelectuais, a partir do saber prático e a vida vivida pela nossa classe, que se contrapõe e se coloca como alternativa à experiência educacional desenvolvida pelo empresariado (sistema S) e pelos governos capitalistas, ao longo da história educacional brasileira.”(CNM/CUT, 2000:16)

b) – Os recursos públicos devem ser direcionados para ações de interesse dos trabalhadores;

Os fundos públicos, como o FUNDEF, FNDE, - nestes exemplos, os ligados ao campo do financiamento da educação – e o FAT, entre outros – devem ter suas gestões sob controle social e destinados ao público – leia-se aos trabalhadores – para ampliação dos direitos efetivos à educação (incluindo a formação profissional) , à cultura, ao emprego e às políticas de desenvolvimento social.

O programa utiliza verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, criado a partir da constituição de 1988 e regulamentados a partir de 1990, recursos financeiros geridos inicialmente, pelos órgãos governamentais (Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego – Sefor/MTE). Somente a partir de 1992 é que os trabalhadores conseguiram conquistar o direito de participar de sua gestão, através das comissões tripartites⁵⁹ (governo, empresariado e centrais sindicais de trabalhadores), via CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT

c – O desemprego é uma questão político-econômica do atual modelo de desenvolvimento e não um problema pessoal ou de falta de formação;

Este é um debate central para se entender/criticar as estratégias políticas da CUT no campo da formação profissional e de geração de emprego e renda. O programa se reivindica como um espaço de organização e formação dos trabalhadores desempregados, e de discussão e busca de alternativas de geração de trabalho, emprego e renda, dentro e fora do modo de produção, onde se debatem novas formas de organização econômica e social, processos e relações de trabalho –

⁵⁸ *Integrar: Uma proposta em construção.* Equipe Pedagógica Nacional, material para formação de formadores, SP, 2000.

⁵⁹ Sobre tripartismo e políticas públicas co-gestadas por governos, empresários e trabalhadores, ver excelente trabalho acadêmico de Affonso(2001).

assalariado, livre e/ou associado e. As oficinas pedagógicas reúnem, em sua maioria, trabalhadores e trabalhadoras desempregados (as).

d) – A articulação entre formação, ação política, construção da cidadania e fortalecimento do movimento sindical.

A CNM/CUT entende que a formação por si só, desarticulada das lutas e mobilizações pela mudança do modelo econômico e pela reversão das políticas de privatizações e de abertura desenfreada aos produtos e capitais estrangeiros, e da implementação de políticas concretas e imediatas de desenvolvimento social, geração de empregos e de distribuição de rendas e riquezas, e de intervenção ativa dos trabalhadores na vida social e política do Brasil, não alterará o grau de desemprego, empobrecimento e dependência e miséria a que estamos submetidos.

A formação é articulada com a ação política concreta, orientada para capacitar os sindicatos a interferirem na formulação e execução de políticas públicas, tanto no nível local quanto nas questões estratégicas de política econômica e industrial. Essa ação envolve alunos e educadores, dirigentes e a comunidade local onde o programa se realiza.

e) – Articulação da formação profissional com a certificação do ensino fundamental;

A vinculação entre a educação básica e a formação profissional como *uma das* alternativas à luta contra a baixa qualificação dos trabalhadores e contra o desemprego é um dos pontos que nos remete às estratégias da CUT no campo da educação. Dados oficiais do IPEA (2000) apontam a existência de cerca de 40 milhões de trabalhadores sem conclusão do ensino fundamental (antigo primeiro grau) e uma média de 4 anos de escolaridade da força de trabalho brasileira.

f) – O resgate e a valorização do saber do trabalhador;

Os pressupostos da formação CUTista reivindicam o saber construído pelos trabalhadores, ao longo de suas experiências profissionais, suas práticas culturais e suas múltiplas relações sociais

“como elementos fundantes de uma concepção político-pedagógica que vê nos trabalhadores os sujeitos políticos de sua própria emancipação enquanto indivíduo e classe, e sujeitos históricos da transformação da

*sociedade. Assim, o ensino e aprendizagem de conteúdos de saber universal e do conhecimento propedêutico realizar-se a partir do conhecimento do aluno trabalhador, das hipóteses e saberes que ele construiu em sua experiência de trabalho e vida”.*⁶⁰

g) – A formação profissional não restrita ao domínio da máquina ou processo;

Aqui o trabalho assume um caráter de centralidade, como construtor de valor, riqueza e identidade do trabalhador, enquanto sujeito social e ontologicamente transformador da natureza e das estruturas sociais e construtor dos processos históricos. *“Não se trata, portanto, de um treinamento específico para o manuseio de máquinas ou instrumentos de trabalho, nem de domesticação à lógica do capital e de um compartimentado acesso às habilidades e competências exigidas pela empregabilidade.”* (CNM/CUT, 2000).

h) – A formação interdisciplinar e articulada;

Busca-se aqui superar o ensino pedagogicamente fragmentado, burocraticamente estanque e politicamente alienante da estrutura disciplinar produzido na escola tradicional⁶¹.

“O programa propõe um trabalho interdisciplinar, partindo da concepção de currículo como a trajetória das experiências de vida, trabalho e luta dos trabalhadores e não como um montante de conteúdos a serem transmitidos. Aqui se incorpora a criatividade e o engajamento da proposta Freireana de trabalhar a produção do conhecimento a partir de temas geradores e de suas interconexões com o mundo material concreto, em articulação com a metodologia Marxiana.”

*i) - O aluno/trabalhador como ser integral, em sua omnilateralidade*⁶²;

Esta concepção busca ver o trabalhador como ser omnilateral e integral. Não se pode separar a formação como se o trabalhador fosse uma estante cheia de gavetas, que se abre alternadamente, segundo as circunstâncias e necessidades. Omnilateralidade é uma referência a um aspecto específico da relação trabalho/educação, sistematizado pela teoria marxista, que se contrapõe à dicotomia entre formação humana para o trabalho e para o trabalho intelectual, inerente ao sistema social de produção capitalista.

⁶⁰ Conforme “ Programa Integrar: Formação profissional e elevação de escolaridade – fundamentos político-metodológicos “, p.9– CNM/CUT, 2002.

⁶¹ Programa Integrar: Formação profissional e elevação de escolaridade – fundamentos político-metodológicos “, p.12– CNM/CUT, 2002.

⁶² Ver: Kuenzer, Pedagogia da Fábrica, SP, Cortez, 1995; Manacorda, O Princípio Educativo em Gramsci. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990. Nogueira, M. Alice. Educação, Saber e Produção Social e Marx e Engels, SP, Cortez, 1993. Entre outros.

Sendo assim, uma formação omnilateral do homem, própria do projeto socialista, demandando o desenvolvimento total, completo, multilateral em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação. Omnilateralidade significa, portanto, o desenvolvimento global do homem, tendo o trabalho como atividade vital o seu princípio educativo.

j) – *O Programa Integrar está em construção e sofre limites impostos pelos “modelos tradicionais de formação”*⁶³.

Este estudo assume importância ainda maior, quando verificamos que o ***Programa Integrar*** - sua proposta política, concepções teórico-metodológicas, experiência no campo da educação e cidadania, e principalmente, suas contradições, acumuladas nestes 4 anos de existência - se tornou referência e marco político, teórico e metodológico para outro grande programa de formação profissional da CUT, O ***Programa Integração de Educação e Qualificação Profissional***

O *Programa Integrar* e o *Programa Integração*, são financiados integralmente por recursos do *Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)* conforme convênio firmado entre a CUT e o Ministério do Trabalho e Emprego, via CODEFAT., fazem parte do PNQP – Projeto Nacional de Qualificação Profissional da Central Única dos Trabalhadores, que é composto de outros programas, que envolvem ainda os trabalhadores rurais (Projeto Semear), trabalhadores informais, intercategorias, englobando todos os 16 ramos produtivos filiados à Central.

No PNQP são desenvolvidos, entre outros, os eixos de *Elevação de Escolaridade em Ensino Fundamental e Médio com Qualificação Profissional do Ramo; Contratação e Negociação Coletiva da Qualificação Profissional; Formação de Formadores em Qualificação Profissional, Desenvolvimento Social Sustentável e Solidário; Relações Sociais de Gênero, Gestão e Planejamento Sindical; Transformações no Mundo do trabalho; e Projeto Sindical da CUT.*

O PNQP é desenvolvido pela Rede Nacional de Formação da CUT, que é formada pelas seis escolas sindicais orgânicas⁶⁴, as secretarias ou departamento de formação das

⁶³ O debate sobre as concepções políticas e pedagógicas no programa foram se acumulando ao longo dos anos 1997-2001, tendo como ponto de partida os “fundamentos teórico-metodológicos e político-pedagógicos do Programa Integrar”, CNM/CUT, SP,1998, que aqui tomamos como referência,

federações e confederações dos ramos, das CUTs estaduais e dos sindicatos de base. O *Programa Integração* que está sendo desenvolvido nacionalmente pela Central Única dos Trabalhadores, a partir de 1999, hoje abrange cerca de 13 federações de categoria por ramos de atividades profissionais, sendo 10 ramos no *ensino fundamental* e 3 no *ensino médio*, entre estes, *Programa Integração – Ensino Médio - Ramo Telemática*, no Rio de Janeiro, pelo *Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações – Sinttel/Rio*.

Em suas concepções, O *Programa Integrar* procura construir *mediações*, e se efetiva por meio de uma abordagem que privilegia a centralidade do trabalho como categoria fundante e estruturante do ser social, pois, para Marx

“O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição da existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens” (Marx,1975:50)

Essa dimensão ontológica se desdobra no sentido da valorização de suas capacidades cognitivas e políticas, ampliação de seus direitos humanos e sociais, e da construção de um projeto alternativo de sociedade, baseado na solidariedade, na justiça social e na pleno exercício da democracia, tendo assim um sentido anticapitalista .

Na construção deste trabalho, analisamos os materiais já produzidos pelo programa (*cadernos de orientação metodológica, textos de análises, relatórios, publicações em livros e revistas sobre o programa*). Acompanhamos e participamos de encontros, cursos de capacitação, laboratórios e oficinas pedagógicas, particularmente nas atividades junto à equipe responsável pelos temas e desenvolvimento das oficinas pedagógicas .

⁶⁴ A Central Única dos Trabalhadores construiu, ao longo da década de 1990, uma rede de escolas de formação, orgânicas (vinculadas à estrutura da central), que desenvolvem o PNQP, e outras atividades e programa de formação política, sindical, escolarização, parcerias com os movimentos sociais na área de formação, assessoram os sindicatos da região atendida, desenvolvem metodologias, etc. São 7 escolas: Escola Sul (Florianópolis-SC), Escola São Paulo (São Paulo-SP), Escola 7 de Outubro (Belo Horizonte-MG), Escola Nordeste (Recife-PE), Escola Quilombo dos Palmares Maceió-AL), Escola Norte (Bélem-PA) e Escola Centro Oeste (Goiânia-GO).

5.5. – Metodologias: As diversas interfaces do mesmo sujeito

*“A toda hora rola uma história
Que é preciso estar atento
A todo instante rola um movimento
Que muda o rumo dos ventos
Quem sabe remar não estranha
Vem chegando a luz de um novo dia
O jeito é tirar um novo samba
Sem rasgar a velha fantasia”
(Paulinho da Viola)*

Como vimos anteriormente, os princípios político-metodológicos que sustentaram a proposta curricular do Programa Integrar reafirmam um compromisso histórico do projeto sindical cutista com a classe trabalhadora e a perspectiva de um novo projeto de sociedade. uma convicção de que os saberes construídos pelos trabalhadores (em sua experiência de vida, de trabalho e de luta) têm valor estratégico, sendo a base para sua auto-afirmação como sujeitos individuais e coletivos, e para engendrar uma perspectiva interpretativa alternativa.

O reconhecimento de que, para adquirirem potencial contra hegemônico, tais saberes precisam ser rearticulado em novas bases. Entretanto, sua superação, sua reapropriação e valorização, o processo educativo não pode deixar de estar referenciado no universo vivenciado pelos educandos, pois é esse universo que deve se converter em objeto central a ser problematizado.

A estratégia pedagógica tem na ação (e toda riqueza de valores que são produzidos a partir dela), não só o ponto de partida, mas também aquilo que orienta o percurso educativo, indicando o objetivo a ser alcançado. Além da dimensão política – relacionada à afirmação de um ponto interpretativo da realidade – e da dimensão escolar – capaz de propiciar a apreensão mais ampla dos elementos da cultura universal -, o processo educativo deve desenvolver uma dimensão técnica – capaz de dotar os educandos de instrumentos possíveis de serem usados na reinterpretação da realidade e no propósito de construir um projeto alternativo de sociedade.

É essa perspectiva que justifica a articulação com a educação formal regular, o que implica garantir aos alunos trabalhadores a certificação de um nível de escolaridade, importante referencial social.

A) PID – Programa Integrar para Desempregados

O Programa Integrar para Desempregados – PID, concretiza-se através de várias ações articuladas: *Curso de Ensino Fundamental, Laboratórios Pedagógicos e Oficinas Pedagógicas*.

- *Curso Regular de Ensino Fundamental*

No curso regular, com mediação do trabalho do educador, busca-se a construção do conhecimento a partir dos saberes praticados e da experiência de vida dos trabalhadores, e o desenvolvimento das habilidades, valores e atitudes articulados com as atividades dos *Laboratórios e Oficinas Pedagógicas*. As aulas são diárias, com os conteúdos básicos do ensino fundamental – elementos de matemática e cálculo, linguagem, leitura, gramática e literatura, elementos de física, química e biologia, geografia, história, gestão e planejamento, reestruturação produtiva e mundo do trabalho e requalificação profissional em informática básica e programas de desenho e criação, do ramo industrial (Cad, Autocad, etc.)

Um educador, que trabalha interdisciplinarmente, e um instrutor, que tem experiência profissional no ramo metalúrgico, fazem o revezamento das atividades de desenvolvimento dos conteúdos e acompanhamento dos alunos trabalhadores. A carga horária do curso obedece as exigências da LDB para o ensino fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

- *Laboratórios*

Os *Laboratórios Pedagógicos* consistem no desenvolvimento de atividades sócio-culturais, conhecimento das organizações públicas federais, estaduais e municipais no âmbito local, e das entidades da sociedade civil, das políticas públicas municipais, dos direitos da cidadania, dos diferentes espaços da cidade, das alternativas existentes em termos de geração de trabalho, emprego e renda e, ainda, a participação em eventos culturais (teatro, exposições, música, dança, cinema, meio ambiente).

Essas atividades constam da carga horária e do currículo do curso, visam criar melhores condições para a aprendizagem, a sociabilidade e ampliação do universo cultural dos alunos trabalhadores, e contribuir para a formação de uma cidadania ativa, autônoma e crítica.

- *Oficinas Pedagógicas*

As *Oficinas Pedagógicas* são espaços educativos de integração dos educandos com a sociedade, e visam contribuir para a organização dos desempregados para desenvolver e participar de projetos de geração de trabalho, emprego e renda, no desenvolvimento social sustentável e solidário. Buscam também desenvolver e disponibilizar instrumentos e propostas para intervenção em políticas públicas de caráter local e nacional.

Ao lado do PID, em que participam jovens e adultos trabalhadores desempregados e que tinham vínculo com o ramo metalúrgico ou com outras categorias, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT desenvolve metodologias para formação profissional voltada aos trabalhadores empregados.

B) PIE – Programa Integrar para Empregados

Configura-se numa perspectiva de formação profissional negociada entre os trabalhadores e seus sindicatos e o patronato. Seu principal instrumento é o projeto de pesquisa participativa para formação profissional negociada. Nesta modalidade o programa conta com a assessoria da COPPE/UFRJ – Coordenação dos programas de pós graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A implementação desse projeto visa , segundo a CNM(2002)

“construir uma estratégia de formação profissional para os locais de trabalho, sob direção a ser dada nas negociações de acordo ou contrato coletivo. Para isto, lançou mão de um processo inovador de pesquisa participativa efetivada por equipes sindicais – constituídas de trabalhadores das próprias empresas -, em que se busca projetar e implementar as ações de formação negociada”.

C) - PIFD – Programa Integrar para Formação de Dirigentes

Mais uma vertente do Programa surge em 1999 – o *Programa Integrar de Formação de Dirigentes – PIFD*. Com o objetivo de contribuir na formação de dirigentes sindicais para a intervenção política no novo cenário inaugurado a partir das mudanças produtivas

do capital e do capitalismo e seus desdobramentos no mundo do trabalho e na organização sindical dos trabalhadores. A CNM/CUT elaborou um programa que incorpora as trajetórias pessoais, profissionais e políticas de seus dirigentes à educação nos níveis fundamental, médio e superior.

Para qualificar a ação sindical dos dirigentes, o Programa desenvolve uma cultura política que enfatiza a organização e a ação dos trabalhadores no local de trabalho – a nova forma de representação sindical aprovada nos congressos da CNM/CUT. Transita do chão da fábrica para o espaço da cidade, disputando com outras forças políticas projetos alternativos de desenvolvimento, na perspectiva de uma economia de inclusão social, capaz de gerar empregos, promover distribuição de rendas e assegurar aos trabalhadores o acesso aos serviços básicos e aos bens culturais.

Sob esse ponto de vista, o *Programa Integrar de Formação de Dirigentes (PIFD)* busca compreender a realidade vivenciada no chão da fábrica entendida em suas múltiplas relações (com a região, o setor, o complexo metal-mecânico, a economia e a sociedade) para discutir o sentido da ação política e sindical no planos local, regional, nacional e internacional.

O PIFD procura combinar modalidades de ensino e aprendizagem: atividades presenciais concentradas em três dias (no ensino fundamental e médio) ou em quatro dias (ensino superior) por grupos nas regiões de origem dos cursistas, estudo individual orientado, e ação sindical planejada.

- **Atividade Mensal**

A *Atividade Mensal* realizada em sala de aula é o momento privilegiado de articulação das várias atividades e de construção de um saber coletivo através da vivência do grupo/classe, socializando os resultados dos trabalhos realizados nas outras modalidades do curso. É nesse momento que são iniciadas as novas tarefas, introduzidas novos conhecimentos (compreendendo temas relativos ao mundo do trabalho e as áreas de saber geral) e sistematizado o que foi realizado durante o mês.

- **Círculos de Estudo**

Os *Círculos de Estudos* são compostos por grupos de cursistas, agrupados de acordo com a proximidade geográfica e/ou setor de atividade. Os Círculos são a primeira instância do fazer coletivo e, nesse sentido, um momento privilegiado de troca de experiências e de construção do conhecimento. Têm também o objetivo de desenvolver o respeito entre os

participantes e a auto-organização, pois seu funcionamento depende da colaboração ativa de todos os envolvidos. Nele os alunos trabalhadores fazem leitura e reflexão de um bibliografia temática previamente fornecida (textos, cadernos, apostilas e livros) e desenvolvem projetos de pesquisas e análises de casos.

- **Estudo Orientado**

Trata-se do *estudo individual* de aprofundamento do conteúdo do curso. Deve possibilitar o desenvolvimento da iniciativa e da autonomia, na medida em que é acordado com o cursista um horário e um tempo fixo de estudo, e o seu compromisso na elaboração de um relatório de atividades. Os temas que serão objetos de estudo pelo aluno trabalhador são previamente discutidos entre o educador e o grupo. Todo estudo orientado tem como desdobramento uma atividade prática vinculada à ação no mundo trabalho, comunitário ou sindical

- **Ação planejada**

Aqui os dirigentes sindicais planejam uma atividade externa concreta na sua base de atuação, seja uma pesquisa, uma visita à fábrica, uma negociação com os patrões, uma oficina formativa com trabalhadores de base, uma atividade comunitária, um evento de cidadania e cultura. É um espaço de ação-reflexão sindical, teoria-prática-teoria, e visa contribuir para que se atinja um dos objetivos centrais do PIFD: *a qualificação de uma nova prática sindical*.

- **Os diversos níveis do Programa Integrar de Formação de Dirigentes**

O Programa Integrar de Formação de Dirigentes tem uma equipe pedagógica nacional, centralizada na cidade de São Paulo, com assessoria curricular especializada nas diversas área do conhecimento, coordenação pedagógica, coordenação técnica e coordenação executiva,. Até 2002, ano base deste estudo, estava funcionando com normalidade nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas e no Ceará (onde abrange alunos do Rio Grande do Norte e Pernambuco), o PIFD compreende os níveis do ensino fundamental e médio.

Em São Paulo, já estão implantadas duas turmas de educação superior, na Universidade Estadual de Campinas, com o *curso de extensão na área de Economia do Trabalho e Sindicalismo*.

Em relação ao curso superior, o Programa Integrar buscou uma universidade pública e de excelência – a Universidade Estadual de Campinas, mais especificamente o Instituto de Economia/Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho – IE/CESIT. Implantou –se, inicialmente,

um curso de extensão de 200 horas, realizado em 1999/2000 e 2000/2001, como parte da estruturação de cursos de nível superior.

Essa prática assume um caráter inovador para ambas as partes envolvidas. Por um lado, o Instituto de Economia/CESIT abre a possibilidade de desenvolver um conteúdo programático em conjunto com uma instituição ligada ao movimento sindical. Por outro, a CNM – buscando atender às demandas de organização dos trabalhadores – avança no seu percurso formativo, articulando temas sindicais com o conhecimento geral, o que implica em concretizar o direito ao ensino público dos dirigentes sindicais enquanto cidadãos.

C) - Ensino Médio

No ano 2000, a CNM/CUT inicia uma nova experiência com a implementação da etapa final da educação básica: *o Ensino Médio*.

Além de pontos de encontro entre os percursos formativos dos três Programas (PID, PIFD e o Programa Integrar par Empregados – PIE), o Integrar busca no Ensino Médio a articulação dos espaços prioritários de intervenção: o PID – a esfera pública; o PIFD – o mundo do trabalho e sindical, e o PIE – o processo produtivo. Dessa maneira, a construção do percurso formativo do Programa Integrar Ensino Médio teve como referência a articulação dos múltiplos interesses individuais e coletivos; a articulação do particular com o geral, do individual com o coletivo, e a dimensão pública e privada da vida

“O eixo norteador da construção do currículo é a formação do Estado e da sociedade brasileira e a construção de um novo projeto de sociedade. Esse eixo é o que a equipe pedagógica denominou de Coração do Currículo – “Core-currículo”, o ponto central e articulador do currículo. A vida vivida pelos alunos trabalhadores e a relação com as diferentes áreas do conhecimento deve possibilitar a construção de novos valores e o desencadeamento de ações coletivas.”(CNM, 2001

Também no Ensino Médio, da mesma forma que no Ensino Fundamental, as modalidades Cursos Regulares, Círculos de Estudos, Laboratórios, Oficinas Pedagógicas e as Ações Sindicais Planejadas são espaços privilegiados de articulação entre estudo, pesquisa participativa e intervenção social concreta.

D) - Curso Superior de Extensão

A luta dos trabalhadores, nos diversos espaços institucionais e nos movimentos sociais, têm provocado um alargamento da esfera pública nas últimas décadas e tem levado um

número crescente de representantes de organizações da sociedade civil a assumir um papel de formulador e interlocutor na gestão de políticas públicas

“Os dirigentes sindicais metalúrgicos têm procurado exercer um papel ativo na gestão de políticas públicas, principalmente de emprego, desenvolvimento industrial e de educação. Essa participação se dá na composição dos organismos tripartites de âmbito municipal e estadual e na formulação de propostas políticas de gestão e participação, tanto a nível do Estado como a nível da sociedade civil”.

Por esta razão, e como parte do PIFD, a CNM iniciou, a partir de 2001, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – o *Curso de Extensão Superior em Gestão de Políticas Públicas*, com duração de 300 horas, com as mesmas metodologias e modalidades do PIFD. Esse curso tem por objetivo, também, discutir a constituição de um Curso de Graduação que considere a especificidade de um público adulto trabalhador e atuante em áreas sociais e de políticas públicas

- **A dimensão do aluno adulto**

Não se deve, contudo, compreender a educação de adultos como uma forma de recuperação. O aluno adulto tem muita experiência, vivência, conhecimento do mundo. Além disso, não volta para a escola para aprender o que deveria ter aprendido quando criança.

“Ele vem para a escola em busca de coisas que precisa agora. Em nenhuma hipótese, de nenhuma perspectiva pode ser comparado a uma criança. Os vínculos sociais, as necessidades intelectuais, sociais e afetiva, a relação que estabelece com o conhecimento, a forma de compreender o mundo são de natureza completamente diferentes daquelas de uma criança ou de um adolescente.” (CNM/CUT, 2000:23)

É certo que, em função de sua história de vida e de sua pouca convivência direta com a escrita e certas formas de saber construídos nesse referencial, o aluno adulto tem muitas vezes dificuldade formais. Mas as dificuldades devem ser encaradas com naturalidade, e não como obstáculo intransponível. Na maioria das vezes, o problema está no modo como encaramos a atividade e não na capacidade dos alunos.

Aceitar essa afirmação implica deslocar o referencial pedagógico, no que diz respeito tanto os conteúdos, como às formas de avaliação e acompanhamento. A educação do adulto deve responder a interesses próprios, que não coincidem com os da educação regular formal. Portanto, a definição das matérias e conteúdos não supõe a reprodução do princípio disciplina nem dos conteúdos tradicionais.

Mesmo considerando a expectativa dos alunos e a formação dos professores, o programa não deve reproduzir – com outra estratégia – o currículo convencional. Em outras palavras, não é apenas o método que difere, são os próprios conteúdos. O currículo, assim interpretado, supõe um conjunto de *conteúdos sócio-históricos* (informações articuladas na forma de conteúdos enciclopédicos construídos pela sociedade ocidental, isto é, os saberes sobre a natureza, a matéria, a sociedade, a história, etc.); os *conteúdos instrumentais* (as formas de organizar o pensamento e de intervir no mundo: matemática, escrita, planejamento, método de estudo e pesquisa, informática) e os valores humanos e políticos.

- **Uma educação solidária**

Veras (2002), da equipe curricular nacional do Programa enfatiza que

“Há em nossa proposta algo que a diferencia radicalmente dos programas típicos de educação: nestes, trata-se fundamentalmente de transferir informação dentro de uma perspectiva individual, de modo que os participantes não têm objetivo comum e pouquíssima troca de experiência”.

Nesse caso, a perspectiva é outra: trata-se de constituir uma perspectiva de educação solidária e comprometida com o processo de transformação social. Daí porque as aulas regulares se articulam com os laboratórios, as oficinas pedagógicas e a ação sindical planejada. O sucesso de nossa empreitada depende de um compromisso político e pedagógico individual e coletivo. Nem a equipe curricular, nem os formadores, nem cada aluno individualmente têm condições de, isoladamente, fazer com os objetivos estabelecidos sejam alcançados.

E esse tipo de compromisso, que vai além da boa vontade de cada um, supõe a aprendizagem difícil de saber se organizar e atuar com independência, de saber estabelecer tarefas concretas e de realizá-las sem que haja controle de outros, de ter a disciplina de estudo e de trabalho. Os temas se atualizam através dos objetos específicos (livros, exposições, projetos de trabalho) adotados e supõem o estudo, a pesquisa e a intervenção como momentos necessários e complementares. Durante o trabalho de estudo e pesquisa, se definem as ações de intervenção.

- **Formação dos Formadores**

Como já afirmamos antes, as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho com o processo de reestruturação produtiva têm provocado mudanças profundas e significativas nas relações, tanto no campo sócio-político, como em seus desdobramentos éticos

e culturais. Assim, as mudanças no mundo do trabalho precisam ser compreendidas através de uma visão mais ampla da realidade atual.

Essas mudanças também apontam novas direções para a formação profissional, exigindo a construção de um projeto político-pedagógico que viabilize as mediações necessárias para que os alunos trabalhadores utilizem novos conhecimentos científicos e estabelecem relações sociais de modo articulado para resolver problemas da prática social e produtiva.

Os educadores que atuam nesse programa devem estar cada vez mais qualificados para a compreensão das transformações no mundo do trabalho e da sociedade, para o desafio de construir um currículo que integre a dimensões social, política, econômica e cultural. A formação dos educadores busca garantir a abordagem dos conteúdos do Programa Integrar de forma a ampliar os recursos de análise e síntese dos alunos trabalhadores, criar novos conhecimentos e extrair as estratégias de ação que dêem sentido às práticas cotidianas.

Nessa perspectiva, a prática reflexiva permitirá corrigir a concepção “linear e simplista” de que, para os educadores realizarem seu trabalho, basta lhes assegurar o conhecimento do conteúdo e das formas de ensinar, sem se considerar a complexidade e incerteza das diferentes situações de ensino. Tal prática exigirá dos educadores um envolvimento efetivo com a situação, interrogando problemas concretos com o objetivo de compreendê-los, investigá-los e agir sobre eles.

O estabelecimento das relações entre prática docente, contexto de trabalho em que se situa tal prática e formação teórico-acadêmica possibilitará aos educadores realizarem as *mediações* necessárias à compreensão de sua própria condição como profissional de ensino. Outro aspecto fundamental à formação dos educadores refere-se à sua atuação enquanto especialista de uma determinada disciplina, “*preparado*” para desenvolver seu trabalho apenas no âmbito da sua especialidade, o que muitas vezes tem dificultado o desenvolvimento de uma proposta político-pedagógica na perspectiva de uma prática social e coletiva.

Nesse sentido, é fundamental organizarmos nos espaços de formação – diferentemente da formação básica do professor – a articulação do domínio dos conteúdos do programa com as condições necessárias à sua efetivação em sala de aula. Isto porque, somente o conhecimento de uma determinada área não garante as condições necessárias para a prática educativa, entendida esta como uma dimensão necessária da prática social, tal como a prática educativa, a prática cultural etc. *Enquanto prática social, a prática educativa em sua riqueza, em sua complexidade, é um fenômeno típico da existência e, por isto mesmo, um fenômeno*

exclusivamente humano. Daí também que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade (Freire, 1966, P.54)

É também nos espaços de formação que as relações entre teoria e prática devem ser consideradas, discutidas e vivenciadas pois, se apontamos uma metodologia que favoreça aos alunos a construção de significados dos conhecimentos como referência a sua aplicação para a vida pessoal e social, os educadores deverão estar preparados para desenvolvê-la. Isto implica no fato de que a capacidade de pesquisar, refletir sobre a atividade de ensinar e formular alternativas para aperfeiçoamento do ensino é indispensável aos educadores. Trata-se portanto de estabelecer uma outra relação entre sujeitos e o conhecimento que, por sua vez, redimensiona o papel dos educadores como mediadoras da prática educativa,

....responsáveis pela organização de situações que permitam ao aluno estabelecer uma relação proveitosa e prazerosa com o conhecimento, (...) tanto na perspectiva do desenvolvimento individual quanto social (Kuenzer1999).

- **O Papel dos educadores**

O *Programa Integrar* desenvolve a formação de educadores através de diferentes modalidades, com atividades presenciais e à distância. As atividades presenciais ocorrem em dois momentos distintos, primeiro, aos profissionais ingressantes, segundo, através de encontros sistemáticos, acompanhamento do trabalho cotidiano.

No documento de diretrizes curriculares da CNM/CUT (1998:07) está explícita essa relação:

“Os educadores contratados passam por um processo formação com a Equipe Pedagógica do programa nos estados. Essa formação visa propiciar uma aproximação aos princípios, pressupostos, significado e natureza a Programa; a história de sua formulação, seu caráter de ação política, a convergência da formação para o trabalho com a formação geral e as relações com o ensino regular formal – que na metodologia desenvolvida pela CUT é considerada unitária, formação integrada. No processo formativo, o programa busca criar condições e subsidiar os profissionais para colocar em prática suas diretrizes, vivenciando sua proposta metodológica e estrutura curricular.

Ao longo de todo processo, a formação acontece em âmbito nacional, regional e estadual através de encontros sistemáticos que visam à integração das ações desenvolvidas por cada um dos profissionais e uma formação abrangente com temas de interesse coletivo e outros que respondam às especificidades de cada área de atuação.

Esses encontros propiciam a reflexão, o registro, a sistematização do trabalho e, as decisões coletivas tomadas nessas ocasiões, ajudam no planejamento e na construção do *Programa*. Caracterizam-se também como espaços privilegiados de discussão e aprofundamento do currículo, de reflexão compartilhada, de troca de experiência e de produção de novas práticas.

Os educadores fazem um processo de acompanhamento cotidiano do desenvolvimento dos alunos. É no acompanhamento do trabalho cotidiano que se dá o relato do trabalho pedagógico; a análise do processo de aprendizagem e da dinâmica do grupo; o planejamento e redirecionamento das unidades e dos projetos de trabalho; a articulação com outros agentes para a intervenção na realidade local.

Outro momento importante na ação é o estudo diário, pois propicia oportunidade de elaboração e sistematização das práticas pedagógicas. Deve ser organizado a partir das necessidades dos educadores, como momento fundamental para leituras que possibilitem maior aprofundamento teórico, avaliação e reflexão crítica do trabalho desenvolvido. Nesse espaço também que os educadores devem planejar e replanejar coletivamente as atividades desenvolvidas nos núcleos.

Por fim, a modalidade formação à distância foi pensada nesse programa como forma de otimizar recursos e garantir o diálogo constante dos profissionais com a equipe nacional curricular. Essa modalidade também pretende dar continuidade aos debates realizados nas oficinas nacional e regional, buscando esclarecer questões gerais, tais como estrutura curricular, metodologia, avaliação e outras dúvidas pontuais com relação às áreas e conteúdos tratados no curso, bem como socializar as práticas desenvolvidas em sala de aula e as propostas de intervenção nas diferentes localidades.

A formação tem um papel fundamental na articulação das ações desenvolvidas pelos diferentes sujeitos que participam do *Programa*: alunos, educadores, assistentes de formação, assessores pedagógicos, coordenadores técnicos e políticos, e a comunidade como um todo. Esta participação é primordial, dada a importância da autonomia a ser conquistada nos diferentes espaços de atuação na busca da intervenção social.

5.6. - O Programa Integrar no Rio de Janeiro: A Pedagogia da Resistência

5.6.1.- Breve histórico

O Programa Integrar teve sua implantação no Rio de Janeiro de 1997⁶⁵, iniciando várias Oficinas Pedagógicas locais e regionais em todo o estado, que introduziram o Programa e debateram temas da atualidade. O primeiro núcleo com salas de aulas foi no Município de Nova Friburgo, local onde também ocorreu o primeiro encontro de Formação dos Educadores que começaram então a trabalhar no Programa, após o processo de seleção realizado pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Em 1998 o Programa Integrar já funcionava efetivamente em 13 municípios, desenvolvendo as Oficinas Pedagógicas locais e regionais, os Laboratórios Pedagógicos, as salas de aulas e Laboratórios de Informática. As oficinas locais envolveram em torno de 120 trabalhadores, as regionais cerca de 300. Os laboratórios de Informática para a comunidade envolveram mais de 240 trabalhadores por núcleo, além dos alunos de sala de aula, que fizeram o curso de equivalência ao ensino fundamental.

Nessa trajetória, o Programa continuou nos outros anos (1999 e 2000), sempre a partir de demoradas e complexas negociações com as Comissões Municipais de Emprego, de onde surgem as demandas de qualificação, e com a Secretaria Estadual do Trabalho (Setrab), onde são definidos os formatos dos projetos, os valores do financiamento e os aspectos técnicos do desenvolvimento do Plano Estadual de Qualificação – PEQ/RJ.

5.6.2- O processo avaliação e a certificação dos alunos

No Ensino Fundamental, até outubro de 2001 já haviam participado cerca de 7.000 trabalhadores, em eventos formativos como Oficinas Pedagógicas Locais e/ou Regionais, Laboratórios e Salas de Aulas. Nestas atividades o aluno/trabalhador recebe um comprovante de participação para cada evento presenciado, emitidos pelo próprio Programa Integrar.

Desde 1996 – início da primeira turma de ensino fundamental para desempregados – 1.500 trabalhadores receberam certificação oficial de conclusão do ensino fundamental, emitida pela *Centro Federal de Educação Tecnológica de Química – CEFETEQ* – numa parceria

constante. A certificação se dá com acompanhamento, supervisão, avaliação pedagógica e exame de conteúdos, desenvolvido pela equipe pedagógica do CEFETEQ ao longo do período letivo, preparação da documentação legal e colação de grau dos alunos trabalhadores, ao final do décimo módulo cursado. O curso é desenvolvido por módulos, sendo 10 ao todo, onde o aluno pode ter acesso em diferentes momentos do processo, sendo avaliado (aprovado ou reprovado) pelo módulo cursado.

Avaliação é permanente e continuada, numa proposta de formação integrada. O aluno/trabalhador é avaliado pela participação e capacidade de abstração, pela presença em até 75% das atividades, pela apresentação de trabalhos e ou experiências coletivas, por exames regulares (que pode incluir provas nos finais de cada módulo) como parte de sua avaliação, o aluno/trabalhador realiza uma pesquisa psico-social e econômica, interagindo com a comunidade ou com a categoria que pertence.

Os educadores fazem um acompanhamento do rendimento dos alunos, observando todas as dimensões de sua formação psico-social, cultural, e ético-política. Os alunos avaliam os educadores, em avaliações coletivas. A equipe pedagógica (coordenadores políticos, coordenadores pedagógicos, educadores e instrutores técnicos são capacitados em cursos de formação político-pedagógica, cursos de atualização técnico-pedagógico, oficinas metodológicas, etc material curricular é produzido nacionalmente, a partir das realidades locais, e ficando os núcleos locais com autonomia de produzir outros materiais didáticos e suas próprias ações regionais.

1.0.0. - Fontes de financiamentos e a dependência do FAT

No ano de 2001, ano base de nossa análise, as aulas tiveram início em julho, devido ao enorme atraso na aprovação do projeto pela Comissão Estadual de Emprego e a homologação e liberação dos recursos do FAT, pela Secretaria de Estado do Trabalho – Setrab. Os alunos trabalhadores, e toda execução e gestão do Programa, ficam réfem da agenda política do governo estadual e do cronograma de liberação de recursos do CODEFAT (Ministério do Trabalho e Emprego).

Aqui está um dos piores, talvez o pior, pontos de estrangulamento dos programas financiados com recursos do FAT. A arquitetura da distribuição dos recursos têm um desenho

⁶⁵ Para maior aprofundamento sobre as experiências desenvolvidas pelo Programas nos diversos estados, consultar “*Programa Integrar: Experiências nos Estados*”, p. 56-57, SP, outubro de 2001

tortuoso e complexo. Os recursos são aprovados pela comissão tripartite do CODEFAT que, como já afirmamos anteriormente, tem participação do empresariado, do governo e dos trabalhadores, via CUT, FORÇA SINDICAL, CGT. Essa comissão tem a função gestora no CODEFAT

Os convênios nacionais – a maioria dos programas da CUT são nacionais, são desenvolvidos a partir de convênios diretos com o Ministério do Trabalho e Emprego, via *Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR*. Outros programas são de abrangência estadual e/ou municipais, sob responsabilidade das Comissões Estaduais de Emprego, e geridos pelas Secretarias Estaduais do Trabalho ou suas congêneres.

Os recursos são distribuídos pelo Ministério do Trabalho aos estados e estes celebram convênios com instituições empresariais, estatais, populares ou sindicais. A aprovação dos projetos, o valor do financiamento e o reembolso das parcelas é um complicado palco de disputas políticas e de negociações de interesses na maioria das vezes pouco nobres.

Os programas e os respectivos recursos são aprovados e liberados de acordo com a estratégia política do secretária ou da maioria da comissão tripartite. Não há nenhuma preocupação ou responsabilidade do governo federal ou estadual com a continuidade dos projetos pedagógicos, prazos e nem com o público envolvido neles.

O desenvolvimento dos programas ficam, na maioria das vezes, comprometidos. No caso do Rio de Janeiro, o curso de ensino fundamental, no ano de 2001, foi interrompido em dezembro de 2000 e só retornou em julho de 2001, com evidente desistência de quase 1/3 dos alunos trabalhadores, e obrigando o programa a recontratar os educadores e instrutores da área de Informática.

Essa permanente dependência dos recursos do FAT, mais que isso, do humor político ou da conjuntura econômica que define, em última instância, a liberação dos recursos, é uma das graves contradições do *Programa Integrar* e dos outros programas desenvolvidos localmente. Uma irresponsabilidade por parte do poder público – que trata como se fosse privado recursos e interesses múltiplos que são públicos - e uma ausência de alternativas por parte das instituições executoras, o que fatalmente prejudica o público que se busca atender, e joga por terra qualquer proposta de continuidade pedagógica e de planejamento educacional.

2.0.0. A abrangência física e dimensão política no RJ

O programa estava instalado, em 2001, em 12 núcleos locais: *Rio de Janeiro (Leopoldina e Campo Grande), Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Resende, Barra do Piraí,*

Volta Redonda, Angra dos Reis, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis. No município de Nova Iguaçu o programa funciona com recursos próprios ou em parcerias com sindicatos de trabalhadores nas indústrias metalúrgicas da região.

Ao todo os 12 núcleos somavam 720 alunos trabalhadores, além das 12 *Oficinas Pedagógicas*, em média duas por mês em cada núcleo, com participação média de 80 trabalhadores de diversas categorias e comunidades, que, como já afirmamos anteriormente, recebem certificados ao final do ciclo de oficinas dos temas propostos.

Também estava implantado o *Programa Integrar de Ensino Médio*, com duas salas de aulas, no município do Rio de Janeiro, com 30 alunos cada um, basicamente de dirigentes sindicais metalúrgicos e de trabalhadores metalúrgicos empregados e/ou desempregados. Essa experiência com ensino médio recebe financiamento nacional, através do convênio da CUT com o governo federal.

E o *Programa Integrar para Formação de Dirigentes – PIFD*, que atende os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, atuando junto aos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos nos municípios do Rio, Niterói, Angra dos Reis, Resende, Volta redonda, Barra Mansa, Barra do Pirai (RJ) Vitória e Vilha Velha (ES). Esta turma única envolveu 25 dirigentes, sendo 21 do RJ e 4 do ES.

3.0.0. - Oficinas pedagógicas e formação para cidadania

Visando à organização dos trabalhadores e à sua informação e formação quanto aos direitos de cidadania ativa e crítica, numa perspectiva de intervenção social, através de ações concretas e coletivas e do estímulo e compromisso à participação comunitária e social, as Oficinas Pedagógicas debatem e trabalham a valorização do saber do trabalhador e o processo de construção coletiva do conhecimento, abordando um amplo espectro de temas.

Fazem parte do temário: Transformações no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, trabalho, emprego e desemprego, globalização e neoliberalismo políticas públicas (educação, saúde, moradia, segurança, cultura, lazer, reforma agrária), gestão urbana (estrutura e organização das políticas públicas municipais), direitos e garantias fundamentais da cidadania, participação e intervenção social, ações coletivas e solidárias, organização sindical, legislação trabalhista, entre outros.

As Oficinas Pedagógicas são espaços de integração dos educando com a comunidade local, os movimentos sociais e instituições do poder público e da sociedade civil, e

visam contribuir para a organização dos desempregados para desenvolver e participar de projetos de geração de trabalho e renda numa perspectiva solidária de desenvolvimento. Visam também ajudar a criar e disponibilizar instrumentos para intervenção em políticas públicas.

Identificar-se como espaço de organização dos trabalhadores e comunidade, visando oportunizar a formação quanto aos direitos do cidadão, numa perspectiva de organização social e efetivação da cidadania. Qualificar para a atuação concreta de intervenção social. Incentivar o compromisso de participação social e comunitária, com ações alternativas e intervenção em políticas públicas.

Efetivar a implementação de ações coletivas numa perspectiva solidária. Integrar os participantes das Oficinas Pedagógicas na sociedade civil e oportunizar o entendimento sobre gestão urbana, funcionamento e organização, inclusive as formas alternativas de gestão.

5.6.6.- Temas desenvolvidos e parcerias pedagógicas

A estruturação das oficinas pedagógicas, as temáticas, os educadores e a agenda, de acordo com o currículo – e com as questões sócio-econômicas e políticas mais relevantes no contexto em questão – se dá em parceria com o *CEDAC (Centro de Ação Comunitária)*, uma organização que desenvolve projetos de educação popular, de trabalho e cidadania, e de organização comunitária na perspectiva da emancipação política das classes populares, participação política e social ativa e projetos de geração de trabalho e renda, economia solidária e cooperativismo.

Outras parcerias são com a *FASE (Federação de órgãos de assessoria aos Movimentos sociais rurais e urbanos)*, particularmente na assessoria às atividades de defesa do meio ambiente, questões de gênero e raça, desenvolvimento sustentável e solidário, cooperativismo e geração de trabalho e renda, e com *ITC (Instituto Trabalho e Cidadania)* que desenvolve projetos nas áreas de qualificação profissional, geração de trabalho e renda e direitos de cidadania.

No planejamento e execução das oficinas pedagógicas o Programa Integrar busca envolver a comunidade local, as instituições da sociedade civil (igrejas, partidos políticos, ONGs, empresariado local), os sindicatos de trabalhadores, os movimentos sociais (como MST, Negros, Mulheres, indígenas), cooperativas, grupos associados de produção, grupos de jovens e de idosos,

os intelectuais e artistas, a participarem das atividades (como palestrantes e debatedores) e contribuir no desenvolvimento dos projetos, principalmente os de ações de cidadania e, desenvolvimento local sustentável e solidário, geração de trabalho, emprego e renda. As oficinas são locais de produção de parcerias e trocas de experiências concretas

4.0.0. - Considerações da Equipe Pedagógica

Nas análise de materiais (relatórios, avaliações, planejamentos e considerações da equipe) constatamos que poucos foram os palestrantes, ou seja, uma minoria que não desenvolve a contento a proposta metodológica e de conteúdo das oficinas. Isso pode ter se dado, em parte, pelo fato de alguns terem sido convocados de última hora, e com isso, demonstrarem despreparo, naquele momento, para o trabalho proposto.

O desenvolvimento das atividades realizadas pelos participantes: *debates, consensos, sínteses e exposições finais*, evidencia que houve bom entendimento acerca dos temas e propostas trabalhadas. Isso reforça a avaliação desses participantes, que em sua ampla maioria.

Mesmo diante dos problemas, limites, insuficiências e tentação de adaptar-se e reproduzir políticas de natureza e conteúdo estranhos aos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, o Programa Integrar é um lugar de identidade, um lócus onde os trabalhadores sentem-se sujeitos e resgatam sua auto estima, produzem ludicamente suas fantasias e onde a criatividade é exposta sem reservas.

Os laços de sociabilidade, a subjetividade socializada, a generosidade com que se percebem pertencentes a uma classe e a idéia potencializada de que juntos podem muito mais que sozinhos, entre tantos outros exemplos, demonstram que a proposta pedagógica, a concepção de homem pleno e integral que ela busca apresentar nos cadernos, nos textos, nas aulas, nas oficinas, nas atividades recreativas, nos encontros da equipe de educadores, nos passeios, nas visitas, têm sentido de ser e de continuar.

Os problemas causados pela tempestade neoliberal e pela destrutividade irracional do capitalismo podem não ter resoluções em programa como estes, e ninguém vende essa ilusão aos trabalhadores, mas a possibilidade de ver um trabalhador resgatado, sorrindo e feliz, falando e produzindo escrita, pintando, dançando e desenhando, humanizado, mesmo que provisoriamente, já vale ter existido.

- *Avaliação permanente e continuada, formação integrada.*

"Estranhem o que não for estranho

Tomem por inexplicável o habitual

Sintam-se perplexos ante o cotidiano,

Tratem de achar um remédio para o abuso

Mas não se esqueçam de que

O abuso é sempre a regra"

(Bertold Brecht)

- Considerações Finais

“Se a aparência fosse igual à essência das coisas, a ciência seria desnecessária”(Karl Marx)

“Sentimos, por solidariedade e laços éticos, as dores e a aflição de todos os pássaros engaiolados, a fome de todos os famintos e o frio das crianças que perambulam pela noite em busca de pão e abrigo. Tempos sombrios estes, e nele nos movemos, por terrenos movediços, onde saber equilibrar-se é uma arte primorosa.”(Helder Molina, 2004).

Este trabalho é fruto de um compromisso ético e a uma modesta contribuição ao debate sobre o educação dos trabalhadores e o papel dos sindicatos nesse processo. Nosso objeto de estudo já foi tema de várias pesquisas e análises, tanto no meio acadêmico, quanto no mundo

sindical. Ele é produto coletivo, de outras leituras que, socialmente apropriadas do ponto de vista crítico, foi escrito por múltiplas mãos.

Um trabalho provisório, uma análise eivada de lacunas, que certamente é um ponto da caminhada, nem partida, nem chegada. A continuidade desses estudos fica condicionada a diversos fatores, que por ora precisam ser pensados.

A continuidade do projeto pedagógico do Programa Integrar depende das vicissitudes contraditórias da política e da queda de braço com os detentores do poder no governo do Estado do Rio de Janeiro e da União e de exaustivas negociações com as Comissões Municipais de Emprego. As demandas de qualificação profissional são definidas no âmbito do Município e, depois, avaliadas e aprovadas (ou recusadas) pela Comissão Estadual.

No caso do Rio de Janeiro, a CUT/RJ tem participado na Comissão Tripartite Estadual, mas sua participação, quando muito, é burocrática e formal. A intervenção da CUT/RJ, se é que se pode considerar intervenção, é somente uma presença homologatória de decisões, sem discussão democrática, quase sempre vinda do gabinete do Secretário Estadual do Trabalho,

A CUT/RJ legítima, pela inércia ou pela negligência política, os interesses oficiais do Estado, no caso específico do Rio de Janeiro, uma política assistencialista, populista e messiânica. **E o faz** sem a contribuição dos sindicatos, sem definição de demandas públicas, sem papel definido, sem articulação de estratégias políticas, sem qualquer preocupação com a formulação de políticas sociais públicas e, muito menos, de uma intervenção classista dos trabalhadores na defesa de seus interesses imediatos e históricos e dos fundos públicos.

A ausência da CUT/RJ nessa intervenção deve-se, também, à falta de consenso na direção estadual – nas últimas três gestões esse debate é truncado ou dificultado – quanto à participação em parcerias com o Estado na formulação e execução de políticas de formação profissional, e mais ainda, na recusa de que esta parceria esteja vinculada à utilização de fundos públicos, como o Fundo da Amparo ao Trabalhador (FAT).

A nosso ver, uma posição inóqua, pois a decisão de participar e de utilizar fundos públicos vem desde a 7ª Plenária Nacional (1994) e **foi** reafirmada em todas as outras plenárias e congressos posteriores da Central. Também revela miopia política, sectarismo reducionista ou falta de compreensão sobre os fundos públicos e as políticas que eles devem financiar. Se os trabalhadores abrem mão da gestão dos recursos públicos, estes serão, inevitavelmente, geridos pelos empresários e pelo Estado que não é neutro.

Os sindicatos vivem sob um fio de navalha, correndo o risco de serem seduzidos e cooptados ou corrompidos pela ideologia neoliberal ou pelo Estado, por tudo que discutimos até aqui, neste trabalho. O projeto pedagógico do *Integrar*, como o da CUT, é autônomo, intencional e engajado numa visão de mundo e de trabalhador. Nenhuma agência governamental interfere nos seus conteúdos, porém há que se ter cuidado na relação política que se estabelece com os organismos financiadores e as autoridades gestores desses fundos, procurando manter independência e coerência.

Além dos núcleos municipais, destinados prioritariamente aos trabalhadores desempregados, financiados com recursos do FAT, o Programa Integrar também negociou com as empresas metalúrgicas a criação do Programa Integrar para Empregados – PIE – em Niterói com as empresas *Setal*, *Promar e Mauá Jung*, em Barra do Piraí com a *Thyssen*. Essas negociações não tiveram resultados concretos.

A nosso ver os empresários recusam a idéia de educar integralmente seu próprios empregados, para além do mero treinamento técnico-operacional. Primeiro porque nunca tiveram essa política, haja visto o dualismo educacional que impera na sociedade brasileira, desde a colonização portuguesa iniciada no século XVI e, segundo, porque não querem submeter seus empregados a uma proposta pedagógica avessa a seus interesses políticos e à lógica produtiva

O Integrar é produto de uma tomada de posição política dos trabalhadores metalúrgicos da CUT, como uma das estratégias para o enfrentamento do dramático espectro do desemprego provocado pela reestruturação mundial do modo de produção capitalista. Não foi uma escolha impermeável, ao contrário, foi uma contingência da histórica.

A classe trabalhadora e nós, como parte integrante dela, aprendemos com a história que a luta de classes se trava, ora num terreno e numa correlação de forças favorável ao avanço e conquista dos trabalhadores, ora num palco e numa conjuntura em que o capital tem hegemonia e impõe as regras da luta política, ideológica, econômica e social. Sem se permitir cooptar ou domesticar.

Como diz Marx⁶⁶

“Os homens fazem sua própria, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se

⁶⁶ K. Marx, o 18 Brumário de Luis Bonaparte, apud Jacob Gorender, 1988, p. 70).

defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhadas em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.

Entre os objetivos estratégicos de emancipação política e social da classe trabalhadora e o contundente quadro de desespero dos trabalhadores que procuravam os sindicatos em busca de respostas concretas que dessem conta de sua sobrevivência numa conjuntura de crescente desemprego e precarização das condições de vida, arquitetou-se uma ponte, uma *mediação*, uma contraditória travessia.

Perigosa como todas as travessias, tomadas por armadilhas, umas esperadas, outras desconhecidas, a CNM/CUT ousou experimentar. Numa “*travessia*”, só a práxis pode nos conduzir ao caminho, com esperança e perspectiva de se alcançar a outra margem da viagem, conforme alerta Frigotto

“ Os riscos são muitos, ela se dá no plano da práxis, sobre uma realidade concreta, muitas vezes adversa. De um lado a urgência de ação face a desafios de uma realidade embrutecedora pode nos condenar ao imediatismo e ao pragmatismo, de outro, a falta de uma teorização que parta da materialidade das relações sociais pode conduzir ao dever ser, a posições idealistas e imobilizadoras. A superação destes riscos só pode dar-se mediante a ação refletida, ou seja, mediante a práxis”(1999).

O *Integrar* representa, ao nosso olhar de pesquisador e militante, eivado de ideologia (visão do mundo social) e tomado por escolhas políticas, que vê na neutralidade e na objetividade uma sedutora armadilha *positivista e pseudo-científica*, uma experiência com a marca da coragem.

Um avanço histórico na superação da dicotomia entre educação popular e defesa da educação pública de qualidade como um direito inalienável dos trabalhadores. Daí decorem particularidades e fatores que tanto geram a sua riqueza quanto, muitas vezes, representam dificuldades e estabelecem desafios a serem superados.

Dentre estes elementos inovadores, instigantes e difíceis, podemos apontar o empenho efetivo em desenvolver uma ação educativa norteada pela interdisciplinaridade, de caráter nacional, respeitadas todas as diferenças regionais de cultura, linguagem, contexto

econômico e de condições sociais, que valorize e potencialize a experiência social e pessoal do trabalhador adulto, produto e produtor da história.

Outro ponto a se valorizar é o desafio de se construir uma proposta metodológica que não se deixe dominar pelo excessivo academicismo, pelo rigorismo ascético e estéril das formas, e pelo discurso teoricista de demarcação de campos, ricos de palavreados, mas impotentes do ponto de vista prático, que toma conta das academias e de certas posições com estatuto de esquerda e de revolucionária.

A pretexto de se fazer “ciência objetiva” por um lado, e de “não trair” princípios, doutrinas e dogmas, que têm muita serventia para as seitas e os guetos fundamentalistas e religiosas, por outro, o discurso de “não se sujar” com as impurezas e as lamas presentes no exercício da caminhada, tornam a busca de alternativas ao flagelo social neoliberal, que contamina nosso planeta, um horizonte mais distante, beirando à imobilidade

Por fim, não se pode negar as contradições, os limites, os equívocos, entre eles a dependência financeira quase que exclusiva das fontes do Estado; a sedutora tentação de se reproduzir a ideologia da empregabilidade e as noções de habilidades e competências, tão presentes nos programas de aligeiramento educacional criados pelas agências do capital e de seus governos. E o sempre presente fetiche da produtividade e da criação do cidadão produtivo e competitivo tão em voga na ideologia do capital.

No que diz respeito à área de conhecimentos históricos e ao processo do fazer histórico dos trabalhadores, estes desafios se traduzem na necessidade de superar uma visão positivista e evolucionista da história e de um processo civilizatório idealista.

Trata-se, portanto, de aproximar a história da vida, do mundo material concreto, do concreto pensado. Desenvolver a compreensão do conhecimento histórico e de seus sujeitos como um recurso estratégico, que nos permite estabelecer claramente os nossos objetivos em relação ao futuro e nos auxilie a enfrentar os desafios do presente, à luz da experiência acumulada pela humanidade, pela sociedade brasileira e pela classe trabalhadora.

Ao analisar intelectualmente o papel da CUT e dos sindicatos e de seus filiados, estamos organicamente engajados, através da práxis social (teoria e prática, como elementos indissociáveis da intervenção materialista e dialética na história) no enfrentamento da hegemonia neoliberal, sob a primazia da luta de classes e das mobilizações sociais antiglobalização – como temos vistos em fenômenos como os enfrentamentos em Seattle, Davos, Quebec, Porto Alegre, Gênova.

Os trabalhadores abandonam a defensiva política e começam a forjar um projeto alternativo de desenvolvimento e de sociedade que, embora ainda tênue, aponta num sentido anticapitalista, antibarbárie, com conteúdo emancipatório, de integração e de desenvolvimento inclusivo para todos os continentes, e, quem sabe, de perspectiva socialista para toda a humanidade Esta foi nossa contribuição, pois, como diz Mayakowski *Para o júbilo, o planeta está imaturo, é preciso, pois arrancar alegrias ao futuro.*

7. – BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Carlos. Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, UFF, 1988

AFFONSO, C. A. A CUT Conselheira, dissertação de mestrado, UFF, 2001.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo, 1ª ed., Boitempo Editorial, SP, 2000.

ANDERSON P. Balanço do Neoliberalismo. IN: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.(org)

ANTUNES, Ricardo (org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e Inglaterra, 1ª ed., Boitempo Editorial, SP, 1997/

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo, 1ª edição, ed. Boitempo, 1999.

_____. Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 1ª ed, Cortez/Unicamp, SP, 1998.¹

_____. O que é Sindicalismo, Brasiliense, SP, 1991

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal In: “A Cidadania Negada, Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho” , Coleção Grupos de Trabalho Clacso, 1ª ed, Centro Latino Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina, 2000.

ARENDT, Hannah A condição do homem moderno, Martins Fontes, SP, 1988

ARRIGHI, Giovanni, O longo século XX, SP, 1988

ARROYO, Miguel. Educação e Cidadania, Escola Sindical 7 de Outubro, MG, 2000

BADARÓ, Marcelo. Novos e velhos sindicalismos, (Rio de Janeiro: 1955/1988) 1ª ed., Vício de Leitura, RJ, 1998.

_____. Formação do Estado Brasileiro, Ciclo de Estudos sobre Mundialização, Estado e Sindicalismo, CUT/RJ, Rio de Janeiro, Novembro de 1988.

BALIBAR, Étienne. – A Filosofia De Marx, , Ed. Zahar, Rio De Janeiro,

BATALHA, Claudio. O Movimento Operário na Primeira República, RJ, Jorge Zahar, 2000.

BENSAID, Daniel. Marx, o imtempetivo, RJ, Civilização Brasileira, 1999. Trabalho e Emancipação; Cadernos “Em Tempo”, agosto de 1999.

BIANCHETTI, Roberto G. Modelos Neoliberais e Políticas Educacionais. Questões de nossa Época, nº 56, Cortez, 2ª ed, 1996.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; tradução Carmem C. Varriale, 4ª edição, Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1º e 2º volumes, 1992.

- BOITO Jr. Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 1ª ed., Xamã, 1999.
- _____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil, Crítica Marxista, volume 1, número 3, SP, 1996.
- BORON, Atílio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina, Ed. Paz e Terra, 1994.
- BOTTOMORE, TOM. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 1998.
- BRAGA, Rui. A restauração do Capital: Um estudo sobre a crise contemporânea, 1ª ed., Xamã, SP, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: { HYPERLINK "http://www.mare.gov.br" }, 1995.
- BRAVERMAN. H. Trabalho e Capital Monopolista, RJ, Ed. Guanabara, 1987
- CAMPOS. Roberto, em entrevista à Carta Capital, p. 18, SP, outubro de 1998,
- CASTEL, Robert, Tempos não tão modernos , Entrevista ao Caderno Mais, FSP, SP, 2001.
- CATTANI, Antonio David (org.) Trabalho e Tecnologia: Dicionário crítico, 1ª ed., Vozes/Ufrgs, RJ/RS, 1997.
- CATTANI, Antonio David.(org) Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico,Petrópolis; Vozes; Porto Alegre: Ed: Universidade, 1997.
- CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. SP, Moderna, 1982.
- _____. O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CHESNAIS, Francois, A Mundialização do Capital, 1988(Chesnais,1998)
- CHESNAIS, François. Globalização e o curso do capitalismo de fim de século, Campinas, Ver. Economia e Sociedade, dez. 1995.
- CIAMPA Antonio. A história de Severino e a estória de Severina., SP, Brasiliense, 1987.
- CORRIAT. B. Pensar pelo avesso, Revan, , RJ, 1994.
- COSTA , Jurandir Costa Freire. Psicanálise e contexto cultural. RT, Campus, 1989.
- CUT Brasil . Programa Integrar inaugurou as duas primeiras salas de ensino superior, uma em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul.
- _____. Experiência e Projetos de Formação Profissional entre trabalhadores brasileiros, mimeo, 2001, Cadernos de Textos de Formação da Escola Sindical 7 de Outubro, para formação de formadores, 2002.
- _____.Curso sobre Reestruturação Produtiva e Ação Sindical, Mímeo, SP, agosto de 2001.

_____. Trabalhadores e Educação: Organização e Construção da Cidadania. In: Cadernos Andes , n. 10, Brasília, 1993.

_____. 6º Congresso Nacional da CUT, Texto Base da Direção Nacional e textos de adendos, SP, 1997.

_____. SNF, Formação Integral - Formação de Formadores, SP, 1998.

_____. 5º Congresso Nacional da CUT, Resoluções, SP, 1994.

_____. 7ª Plenária Nacional da CUT, informa CUT, n. 257, SP, 1995

_____. Estatuto de Fundação da CUT, CUT Brasil, SP, 1985.

_____. Formação de Formadores para Educação Profissional: Experiência da CUT, 1998/1999, 1ª ed., CUT, 2001.

_____. III Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, 1995.

_____. Manifesto de Fundação da CUT, SP, 1993.

_____. Programa Integração de Qualificação Profissional , SP, 1999.

_____. Programa Integrar, Cadernos de Concepção Pedagógica, SP, 1997

_____. Programa Integrar, Formação e Qualificação para o Trabalho, 1998, SP.

_____. Programa Integrar/RS – Reflexões: Proposta Político-Pedagógica e Concepção Metodológica, Porto Alegre/RS, CNM/CUT, 1999, p.25.

_____. Projeto Nacional de Qualificação Profissional – PNQP – SP, 1996

_____. SNF, Forma & Conteúdo, n. 5 (1993), n.6 (1994),SP.

_____. SNF, Formação Integral – Capacitação de Conselheiros, SP, 1998.

_____. Trabalho e Educação Num Mundo em Mudanças, CUT, SP, 1998.

_____. Dados da PNUD disponíveis no site do Observatório Social da CUT, agosto de 2002. Caderno As Intuições Financeiras Multilaterais, Secretaria Nacional de Formação/Secretaria de Relações Internacionais, SP, julho/2000.

_____. Diretrizes e projeto pedagógico para formação de dirigentes sindicais dos sindicatos dos metalúrgicos do Programa Integrar, da CNM/CUT,. Documento base para o PFID. CNM/CUT, SP, 2001, P.9.

_____. Integrar Nacional: “Quem luta também educa” ?In: Cadernos de Desenvolvimento Metodológico e Sistematização das Experiências Educativas, São Paulo, CNM/CUT, 2001.

DARI KLEIN: Oficina de Formação de Formadores do Programa Integrar de Formação de Dirigentes Sindicais , CNM/CUT, SP, 17/07/2002.

DEDECCA, Cláudio Salvadori (Organizador) Crise Brasileira : Anos oitenta e governo Collor. CUT/ Desep/Instituto Cajamar/CGIL, SP, 1993.

DIEESE. Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 anos de Linha de produção. Dieese, SP, 1994.

_____. A Situação do Trabalho no Brasil. Pesquisa-análise diagnóstico da mapa do mundo do trabalho no Brasil nos anos 90. SP, Dieese Nacional, 2001.

_____. Formação Profissional: Um novo espaço para a negociação, São Paulo, 1998

_____. Os Trabalhadores Frente a Reestruturação Produtiva, setembro de 1989.

_____. A Situação do Trabalho no Brasil. Pesquisa-análise diagnóstico da mapa do mundo do trabalho no Brasil nos anos 90. SP, Dieese Nacional, 2001.

_____. Formação Profissional: Um novo espaço para a negociação, SP, 1998.

_____. Os Trabalhadores Frente a Reestruturação Produtiva, setembro de 1989

FAUSTO, Bóris Trabalho Urbano e Conflito Social, Difel, SP, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO, caderno Brasil, A, de 05 de junho 1999.

FORRESTER. V. O Horror Econômico, SP, Edunesp, 1997.

FRANCO, Maria Ciavatta. O Trabalho como Princípio Educativo. Uma Investigação Teórica-Metodológica, Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1990, tese de doutorado, mimeo.

_____. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In Teoria e Educação no Labirinto do Capital. Vozes, RJ, 2001

_____. A Formação Profissional em Questão, Revista SEPE, n.2, RJ, 1999.

FREI BETO, Desafios à educação e movimentos sociais, Forma e Conteúdo, Revista da Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1992, SP.

FERRETI, Celso J. et alli (org) Novas tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar. A força e fragilidade do modelo japonês”, Estudos avançados, Petrópolis: Vozes, 1994; USP, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org) Educação E Crise Do Trabalho: Perspectivas De Final De Século, 2ª Edição, Petrópolis, Rj: Vozes, 1998.

_____. O Enfoque da Dialética Materialista na Pesquisa Educacional. In:

_____. Educação e Crise do Trabalho – Perspectivas de Final de Século, 2ª edição, RJ, Vozes, 1998.

_____. Iniciativas Políticas da CUT e a Questão da Educação dos Trabalhadores, Seminário: A CUT e a Formação Profissional e , RJ, Maio, 1999.

_____. Mudanças na Política de Formação Técnico-Profissional: Regressão ao Dualismo. Fragmentação e Produtivismo, II CONED, BH, 1997.

_____. Educação e Crise do trabalho nos anos 90. In: Boletim do Neddade – UFF, RJ, mimeo, agosto, 2001.

_____, e FRANCO, Maria ciavatta (org.). Teoria e educação no labirinto do capital, 1ª ed., Vozes, RJ, 2001

GIANNOTTI Vito e LOPES NETO, Sebastião. CUT: Ontem e hoje:, 1ª ed., Vozes, SP, 1991.

GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo, IUPERJ/Vértice, RJ, 1988.

GORENDER, Jacob, Destrutividade social do capital, Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo, p. 7, , 8 de fevereiro de 2003.

GORZ,. A. Adeus ao Proletariado – Para além do Socialismo, 2ª ed. RJ, Forense-Universitária.

_____.As metamorfoses do trabalho, Martins Fontes, SP,1997

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética Da História, 3ª Edição, Rio Janeiro, 1978.

GURGEL. Rodrigo. Trabalho, exploração e alienação, PIFD – Programa Integrar de Formação de Dirigentes, 2002.

GURGEL. Trabalho, exploração e alienação, caderno de textos PIFD – Programa Integrar de Formação de Dirigentes, CNM/CUT2002, SP.

HABERMAS, J. Teoria da Ação Comunicativa, Madrid, Altea/Taurus, 1987.

_____. O discurso filosófico da modernidade, mimeo, Filosofia UFMG, MG, 2000

_____. A nova transparência, Novos estudos Cebrap, n.18, SP, 1987

_____. A reconstrução do materialismo histórico. Madrid, Taurus Ed. , 1986.

HARVEY, David. A Condição Pós Moderna, Edições Loyola, São Paulo, 1994.

HIRATA, Helena. Reestruturação do Trabalho e Competências, Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competências, RJ, 28 de novembro de 1996.

_____. Sobre o “modelo” japonês, SP, Edusp, 1993. ; Da polarização das qualificações ao modelo de competências, In; IANNI, Octávio. Colapso do Populismo no Brasil, Civilização Brasileira, RJ, 1985.

JAMESON, Fredric: a cultura do dinheiro, ensaios sobre a globalização, pág.14 “fim da arte ou fim da história”, vozes,2001).

JAQUES, Ver Maria da Graça verbete sobre Identidade e Trabalho, p.127, do Dicionário Crítico Trabalho e Tecnologia, organizado por Antonio David Catani, Vozes, RJ e Editora da UFRGS, RS, 1997

KONDER, Leandro. O que é Dialética- Coleção Primeiros Passos, 27ª edição, Ed: Brasiliense, Rio de Janeiro, 1994.

_____, Leandro. O Futuro da Filosofia da Práxis: o Pensamento de Marx no Século XXI, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto, 6ª Reimpressão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. F. “Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo”, In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.03, vol.1. São Paulo, ANPOCS, 1987.

KUENZER, Pedagogia da Fábrica, SP, Cortez, 1995;

KURZ, Robert. O desfecho do masoquismo histórico. In: Folha de São Paulo, caderno Mais!, p.3., 20/7/97.

_____. O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LAFARGUE, P. O Direito à Preguiça, mimeo. In: Estudos e Idéias Anarquistas, publicada pelo Arquivo Edgar Leuenhort, Unicamp, Campinas, SP, 1982.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Fundo de Valorização do Magistério (FUNDEF). Uma publicação do Mandato do Deputado Estadual Chico Alencar(PT), Rio de Janeiro, 2000.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos novos movimentos sociais na educação. In: A cidadania Negada Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho.(org.) Pablo Gentili & Gaudêncio Frigotto. CLACSO, Buenos Aires, setembro de 2000.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação Produtiva, Novas tecnologias e Novas Formas de Gestão do Trabalho, in O Mundo do Trabalho – Crise e Mudança no Final do Século, 1ª edição, Scritta, São Paulo – 1994.

LOWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento, SP, 6ª ed., Cortez,1998.

_____.Ideologias e Ciência Social, 2ª edição, São Paulo, Ed: Cortez, 1987.

LUKACS, G. As tarefas da filosofia marxista na nova democracia, Budapeste, 1948,

MANACORDA, O Princípio Educativo em Gramsci. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação sindical – Entre o Conformismo e a Crítica. EdiçõesLoyola, São Paulo – 1986.

MARISE, Nogueira Ramos. Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho-educação. Tese de doutorado/UFF/educação, 2001, mimeo.

MARTIN, Hans-Peter & Schumann Harald.A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar social, 4ª edição, São Paulo; globo, 1998.

MARX e Engels. A Ideologia Alemã, SP, Hucitec, 1993, p.27

_____. Prefácio Da 1ª Edição E Pós-Fácio Da 2ª Edição De O Capital, Ed. Civilização Brasileira, 5ª Ed, PP 3-7 E 8-17, 1980.

_____. “Prefácio” e “O Método Da Economia Política”, In: Contribuição À Crítica Da Economia Política, São Paulo, Ed. Martins Fontes, PP 23-27,1993.

_____. O capital, Volume I, p.50, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

_____. Elementos fundamentais para a crítica da economia política”, In: Os pensadores, v. 2, p.21, Nova Cultural, SP. 1999.

_____. Manuscritos de 1844, n.22, Obras Escolhidas, Alfa-Omega, SP, 1986

_____. Contribuição a Crítica da Economia Política. Obras Escolhidas, Alfa-Omega, SP, 1986.

MASI, Domênico de. O Ócio Criativo, Objetiva, SP, 2000

MATOSSO. J. A Desordem do Trabalho, SP, Scritta, 1995.

_____. Brasil Desempregado, Fundação Perseu Abramo, SP. 1999.

_____. Crise e Trabalho no Brasil, SP, Scritta, 1996.

MENDONÇA, Sônia Maria Mendonça e outros, História do Brasil Recente, ,Mímeo, UFF, 1999.

MÉSZÁROS, S. Para Além do Capital, Boitempo EditoriaL, SP, 2002.

MOISÉS, José Alvaro. Estratégias do Novo Sindicalismo. In: Revista de Cultura e Política, n. 5 e 6, RJ, Paz e terra, 1981.

MOLINA, Helder. A CUT e a Educação dos Trabalhadores – Programa Integrar de Formação Profissional: Travessia ou Permanência? Projeto para Dissertação de Mestrado em Educação – Campo Trabalho e Educação - Na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

_____.As Transformações no Mundo do Trabalho e a Educação dos Trabalhadores, Encontro de Educação de Jovens e Adultos do Sul Fluminense, Barra Mansa, RJ, 2000

MONTAMÕ, CARLOS. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção, São Paulo, Cortez, 2002.

MORA, Eliane Arenas. A CUT e a Utilização de Fundos Públicos, Seminário: A CUT, Qualificação Profissional e a Utilização Recursos do FAT. Maio, RJ, 2000.

MORAES, Carmem Sylvia V. (1988) A Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional. Trabalho e Educação, Revista do NETE , FAE/UFMG, jan/jul. (n.3).

NASCIMENTO Eliane Araújo. CNBB. IN: Política Educacional nos Anos 90: determinantes e Propostas(Coord) NEVES, Lúcia Maria Wanderley.UFPE, 1995.

NAVILLE, Pierre. O novo Leviatã. In: Bensaïd,, Trabalho e emancipação, SP, Em tempo, agosto, 1999,

NETO, José Francisco de Melo. Educação popular: uma ontologia. IN: Afonso Celso Scocuglia & José Francisco de Melo(org.) Educação Popular: outros Caminhos, João Pessoa, Ed. Univ. Federal da Paraíba, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil Ano 2000: Uma nova divisão de Trabalho na Educação. Ed.: Papéis e Cópias, Rio de Janeiro, 1997.

_____.Educação e política no Brasil de hoje. 2ª ed, São Paulo, Cortez, 1999.

_____.Política Educacional nos Anos 90: Determinantes e Propostas. Co-autoras Adriana Almeida Sales de Melo, Eliane Araújo Nascimento, Tânia Maria de Oliveira Nery. 2º ed. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 1997.

NOGUEIRA, M. Alice. Educação, Saber e Produção Social e Marx e Engels, SP, Cortez, 1993.

NOVACK, George. Introdução à Lógica Marxista, São Paulo, Cortez, 1987.

O GLOBO”, RJ, 19/03/2003.

OFFE , Claus. O capitalismo desorganizado – transformações contemporâneas do trabalho e da política. SP, Editora Brasiliense, 1994.

_____.O trabalho como categoria sociológica, Os tempos modernos, n. 466, Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, 1985

OLIVEIRA, Chico. Transformações no capitalismo brasileiro, mimeo, Pós graduação da UFF, RJ, 1998

ORTIZ, Renato: Falácia neoliberal e reforma do Estado, Revista Forma e Conteúdo, CUT, SP, 1997.

PAIVA, Vanilda. (org.) Perspectivas e Dilemas da Educação, RJ, Ed. Graal, 1984.

PIORE e SABEL. A segunda divisão industrial: possibilidades para prosperidade, Hucitec, SP, 1987

POCHMANN, Márcio. O Emprego na Globalização, A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Boitempo Editorial, SP, 2001.

_____. O drama do desemprego afeta os sindicatos, CNM/CUT, subsídios para o Programa Integrar, SP, 2000.

_____.Fermenta a Desigualdade, SP, Carta Capital, out/1997.

PORTELLI, Hugues. Para entender Gramsci, mimeo, 1977.

PRADO, Antônio. Cadernos do Dieese: Sindicalismo, trabalho e flexibilização , Dieese, 1997;

_____.Situação do Trabalho no Brasil, Dieese, SP, 2001;

_____.As mudanças do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, Dieese, SP, 2000.

RAMALHO, João. Trabalho e Sindicato: A Crise do Sindicalismo e a Sociologia do Trabalho, mimeo, Dieese-RJ, agosto de 2001.

RIFKIN. J. O fim dos empregos, Makron, SP, 1996.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT 1^a, Scritta/Fapesp, SP, 1997.

_____. (organizador). O Novo Sindicalismo; vinte anos depois, Vozes/Unitrabalho, Petrópolis, 1999.

RODRIGUES, Jose. O Moderno Príncipe Industrial: O Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria, Cortez, SP, 1997,

_____. Capital e Trabalho: Convergências e Divergências Quanto à Educação Básica, in Trabalho e Educação, revista do NETE (UFMG) – Ago/Dez, 1998.

_____. Educação e Identidade dos Trabalhadores: As concepções do capital e do Trabalho, Xamã/Intertexto, São Paulo/Niterói, 2001.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências e Lutas dos

SADER Emir. PERRY, Anderson, THERBORN Goran, SALAMA Pierre. A Trama do Neoliberalismo: Mercado, Crise e Exclusão social. IN: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.(org) Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 5^a edição, 1995. trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 2^a ed., São Paulo, Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 5^a edição, 1995.

SADER, Emir. Frei Beto. “Manifesto Capitalista”. In: Contra versões: Civilização ou barbárie na virada do século, Boitempo Editorial, 2002, SP, p.159.

SALES. Sandra Regina. A parceria entre o Estado e a Sociedade Civil no MOVA (Uma análise da experiência de Angra dos Reis). Caderno 2, 1^a edição. Prefeitura de Angra dos Reis, 1998.

SANDRI, Adriano. Os Trabalhadores e o Movimento Sindical no Brasil, p. 90, GEFASI/CPO, Belo Horizonte, MG, 1989.

SANTOS, Boaventura Souza. Neoliberalismo e projetos societários, Revista da Adufmg, MG, 1988. Jornal do Sintrasef, RJ, 2000

SANTOS, Milton. Globalização e reterritorialização, Hucitec, SP, 1988

SANTOS, Theotônio. O Manifesto Comunista E O Marxismo Como Projeto, In: O Manifesto Comunista 150 Anos Depois: Karl Marx, Friedrich Engels/ Carlos Nelson Coutinho...[Et. Al.]; Daniel Aarão Reis Filho(Org.), - Rio De Janeiro, Ed. Contraponto; São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998.

SARAMAGO, José. Aos que lutam no tempo present, Internet– Rede Brasileira de Economia Solidária, agosto de 2002.

SARTRE, Jean Paul e sua Crítica da razão dialética (Questões de método) ; livro 1: “Teoria das experiências praticas”: , Paris, Gallimard, 1960,

SAVIANI, Dermerval. LDB- A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. São Paulo, Cortez, 1998.

SCHERER-WARREN & KRISCHKE (Org). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. SP, Brasiliense, 1997.

SCHUMANN e KERN . O fim da divisão do trabalho? A racionalização da produção industrial, Cortes, SP, 1989 .

SERRA Oliveira, Elizabeth, “Novos Sujeitos e Novos Enfoques da Educação Popular Urbana no Brasil”, de dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 2001.

SILVA JR, J. dos, & SGUISSARDI Valdemar. Novas Faces Educação Superior no Brasil. 2ª ed.ver. São Paulo, Cortez, 2001.

Silva Jr., João dos Reis, Sguissardi, Valdemar: As novas faces da educação superior no BRASIL: Reforma do Estado e mudança na produção, Cortez, SP, 2001.

SOUZA JR. Justino. Reestruturação Capitalista e Crise da Escola, UFF, RJ 2000.

SPÓSITO, Marília Pontes. A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares. Ed. Hucitec/EDUSP, São Paulo, 1993.

TADDEI, Emilio, Seoane, José e “Resistências Mundiais – de Seattle a Porto Alegre” , organizado por Vozes/Clacso/LPP/Uerj, RJ, 2001.

TOFFLER. Alvin e Heidi. Criando uma nova civilização: a política da terceira onda. Rio de Janeiro, Record, 1995

TORRES, Rosa Maria. Discurso e Prática em Educação popular. Ijuí, Ed. Unijuí, 1988.

TUMOLO, Paulo Sérgio. A CUT e a Formação Profissional: Esboço de Uma Análise Crítica, Trabalho & Crítica, GT Trabalho e Educação, ANPED, n.1, Setembro, RJ,1999.

UNITRABALHO, Avaliação do Plano de Qualificação do Estado de SP, SP, 1997.

_____. CNM/CUT. Diagnóstico da formação profissional – ramo metalúrgico, Artchip, São Paulo.

VERAS, Roberto. Notas sobre a concepção pedagógica do Programa Integrar, texto para roteiro de formação de formadores do PIFD, SP, junho de 2002

_____. Reestruturação do Programas, CUT, SP, 1994.

VERÍSSIMO, Luis Fernando.Divindades, Jornal do Brasil, p. 6, 06 de agosto de 1997.

WANDERLEY, Luis. Educar para transformar. Petrópolis, Vozes, 1986.

WEFFORT, Francisco. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil, Cadernos Ceprap, SP, 1973
ZANETTI, Lorenzo. O novo no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios. 1^a
ed. , FASE, RJ, 1995.
ZOLA, Émile. Germinal, SP, Abril Cultural, 1979

